

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

***Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado:***  
**trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque**  
**(Pernambuco, 1801 – 1844).**

Paulo Henrique Fontes Cadena

Recife  
2011

**Paulo Henrique Fontes Cadena**

***Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado:*  
trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque  
(Pernambuco, 1801 – 1844).**

Dissertação de mestrado exigida como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Professor Dr. Marcus  
Joaquim Maciel de Carvalho

## ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO PAULO HENRIQUE FONTES CADENA

Às 14h do dia 25 (vinte e cinco) de agosto de 2011 (dois mil e onze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Paulo Henrique Fontes Cadena** intitulada **“'OU HÁ DE SER CAVALCANTI, OU HÁ DE SER CAVALGADO': Trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (orientador), Suzana Cavani Rosas e Cristiano Luis Christillino. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, a Vice-coordenadora, Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 25 de agosto de 2011

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Profª. Drª. Suzana Cavani Rosas

Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino

Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão

Sandra Regina Albuquerque

Recife  
2011

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

C122o Cadena, Paulo Henrique Fontes.  
Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado : trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844) / Paulo Henrique Fontes Cadena. – Recife: O autor, 2011.  
182 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2011.  
Inclui bibliografia e anexos.

1. História. 2. Brasil – História – Império, 1822-1889. 3. Pernambuco – História. 4. Poder (Ciências sociais). 5. Elites (Ciências sociais). 6. Cavalcanti de Albuquerque. I. Carvalho, Marcus Joaquim Maciel (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2011-106)

## **Dedicatória**

Para Theodorico e Sônia, meus pais: âncoras do meu  
barco sem velas, talvez perdido num mar de amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Nos longos e estreitos caminhos por onde andei, tantas vezes, os passos dados em quantidade fizeram-me cansar. Sentei sobre alguma pedra e bati as sandálias. Todavia, não me senti só. É que uma caminhada, mesmo que solitária, não se faz sozinho. Carregamos conosco aqueles que amamos, da mesma forma que eles nos carregam em seus braços e nos dão as suas mãos como amparo e proteção, nos momentos de fraqueza e dor.

Quando pensei em desistir, contei com o apoio de minha família. Âncora do meu pequeno barco sem velas, meu pai (Theodorico Cadena Júnior) e minha mãe (Sônia Maria Fontes Cadena), agradeço-vos pelo amor constante a mim confiado. Meu irmão (Igor Cadena), agradeço pela paciência de sempre.

Nos momentos de desespero intelectual, pude contar com o socorro da professora Suzana Cavani. Ainda agradeço ao professor Marc Hoffnagel por sempre perguntar-me pelos meus Cavalcanti. A Cristiano Luís Christillino, agradeço todo o apoio, desde o incentivo na minha escrita às broncas nas minhas análises superficiais. As aulas da professora Regina Beatriz me fizeram pensar muitas vezes no falar do não-escrito. É a ela que agradeço por ter me ensinado a compreender o que não está grafado. À professora Rosa Godoy, agradeço as ricas aulas que nos ministrou.

Todavia, nesse mundo intelectual, devo agradecer aquele que me fez “parir” essas ideias todas que vêm contidas nas próximas linhas. Muito do que está aqui escrito surgiu das saborosas conversas no décimo andar do CFCH. Junto aos pombos que nasciam na janela da sua sala e a muitos livros, pude ver o quanto eu era diminuto. Agradeço ao meu orientador, o professor Marcus Carvalho pelo incentivo de sempre e, também, pela sugestão da temática a qual seguimos para trabalhar.

Nesta caminhada, tive de ausentar-me da presença de muitas pessoas queridas que sempre estiveram ao meu lado. Nunca os esqueci. Agradeço aqueles que compreenderam a minha tarefa e o meu ofício: não os abandonei. Gian Carlo (com conversas sobre a Colônia), Lídia Rafaela (cobrando minha presença nos arquivos e nas discussões sobre o Oitocentos), Dayvison Freitas, Flávio Medeiros (o regente/ amigo que me desculpou as ausências na vida musical), Gilberto e Nilde (que junto a Flávio são meus amigos músicos que sofreram o parto dessa dissertação), Jailton Ferreira pela paciência de aturar meus dias de nervosismo e nem por isso, ter me abandonado nos momentos mais necessários. A Luciana Varejão agradeço por esses dois anos juntos e pela nossa amizade, criada e recriada com o tempo. A Júlio, entrego minha sincera amizade. A Juliana Fortes, agradeço o “abstract” mais chato que ela já traduziu. A Vanessa Albuquerque, agradeço por ter entendido muitas lágrimas desse “parto”. Obrigado, amigos. Aos amigos de longe, deixo a certeza de que não os esqueço e os carrego comigo. Glauco e Gustavo, vocês fazem parte da minha construção como ser humano e profissional. Ao Helder Macedo agradeço por todo o incentivo e pela bibliografia que me ajudou a traçar os caminhos da Colônia. Também agradeço aqueles que não souberam compreender meu desespero e afastamento.

Agradeço aos sócios do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), pela solicitude no atendimento. Galvão me mostrou tantos inventários quantos pode; Reinaldo Carneiro Leão: nas poucas conversas que tivemos, pude perceber um pouco mais dos Cavalcanti de Albuquerque e George Cabral pelo atendimento muito atencioso de sempre. Não poderia deixar de registrar o nome de Bruno Câmara. Não sei se foram mais importantes as caronas que me deu ou as manhãs no LAPEH. Nas nossas muitas conversas, pude montar alguns quebra-cabeças que estão nas próximas linhas.

Agradeço também aos funcionários do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE. Ainda mais na pessoa de Hildo Leal da Rosa.

Levi Rodrigues foi figura importante nesse trabalho, pela sua longa passagem pelo Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da UFPE (LAPEH). Seu conhecimento sobre a localização dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino copiados pelo Projeto Resgate facilitou muito a nossa vida e o ganho de tempo.

Agradeço também a Carmem Lúcia, no tempo que passou por essa Pós Graduação, e a Sandra Regina. Que esta última nunca deixe passar o “bom dia” que cedo passo para dar na porta da secretaria: é de coração.

Agradeço a FACEPE pelo financiamento desta pesquisa.

## Resumo

O principal foco da historiografia sobre a época que antecede a Insurreição Praieira, em Pernambuco, tem sido a oposição aos Cavalcanti de Albuquerque. Na maioria das interpretações de tal insurreição, os autores assumiram uma postura favorável ao Partido da Praia. Aos “guabirus” foi dado o papel do vilão. A proposta deste trabalho é estudar os Cavalcanti de Albuquerque: saber quem eram e quais os problemas políticos em que estiveram envolvidos entre 1801, quando acontece a Conspiração dos Suassunas até 1844, às vésperas da Insurreição Praieira. Através de cartas, periódicos, discursos, procuramos perceber quem foram os Cavalcanti de Albuquerque e identificamos as trajetórias de buscas pelo poder no seio desta família.

O poder dos Cavalcanti de Albuquerque fora construído aos poucos. Ainda no século XVI, quando a família Cavalcanti de Albuquerque fundava-se em Pernambuco, seus membros galgavam espaços no poder, na maioria das vezes, através da nobilitação. Todavia, para isso, eram necessários bons serviços prestados a El-Rei. Muitos foram os agraciados com foros de Fidalgo Cavaleiro, Hábitos da Ordem de Cristo, dentre outras benesses. No entanto, é pelos fins do século XVIII que o filho de Luiz Xavier Bernardo e Francisca Cavalcanti de Albuquerque, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, pede o Foro de Fidalgo Cavaleiro e lhe é negado. Não cansariam os descendentes deste nas buscas pelo poder. Seus filhos, Luiz Francisco, Francisco de Paula (conhecido como Coronel Suassuna) e José Francisco procuraram meios para alcançar esses objetivos, inclusive pelas insurreições: lideraram a conspiração de 1801 e estiveram entre os rebeldes de 1817. Entretanto, foram os filhos do Coronel Suassuna que se destacaram nos pleitos. Ainda nos dias iniciais do Império que surgiu em 1822, já estava Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna) no poder. Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca) e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti

de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) destacar-se-iam na política local e na Corte. Dentre esses nomes, saíam senadores, ministros, presidente de província, deputados gerais e provinciais. O auge do poderio dar-se-á entre os anos de 1837, quando Francisco do Rego Barros assume a presidência da Província de Pernambuco e 1844, quando os praieiros encerram os “guabirus” em suas tocas.

**Palavras-chaves:** Política; Brasil Império; Pernambuco; Cavalcanti de Albuquerque.

## **Abstract**

The main focus of the historiography on the period preceding the Insurreição Praieira in Pernambuco has been opposition to Cavalcanti de Albuquerque. In most interpretations of such insurrection, the authors took a stand in favor of Partido da Praia. To "guabirus" was given the role of villain. The purpose of this study is to Cavalcanti de Albuquerque: know who they were and what political issues they were involved between 1801, when it happens to a Conspiração dos Suassuna until 1844, the eve of the Insurreição Praieira. Through letters, journals, speeches, we realize who the Cavalcanti de Albuquerque and identified by searching the paths of power within this family.

The power of Cavalcanti de Albuquerque was built gradually. Even in the sixteenth century, when the family Cavalcanti de Albuquerque was founded in Pernambuco, its members climbed up spaces in power, most often through gentrification. However, for this, it took good service to the King. Many were the recipients of forums Noble Knight, Habits of the Order of Christ, among other amenities. However, it is by the late eighteenth century that the son of Luiz Xavier Bernardo and Francisca Cavalcanti de Albuquerque, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, the Forum asks Noble Knight and is denied. Not to belabor the descendants of the search for power. His children, Luiz Francisco, Francisco de Paula (Colonel Suassuna) and José Francisco sought a means to achieve these goals, including the insurrection, led the conspiracy of 1801 and were among the rebels in 1817. However, the sons of Colonel Suassuna who stood out in claims. Even in the early days of the Empire which emerged in 1822, was Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Viscount Suassuna) in power. Antonio Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque and Hollanda (Visconde de Albuquerque), Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Baron Muribeca) and Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Viscount Camaragibe) stand would be in local politics and at court. Among these names, would

come senators, ministers, governor of the province, general and provincial deputies. The pinnacle of power will be given between the years 1837, when Francisco do Rego Barros becomes President of the Province of Pernambuco and 1844, when closing the silversmiths' guabirus "in their burrows.

**Keywords:** Politics; Empire of Brazil; Cavalcanti de Albuquerque.

## **Abreviaturas**

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

LAPEH – Laboratório De Pesquisa E Ensino De História da UFPE.

## Sumário

Introdução .....	12
1- <i>Uma família numerosa, antiga, rica</i> :Os Cavalcanti de Albuquerque e as trajetórias pela busca do poder .....	26
1.1 Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque: a graça que as mãos reais não concederam. ....	28
1.2 A Conspiração de 1801 em Pernambuco. ....	37
1.3 Na imensa trajetória: caminhos traçados na busca pelo poder. ....	51
1.4 Mudanças políticas, permanências Cavalcanti de Albuquerque. ....	60
2- <i>Meus manos do Coração</i> : O Engenho Suassuna e a política dos irmãos Cavalcanti entre 1822 e 1834. ....	65
2.1 Caminhos perseguidos e traçados: formações e política. ....	72
2.1.1 Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti: políticos e militares. Luiz Francisco: funcionário público e político.....	72
2.1.2 Juristas e políticos.....	77
2.2 Os caminhos da política.....	82
3- Pernambuco enfeudado: os Cavalcanti de Albuquerque e a política Imperial (1835 – 1844).....	99
3.1 As eleições de 1835 e o governo Feijó: peças de um jogo bem armado. ....	100
3.2 A Regência Interina de Araújo Lima e o “gótico castelo Rego Barros – Cavalcanti”.....	116
3.3 A maior partida de um grande jogo: a eleição de um novo regente.. ....	122
3.4 Entre Guabirus e Praieiros: os dias finais da hegemonia Cavalcanti de Albuquerque em Pernambuco. ....	138
Considerações finais. ....	153
Fontes . ....	172
Referências bibliográficas. ....	174



## INTRODUÇÃO

*Dentre as famílias senatoriais, se assim podemos dizer, nenhuma houve tão largamente representada como a nordestina e sobretudo pernambucana dos Albuquerque e Cavalcanti (...) Caso que pensamos haja sido único nos fastos do antigo regime é o dos três irmãos senadores, Viscondes de Albuquerque, Suassuna e Camaragibe, todos três representantes de Pernambuco<sup>1</sup>. (Affonso de E. Taunay)*

O grande número de aparentados assentados no Senado imperial chamou a atenção do historiador Affonso Taunay, que dedicou aos Cavalcanti alguns parágrafos da sua obra “O Senado do Império”. Se realmente foi “uma família numerosa, antiga, rica<sup>2</sup>”, como disse José Thomaz Nabuco de Araújo – e que talvez nem fossem tudo isso – o que acontecia era que conseguiam incomodar a política provincial de Pernambuco e faziam jogos bem armados na Corte. Eul-Soo Pang chegou a dizer que se Pedro II tivesse que decidir por formar uma dinastia brasileira, outro clã não teria tanto pedigree para dar um cônjuge à família real do que os Cavalcanti de Albuquerque do Nordeste<sup>3</sup>, que chegaram a montar uma bancada de quinze senadores em meados do século XIX, composta por parentes da Paraíba e Alagoas, além dos aliados pernambucanos<sup>4</sup>. Se as denúncias anti-Cavalcanti eram tantas, do alto do Senado eles observaram os seus adversários. O caminho traçado foi longo. Desde os dias do Brasil colônia de Portugal, os Cavalcanti queriam poder, mesmo que para conseguir um Foro ou Hábito de Ordem,

---

<sup>1</sup> TAUNAY, Affonso de E. **O Senado do Império**. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 160.

<sup>2</sup> ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia**. Recife: Typografia União, 1847, p. 4. (fac-simile)

<sup>3</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. **A Insurreição Praieira**. Almanack Brasiliense, nº8, novembro de 2008, p. 13. Acessado em: [http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08\\_Forum\\_01.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08_Forum_01.pdf), aos 24 de fevereiro de 2009 *Apud* PANG, Eul-Soo. **In Pursuit of Honor and Power: Nobleman of the Southern Cross in Nineteenth Century Brazil**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1988, pp. 75 – 76.

<sup>4</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. **A Insurreição Praieira**. Op.cit, p. 13.

se dissessem mais nobres e ricos do que realmente eram. Mas, isso não era um caso apenas Cavalcanti. Muita gente se justificava mais importante do que era. Mesmo com tudo isso, os Cavalcanti de Albuquerque chegavam ao Senado no final da década de 1830, fruto de um longo caminho em busca de espaços no poder.

O principal foco da historiografia sobre a época que antecede a Insurreição Praieira tem sido a oposição aos Cavalcanti de Albuquerque, como era o caso dos praieiros, ou até mesmo os ditos “cavalgados”, tais como os seguidores de Borges da Fonseca, os escravos e a “populaça” do Recife. Em quase todas as interpretações de tal insurreição, a característica mais importante está na atitude tomada por seus autores, que assumiram uma postura pró-Praia. Ao grupo dos Cavalcanti de Albuquerque, que ficara conhecido como “guabiru”, foi reservado o papel do vilão, do repressor injusto<sup>5</sup>. A proposta deste trabalho é estudar os Cavalcanti de Albuquerque, saber quem eram, identificando as suas trajetórias, compreendendo os problemas políticos entre 1801, quando se dá a Conjuração dos Suassunas até 1844, as vésperas da Insurreição Praieira, reconhecendo algumas alianças e o rompimento das mesmas.

Durante o Primeiro Reinado, a política provincial pernambucana seria comandada pelas mãos de Pedro de Araújo Lima (futuro Marquês de Olinda) e dos irmãos Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Albuquerque) e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que vinha a falecer ainda em 1838. Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Camaragibe) teria maior destaque no fim da década de 1840<sup>6</sup>, quando ia assumindo as rédeas do Partido Conservador em Pernambuco. Parece que o irmão com menos alcance na política fora Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Barão de Muribeca), que viria a ser deputado provincial já na primeira legislatura de 1835.

Os Cavalcanti de Albuquerque não tiveram seu poder recém-adquirido nos idos de 1830.

---

<sup>5</sup> MARSON, Izabel de Andrade. **Movimento praieiro** – Imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Moderna, 1980, p. 23.

<sup>6</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. **A Insurreição Praieira**. Almanack Brasiliense, nº8, novembro de 2008, p. 12. Acessado em: [http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08\\_Forum\\_01.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08_Forum_01.pdf), aos 24 de fevereiro de 2009.

Em 1535<sup>7</sup>, vinha Duarte Coelho tomar posse da Capitania de Pernambuco. Dentre as pessoas que o acompanhava estava Jerônimo de Albuquerque, irmão de Dona Brites de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho<sup>8</sup>. Teria Jerônimo de Albuquerque lutado contra alguns índios, numa localidade próxima à povoação de Marim, que fora trocada de nome pelos ocupantes, denominando-a Olinda. No combate, perdera um olho e ficara prisioneiro dos indígenas. No entanto, dizem os genealogistas que uma filha do cacique se fez apaixonar pelo prisioneiro. Assim, manifestou ao pai, intitulado Arco Verde, “que se matassem aquele caraíba (que no seu idioma quer dizer branco) morreria infalivelmente, porque o amava e queria por marido<sup>9</sup>.” Ao satisfazer a vontade da filha, o pai concedeu a Jerônimo de Albuquerque, a liberdade.

A filha do Arco Verde foi logo batizada pelo português católico sob o nome de Maria do Espírito Santo. “Viveram sempre com amor tão recíproco que para casados só lhes faltaram as cerimônias eclesiásticas<sup>10</sup>”, que não houveram. O casal teve oito filhos, se destacando Catarina e Jerônimo de Albuquerque, fidalgo da Casa Real e restaurador do Maranhão<sup>11</sup>.

Dona Catarina de Albuquerque ficou conhecida como Catarina, a Velha, por ser a primeira filha do casal Jerônimo de Albuquerque e Maria do Espírito Santo Arco Verde. Fora ela mesma quem casou com Felipe Cavalcanti, fidalgo florentino que passou a Portugal pelos idos de 1558, fugindo de Florença por causa de uma conjuração

---

<sup>7</sup> Frei Jaboatão indica o ano da vinda de Duarte Coelho como 1530, (JABOATÃO, Frei Antônio de S. Maria. **Catalogo Genealogico das principaes famílias que procederam de Albuquerque, e Cavalcantes em Pernambuco, e Caramurus na Bahia**. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, tomo LII, parte I, Rio de Janeiro, 1889, p. 13) contudo, utilizamos a datação de Pereira da Costa nos “Anais Pernambucanos”, 1535. (COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: Governo de Pernambuco/ FUNDARPE, 1987, volume 1, p. 439.) A mesma datação Leonardo Dantas indica no prefácio às “Cartas de Duarte Coelho a El-Rei”. (SILVA, Leonardo Dantas. **Duarte Coelho, o fundador de Pernambuco**. In: ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier; MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**. Recife: Massangana, 1997, p. 4)

<sup>8</sup> JABOATÃO, Frei Antônio de S. Maria. **Catalogo Genealogico das principaes famílias que procederam de Albuquerque, e Cavalcantes em Pernambuco, e Caramurus na Bahia**. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, tomo LII, parte I, Rio de Janeiro, 1889, p. 13

<sup>9</sup> FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. **Nobiliarchia Pernambucana**. Volume IV. Mossoró: Sem editora, 1993, p. 349. Essa mesma narrativa pode ser encontrada em COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Volume 1. Op.cit. p. 440.

<sup>10</sup> FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. **Nobiliarchia Pernambucana**. Volume IV. Op.cit., p. 350.

<sup>11</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Volume 1. Op.cit. p. 440.

que teria feito com seus parentes Holdo Cavalcanti e Pandolpho Pucci contra Cosme de Medicis. Não se sentindo seguro em Portugal, veio para Pernambuco<sup>12</sup>.

Do casamento entre Dona Catarina de Albuquerque e Felipe Cavalcanti, nasceram onze filhos, que são, pois, os fundadores da família Cavalcanti de Albuquerque. Nas seguintes gerações, os genealogistas Antônio Victoriano Borges da Fonseca e Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão apontam diversos Fidalgos Cavaleiros, detentores do hábito de Ordem de Cristo, e outras honrarias. Mas, era realmente essa a intenção deles: apontar como nobres aquelas famílias as quais pesquisaram.

Os Cavalcanti de Albuquerque do século XIX se orgulhavam desse sangue bem misturado de índios, portugueses e italianos, e ficavam reafirmando toda essa genealogia pra quem quisesse. Todavia, o padre Lopes Gama, que gostava de colocar carapuças em todo mundo, criticava o passado nobre da família, como se os mesmos não conseguissem provar a verdadeira origem do sangue:

Mas se lhes pedirmos algumas provas desta nobreza, que por muitas razões se pode contestar sem réplica, eles nos dirão ainda, que consultemos a nobiliarquia pernambucana de José Victoriano Borges da Fonseca, cujo manuscrito existe na Biblioteca de São Bento de Olinda com *folhas arrancadas, e outras substituídas*. Se porém recorrermos aos documentos históricos, não encontraremos fidalgo algum florentino, que tivesse o apelido de Cavalcanti... (...) Os Snrs. Cavalcantis não satisfeitos com quererem passar por aquilo que não são, isto é: por fidalgos de uma das maiores, e das mais nobres casas de Florença, ainda se agarram com unhas, e dentes aos Albuquerques, e deles não se desapegam, nem mesmo quando antes deste apelido tinham cinco, ou seis; mas ninguém ignora, que Jerônimo d'Albuquerque tendo vivido desonestamente com a cabocla filha do Cacique d'Olinda Arco Verde, tão desonestamente, que a Rainha de Portugal mandou, que ele, para que o escândalo cessasse, se casasse com a filha de Cristóvão de Melo (de cujo apelido tiraram alguns a nobreza) teve dessa cabocla, além de muitos outros filhos, uma filha de nome Catarina, que casou com Felipe Cavalcanti. Ora tendo uma mestiça, e filha bastarda casada com Felipe Cavalcanti, poderão seus descendentes reclamar fidalguia em consequência do apelido de Albuquerque (...), quando até cremos, que os filhos da cabocla não foram reconhecidos (...)<sup>13</sup>.

Era assim que o padre Lopes Gama atacava e desconstruía todo o sentido de nobreza que orgulhava os Cavalcanti. E nada impedia que essa nobreza tão largamente ostentada fosse até mesmo inventada e criada pelos Cavalcanti de Albuquerque. Se válidas ou não as críticas do padre carapuço, elas mexiam com os brios da família.

---

<sup>12</sup> FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. **Nobiliarquia Pernambucana**. Volume III. Mossoró: Sem editora, 1993, p. 392.

<sup>13</sup> **O Sete de Setembro**, 6 de janeiro de 1846. *Apud* QUINTAS, Amaro. **O padre Lopes Gama**: um analista político do século passado. In: **Amaro Quintas** – o historiador da liberdade. Recife: CEPE, 2011, pp. 381 – 382.

Maria Beatriz Nizza da Silva coloca ser difícil descobrir as regras da combinatória dos nomes, e que a questão da formação dos sobrenomes no Antigo Regime português é algo que merece mais estudos<sup>14</sup>. Não só a combinatória dos nomes, nesse caso, é dispersa. Quando nos deparamos com a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, observamos a grafia da palavra *Cavalcanti* hora com *e* hora com *i* findando (*Cavalcanti* ou *Cavalcante*), como é o caso dos documentos do pedido de Foro de Fidalgo Cavaleiro feito por Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque<sup>15</sup>. No entanto, Amaro Quintas, citando Lopes Gama, por um dos números do “Sete de Setembro” de 1845, diz “uns são Cavalcantis com *i*; e outros Cavalcantes com *e*; que os primeiros são fidalgos de alto coturno, e os segundos de meia tigela<sup>16</sup>.” Ainda mais, observando as cartas endereçadas aos irmãos Cavalcanti de Albuquerque, filhos de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque – Coronel Suassuna -, entre 1820 e 1844<sup>17</sup>, algumas trocadas entre eles mesmos, temos a seguinte expressão: “Ao Ilustríssimo Senhor Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque”, quando enviadas pelo irmão Luiz Francisco. Provavelmente, durante o século XIX, formalizou-se o termo *Cavalcanti* de Albuquerque para os descendentes do Coronel Suassuna, que se envolveria, com os seus irmãos, em problemas com o Reino, no ano de 1801, fazendo a conjuração ideológica chamada “Conspiração dos Suassunas”, talvez um prenúncio de 1817, onde o mesmo Coronel lutara nas fileiras revoltosas ao lado de alguns filhos e irmão.

Que os Cavalcanti de Albuquerque estavam ligados à questão das terras e do açúcar, há os mais diversos indícios a crer em verdade, já que no fim do século XVIII, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque se colocava como um dos maiores produtores de açúcares da Capitania de Pernambuco, com três engenhos: Pantorra, Muguahipe e Suassuna<sup>18</sup>. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, seu filho, seguiria o ramo açucareiro com Pantorra, em algum momento, e Suassuna<sup>19</sup>. Todavia, o

---

<sup>14</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: UNESP, 2005, pp. 28 – 29.

<sup>15</sup> LAPEH – AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 224, D.15122.

<sup>16</sup> **O Sete de Setembro**, 14 de outubro de 1845. *Apud* QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira**. Recife: Massangana, 1982, p. 42.

<sup>17</sup> IAHP – Fundo Orlando Cavalcanti – Caixas 223 e 224.

<sup>18</sup> LAPEH – AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 224, D.15122. Pedido de Foro de Fidalgo Cavaleiro de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>19</sup> IAHP – Caixa 023, TJR1, 1821 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: Senhor do Engenho Suassuna.

mais evidente, é que estavam realmente ligados à política. Os filhos do Coronel Suassuna, Pedro Francisco e Francisco de Paula, teriam, assim, o primeiro falecido na posse de três engenhos em 1875<sup>20</sup> e o segundo, em 1880, com sete<sup>21</sup>. Mas, o pai não deixara tantas posses. Pelo que parece, o grande fermento dos bens desses dois senadores, foi a política.

Desde 1826 que os Cavalcanti ocupavam cadeiras na Câmara dos Senhores Deputados. Nessa primeira legislatura, cinco membros da família eram eleitos. Na segunda e terceira legislaturas, o número subia para seis<sup>22</sup>. Mas, era apenas parte de uma corrida pelo poder dentro do Império do Brasil. Ocuparam os mais diversos cargos, desde juízes de paz até assentos no Senado, passando pela presidência da Província de Pernambuco. Os filhos do Coronel Suassuna buscariam sempre mais e mais poder, até chegarem três deles ao Senado: caso único no Império do Brasil<sup>23</sup>.

Nas buscas pelo poder, algumas alianças foram feitas. Um dos elementos importantes nesse complicado jogo político fora Pedro de Araújo Lima. Não percebemos uma aliança perene entre ele e os Cavalcanti de Albuquerque, mas, algo interrompido pelos interesses pessoais de ambos os lados. Araújo Lima foi chamado por Nabuco “o chefe mais graduado dos guabirus<sup>24</sup>”. Ele foi tudo o que poderia ser no Império, menos Imperador. O Regresso de 1837 – coalizão de ex-moderados e ex-restauradores, propondo a reforma das leis de descentralização, para uma maior centralização<sup>25</sup> - o colocaria à frente da Regência interina. Regente, o futuro Marquês de Olinda elevava ao Senado Hollanda Cavalcanti e Francisco de Paula, como também introduzira na Presidência da Província de Pernambuco Francisco do Rego Barros. Como nos ensina Marcus Carvalho, assim, mal surgiam os partidos, havia um senador Cavalcanti no Partido Liberal e outro no Conservador<sup>26</sup>. Dessa forma, os Cavalcanti de

---

<sup>20</sup> IAHGP – Caixa 243, TJR, 1875 – Inventário de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Camaragibe.

<sup>21</sup> IAHGP – COR2, VO2V, na Biblioteca – 1880/1884 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Suassuna.

<sup>22</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 62.

<sup>23</sup> TAUNAY, Affonso de E. **O Senado do Império**. Op.cit., p. 160.

<sup>24</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit., p. 107.

<sup>25</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 204.

<sup>26</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. **A Insurreição Praieira**. Op.cit, p. 12.

Albuquerque nunca saíam do poder, podendo trocar os gabinetes da forma que fosse modificando a problemática imperial.

Os Cavalcanti e seus aliados agiam como grupo de interesse comum: estavam todos interessados no poder. Talvez por terem as mesmas ambições, tantas vezes, os elos se rompiam. Cargos poucos para muita gente, uma pequena corrente não aguenta, e termina por arrebentar. Hollanda não tinha relação pacífica com os outros liberais. Defendia mesmo os seus interesses pessoais e familiares. Fazia e desfazia conexões com conservadores e liberais, como assim fosse melhor para ele. Já Araújo Lima era um homem estreitamente ligado ao Imperador. Consolidou o poder ainda no Primeiro Reinado, ao lado de Pedro I, como ministro. Mas, nem ele obedecia aos Cavalcanti e nem os Cavalcanti a ele. Eram aliados nos momentos de necessidade.

Quando ia se aproximando a década de 1840, podemos dizer que Pernambuco estava enfeudado nas mãos dos Cavalcanti de Albuquerque. E é por isso que se cantarolavam nas ruas da Província a famosa quadrinha do Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares: “Quem viver em Pernambuco/ Deve estar desenganado/ Que ou há de ser Cavalcanti/ Ou há de ser cavalgado”. O que era reclamado pelo Partido da Praia – surgido em 1842, a partir de uma cisão interna do Partido Liberal da Província de Pernambuco, quando um grupo de deputados dissidentes rompeu com as lideranças oficiais e organizou um núcleo autônomo: o Partido Nacional de Pernambuco ou Partido da Praia<sup>27</sup> - era esse poder excessivo dos Cavalcanti frente à política pernambucana<sup>28</sup>. Os problemas sociais eram postos para arrebentar a “população” para o seu lado. As maiores motivações, na verdade, eram políticas.

Os Cavalcanti dominaram o cenário político pernambucano, com maior ênfase, entre os anos de 1837 e 1844. Nesse último ano, a situação conservadora declinava, aos 2 de fevereiro, com a ascensão do gabinete chefiado por Almeida Torres. Mas, Hollanda Cavalcanti estava no gabinete de 1844 que inaugurava o quinquênio liberal, e ia tentando de tudo para manter o poderio. Araújo Lima, percebendo as possíveis perdas nas estratégias do poder, ia se aproximando de Hollanda, nesse momento, para lutarem contra as pretensões praieiras. Todavia, em 1845, quando da queda “holandesa”, os praieiros estabeleciam-se no governo de Pernambuco ao ser designado para a

---

<sup>27</sup> MARSON, Izabel de Andrade. **Movimento praieiro** – Imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Moderna, 1980, p. 2.

<sup>28</sup> CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **A guerra do Moraes** – A luta dos senhores de engenho na Praieira. Recife: UFPE, dissertação de mestrado, 1986, p. 7.

Presidência da Província, de início, Manoel de Souza Teixeira e depois, Chichorro da Gama: aliados dos liberais anti-Cavalcanti de Pernambuco. Assim, inicia-se o que Nabuco chamou de “o pleno domínio da Praia<sup>29</sup>.”

Apesar da influência da família Cavalcanti de Albuquerque na política pernambucana do século XIX e das inúmeras citações na historiografia, a bibliografia sobre tal família é relativamente tímida. Quando nos referimos ao período colonial, ainda é mais escassa. Pereira da Costa, nos seus “Anais Pernambucanos<sup>30</sup>”, indica algum traçado sobre os engenhos e os fundadores da família. Segue relatando atos de 1801 e 1817. Todavia, o padre Joaquim Dias Martins, já em 1853, em “Os Mártires Pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817<sup>31</sup>”, trouxe relações da família nas pequenas biografias ali apresentadas, referindo-se aos Cavalcanti de Albuquerque nos eventos de 1801 e 1817 de forma elogiosa. No entanto, parece que em alguns pontos, os “Anais Pernambucanos” trazem quase o mesmo texto que a obra do religioso liberal<sup>32</sup>.

Guilherme Pereira das Neves, estudando a conspiração de 1801, também conhecida como Conspiração dos Suassuna, no artigo que traz título sugestivo “A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco<sup>33</sup>”, apoiou a ideia de José Honório

---

<sup>29</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit., p. 95.

<sup>30</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: Governo de Pernambuco/FUNDARPE, 1987.

<sup>31</sup> MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Pernambuco: Typ. de F.C. de Lemos e Silva, 1853.

<sup>32</sup> Um exemplo é este parágrafo sobre 1801, em que trazemos por grifo a parte dos “Anais Pernambucanos” acrescentada ao texto de Dias Martins: “Seu terceiro irmão José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, então em Lisboa, figurava na conjuração de agente acreditado junto ao protetor, e escapou de ser preso, fugindo para a Inglaterra. O público jamais penetrou os esconderijos deste mistério, porque molas reais e secretas fizeram correr sobre ele cortinas impenetráveis; foi certo, contudo, que rios de dinheiro correram pelas religiosas mãos de fr. José Laboreiro, *respeitável pelo seu saber e virtudes, lente de teologia dogmática do Seminário Episcopal de Olinda, e de grande prestígio na corte, de onde recentemente chegara*, tirando por fruto serem os acusados restituídos à liberdade, à posse dos seus bens sequestrados, e à estima e prêmios do soberano.” COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Volume 7. Op.cit., p. 80./ MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Op.cit, p. 12.

<sup>33</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. **A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?**. In: Revista Portuguesa de História, Coimbra, tomo 22, 1999, pp. 439 – 481. Aqui nos utilizamos da versão disponível em: [http://www.historia.uff.br/artigos/neves\\_suposta.pdf](http://www.historia.uff.br/artigos/neves_suposta.pdf) . Acessado aos 29 de maio de 2010.

Rodrigues de um “pensamento sem ação<sup>34</sup>”, sem nenhuma gota de sangue derramada, sobrando apenas o silêncio contido.

Glacyra Lazzari Leite, em “Pernambuco 1817: estruturas e comportamentos sociais<sup>35</sup>”, remete-se à importância dos Cavalcanti de Albuquerque no processo revoltoso, assim como Marcus Carvalho que confirma a autocrítica de José Thomaz Nabuco de Araújo, que pode ser aplicada também aos Cavalcanti de Albuquerque, trazendo 1817 como um erro, “apesar da nobreza de intenções<sup>36</sup>”.

Quando se abrem as portas para o Brasil Império, a bibliografia segue na mesma timidez. As citações mais frequentes quanto aos Cavalcanti serão daqueles que escreveram sobre a Insurreição Praieira de 1848 em Pernambuco.

Amaro Quintas, em “O Sentido Social da Revolução Praieira<sup>37</sup>”, trouxe a perspectiva da Insurreição como um movimento revolucionário, significativo de um conflito de “classes sociais antagônicas”, propondo profundas reformas sociais correspondentes às aspirações da “massa popular”. Vê nos acontecimentos o choque entre as reivindicações das “classes populares” afastadas do poder político, que teriam nos praieiros e na imprensa praieira os seus defensores, e uma oligarquia composta por algumas famílias poderosas e detentora dos postos de poder da província. “Os guabirus significavam o domínio dos Cavalcanti-Rego Barros, o governo nas mãos de uma oligarquia representativa dos interesses da aristocracia rural, do latifúndio<sup>38</sup>.”

Izabel Marson, tratando a Praieira como uma disputa entre facções oligárquicas provinciais pelo poder político local, critica Quintas e a sua geração, onde teriam valorizado a posição praieira, concedendo-lhe o valor moral de correta, de dimensão exata do real, da reivindicação justa. Os “guabirus” receberam o papel do vilão. Para

---

<sup>34</sup> RODRIGUES, José Honório. **Explicação**: A inconfidência de 1801. In: Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Vol. CX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, p. 14.

<sup>35</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Recife: Massangana, 1988.

<sup>36</sup> CARVALHO, Marcus J.M. de. **Cavalcantis e cavalgados**: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824. In: Revista Brasileira de História, v. 18, nº36, 1998, p. 341.

<sup>37</sup> QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira**. Recife: Massangana, 1982.

<sup>38</sup> QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira**. Op.cit, p. 140.

ela, os autores teriam confundido suas próprias aspirações com a dos personagens e com os argumentos partidários<sup>39</sup>.

Os trabalhos de Marcus Carvalho “A Guerra do Moraes<sup>40</sup>” e “A Insurreição Praieira<sup>41</sup>”, este último com Bruno Câmara, mostram a insurreição como um movimento vinculado às disputas partidárias na Câmara, contudo, enraizado em conflitos locais de Pernambuco. Uma disputa entre famílias, das quais saíram Presidentes de Província, deputados e senadores do Império, mas sem esquecerem de destacar a luta de homens pobres livres.

No nosso trabalho, percebemos essas disputas políticas que vão acontecendo tanto em Pernambuco quando na Corte. Todavia, identificamos que a perda do poder dos Cavalcanti para os praieiros, muito provavelmente, vem dos problemas internos do rompimento das alianças dentro da própria família Cavalcanti, donde os “holandeses”, “baronistas” e Araújo Lima buscavam os espaços próprios do poder para si. Quando Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque inicia seu destaque dentro do Partido Conservador, o barão da Boa Vista – Francisco do Rego Barros – se afasta dos primos. É nesse momento que ocorre, então, a perda da província para o Partido da Praia. Fragmentados, os Cavalcanti não conseguiam muita coisa. Juntos, conseguiam muito do que queriam.

As pesquisas sobre a família, no Brasil, tem se destacado na historiografia. Citamos, como exemplo, para o período colonial, o trabalho de Sheila de Castro Faria “A Colônia em movimento<sup>42</sup>”, donde a autora percebe que “é pela e para a família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, originam-se ou convergem<sup>43</sup>.” Analisando os mais diversos tipos de fontes (inventários e registros paroquiais, dentre outros), ela diz que um dos modos de ascensão de certos indivíduos, é o casamento. Alguns comerciantes de origem portuguesa casavam suas filhas com proprietários de terras. Por essas alianças, recebiam

---

<sup>39</sup> MARSON, Izabel de Andrade. **Movimento Praieiro** – Imprensa, ideologia e poder político. Op.cit, p. 23. Outra obra que pode ser consultada da mesma autora: MARSON, Izabel de Andrade. **O império do progresso** – A revolução Praieira. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>40</sup> CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **A guerra do Moraes** – A luta dos senhores de engenho na Praieira, op.cit.

<sup>41</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. **A Insurreição Praieira**. op.cit.

<sup>42</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento** – fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>43</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento** – fortuna e família no cotidiano colonial. Op.cit., p. 21.

aceitação na comunidade local. “O mercado matrimonial interessava a ambos os lados<sup>44</sup>.” Todavia, a riqueza familiar não era algo perene. Com a morte do senhor do casal, a fragmentação dos mesmos levava à diminuição do conjunto dos bens, mesmo se estes estivessem ligados ao controle de um “cabeça de casal”, responsável pela manutenção do conjunto das propriedades. A divisão era desvantajosa para todos<sup>45</sup>. O que percebemos, também, dentre os filhos do Coronel Suassuna. É com a sua morte e a perda de alguns bens por estar entre os rebeldes de 1817, que há uma queda no patrimônio dos herdeiros.

Para o período Imperial, os estudos recentes de Marcos Ferreira de Andrade são significativos. A obra “Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro<sup>46</sup>” estuda famílias que fizeram fortuna a partir das atividades agropastoris e comercialização de gêneros voltados para o abastecimento interno. Identificando a elite escravista do sul de Minas Gerais, considera a sua inserção na política e o papel que desempenharam na construção do Estado Imperial. Para o autor, as estratégias das famílias são as mais diversas, para a consolidação e ascensão das mesmas. Iam de relacionamentos consanguíneos até a constituição de alianças fora da parentela. Analisando a família Junqueira, percebe a importância dos casamentos endogâmicos como um dos pontos principais para a consolidação do nome da família<sup>47</sup>. No entanto, para Andrade, os caminhos do enriquecimento poderiam estar na conjugação das atividades econômicas com laços familiares além da ocupação dos cargos políticos<sup>48</sup>. Para nós, esse último aspecto é de bastante interesse, já que pensamos os Cavalcanti de Albuquerque terem aumentado significativamente suas fortunas nos momentos em que estiveram estreitamente ligados à política.

Maria Fernanda Martins em “Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX<sup>49</sup>”, estuda as elites políticas do Brasil na

---

<sup>44</sup> Ibidem, pp. 192 – 193.

<sup>45</sup> Ibidem, pp. 258 – 259.

<sup>46</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799 – 1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

<sup>47</sup> Ibidem, pp. 20 – 24.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 324.

<sup>49</sup> MARTINS, Maria Fernanda. **Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX**. in: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs). **Conquistadores e negociantes: história das elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

passagem do século XVIII para o XIX, através da noção de redes<sup>50</sup>. O que vai parecendo, é que essas redes são contínuas, mesmo que os indivíduos, muitas vezes, apresentem trajetórias as mais diversas.

Mas se a sobrevivência a essas transformações na política institucional poderia se justificar pelos dons, escolhas e estratégias individuais, que tinham limites na própria longevidade das personagens, o mesmo não se poderá dizer de suas redes de relações, que parecem construídas para durar séculos<sup>51</sup>.

Para a autora, as elites tradicionais já ocupavam cargos administrativos durante o período colonial, e iam se adaptando às conjunturas impostas pelo novo regime. Os homens do Império seriam os filhos, netos e bisnetos da antiga nobreza da terra ou até de portugueses: “Assim, analisando as redes às quais pertenciam os principais nomes da cúpula da administração e da política imperial, pode-se observar que suas origens remontam efetivamente ao período colonial<sup>52</sup>.”

Em meio a toda essa problemática, um dos exemplos citados por Martins é o de Araújo Lima. Para ela,

o próprio Marquês de Olinda, por exemplo, encontrava-se diretamente ligado à família de origem pernambucana dos Cavalcanti de Albuquerque, à qual pertenciam os viscondes de Albuquerque, Suassuna e Camaragibe, além de diversos políticos e senhores de engenho<sup>53</sup>.

Para nós, a problemática entre Araújo Lima e os Cavalcanti de Albuquerque não se faz em alianças perenes. Percebemos três parcelas: Araújo Lima, os irmãos Rego Barros e os irmãos Cavalcanti de Albuquerque como grupos independentes entre si, cada um buscando espaços no poder. Preferimos usar não o termo *redes*, mas, alianças, que é o que percebemos. Alianças que fazem e se desfazem ao sabor dos interesses, sem mesmo acontecerem entre os três grupos, simultaneamente. O “regresso” vai trazer uma aliança entre os Rego Barros e Araújo Lima, que não é totalmente percebida a integração dos Cavalcanti de Albuquerque. Não percebemos perenidade nessas alianças, mas sim, rupturas.

---

<sup>50</sup> Martins define rede da seguinte forma: “A noção de *rede* é entendida como a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais. Segundo M. Gribaudi, o conceito implica a necessária identificação dos grupos que atuam em um determinado contexto, grupos e indivíduos que se cruzam e sobrepõem, mas que nem por isso perdem suas identidades próprias, suas história e relações. Implica basicamente a definição das reais ligações que mantêm os grupos sociais e os conteúdos que neles são negociados.” MARTINS, Maria Fernanda. **Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX.** op.cit., p. 432.

<sup>51</sup> MARTINS, Maria Fernanda. **Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX.** op.cit., pp. 407 – 408.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 430.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 408.

O primeiro capítulo do nosso trabalho busca a compreensão de alguns caminhos traçados pelos Cavalcanti de Albuquerque na ambição insistente pelo poder. Percebemos que a família elabora estratégias, desde o século XVIII, para atingir os mais altos postos, mesmo que não consiga. Ao menos três tentativas, identificamos: a nobilitação, a revolta e a política. Para a primeira, utilizamos a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, referente a Pernambuco, nas cópias feitas pelo Projeto Resgate. Destacamos o pedido do Foro de Fidalgo Cavaleiro por Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, como forma de nobilitação. As tentativas de revoltas são as de 1801, a Conspiração dos Suassunas, que estudamos partindo da Devassa feita sobre o crime. Ainda observamos a atuação dos Cavalcanti de Albuquerque no movimento de 1817. Quanto à política, temos a integração dos filhos do Coronel Suassuna, pelos dias de 1822, nos postos de Pernambuco.

No segundo capítulo estudamos de início, alguns problemas ligados ao Engenho Suassuna, e percebemos que os bens deixados pelo Coronel Suassuna não eram tantos, ao contrário da propaganda que fez José Thomaz Nabuco de Araújo em destacar os Cavalcanti como uma família sempre rica<sup>54</sup>. Todavia, com a chegada dos anos iniciais do Império, os irmãos Cavalcanti de Albuquerque fazem crescer o número das suas propriedades. Ainda no mesmo capítulo, percebemos as primeiras investidas de Hollanda Cavalcanti como deputado, e as instruções dadas tanto por Hollanda como por Luiz Francisco, para os irmãos que estavam estudando direito na Alemanha: Pedro Francisco e Manoel Francisco. É nesse momento que se percebe o interesse em fazer de Pedro Francisco um político. Observamos o período que vai de 1822 até 1834, quando se vota o Ato Adicional, donde os irmãos que estão na Câmara dos Senhores Deputados são contra. Para tais percepções, nos utilizamos de inventários, missivas trocadas entre os irmãos e os Anais do Parlamento Brasileiro.

O terceiro capítulo mostra como Pernambuco vai se “enfeudando” nas mãos dos Cavalcanti. Em 1835, quando as Assembleias Provinciais iniciam seus trabalhos, em Pernambuco, os Cavalcanti assumirão várias cadeiras na mesma. É, também, nesse ano, que Hollanda Cavalcanti perde as eleições regenciais para o padre Feijó. Todavia, em 1837, Araújo Lima sobe à Regência, com o Regresso, e faz de Francisco do Rego Barros, primo direto dos Cavalcanti, Presidente da Província de Pernambuco. É nesse momento que se dá o auge do poderio, mesmo que o grupo “holandês” não esteja tão

---

<sup>54</sup> ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia**. Op.cit., p. 4. (fac-simile)

próximo ao de Rego Barros. É também nessa época que os irmãos Hollanda Cavalcanti (1838) e Francisco de Paula (1839) ascendem ao Senado. Ainda em 1838, Hollanda perde as eleições regenciais para Araújo Lima: momento onde percebemos que a aliança Rego Barros – Cavalcanti está bastante fragilizada. Frágil, vão se afastando uns dos outros, pelas ambições próprias, e terminam por perder o poder para os praieiros, em 1844. Para executarmos as devidas análises, recorreremos aos periódicos “O Eco da Religião e do Império” e “Diário de Pernambuco”, dentre outros, além dos discursos na Câmara. É com esses elementos que percebemos que as alianças não são perenes entre os Cavalcanti de Albuquerque, Rego Barros ou Araújo Lima.

## 1- *Uma família numerosa, antiga, rica: os Cavalcanti de Albuquerque e as trajetórias pela busca do poder*

*Esses Cavalcantis antes da nossa emancipação política já figuravam como capitães mores, tenentes coronéis, coronéis e oficiais de ordenanças e milícia, e em todos os cargos da governança: os engenhos que a maior parte deles têm, foram havidos por heranças transmitidas por seus maiores (...) Enumerai os engenhos da província, e vos damos fiança de que um terço deles pertence aos Cavalcantis... (Nabuco de Araújo. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia.**<sup>55</sup>)*

Em 1847, ao responder às provocações dos integrantes do Partido da Praia, publicadas no número 97 do jornal “Diário Novo”, escreveu José Thomaz Nabuco de Araújo – que só teria revelada a autoria por seu filho, Joaquim Nabuco, em “Um Estadista do Império” - um opúsculo intitulado “Justa Apreciação do Predomínio do Partido da Praia ou História da Dominação da Praia<sup>56</sup>”. Neste texto, temos logo em suas primeiras páginas a defesa que vem em favor dos Cavalcanti de Albuquerque. Não seria apenas uma defesa, mas um discurso-resumo, em tonalidade bajulatória, dos possíveis feitos a favor desta família que já havia recebido críticas em 1831, publicadas na primeira folha do “Diário de Pernambuco” do sábado 9 de julho:

Temos poupado até aqui os nomes dos senhores Cavalcantis em diversos papeis, que temos publicado; mas já não é possível guardar essa atenção: eles não pecam por ignorantes.(...) Não queremos sim, que uma família prepondere e domine a nossa Província, ou outra qualquer do Brasil<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup>ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia.** Pernambuco: Typographia União, 1847, p.4. (fac-simile)

<sup>56</sup> *Ibidem*.

<sup>57</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 9 de julho de 1831.

Diria então José Thomaz Nabuco de Araújo, que a influência da família Cavalcanti não era algo recente, todavia, de tempos remotos:

Essa influência não é obra do poder, ou da revolução, mas procede da natureza das coisas, é a influência que sempre teve e há de ter uma família numerosa, antiga, rica, e cujos membros sempre figuraram nas posições sociais mais vantajosas<sup>58</sup>

Segue informando ter tido na primeira legislatura de 1826 cinco membros dessa família eleitos deputados; na segunda e terceira seis foram os Cavalcanti que “obtiveram essa honra popular<sup>59</sup>”. Mas todo esse palavreado poderia não passar de um discurso criado pelos próprios Cavalcanti, para justificarem a posição à qual estavam inseridos, politicamente, naquele momento.

Mais tarde, o próprio Joaquim Nabuco se servirá do opúsculo redigido por Nabuco de Araújo para identificar os irmãos Cavalcanti de Albuquerque, os três filhos do Coronel Suassuna – ligados diretamente, pelo compadrio, ao pai de Joaquim Nabuco - que impunham forma na política provincial de Pernambuco pelos idos da década de 1830, e diria: “De fato, não era uma família só, mas diversos círculos, formados pelas antigas famílias.<sup>60</sup>” Assim pensando, incluiria o ramo dos Rego Barros, a qual estavam ligados os sobrinhos do Coronel Suassuna, Francisco do Rego Barros e Sebastião do Rego Barros.

Amaro Quintas, estudando a Revolução de 1848 em Pernambuco, sustentou a afirmação de uma “oligarquia”, “uma nobreza rural, possuidora de vastas extensões territoriais, exercendo um domínio completo no nosso meio político-econômico.”<sup>61</sup> Ainda propõe que por 1837, “trouxera o domínio da Oligarquia Cavalcanti, que iria, ao lado de empreendimentos notáveis para o desenvolvimento da Província, trazer um monopólio familiar<sup>62</sup>” que duraria até a chegada do que Joaquim Nabuco chamou de “o pleno domínio da Praia<sup>63</sup>”, pelos anos de 1844.

Observamos, anteriormente, que as críticas ao domínio Cavalcanti de Albuquerque são expostas já em 1831, configurando um poder local anterior ao

---

<sup>58</sup> ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia**. Op.cit., p.4.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.62.

<sup>61</sup> QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira**. Recife: Massangana, 1982, p.27.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p.41.

<sup>63</sup> NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. Op.cit., p.95.

proposto por Quintas, de 1837. Não pensamos em 1831 ou 1837. Temos em vista uma trajetória de poder construída aos poucos, não apenas objetivada dentro do Brasil Imperial, mas, nos dias quando o Brasil ainda era colônia de Portugal. Levando em conta o auge do poder político da família entre os anos de 1837 e 1844, tendo Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque como vice-presidente da Província de Pernambuco, assumindo sua presidência por algumas vezes e ocupando a cadeira do Senado; Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque como senador e ministro em alguns momentos; Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque como deputados na Província.

Nesse capítulo, queremos identificar as trajetórias percorridas pelos Cavalcanti de Albuquerque na busca pelo poder. Pelos menos três ideias, encontramos, nesse projeto: a nobilitação – muito comum nos dias da Colônia -, a revolta, também comum quando não se consegue estar no poder, e a política. Percebemos que essa família não era muito diferente de tantas outras que existiam no Brasil. Justificarem-se mais importantes do que eram, não era algo de outro mundo. E projetos para alcançar o poder também eram constantes nos idos do século XVIII para o XIX dentre os homens que possuíam, pelo menos, alguns bens. Percebemos, também, que os Cavalcanti de Albuquerque não eram tão importantes como disse Nabuco de Araújo: é isso que percebemos na negação do pedido do Foro de Fidalgo Cavaleiro por Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque. Se conseguiram parcelas do poder pelos dias iniciais do século XIX, é por terem construído um sólido projeto de alcance não imediato.

### **1.1. Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque: a graça que as mãos reais não concederam.**

Ser nobre no imenso território do Império Português do Antigo Regime não era para tantos. Não vindo pelo sangue, vinha pela graça: “milagres de engenharia social e política, quando não cabem a Deus, cabem aos seus vigários no mundo – os reis.<sup>64</sup>” Era através do poder Real que se emancipava, legitimava e enobrecia<sup>65</sup> fazendo alguns homens comuns aproximarem-se do Rei.

---

<sup>64</sup> HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. Revista Tempo, nº 21, volume 11. Niterói, julho de 2006, p. 139.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 121.

Coexistindo algumas nobrezas, explica Hespanha, a natural adviria da virtude “que torna alguém ou alguma coisa apta a dominar.”<sup>66</sup> Estaria ligada à posse de qualidades espirituais, que ou se adquirem pelo sangue ou, ao menos, por tradição familiar: “reside nos genes, reproduzindo-se como as características naturais das pessoas.”<sup>67</sup>

Outra nobreza estaria ao lado da já mencionada. Era ganha por obras, advindas da prática de certas funções: nobreza política, não obrada pela natureza. Seria, então, deste tipo, a nobreza adquirida pelas mãos do Rei, através da ciência, das milícias, e do exercício de alguns ofícios, como: governos de armas das províncias; presidentes dos tribunais de justiça da corte; conselheiros régios; chanceler-mor; juízes das chancelarias e audiências; corregedores; provedores; juízes régios; juízes ordinários; vereadores; procuradores dos conselheiros, meirinhos e alcaides; contudo “só nas terras em que fosse costume reservar este lugar a nobres.”<sup>68</sup>

As obras seriam um dos grandes alicerces para o alcance da nobreza. As mercês régias, no Antigo Regime, seriam um tipo de remuneração dos serviços dos vassallos. Desta forma, tais mercês podem ser concebidas como pagamento, por gratidão<sup>69</sup>. Assim, tornar alguém nobre era umas das formas que os monarcas investiam para alcançar resultados sem muitos gastos para a Fazenda Real, lembrando que os vassallos contentavam-se com os privilégios e honras da nobilitação<sup>70</sup>.

Para Nizza da Silva, desde os primórdios da colonização, foram os baianos, seguidos pelos pernambucanos, quem mais mercês honoríficas receberam da Coroa,

---

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>67</sup> *Ibidem*, pp–135–136.

<sup>68</sup> Hespanha, em seu texto, especifica mais essa nobreza: “Os tratadistas chamam-lhe, por oposição à anterior, nobreza política, pois deriva não da natureza, mas de normas de direito positivo, como os costumes da cidade. Deste tipo é a nobreza que se adquire: a) pela ciência (doutores, licenciados, mestres de artes, bacharéis); b) pela milícia “armada” (cavaleiros de ordens militares, oficiais militares (condestável, almirante, capitães-mores, capitães e alferes de ordenanças); c) pela milícia “inerte”; d) pelo exercício de certos ofícios: governos de armas das províncias, presidentes dos tribunais de justiça da corte; conselheiros régios; chanceler-mor; juízes das chancelarias e audiências; corregedores; provedores; juízes régios; juízes ordinários; vereadores; almotacés e alguazis, procuradores dos conselheiros, meirinhos e alcaides; mas só nas terras em que fosse costume reservar este lugar a nobres.” HESPANHA, António Manuel. **A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime**. Revista Tempo, nº 21, volume 11. Niterói, julho de 2006. p. 136.

<sup>69</sup> HESPANHA, António Manuel. **A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime**. Revista Tempo, nº 21, volume 11. Niterói, julho de 2006, p. 139.

<sup>70</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: UNESP, 2005, p.8.

sendo essas graças o título de fidalgos da Casa Real, ou hábito de uma das três Ordens Militares – Cristo, Avis e Santiago<sup>71</sup>.

Muitos pediram a graça de El-Rei, nem todos receberam. Alguns, por suas obras não serem tão importantes para o enobrecimento, ou posto que descendiam por parte materna das ditas – então - grandes e ilustres famílias. Mesmo sem perder a honra do sangue materno, não eram vistos pelos conselheiros do Rei como tal. Ser Fidalgo Cavaleiro, assim da forma de outras honrarias, não era apenas proveniência da ascendência fidalga, todavia, da recompensa de serviços militares<sup>72</sup>.

Ao observarmos um pedido de Foro de Fidalgo Cavaleiro, temos a compreensão de um conjunto de formas: sociedade, família, serviços. Estão presentes todas as certidões e justificações – do suplicante e dos seus parentes próximos; escrituras de doação de serviços; genealogia; assim como casamento, óbito dos pais do suplicante, testemunhos daqueles que confirmam a nobreza de quem pede. A seguir, observaremos o caso de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque.

Aos 22 de novembro de 1799, na Vila de Santo Antônio, no Recife de Pernambuco, em casa de residência do Doutor Desembargador Ouvidor Geral José Joaquim Nabuco de Araújo, foram entregues os papéis de serviços de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, então Coronel do Regimento de Milícias da Guarnição da Cidade de Olinda, assim como os do seu falecido pai, o Mestre de Campo Engenheiro Luis Xavier Bernardo e de seus irmãos, que lhe foram doados.

Não são presentes apenas esses documentos. Era necessário convencer e provar a nobreza através dos papéis escritos e testemunhas, que deveriam ser ao menos, seis<sup>73</sup>. Nesse caso, a lista de provas é relativamente grande<sup>74</sup>.

Tantos documentos para justificar o que se pretende. Os esforços eram válidos. A fidalguia, se adquirida, fosse de qual tipo fosse, abarcava seus diversos privilégios, como o fidalgo não ser registrado nos livros das ordenanças, ser isento de servir aos

---

<sup>71</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Bahia, a corte da América**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010, p.456.

<sup>72</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. Op.cit., p.76.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p.21.

<sup>74</sup> Vide anexo 1.

cargos da câmara, não ser preso quando de devassa, servir a tropa paga como cadete e usar o título de Dom<sup>75</sup>.

A maioria dos documentos são relativos aos serviços prestados, não apenas os do suplicante, mas os do seu pai adicionados. Deveriam ser provados e justificados, também, os feitos e nobreza dos antepassados. As testemunhas desse pedido foram 10, e deveriam testemunhar 8 itens<sup>76</sup>.

O pai de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, Luis Xavier Bernardo<sup>77</sup>, era natural de Lisboa. Serviu como ajudante engenheiro na Praça de Trás os Montes, assim como em Puebla de Senabria, Miranda e Brecha de Monte Alegrete. Em 1716 foi para a Capitania da Paraíba com o posto de Capitão Engenheiro, assistindo a obra da Fortaleza de Cabedelo – tirando as plantas – e de outra na Baía da Traição. No mesmo tempo, visitou as costas e Fortalezas de Pernambuco, ajudando os engenheiros da dita Capitania a tirar as plantas de todas. Fora nomeado Tenente de Mestre de Campo General de Infantaria da Capitania de Pernambuco e no exercício de Engenheiro, assim quando da precisão do mesmo na Capitania da Paraíba, deveria a ela socorrer. Contudo, aos 2 de julho de 1750, é nomeado Mestre de Campo *ad honorem*.

Aos 71 anos, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, natural de Pernambuco, requeria remuneração pelos serviços seus, do seu pai e dos seus irmãos, pedindo o foro de Fidalgo Cavaleiro “como tiveram os seus avós<sup>78</sup>”. No caso das remunerações pelos serviços de outrem, recebera doações de Joaquim Francisco Cavalcanti de Albuquerque, que não havia recebido remuneração pelos serviços até então.

Da forma já vista, servir ao Rei em suas tropas era questão de honra, além de ser bem visto pelos grandes do Império Português. Francisco Xavier declarou ter servido na

---

<sup>75</sup> *Ibidem*, p.17.

<sup>76</sup> Vide anexo 2.

<sup>77</sup> Aos 26 de julho de 1719, na Igreja da Misericórdia, que servia, naquele momento, de Matriz, à Freguesia de Nossa Senhora das Neves, na cidade da Paraíba do Norte, pelas quatro horas da tarde, casavam-se Luis Xavier Bernardo e Dona Francisca Cavalcanti de Albuquerque. Tiveram, provavelmente, 4 filhos: Dona Anna Cavalcanti de Albuquerque (batizada em 1718) Joaquim Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque (batizado aos 12 de agosto de 1721); Dona Florência Ignacia da Silva Castro (batizada em 1726) e Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque (batizado aos 24 de março de 1731). LAPEH–AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 224, D.15122. Quanto ao nome da última filha, Dona Florência Ignácia da Silva Castro, os documentos do pedido de Foro de Fidalgo Cavaleiro trazem por Florência Ignácia da Silva Castor ou Florência Ignácia da Silva e Castro, variando as formas.

<sup>78</sup> LAPEH–AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 224, D.15122.

Capitania de Pernambuco no Regimento de Infantaria de linha, ordenanças e Milícias da Cidade de Olinda e seu distrito por 21 anos, 7 meses e 16 dias. No Regimento de Linharia teria passado 8 anos, 2 meses e 2 dias, contados de 17 de março de 1756 até 19 de janeiro de 1764, em praça de soldado voluntário e Sargento de Granadeiros. Permiteu-lhe baixa por ter assentado praça voluntária, além de ter sido filho de oficial de patente maior e falecido. Desta feita, ele administraria os bens da casa na companhia materna. Nos Regimentos de Ordenanças e Milícias, serviu 13 anos, 5 meses e 14 dias, no período estendido entre 5 de agosto de 1785 até 21 de fevereiro de 1799, quando assumiu o posto de capitão de Infantaria das Ordenanças, de que passou a Mestre de Campo agregado ao Terço dos Nobres, passando depois a Mestre de Campo chefe do então Regimento de Milícia, do qual era Coronel por patente assinada pelo Rei, onde ficou continuando o Real Serviço.

Por ter servido na tropa paga e no posto de Capitão de Ordenança e “ser das principais famílias daquela Capitania, abundante de bens, um dos vassallos mais úteis dela, pelo aumento que deu à Real Fazenda dos Contratos Reais, que arrematou” além de ter concorrido e, por seus custos, ter tapado e concertado o Aterro dos Afogados, “obra pública e da maior utilidade para aqueles povos” foi promovido ao então, já dito, posto de Mestre de Campo.<sup>79</sup>

Os documentos continuam apontando uma auto-exaltação dos ditos feitos e serviços de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque. Talvez, nem todos fossem tão verdadeiros e grandiosos assim. Todavia, era necessário apontar-se como um grande contribuinte do reino português. Exaltar-se e exaltar a família – além de dizer-se abundante de bens - era ato muito compreensível para entendermos a busca pelo poder. No momento em que o justificante se colocava como dono de imensa riqueza, tinha a intenção de declarar ao governo português que já vivia como nobre, pedia, apenas, a confirmação régia. No entanto, nem todo mundo que pedia, recebia. Como disse Nuno Gonçalo Monteiro, os títulos concedidos aos naturais da colônia foram escassos<sup>80</sup>.

Em 1796, quando os franceses, segundo consta no documento de pedido do Foro de Fidalgo Cavaleiro, estavam na Costa, e “julgando-se que viriam atacar a dita Cidade,

---

<sup>79</sup> LAPEH–AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.224,D.15122.

<sup>80</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime**: poder simbólico, império e imaginário social. in: Almanack brasiliense, n° 02, novembro de 2005, p. 20. Acessado em [http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02\\_forum\\_1.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf) , aos 21 de janeiro de 2011.

marchou ao rebate prontamente com o seu regimento.” Teria sustentado – às suas custas – todo o regimento, por muitos dias, “sendo portanto louvado não só da parte do Governador e Capitão General mas também este o fez em Nome de Sua Majestade<sup>81</sup>.” Não era sem interesse que se faziam esses serviços. Bicalho aponta que o desempenho de serviços era acompanhado da expectativa pelos prêmios que deveriam vir. O ato de servir se tornava um “círculo vicioso” dentre alguns homens da colônia<sup>82</sup>.

Disse o procurador de Francisco Xavier que quando convocado pelo Ouvidor Geral da Capitania, por ordem da Junta da Real Fazenda, para o empréstimo voluntário de um milhão e meio de cruzados, ele ofereceu-se a entrar com a soma de quatro contos de réis. Outros também o fizeram, mas, não tendo efeito as promessas, a Junta escrevera cartas a algumas pessoas que não se prontificaram a pagar o que haviam prometido, e a muitas outras, para que tomassem parte naquele empréstimo. Segundo o declarado, Francisco Xavier foi um dos primeiros a enviar o valor ao cofre geral, antes mesmo de receber a carta, “entrando para o dito empréstimo com a maior quantia, recebendo apólices para cobrar no seu tempo o respectivo juro e anuidade.” Ainda oferecera duzentos mil réis para a compra que a Real Fazenda fizera da Fragata Colombo. Dessa forma, estaria se mostrando como um dos maiores beneficiários do governo português em Pernambuco. Talvez, nem fossem tão importantes as contribuições que fazia, todavia, as suas pretensões exigiam a exaltação de uma superioridade frente àqueles que analisariam as suas justificativas.

Todas essas declarações eram provas da boa vassalagem e bons serviços. Ao pedir o Foro de Fidalgo Cavaleiro, não teria de provar apenas a nobreza recebida pelo sangue, contudo, os serviços prestados, entrando no processo da nobreza e benefícios adquiridos pelas mãos do Rei. Nesse caso era bem necessário, já que o suplicante descendia de outros Fidalgos Cavaleiros por linha feminina, não herdando a linhagem diretamente das mercês e benefícios. O requerente deveria mostrar, como o mesmo diz, que “tendo em todo conservado o mesmo esplendor e nobreza de seus progenitores”, “não desmerece a mesma mercê<sup>83</sup>”.

---

<sup>81</sup> LAPEH–AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.224,D.15122.

<sup>82</sup> BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime.** In: Almanack brasiliense, n° 02, novembro de 2005, pp. 22 – 23. Acessado em [http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02\\_forum\\_2.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_2.pdf), aos 21 de janeiro de 2011.

<sup>83</sup> LAPEH–AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.224,D.15122.

Pelos idos de 1774, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque é tido como “um dos senhores de engenho mais bem fabricado, e que mais açúcares e aguardentes punha na praça<sup>84</sup>”. Era colocado por si mesmo como um homem rico, que em 1780, enviava um ofício ao capitão José Francisco Perné sobre a abundância de madeiras nas matas da Capitania de Pernambuco<sup>85</sup>. No mesmo ano, pedia a Martinho de Melo e Castro para não pagar o subsídio da carne, pois “não manda matar gado se não para sustentação de sua família, que é de cento e tantas pessoas.<sup>86</sup>” Devemos lembrar que a família não consistia apenas nos moradores do casal, mas, toda uma gente agregada ao senhor do engenho.

Aos 21 de março de 1783, uma pequena confusão envolveria o nome de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque. Estando morador na Vila do Recife, era proprietário de algumas casas por trás da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, compradas em 1781. Entre o templo e a sua casa, existia um bequinho de oito palmos de largura, segundo relata a documentação, “do que o fazia o povo monturo das mais fedidas imundícies, e lugar de prostituições, e podia ser parada de ladrões e assassinos<sup>87</sup>.” Segundo os papéis que representa Francisco Xavier, querendo extinguir estes problemas para tranqüilidade da sua casa e benefício público, requereu ao Senado da Câmara da Vila do Recife “quisesse aforar a terra do tal bequinho, e consentir tapá-lo para tranqüilidade do representante e bem público.<sup>88</sup>”

Neste tempo, o personagem em questão era tido por “além de fabricante de açúcar, comerciante daquela Capitania, matriculado na Junta do Comércio desta Corte em o que faz contínuos serviços a Vossa Majestade<sup>89</sup>.” O comércio era uma dos caminhos, entre os séculos XVIII e XIX, para a acumulação de riqueza, todavia, os senhores de escravos e terras desfrutavam de maior prestígio<sup>90</sup>. No caso de Francisco Xavier, era ele próprio senhor de terras – três engenhos de fazer açúcar: Suassuna, Patorra e Muguahipe - e escravos, além de comerciante, mostrando, assim, a relação de

---

<sup>84</sup> LAPEH–AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.115,D.8835.

<sup>85</sup> LAPEH–AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.138,D.10279.

<sup>86</sup> LAPEH–AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.135,D.10124.

<sup>87</sup> LAPEH–AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.147,D.10718.

<sup>88</sup> *Idem*.

<sup>89</sup> *Ibidem*.

<sup>90</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro**: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799–1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 216.

ser um dos homens mais respeitados da Capitania. E foi com esse prestígio que conseguiu tapar o beco para benefício próprio, com o consentimento da Câmara.

Só que não era apenas chegar e tapar, mesmo que autorizado. O beco ficava entre a Igreja de Nossa Senhora do Livramento e as casas de propriedade de Francisco Xavier, da forma já observada. A irmandade que funcionava no templo interveio na questão. As procissões passavam por aquele espaço. O ofício divino não podia ser interrompido. Os membros da mesma não deixariam isso por estar: brigaram, também, pela via.

Aos 5 de abril de 1783, o governador da Capitania de Pernambuco, José César de Menezes enviava ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a ordem para abrir a via<sup>91</sup>. A religião fora mais forte. O beco era reaberto pelas autoridades, às custas de Francisco Xavier, depois de possíveis muitos bate-boca e confusões.

Aos 13 de agosto de 1801, o Conselho Fiscal das Mercês dá um parecer sobre o pedido do Foro de Fidalgo Cavaleiro por Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque. Para eles, o requerimento do suplicante não estava nos termos para ser deferido. Colocam que os serviços de Luis Xavier Bernardo, falecido havia mais de 38 anos, já estavam prescritos, e os dos seus irmãos “se não acham convenientemente legalizados” e os do suplicante “não são de sua natureza tão relevantes que estejam no caso de merecer tão extraordinária contemplação.<sup>92</sup>” Mas, frisam alguns serviços de natureza não puramente militar que “o caracterizam por um vassalo zeloso do serviço de Vossa Alteza Real” como eram as despesas do concerto do Aterro dos Afogados, as custas próprias despendidas com o Regimento de Milícias no qual era Coronel em 1796, dentre outros. Indicam que a remuneração dos serviços de Francisco Xavier seja superior a que se estabelecia pela tarifa ordinária para os serviços dos coronéis. Já em 26 de fevereiro de 1801, o Rei havia despachado: “satisfaça ao que requer o conselho fiscal”<sup>93</sup>. E era só. Francisco Xavier ficaria sem o seu Foro de Fidalgo Cavaleiro. Mas para ele, não seria tanto. Antes mesmo de 15 de março de 1801, teria falecido<sup>94</sup>.

---

<sup>91</sup> LAPEH–AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.147, D.10723.

<sup>92</sup> LAPEH–AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 224, D.15122.

<sup>93</sup> *Idem*.

<sup>94</sup> É o que indica uma das cartas anexas à Devassa da Insurreição de 1801. Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos**– Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p. 167.

Perece-nos que o conselho não levou em conta toda a ascendência nobre materna do suplicante que fora insistentemente justificada: não a cita como relevante. Todavia, é o requerente quem indica a relevância materna, pois seus avós obtiveram a graça de serem Fidalgos Cavaleiros da Casa Real, e mesmo procedendo de linha feminina, teria “conservado o mesmo esplendor e nobreza dos seus progenitores.”<sup>95</sup> No entanto, em momento algum da documentação apresentada, aparece justificativas da nobreza sanguínea de Luiz Xavier Bernardo. Dele, apenas dá conta do nome do pai e apresenta todos os seus serviços.

Como nos indica Hespanha, uma suposta nobreza ligada a Luiz Xavier Bernardo poderia vir do serviço militar. Parece que o mesmo ascendia na condição militar pelos conhecimentos de Engenharia que possuía: atrelava aos conhecimentos os bons serviços para El-Rei tanto nas praças de Portugal quanto do Brasil. Mesmo assim, seus serviços não foram ressarcidos em vida, talvez por não parecerem tão importantes ao governo português, como fora o caso de Francisco Xavier. Como consta, nunca recebera uma Mercê nobiliárquica. Poderia ter algum ascendente mecânico na família ou cristão novo que também fosse escondido. Desta forma, a família Cavalcanti de Albuquerque não conseguia o objetivo de uma nobreza declarada, no ramo de Francisco Xavier, neste momento. Nem por serviços e nem por lado sanguíneo. A queda deve ter sido brusca para os filhos desse reconhecido como nobre na Capitania de Pernambuco. Nobre na terra, com todas as honras dos postos militares. Uma patente militar estava envolta numa gama de significados na disputa pelo poder local. Não trazia apenas a carga do prestígio pessoal, mas também o político: era uma garantia de força<sup>96</sup>. Mas não se fez Fidalgo da Casa Real.

Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque teria tido uma filha e três filhos, possivelmente<sup>97</sup>: Dona Maria Ana Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque (casada com o coronel Francisco do Rego Barros, era a mãe do Barão da Boa Vista – Francisco do Rego Barros - e de Sebastião de Rego Barros)<sup>98</sup>, o Capitão Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, natural da Freguesia de Santo Amaro Jaboatão,

---

<sup>95</sup> LAPEH-AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.224,D.15122.

<sup>96</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco, 1817** – estrutura e comportamentos sociais. Recife: Massangana, 1988, p. 162.

<sup>97</sup> Vide anexo 3. A árvore genealógica que lá se encontra é de caráter simplificado: apenas para facilitar a leitura do texto que se segue. Não apresenta todos os dados.

<sup>98</sup> SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 144.

então morador no Engenho Suassuna, em 1801<sup>99</sup>, de idade de 29 anos; o Capitão Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, natural da Freguesia de Itabaiana, morador no Engenho Pantorra da Freguesia do Cabo, em 1801, com 32 anos<sup>100</sup>; e José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Foram os três irmãos que deram origem a uma séria questão, no ano de 1801, em Pernambuco. Em geral, a insurreição ideológica desse ano não atrapalharia as pretensões dos Cavalcanti de Albuquerque. Por esse tempo, José Francisco estava em Lisboa, buscando cada vez mais estar próximo ao poder, tentando o Hábito da Ordem de Cristo e o posto de Tenente-Coronel, dentre outras benesses para ele próprio e os irmãos.

## 1.2. A Conspiração de 1801 em Pernambuco

21 de maio de 1801. Antônio Manuel Galvão, Juiz de Fora da Vila e Cidade de Olinda, propõe reunir-se em segredo com os governadores interinos de Pernambuco: o Bispo de Pernambuco D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, Pedro Sheverin e José Joaquim Nabuco de Araújo. Azeredo Coutinho, estando em sua casa – a Quinta da Soledade - repassa o termo, às 4 horas da tarde, aos dois outros membros, ainda no mesmo dia, estando pronto para encontrá-los em “todo lugar e hora que Vossas Senhorias determinarem, e se quiserem hoje e nesta sua casa podem dispor da minha vontade<sup>101</sup>”. Juntaram-se à noite na dita Quinta, onde fora comunicado o negócio.

Naquela tarde, o comerciante José da Fonseca Silva e Sampaio, Capitão do Regimento de Milícias dos Nobres, denunciara ao Juiz de Fora e do Crime que Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque havia feito a leitura de duas cartas vindas no correio Santo Antônio Olinda, redigidas por José Francisco de Paula Cavalcanti, seu irmão, Capitão do Corpo de Artilharia dessa Praça, que estava na Corte<sup>102</sup>. A primeira missiva fora narrada no sábado, 9 de maio de 1801, pelas dez e meia da noite; a segunda, no dia 11 do mesmo mês, às nove horas da manhã. O destino

---

<sup>99</sup> Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p. 127.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 143

<sup>101</sup> Todas as grafias, nessa publicação, do nome dos Cavalcanti de Albuquerque, são como *Cavalcante de Albuquerque*. Modificamos a forma para *Cavalcanti* em todas as vezes que aparecerem. Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p. 18.

<sup>102</sup> Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, pp. 19–20.

das cartas segundo o denunciante: a primeira fora queimada por Francisco de Paula e a segunda, rompida.

Dizia Fonseca que a primeira missiva apontava as pretensões de quem enviava e “dava notícias políticas da Europa e que a Espanha viria sobre Portugal, e depois de algumas idéias revolucionárias advertia ao dito seu irmão que não concorresse para o empréstimo que vinha a pedir-se a esta praça nem aqueles que pudessem entrar (dizia a carta) “nos nossos projetos”.<sup>103</sup>” O segundo escrito indicava as mesmas idéias revolucionárias, dizendo Francisco de Paula, segundo Fonseca, que “era preciso procurar a liberdade, ao que respondendo o denunciante que só no caso de convir toda a América, replicara dizendo: nem havendo socorro de nação estrangeira como a França?<sup>104</sup>”

Fonseca informou não ter feito a denúncia e participação em tempo anterior àquele “pelo estado de desordem e confusão em que o seu espírito ficara com semelhante novidade.<sup>105</sup>” E declarou ter ido visitar Francisco de Paula, depois da leitura das cartas, ainda uma três ou quatro vezes, para não causar desconfiança.

Após escutarem a narração feita por Antônio Galvão sobre a denúncia, a Junta ordenou ao Ministro, que auxiliado pelo tenente-coronel do Regimento de Linha do Recife Domingos de Azeredo Coutinho, fosse prender Francisco de Paula e o seu irmão Luiz Francisco de Paula Cavalcanti, o último, comandante da freguesia de Jaboatão, o primeiro, comandante da freguesia do Cabo. Foram presos na mesma noite, por volta das onze horas, em casa. Levados para a cadeia da Vila do Recife, ficaram, os dois, em segredo, separados, para se procederem as perguntas e acareações<sup>106</sup>.

No mesmo tempo, houveram de mandar fazer a busca de papéis que existissem na casa dos denunciados para se apreenderem e juntarem à devassa que se procedia. Acharam uma carta de José Francisco para Luiz Francisco, com as palavras de que não concorressem ao empréstimo. Assim, a Junta Governativa percebia certa veracidade na denúncia.

---

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>104</sup> *Ibidem*.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>106</sup> Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p. 20.

No dia que se seguiu, foi preso para a Fortaleza das Cinco Pontas, o denunciante, que ratificara as denúncias. Prenderam, também, o Sargento-Mor do Regimento de Milícias do Cabo Sebastião Antonio de Barros à mesma Fortaleza, por ser irmão de um cunhado dos denunciados e por antecedentes<sup>107</sup>.

Ainda em 22 de maio de 1801, os irmãos acusados seriam escutados – segundo os documentos de suas falas - sem nem mesmo saberem da suspeita das suas prisões<sup>108</sup>. Luiz Francisco afirmou jamais ter conversado sobre princípios de liberdade e mudança de governo, como lhes insinuava os entrevistadores, e “lisonjeava de ser um vassalo fiel e como tal reconhecido o amor que como seu soberano e que não podia jamais evitar que seus inimigos falassem e dissessem tudo quanto quisessem a respeito dele<sup>109</sup>.” Mais perguntas esperavam Luiz Francisco no dia seguinte.

Voltavam à cadeia da Vila do Recife, os ministros, em busca de provas. Depois de reafirmar as respostas do dia anterior, Luiz Francisco disse que “só a maldade do homem poderia inventar semelhantes coisas para a sua ruína.” Assim, pela lógica das perguntas, o denunciado – dessa vez - já entendera o motivo de sua prisão e ia se esquivando de cada laço dado nas palavras dos inquiridores; ou talvez, Luiz já soubesse do que estava acontecendo, e estava fazendo-se inocente. Com esse espírito, respondeu, quando perguntado sobre José Francisco, e o perigo o qual o mesmo se referia em uma das cartas, “que entendia ser pelo perigo de se extraviarem as suas cartas que continham negócios particulares da sua casa, que pela qualidade exigiam todo o segredo, como várias pretensões de hábitos e foros e outras desta natureza.<sup>110</sup>”

Em 1º de junho, um novo encontro. Luiz Francisco reafirmou todas as respostas anteriores. Dessa vez, perguntaram-lhe sobre o pedido do irmão José Francisco para que não concorresse ao empréstimo que pela Fazenda Real se viria abrir. A saída do respondente foi dizer que José não sabia do tempo da sua estadia em Lisboa, “e sabendo que neste país havia muito pouco numerário, lhe fazia aquela recomendação a fim de não ficar sem a subsistência naquela Corte<sup>111</sup>.” A resposta não era das melhores e a

---

<sup>107</sup> *Ibidem*, p.21.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>109</sup> *Ibidem*.

<sup>110</sup> Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p. 129.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 130.

direta dos investigadores era previsível: “para as necessidades do Estado devem concorrer todos os vassallos com as suas vidas e fazendas<sup>112</sup>.” Mas Luiz tinha bom histórico, segundo ele mesmo insistia em afirmar, assim como a sua família, e o deu por resposta e prova de conhecer em perfeito a afirmativa. Ainda perguntaram-lhe se Francisco havia lido ou mostrado as cartas. Veio uma já presumível negativa.

Os investigadores não se cansavam. Até parece que queriam cansar o respondente para a confissão do crime. Aos 3 de junho, mais perguntas. Como de costume, deu negativas às questões exaustivamente já respondidas, e a mais uma. Perguntaram-lhe se ele concorreria para o empréstimo se a Real Fazenda o abrisse, sendo contrário à ordem do irmão. Luiz expôs que “a serem urgentíssimas as necessidades do Estado, ele não só concorreria com o dinheiro que tivesse, mas até venderia seus próprios bens para acudir a mesma necessidade<sup>113</sup>.” E ainda negou ter conversado sobre ideias facciosas ou a favor da liberdade e “nunca tais ideias lhe tinham passado pelo pensamento<sup>114</sup>.” Nada mais o perguntariam, segundo a Devassa.

No mesmo dia em que iniciaram as perguntas a Luiz, também se deram as de Francisco de Paula, que como seu irmão, dizia não saber a causa da prisão. Não demorou muito e logo o puseram a saber: “constava que ele ouvia e auxiliava ideias facciosas e de revolução, faltando deste modo à fidelidade, amor e zelo que se devem aos nossos Augustos Soberanos<sup>115</sup>.” Respondendo em negativas, disse da sua fidelidade. Da mesma forma, propôs jamais ter conversado sobre liberdade com pessoa alguma e “ninguém se atreveria a falar com ele em tal sem se expor a sua reprovação severa<sup>116</sup>.” O silêncio ia sendo a melhor estratégia dos irmãos Suassuna.

Em 23 de maio, viria mais uma vez Francisco de Paula para ser investigado em perguntas com respostas negativas, levando os ministros a continuarem navegando por águas turvas. Inquietos, em 30 de maio, o perguntaram sobre as cartas, as quais uma havia rasgado e a outra servida por embrulho. Disse não as ter lido para ninguém, nem

---

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 133.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 143.

<sup>116</sup> Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, pp. 143–144.

mesmo ao seu irmão Luiz<sup>117</sup>. Continuou negando ainda em 1º de junho, quando o ministro mandou vir à sua presença José da Fonseca Silva e Sampaio para ser acareado com ele. Fonseca confirmou as acusações a Francisco de Paula, dito Paula, ter lido duas cartas em sua presença, na própria casa do denunciado, que diziam “ a Espanha viria sobre Portugal” e que “aqui vinha abrir-se um empréstimo, que não concorresse ele respondente para ele, nem aqueles que pudessem entrar nos seus projetos” ainda dizendo as mesmas apresentarem expressões revolucionárias e facciosas, as quais o denunciante não lembrava<sup>118</sup>. Paula negou tudo e disse “que a respeito da leitura das cartas era sem dúvida sonho do dito Fonseca”. Mas, o comerciante seguia afirmando as denúncias, e prosseguia: “o dito Paula lhe dissera depois da leitura da segunda carta, confirmando as ideias dela, ser preciso procurar a liberdade” dentre outras coisas<sup>119</sup>. Ainda era preciso manter segredo sobre a conversa. Francisco negava tudo, trazendo que em sua vida, já havia dado provas de zelo para o Real Serviço<sup>120</sup>.

Aos 3 de junho, voltaram as perguntas para Francisco de Paula. Disse não recordar da recomendação do irmão para que não concorresse para o empréstimo que a Fazenda Real viria abrir na Capitania. Perguntado se José da Fonseca com ele tinha amizade, respondeu

que era seu amigo, que nunca tivera com ele razão de inimizade salvo se o dito Fonseca se havia picado por ele respondente lhe haver falado em uma moça e haver-lhe gabado muito por a achar do seu gosto e dizer-se que o dito Fonseca tinha amizade com ela; ou por causa de uma demanda de couros que ventila com Francisco Carneiro do Rosário, com quem o dito Fonseca ou tem particular amizade, ou ia afiançado por ele<sup>121</sup>.

Na nova acareação, Fonseca reafirmou a leitura das cartas e os objetos das mesmas, reforçando as ideias revolucionárias e sediciosas contidas nelas, recebendo sempre as negações de Cavalcanti. Incluía, Fonseca, que mais ou menos dois anos passados, conversando com José Francisco, ele o havia perguntado se “este país podia ser livre para o futuro”, mas não lembrava da resposta que dera-lhe<sup>122</sup>. Declarou

---

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 150.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 151.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 152.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 153.

<sup>122</sup> Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p. 155.

Francisco “que por conhecer a ele dito Fonseca sempre por muito verdadeiro e ouvi-lo agora dizer tais coisas o reputava maníaco<sup>123</sup>.”

No dia 5 de junho, perguntaram, mais uma vez, na esperança de algum deslize, ao Capitão Francisco de Paula Cavalcanti. Paula seguia negando firmemente as acusações, e dizia Fonseca estar “seduzido por ameaças ou terror de algum dos inimigos” seus ou poderia ter levado a isso tudo com “a esperança de algum prêmio<sup>124</sup>”. Por fim, Fonseca reafirmou todas as denúncias negadas pelo denunciado<sup>125</sup>. Ficaram as palavras do denunciado pelas do denunciante. Não se chegou a alguma prova sobre as acusações.

Os governadores interinos pedem, assim, a Rodrigo de Souza Coutinho, ainda em 27 de maio de 1801, que por ser tão importante, suba à Presença de Sua Alteza Real o que ficava exposto da denúncia e dos atos tomados até então. E diziam mais:

Ao comandante do brigue correio marítimo recomendamos que tome as precisas medidas para que o saco das cartas deste governo chegue à respeitável presença de Vossa Excelência antes que vá para o correio a mala das cartas de particulares, e para que não saia pessoa de seu bordo nem se comunique com alguma de fora por intervalo suficiente para chegar o dito saco e poder Vossa Excelência ser ciente do referido nesta, a fim de que não suceda deixar de executar-se qualquer procedimento que Sua Alteza Real for servido logo ordenar a respeito do denunciado José Francisco de Paula que dissermos estar nessa Corte com licença.<sup>126</sup>

No mesmo dia, começaram as perguntas e inquirições das testemunhas. O governo interino “pede que a verdade seja examinada com toda a circunspeção não deixando jamais de seguir o mais pequeno vestígio que possa conduzir ao verdadeiro conhecimento desse negócio e com um segredo impenetrável.<sup>127</sup>”

Inácio Pinto de Almeida Castro, o primeiro a responder às perguntas, disse não saber e nem suspeitar sobre ideias de liberdade ou mudanças de governo advindas dos irmãos, já que os mesmos estavam interessados mais na compra de escravos e no fabrico de seus engenhos. Eram zelosos e davam esmola às igrejas, e sendo Luiz Francisco de Paula “o único senhor de engenho da sua freguesia que ele testemunha vê não consentir que os seus escravos trabalhem ao domingo e dia santo admoestando-os

---

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 156.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 158.

<sup>125</sup> *Ibidem*, pp. 158–159.

<sup>126</sup> *Ibidem*, pp. 22–23.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 39.

muito à execução dos preceitos da igreja.<sup>128</sup>” Mais três testemunhas falaram no mesmo dia: André de Albuquerque Maranhão, Joaquim Bernardo Barata (que afirmou os acusados fazerem grandes serviços ao Estado<sup>129</sup>) e Manuel Caetano de Almeida Albuquerque, todos negando a suspeita: o silêncio e a negação, parece, também eram as estratégias defendidas pelas testemunhas.

No dia seguinte, na Fortaleza das Cinco Pontas, ratificou e aprovou a denúncia a Antonio Manuel Galvão e Gregório Coutinho, o capitão José da Fonseca Silva e Sampaio, acrescentando que

depois das conversações que Francisco de Paula Cavalcante com ele tinha tido na ocasião e depois da leitura da segunda carta, como já havia declarado no Auto da mesma denúncia, lhe dissera que aquelas coisas eram para o caso da ruína de Portugal, e para o caso de Sua Alteza Real não vir para o Brasil, para efeito segundo lembrança de se não sofrer jugo estrangeiro, por esta ou semelhante expressão, e que ele entende haver-se-lhe dito isto que acaba de referir pelo choque e concussão que o dito Paula não podia deixar de observar nele<sup>130</sup>.

No mesmo dia, as quatro testemunhas já inquiridas ratificaram seus testemunhos.

No dia 28 de maio, algo começava a apontar indícios para mais investigações. João Vicente da Fonseca Calaça negara saber sobre o apoio dos irmãos Albuquerque às idéias de sedição a favor da liberdade. Todavia

a respeito da prisão dos ditos em casa mesmo dele testemunha ouvira a preta forra Joaquina de tal, que estando ela em casa de um seu compadre aí entrara um homem, o qual dissera que já se sabia a causa da prisão dos filhos do Suassuna, e que consistia em uma carta que de Lisboa lhes tinha escrito seu irmão José Francisco de Paula, em que dizia que ele e o General que foi desta Capitania Dom Tomás estavam para fugir para a França donde viriam tomar esta terra e que se não assustassem, que haviam de ter boa paragem<sup>131</sup>.

João Vicente dizia não saber quem era o compadre dessa preta e nem o homem que havia adentrado a casa do mesmo. O compadre de Joaquina havia, pois, mandado o homem embora dali, por não querer ouvir dele tais coisas. Mas, no dia seguinte à conversa, a testemunha fora buscar a preta na Ribeira, para ser entregue ao juiz de fora, e “Desta forma, Joaquina dos Santos, preta forra, que vivia de comprar e vender peixe, foi levada a depor. Negou ter falado em carta “e somente dissera ter ouvido falar que a

---

<sup>128</sup> Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p. 34.

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>130</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 44.

prisão era por causa da negociação de pau-brasil.<sup>132,</sup> Fizeram-na testemunhar na frente de João Vicente, e

confessou haver ouvido em casa de seu compadre Máximo, morador na rua do Fogo, a Euzébio de tal, músico morador na rua do Rosário falar mal dos ditos Paula, presos chamando-lhes velhacos, e que ao dono da casa lhe dissera não soltasse semelhantes expressões pois que os ditos Paula nunca lhe agravaram<sup>133</sup>.

Mais que isso não disse: nada sobre as cartas. Falou delas não lembrar.

No dia seguinte, Máximo Pereira Garros, pardo, que vivia de música, foi chamado a depor. Perguntaram-lhe sobre o referimento que nele fizera Joaquina dos Santos e o mesmo disse ser verdade ter Euzébio de tal, dito em sua casa, numa ocasião que lá se achava Joaquina dos Santos, que os filhos do Suassuna estavam presos, “e começando a falar deles e a dizer que os filhos pagavam pelos pais ele testemunha lhe dissera que se deixasse daquilo e não falasse naquelas coisas em sua casa e que mais nada ali dissera<sup>134</sup>.” A testemunha afirmou não saber nada sobre ideias revolucionárias dos Albuquerque.

Aos 5 de junho de 1801, Euzébio Álvares Pinto foi chamado a testemunhar. Disse ter ido à casa de Máximo, depois da prisão dos Suassunas, e confirmou ter dito que os filhos pagavam pelos pais, ao que o dono da casa interveio, já que “não queria que em sua casa se falasse em semelhantes coisas”. Neste tempo, se achava na casa de Máximo, Joaquina dos Santos. Afirmou Euzébio não ter falado em carta alguma, e nem conhecer os Suassuna<sup>135</sup>.

No mesmo 5 de junho, Antônio Manuel Galvão e Gregório José da Silva Coutinho foram fazer mais averiguações sobre a fala de João Vicente da Fonseca Calaça, mandando virem ele, a preta forra Joaquina dos Santos e Máximo Pereira Garros, assim como Euzébio Álvares Pinto, às suas presenças.

Foi lido o depoimento de João Vicente, onde aponta Joaquina como ter escutado que a prisão dos Suassuna era por causa da carta vinda de Lisboa. A preta forra nega ter conversado isso com João Vicente, já que, nessa ocasião, ele não estava em casa. Todavia, informou que quando viera de fora escutara a conversação da mesma preta.

---

<sup>132</sup> Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p. 44.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 98.

Ela sempre sustentando em negativas ter falado na carta e “o que simplesmente dissera à filha do dito João Vicente fora ter ouvido dizer vindo da Ribeira que os Suassuna estavam presos por causa de negociação do pau-brasil, sem jamais falar em carta.<sup>136</sup>” Máximo Pereira Garros e Euzébio Álvares Pinto, apenas confirmaram o que já haviam dito em seus depoimentos. João Vicente insistia na fala da preta em tal carta, e a mesma replicava com negativas. O que poderia ter sido um rastro de pistas para os investigadores terminou por ser quase um meio de fofocas. Um disse me disse. Não levou a nada.

Foram escutados 84 depoimentos entre 27 de maio e 8 de junho de 1801. Muitos não disseram tantas coisas sobre as vidas dos denunciados, no entanto, alguns testemunhos merecem especial atenção de quem os observa. Não fora apenas Joaquim Coelho de Mesquita que afirmou: “eles não tem talento para ligarem duas ideias políticas, pois que as suas conversas (...) eram somente relativas à cultura do açúcar, ou fabrico das aguardentes e as suas demandas<sup>137</sup>.” José Anastácio da Cunha Vale “sempre os conheceu pacatos, religiosos, faltos de conhecimentos e instrução para semelhantes objetos e muito poucos curiosos de gazetas e notícias políticas<sup>138</sup>.” Entretanto, devemos lembrar que no Engenho Suassuna, de propriedade dos denunciados, surgira uma agremiação política, a Academia Suassuna, através de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, sendo seus colaboradores José Luis de Mendonça e os padres João Ribeiro Pessoa e Miguel Joaquim de Almeida Castro, o Miguelinho. Devemos lembrar também, de cunho político, a Academia do Paraíso, no Recife, promovida pelo mesmo Coronel Suassuna, o Francisco de Paula<sup>139</sup>. Assim, as informações dos testemunhos acima ficam um tanto fragilizadas, demonstrando um certo caráter de cumplicidade com os irmãos Suassuna.

Algumas testemunhas frisaram a religiosidade da família dos presos para os colocarem na posição de inocentes. Joaquim Apolinar Bayer, quanto a Francisco de Paula, estando muitas vezes hospedado em sua casa, sempre o via com sua família, todas as noites, rezar o terço e outras devoções religiosas, e aos domingos e dias santos,

---

<sup>136</sup> Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p. 106.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p.48.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p.52.

<sup>139</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Volume 7, Recife: Governo de Pernambuco/FUNDARPE, 1987, pp. 141 – 142.

ele mesmo ajudava a Missa<sup>140</sup>. Patrício Monteiro, quando se hospedara no Engenho Pantorra, de propriedade de Francisco de Paula, o observou rezar o terço com a família, todas as noites, “fazia instruir os seus escravos na doutrina cristã por um deles como mestre”. O viu ajudar a missa e

não consentia que aos domingos e dias santos os seus escravos saíssem para fora da fazenda e castigava aos que saíam sem a sua licença, e que ele testemunha viu e observou o seu bom comportamento nas execuções dos preceitos de Deus e da Igreja<sup>141</sup>.

A prisão desses suspeitos deve ter resultado em muitos rumores. As causas relatadas pelas testemunhas eram as mais diversas. Ninguém sabia, ao certo, a finalidade de estarem presos os filhos de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque; ou sabiam e se calaram diante dos fatos: o silêncio estava valendo muito. Francisco Xavier da Silva ouvira dizer vagamente que era por negociação do pau-brasil, ou pela denúncia de uma carta do irmão que estava em Lisboa “na qual se referia que aqui haviam de vir espanhóis ou franceses e que tivessem com eles boa comunicação porque não eram tão maus como se dizia<sup>142</sup>.” Antônio de Faria Brandão ouvira dizer que foram presos por serem traidores, ou por negócios com o pau-brasil, e outras vezes pela morte de um clérigo, “que depois de morto haviam enterrado na bagaceira do engenho”, porém essa indicação vinha da gente baixa da plebe, e “os mais cordatos entendiam que a prisão fora feita por crime de inconfidência<sup>143</sup>.” Antônio Joaquim Ferreira de Sampaio ouviu dizer que o fundamento estava em negociações com pólvora ou pau-brasil, e outras vezes, crime de traição<sup>144</sup>. José Joaquim de Carvalho ouviu dizer que a prisão era por causa de coisa do Santo Ofício<sup>145</sup>. Alguns depoimentos trouxeram a causa indicada na denúncia. A maioria dizia que não sabia de nada, segundo os depoimentos, e nem suspeitava dos irmãos. Tantas falas trazem feitos dos Cavalcanti de Albuquerque como prova da lealdade ao Soberano. Mas que essa prisão deve ter dado brecha a muita conversa de pé de ouvido e beira de calçada, brigas, disputas, sim, deve ter dado.

---

<sup>140</sup> Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p.57.

<sup>141</sup> Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p.103.

<sup>142</sup> *Ibidem*, p.62.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p.64.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p.65.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p.66.

No dia 15 de junho, o Juiz de Fora do Crime Antônio Manuel Galvão junto ao Desembargador Juiz Adjunto Gregório José da Silva Coutinho encerraram a devassa. Já no dia 8 de junho, o Desembargador informava que “da devassa, perguntas e acareações não tem resultado alguma prova contra os denunciados, nem contra o irmão dos ditos Luiz Francisco de Paula Cavalcanti<sup>146</sup>.” Mesmo assim, a 10 de junho de 1801, o governo interino de Pernambuco mandava proceder ao seqüestro nos bens dos presos, deixando, apenas, a parte que de direito pertenceria às suas mulheres e

deverá dar-se aos presos o que bem parecer para seu mantimento, assim como para seu livramento, quando Sua Alteza Real for servido ordená-lo, ficando os bens seqüestrados em poder de depositários idôneos, pelos quais haverão de ser administrados para fazerem pronta entrega e darem fiel conta dos rendimentos em Juízo<sup>147</sup>.

Em 1º de dezembro de 1801, o Visconde de Anadia escreve a Azeredo Coutinho e demais governadores interinos da Capitania de Pernambuco informando ter o Príncipe Regente atendido ao que lhe representaram Francisco de Paula e Luiz Francisco, para serem soltos debaixo de fiéis carcereiros, com a finalidade de justificarem-se do crime o qual eram acusados e pelo qual foram presos.

No requerimento, através de um procurador, os irmãos falam que

não podia lembrar aos suplicantes que existisse entre os fiéis vassallos de Vossa Alteza um monstro qual é José da Fonseca Silva e Sampaio, que no seio da miséria e na abominável carreira de uma vida corrompida, houvesse de conceber e executar ainda mais um crime que foi acusar o primeiro suplicante [Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque] como sectário da Nação Francesa, para deste modo reduzir ambos os suplicantes não só ao revoltante opróbrio de inconfidentes, como também ao irreparável desastre de serem despojados de seus bens e de sofrerem todas as calamidades que são inseparáveis de um estado tão afrontoso<sup>148</sup>.

Mais uma vez, os Cavalcanti de Albuquerque se utilizariam dos seus antepassados como justificativa de lealdade: “tem a felicidade de descender dos portugueses mais ilustres daquela capitania, cujo terreno banharam tantas vezes com o seu sangue em defesa da Pátria na memorável época da expulsão dos holandeses<sup>149</sup>,” e continuavam exclamando a imagem quase poética: “jamais desmentiram a fidelidade de

---

<sup>146</sup>Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p. 125.

<sup>147</sup>*Ibidem*, p. 125.

<sup>148</sup>AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.231, D.15623.

<sup>149</sup>*Idem*.

seus avós: muito pelo contrário, tem pisado constantemente a mesma estrada servindo a Vossa Alteza nos Postos Militares<sup>150</sup>”.

Em 25 de janeiro de 1802, o Conselho, em Lisboa, expede um parecer. Por não verificar contra os suplicantes acusação por que foram denunciados, “tem todo o lugar a Régia Clemência de Vossa Alteza que eles imploram” e coloca que “menos razão se pode achar no procedimento do seqüestro de bens a que o mesmo governo mandou proceder quando era informado não haver culpa.<sup>151</sup>”

Recomendava-se vigilância sobre o comportamento dos irmãos residentes em Pernambuco e de José Francisco, para que se pudessem verificar correções futuras. Ainda mandavam soltar a Luiz Francisco Cavalcanti e “mandar-se entregar a ambos os bens seqüestrados sem demora para lhes poupar maior prejuízo.<sup>152</sup>”

Aos 3 de fevereiro de 1802, a junta governativa da Capitania de Pernambuco enviava ofício ao Visconde de Anadia informando do recebimento e cumprimento do Real Aviso de 1º de dezembro de 1801, pelo qual o Príncipe Regente mandava soltar os irmãos acusados sob fiéis carcereiros<sup>153</sup>.

24 de fevereiro de 1802. Dá-se a Régia Resolução, a partir da proposta do Conselho, donde fora servido resolver pôr-se perpétuo silêncio sobre o negócio, e que se levantasse o seqüestro feito nos bens dos irmãos Cavalcanti, “e que postos em plena liberdade gozem de todas as prerrogativas das suas antecedentes e respectivas situações.<sup>154</sup>” Só em 9 de junho de 1802, a junta governativa de Pernambuco cumpre a Provisão Régia, enviando carta ao Príncipe Regente D. João atestando o cumprimento<sup>155</sup>.

Sobre esta conjuração, um dos primeiros escritos, datado de 1853, vem da pena do padre Joaquim Dias Martins. Sem muito rigor, ele observou por quarenta anos as virtudes, ditas, liberais de alguns pernambucanos combatentes nas então chamadas revoluções de 1710 e 1817, na obra “Os Mártires Pernambucanos vítimas da liberdade

---

<sup>150</sup> *Ibidem*.

<sup>151</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.231, D.15623.

<sup>152</sup> *Idem*.

<sup>153</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 232, D.15647

<sup>154</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.231, D.15623

<sup>155</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.234, D.15829.

nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817<sup>156</sup>.” Quando o autor refere-se a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque nos termos de “o grande, o nobre, o ilustríssimo Suassuna”, informa que fora preso com seu irmão Luiz como autor de uma conspiração, na qual tinha por objetivo tornar Pernambuco uma República sob a proteção de Napoleão. José Francisco, estando em Lisboa, seria um agente junto ao protetor “e escapou de ser preso fugindo para a Inglaterra.<sup>157</sup>” Acrescenta um fato às notícias da devassa:

o público jamais penetrou os esconderijos deste mistério; porque molas reais e secretas, fizeram correr sobre eles cortinas impenetráveis: foi certo, contudo, que rios de dinheiro correram pelas religiosas mãos de Fr. José Labreiro, tirando-se por fruto, serem os acusados restituídos à liberdade, à posse dos seus bens seqüestrados, à estima, e prêmios do soberano!<sup>158</sup>

Pereira da Costa, nos “Anais Pernambucanos”, não acrescenta muita coisa às informações de Dias Martins: ademais, apresenta quase o mesmo texto. Afirma não ter lido os papéis da Devassa de 1801: os mesmos teriam sido levados de Pernambuco. Todavia, diz que conheceu o que Oliveira Lima teria escrito sobre a Devassa – e toma tais informações por base – acrescentando, ao texto do padre e de Oliveira Lima – que formariam o seu estudo - um documento de 17 de março de 1818, donde o autor mostra ter sido, no exame dos papéis, uma das cartas, abafada pelo escrivão Fonseca, que recebera quatrocentos mil réis para executar o pleito<sup>159</sup>. José Honório Rodrigues indica um erro dos registros: Fonseca era o nome do denunciante do crime. O escrivão que procedeu a Devassa era José Francisco Maciel Monteiro<sup>160</sup>.

Mas é o próprio José Honório Rodrigues na “Explicação” de abertura do volume 110 da coleção “Documentos Históricos”: “Devassa de 1801 em Pernambuco”, que nos dá algumas indicações de reflexão sobre esse movimento. Para ele, a inconfidência de 1801 “não passou do plano das ideias, não se concretizando em atos de rebeldia<sup>161</sup>”. Fora o germe preparatório para 1817, a chamando “agitação intelectual”. Alerta que

---

<sup>156</sup> MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 18817**. Pernambuco: Tipografia de F.C.de Lemos e Silva, 1853.

<sup>157</sup> MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 18817**. Pernambuco: Tipografia de F.C.de Lemos e Silva, 1853, p. 12.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>159</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: Governo de Pernambuco/FUNDAPE, 1987, Volume 7, p.83.

<sup>160</sup> RODRIGUES, José Honório. **Explicação: A Inconfidência de 1801**. In: Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos – Devassa de 1801 em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p. 12.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p.3.

muitos dos revolucionários de 1817 já eram apontados entre os amigos e intelectuais frequentadores da casa dos Albuquerque, discutindo a possível futura liberdade do país. Assim, André Albuquerque Maranhão, José de Barros Falcão, José Inácio Borges, dentre outros, militaram desde 1801 até 1817<sup>162</sup>. E é desta forma que lembra: “termina a Devassa (...) mas não finda a ação revolucionária dos Albuquerque.” Em 1801, observa Rodrigues, todos se calaram, “e os Albuquerque, senhores de engenho, abastados e agitadores intelectuais, não iam se trair”. Negaram as acusações e evitaram que outros fossem envolvidos nas investigações<sup>163</sup>. Pensamos – e levamos em conta – junto ao historiador referido, que não é a negativa dos Albuquerque e das mais de 80 testemunhas contra a delação de Fonseca que vão provar a inocência da parte dos Suassuna. E “como na Inconfidência Mineira não se descobre uma arma, e tudo não passa de conversas e debates sobre ideias de liberdade e independência.”, conclui: “foi um pensamento sem ação.”<sup>164</sup>,

Sugestivo é o título do artigo de Guilherme Pereira das Neves: “A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?”. Se suposta, não teria acontecido. Pensamos Neves comungar com as ideias de Rodrigues, acontecendo uma conspiração sem execuções ou condenações, sendo “mais uma manifestação do descontentamento dos colonos com as políticas da metrópole e como prenúncio da Independência do país em 1822.”<sup>165</sup>,

Já observamos anteriormente que durante a devassa, algumas testemunhas colocaram os Suassunas como incapazes e não interessados na política e notícias exteriores. Comungamos com a ideia de Pereira das Neves de que Francisco de Paula e Luiz Francisco não ignorassem o que se passava na Europa e comentavam entre si e seus amigos sobre estes temas, inclusive com o denunciante, que poderia não ser tão entendido nos assuntos quanto o seu círculo de amigos e ter embaralhado o que ouvia<sup>166</sup>. Essa é uma possibilidade, já que

---

<sup>162</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>163</sup> RODRIGUES, José Honório. **Explicação: A Inconfidência de 1801**. In: Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos – Devassa de 1801 em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX, p.14.

<sup>164</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>165</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. **A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?**. In: Revista Portuguesa de História, Coimbra, tomo 22, 1999, pp. 439 – 481. Aqui nos utilizamos da versão disponível em : [http://www.historia.uff.br/artigos/neves\\_suposta.pdf](http://www.historia.uff.br/artigos/neves_suposta.pdf). Acessado aos 29 de maio de 2010, p. 1.

<sup>166</sup> *Ibidem*, pp. 22–23.

naquele momento, temia-se um conflito com o vizinho ibérico, por conta de suas ligações com a França napoleônica, e que se materializaria logo depois, coma chamada Guerra das Laranjas (2 de março a 6 de junho de 1801), que acarretaria a perda de Olivença<sup>167</sup>.

Assim, se justificaria o comentário Suassuna de que “a Espanha viria sobre Portugal”. Todavia, os outros comentários ficam em aberto, levando a crer a ideia existente de sedição.

Pensamos uma conspiração como forma de calcar, buscar o poder. O revoltar-se, expressa os mais diversos sentimentos de raiva, como diria Hespanha, advindo tal rancor do antifiscalismo, da ganância por cargos, animosidade contra reinós, sentimento de terem sido esquecidos pelo rei, tensões entre redes sociais e outros<sup>168</sup>. No tempo em que José Francisco estava por Lisboa construindo peças para o tabuleiro do jogo de interesses da família, em vista de conseguir benesses, hábitos, foros, pensava um libertar-se tomando o poder, e transformando Pernambuco, possivelmente, em uma República, como fora a tentativa de 1817, com sua intelectualidade já posta desde os idos de 1801. A liberdade, nesse momento, parece que é interesse pessoal dos Cavalcanti de Albuquerque e de um grupo. A liberdade estaria, assim, ligada ao poder.

### **1.3. Na imensa trajetória: caminhos traçados na busca pelo poder.**

Pôs-se perpétuo silêncio sobre o negócio que existiu - de denúncia – sobre os irmãos Cavalcanti. Tudo voltava ao normal nas terras do Engenho Suassuna. Continuavam buscando o poder e fazendo reuniões, provavelmente, que desembocariam no que foram os dias de 1817.

Pela prisão, em 1801, Francisco de Paula ficara privado do comando da freguesia do Cabo. Sendo posto em liberdade, o retomara<sup>169</sup>. Mas, em data anterior a 11 de agosto de 1802, ele requeria o posto de Capitão Mor da Vila do Recife. Os outros dois irmãos foram, anteriormente, atendidos pela graça do Soberano Senhor, “despachando-os na forma que requereram, dando assim um testemunho da grandeza e benevolência com que olha para uma família que tanto se tem distinguido na honra, zelo

---

<sup>167</sup> *Ibidem*, pp.439–481.

<sup>168</sup> HESPANHA, Antonio Manuel. **Antigo Regime nos Trópicos?** Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na trama das redes – Política e negócios no império português, séculos XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.52.

<sup>169</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982, p. 365.

e fidelidade com que servem a Vossa Alteza Real<sup>170</sup>.” Em anexo ao pedido, se verifica os vereadores da Câmara do Recife, em 19 de setembro de 1801, atestarem a honra do suplicante, sem que em tempo algum tivesse crime, à exceção da prisão pelas ideias revoltosas. Atestara, da mesma forma, Dionísio de Souza Bandeira, o então pároco do Cabo.

Aos 30 de abril de 1802, Luiz Francisco teria suplicado o posto de Coronel do Regimento de Infantaria de Milícias da Cidade de Olinda, por falecimento de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque. No entanto, a Junta Governativa de Pernambuco indica ao Visconde de Anadia, para o posto, João Coelho da Silva, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Tesoureiro do Real Erário na Capitania de Pernambuco, “por concorrerem nele os requisitos necessários, o que não é assim a respeito do Suplicante, porque sem fazer cargo de outras razões consideramos bastante para não ser atendido na sua pretensão.<sup>171</sup>” Não deveria ser atendido, assim, em justificativa da Junta Governativa, por ter sido denunciado como criminoso. Todavia, em 29 de maio de 1802, Luiz Francisco é atendido no seu pleito, indicando que tudo fora posto em perpétuo silêncio e voltava à normalidade<sup>172</sup>. Talvez essa seja uma das graças que foram atendidas e indicadas por Francisco de Paula.

Em 12 de fevereiro de 1803, o Conselho Ultramarino consultava o Príncipe Regente D. João quanto aos requerimentos de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e João Afonso Rigueira. Não era apenas Cavalcanti quem pretendia a promoção ao posto de Capitão-Mor das Ordenanças da Vila do Recife. Aos 20 de março do mesmo ano, o Príncipe despachava, nomeando o Sargento-Mor João Afonso Rigueira para a patente requerida, não agraciando, assim, o Cavalcanti de Albuquerque<sup>173</sup>.

Francisco de Paula, nesse momento, era dito por seu procurador, como:

um dos homens mais ricos e melhor estabelecido nesta Capitania de Pernambuco, e termo da Cidade de Olinda, por ser senhor e possuidor de dois grandes engenhos de fazer açúcar, Pantorra e Suassuna, sítos na Freguesia do Cabo e Santo Amaro, além de outros prédios rústicos e urbanos<sup>174</sup>.

---

<sup>170</sup> LAPEH- AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.237, D.15945.

<sup>171</sup> LAPEH- AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 233, D.15750.

<sup>172</sup> *Idem*.

<sup>173</sup> LAPEH- AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.240, D.16149.

<sup>174</sup> LAPEH- AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.253, D.16995.

Tais palavras eram do seu irmão José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que ainda estava em Portugal por volta de 1805. Talvez seja que, por seus esforços, em 1804, Francisco de Paula recebia o Hábito de Cristo e em 1808, o Foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real.<sup>175</sup> Todavia, já nesse tempo, é perceptível uma quase banalização na doação desses benefícios pelo governo português. Os Cavalcanti de Albuquerque não eram tão diferenciados assim: muitos recebiam a mesma qualificação<sup>176</sup>.

Tendo vago o posto de Capitão-Mor das Ordenanças da Cidade de Olinda, por falecimento de João do Rego Barros, fora mandado passar patente a Francisco de Paula, “por ser rico, e das principais famílias desta Capitania<sup>177</sup>.” Mas, com a chegada dos navios de Lisboa, aparecera José de Mattos Girão como Capitão-Mor de Olinda.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro parece chateado no documento datado de 26 de abril de 1805, por ter sido contrariada a sua decisão de passar patente ao Cavalcanti de Albuquerque. Num tom de queixa ao Visconde de Anadia, deixa indicações para que se reveja a nomeação, mesmo sem assim estar explícito<sup>178</sup>.

O Senado da Câmara de Olinda, em 27 de abril de 1805, também contestou a nomeação de José de Mattos Girão, “um comerciante, que sempre morou na Vila do Recife, fora do distrito desta cidade, absolutamente destituído dos requisitos que de direito se requerem para ser Capitão-Mor<sup>179</sup>.”

Os protestos surtiram efeito. Aos 12 de agosto de 1805, o Príncipe Regente confirma Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque no posto de Capitão-Mor das Ordenanças da Cidade de Olinda, ficando sem efeito o decreto de 17 de dezembro de 1804 a favor de José de Mattos Girão<sup>180</sup>.

Aos 2 de dezembro de 1805, o Príncipe Regente D. João, fazia passar carta patente, fazendo mercê ao Sargento-Mor da Infantaria, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, de o nomear Capitão-Mor Governador da Capitania do Rio

---

<sup>175</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. op.cit., p. 366.

<sup>176</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social*. op.cit., p. 17.

<sup>177</sup> LAPEH-AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.253,D.17000.

<sup>178</sup> *Idem*.

<sup>179</sup> LAPEH-AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.253,D.17002.

<sup>180</sup> LAPEH-AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.256,D.17149.

Grande do Norte subordinado ao Governo Geral de Pernambuco, por decreto de 4 de setembro de 1805. José Francisco partia da Corte, assumindo as funções, em Natal, aos 23 de março de 1806. Além disso, também recebera o Hábito de Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo<sup>181</sup>.

Nos fins de 1810, Henry Koster o visita e elogia:

É um homem de talento, muito dedicado no tocante aos seus deveres, entusiasta de dotar de condições melhores o povo que lhe haviam dado para administrar(...) A força militar se compõe de 140 homens, uma companhia, e em muito melhor ordem que as de Pernambuco ou Paraíba. A Capitania do Rio Grande goza de perfeita calma e os roubos são raros<sup>182</sup>.

Aos 2 de janeiro de 1811, recebia um Aviso Régio para deixar o cargo e seguir como Governador da Ilha de São Miguel, nos Açores. Desembarcou em seu destino aos 3 de junho de 1811, e no dia 3 de julho, tomou posse<sup>183</sup>.

Os irmãos Cavalcanti de Albuquerque não se intimidaram com as prisões de 1801. Como vamos percebendo, continuaram na busca pelo poder. Mesmo que Hábitos da Ordem de Cristo não fossem mais tão importantes nesse momento, mesmo assim, os fazia distinguir nessa sociedade.

Por herança, receberam, os três irmãos – Francisco, Luiz Francisco e José Francisco – o Engenho Suassuna. No entanto, é Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque quem passa a ser conhecido como “Coronel Suassuna”.

Herdeiro de uma nobreza militar, donde seus antepassados ostentavam a defesa de Pernambuco na luta contra os holandeses – como várias famílias também o fizeram - Francisco de Paula aproximaria seus filhos das armas. Antes de 23 de junho de 1806, Caetano Pinto de Miranda Montenegro recebe ordens, através do Visconde de Anadia, para atrair a nobreza da Capitania de Pernambuco ao serviço real, e assim

sendo um dos principais deveres dos homens nobres servirem ao seu soberano e a sua pátria e querendo fielmente cumprir tão sagrada obrigação o Capitão-Mor da Cidade de Olinda Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque com o oferecimento que me fez de seus três filhos para o Real

---

<sup>181</sup> LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte 1701 – 1822**, Natal: Ed. do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/ Conselho Federal de Cultura/ Ministério da Educação e Cultura, 1980, pp. 69 e 159. Ver também: CASCUDO, Luiz da Câmara. **Governo do Rio Grande do Norte**. Coleção Mossoroense, 1989, p. 145.

<sup>182</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Massangana, 2002, p. 161.

<sup>183</sup> LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte 1701 – 1822**, op. Cit, p. 72.

Serviço, oferecimento digno de muito louvor (...) O senhor Coronel do Regimento de Artilharia lhes mandará assentar praça no seu Regimento<sup>184</sup>.

Os três filhos eram Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, por ordem de idade.

O mais velho tem chegado a idade de quinze anos, e na forma da lei poderá assentar praça e ser reconhecido cadete; o segundo e terceiro, porém, tendo apenas um doze e outro dez anos, não estando nas mesmas circunstâncias, deseja merecer igual graça<sup>185</sup>

O Coronel Suassuna ainda rogava: ao mesmo tempo que postos no serviço, continuassem estudando.

É dispensada a menoridade dos filhos mais novos de Francisco de Paula para assentarem praça, contudo, não vencendo soldo enquanto não tivessem a idade competente, “e só assim vencerão tempo, no caso de empregarem em estudar; do que devem apresentar as necessárias atestações de freqüência e aproveitamento<sup>186</sup>.”

Como consta no inventário do Coronel Suassuna<sup>187</sup>, datado de 1821, não foram apenas esses três, seus filhos. Ainda havia Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, então com 23 anos; Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 18 anos; Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 16 anos; Dona Maria Luiza Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, então falecida, que fora casada com José Castor Barboza Cordeiro.

Todos esses foram filhos legítimos com Dona Maria Rita de Albuquerque Mello, que possuía, em parte, o mesmo sangue de Francisco de Paula. Era filha de Antonio de Holanda Cavalcanti de Albuquerque – Coronel do Regimento da Cavalaria Milicianiana da Vila de Serinhaém, “descendentes dos mesmos ilustres cabos de guerra, de que o justificante [Francisco de Paula] descende, e de muitos outros, sendo muitos deles forados com foros de Fidalgo Cavaleiro<sup>188</sup>” – e de sua mulher D. Maria Manuella de Mello, que era filha de Sebastião Antonio de Barros e Mello – Coronel do Regimento da Cavalaria do Cabo e Fidalgo Cavaleiro da Casa Real -, como foram seu pai e avô: Francisco e João do Rego Barros, Provedor da Fazenda Real de Pernambuco e da sua

<sup>184</sup> LAPEH-AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.269,D.17906.

<sup>185</sup> LAPEH-AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.269,D.17906.

<sup>186</sup> LAPEH-AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.269,D.17906.

<sup>187</sup> IAHG, Caixa 023, TJR 1, 1821.

<sup>188</sup> LAPEH-AHU\_ACL\_CU\_015,Cx.253,D.16995.

mulher, Dona Maria Rita de Albuquerque e Mello: filha legítima do Morgado do Cabo João Paes Barreto e descendentes de todos os outros Morgados deste título<sup>189</sup>.

No testamento, incluso ao inventário, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque deixa dito:

Declaro que sendo ainda solteiro, tive uma filha natural de nome Dona Francisca Maria Joaquina Cavalcanti de Albuquerque que logo conduzi para minha casa onde depois que me casei foi educada por minha mulher como se fora de nosso legítimo matrimônio o qual reconheço por filha como se fora legitimada pelos seus bons ofícios e de seu marido Guilherme Patrício Bezerra a quem tenho constituído meu testamenteiro em terceiro lugar, e por me terem [...] dado todas as provas da maior obediência e respeito a qual minha filha em virtude desta declaração poderá requerer a sua carta de legitimação<sup>190</sup>.

Nessa declaração – que não traz indicações sobre quem era a mãe, se era negra ou branca, ou a procedência - não observamos, apenas, o reconhecimento de uma filha natural, sendo elogiada. A importância dada ao seu marido, que perpassa por todo o inventário tanto de Dona Maria Rita de Albuquerque Mello quanto do Coronel Suassuna, é interessante. Parece-nos que Guilherme Patrício Bezerra tinha uma função privilegiada nos negócios dos Cavalcanti de Albuquerque. É ele quem resgata a maioria dos bens confiscados pelo Real Erário que vão a leilão pela prisão por lesa-majestade de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que estava envolvido nos negócios de 1817<sup>191</sup>.

Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o filho, fora promovido a 2º tenente, em 16 de março de 1813; a 1º tenente da companhia de bombeiros do mesmo regimento por carta patente de 20 de junho de 1816 e depois, ao deixar o serviço militar de 1ª linha, deu-se a servir no de 2ª, sendo nomeado tenente-coronel comandante do batalhão de caçadores número 54, por decreto de 13 de julho de 1827, passando a coronel graduado em 1829, a efetivo em 1835, reformando-se no posto de brigadeiro. Todavia, em 1817, estava no posto de 1º tenente do regimento de artilharia do Recife<sup>192</sup>.

Com os dias de 1801, não terminariam as intenções revolucionárias dos Cavalcanti de Albuquerque. Francisco de Paula seguiria buscando o poder através de

---

<sup>189</sup> LAPEH-AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.253, D.16995.

<sup>190</sup> IAHGP, Caixa 023, TJR 1, 1821.

<sup>191</sup> IAGHP, Caixa 5, 669, 1817 – Inventário de Dona Maria Rita de Albuquerque e Mello, senhora do Engenho Suassuna.

<sup>192</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. op.cit, p. 369.

um possível ato de separação<sup>193</sup>. Indica o padre Dias Martins que o Coronel Suassuna cultivava e propagava a “ciência oculta da liberdade<sup>194</sup>” no seu Engenho Suassuna, convertido numa Academia “onde os adeptos, e aprendizes, não só da Província e nacionais, mas ainda estrangeiros, achavam luz, agasalho e subsídios<sup>195</sup>.” Ainda mais: promoveu a criação da Biblioteca do Paraíso.

Em 1817, mais uma vez, os Cavalcanti de Albuquerque se desentendiam com a Coroa: o ideal de separar-se se fazia ainda mais presente do que em 1801. Todavia, lembramos, como o fizera José Honório Rodrigues, que muitos dos revolucionários de 1817 estavam entre os intelectuais que debatiam em residência dos Albuquerque a futura liberdade, em 1801<sup>196</sup>.

Quando rebentou a revolta aos 6 de março de 1817, o Coronel Suassuna armou seus escravos – disse Dias Martins – dispôs as Ordenanças e Milícias do Cabo e pôs-se em luta:

a intrepidez, com que se incorporou ao exercito, com quem capitulou Caetano Pinto (...), a eficácia, com que, n’esse mesmo dia 7, promoveu a eleição do Governo Provisório, de que ele mesmo foi um dos 17 eleitores, sendo por seu turno elegido para General de Divisão: cargo a cujo desempenho se entregou totalmente, partindo para o Cabo, Quartel General da sua Divisão<sup>197</sup>.

Glacyra Lazzari Leite indica que houve a atuação dos grandes proprietários no movimento de 1817, comprovando-se pelo grande número de nomes de donos de engenho com envolvimento no episódio<sup>198</sup>. Todavia, os irmãos Suassuna teriam sido “elementos chave” nos acontecimentos de Pernambuco<sup>199</sup>, mas, como os outros proprietários, procuravam “sempre salvaguardar, através de atitudes dúbias, uma possibilidade de retorno e salvação em caso de malogro do movimento<sup>200</sup>.” Tal comportamento, provavelmente, estaria atrelado à dúvida quanto à vitória da revolta.

---

<sup>193</sup> RODRIGUES, José Honório. *Explicação*. Op.cit. p. 12.

<sup>194</sup> MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Recife: Typ. De F.C.de Lemos e Silva, 1853, p. 12.

<sup>195</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>196</sup> RODRIGUES, José Honório. *Explicação*. Op.cit. p. 12.

<sup>197</sup> MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Op. Cit. p. 15.

<sup>198</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco, 1817 – estrutura e comportamentos sociais*. Recife: Massangana, 1988, p. 91.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 224.

<sup>200</sup> *Ibidem*, pp. 91 – 92.

Como disse Marcus Carvalho: “o que não faltou foi “patriota” virando a casaca e denunciando vizinhos, e até parentes.”<sup>201</sup>”

Quando, da Bahia, começavam a vir os primeiros sinais da repressão, “resfriou em parte os ardores populares; e o mesmo grande Suassuna começou a vacilar sobre a coadjuvação dos irmãos Baianos<sup>202</sup>.” Depois de alguns problemas, na noite de 15 de maio, o Coronel Suassuna recolheu-se no Recife.

Ao lado do Coronel Suassuna, lutaram outros Cavalcanti de Albuquerque. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, seu filho; José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, também filho; e o seu irmão Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Coronel de Milícias a cavalo do Cabo, Cavaleiro do Hábito de Cristo, que faleceu no mesmo ano de 1817<sup>203</sup>.

José Francisco de Paula havia marchado à frente do corpo de Artilharia, sob o comando do pai, donde era primeiro tenente, na defesa de Ipojuca, contra o exército dos realistas, aos 6 de março de 1817. Foi morto em batalha e Dias Martins relata o seu abatimento: “foi a ele que seu pai viu cair despedaçado pela artilharia inimiga, e a quem os canibais realistas profanaram depois de morto; sendo achado despido, com o pênis cortado, e metido na boca!”<sup>204</sup>”

O Coronel Suassuna e seu filho homônimo foram presos por ordem de Rodrigo Lobo e levados para a Bahia no navio “Carrasco”, com mais 71 revoltosos<sup>205</sup>. Aos 10 de fevereiro de 1821, seriam libertos. Oito dias depois da chegada a Pernambuco, falecia o velho Coronel Suassuna, aos 30 de junho de 1821. Francisco de Paula, o futuro Visconde de Suassuna, seguiria a sua vida política, buscando cada vez mais o poder, chegando ao Senado Imperial pelos idos de 1839.

Em 1816, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque partia para o Rio de Janeiro. Daí, seguiria à África, na condição de ajudante de ordens

<sup>201</sup> CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824.** In: Revista Brasileira de História, v.18, nº 36, p. 342.

<sup>202</sup> MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817.** op.cit., p.13.

<sup>203</sup> MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817.** op.cit., p.18. Observar também: RODRIGUES, José Honório. **Explicação.** Op.cit., p. 13.

<sup>204</sup> MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817.** op.cit., p.17.

<sup>205</sup> *Idem*, p. 14.

do governador e capitão general de Moçambique, seu tio, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Voltando ao Rio de Janeiro, foi promovido ao posto de Major aos 20 de abril de 1819, e em 12 de junho do mesmo ano, era nomeado lente do segundo ano da Escola Real de Pilotos, em Macao. Ao mesmo tempo, deveria servir no batalhão do Príncipe Regente, naquela praça.

Quando, em 1817, assumira o Governo Provisório, os contatos foram estendidos às outras colônias portuguesas, como demonstrou Leite<sup>206</sup>. Foram muitos os contatos dos Cavalcanti de Albuquerque. Como posto acima, estavam na África tanto o irmão do Coronel Suassuna – que se envolveu em 1801 – José Francisco; como o filho do Coronel, Antonio Francisco. Chegou-se a fretar um navio, em 10 de março de 1817, com a finalidade de fazer chegar uma carta ao Capitão General de Moçambique, na tentativa, do Governo Provisório, de buscá-lo da África para Pernambuco, reforçando a importância da atuação dos Suassuna em 1817<sup>207</sup>.

Mas não é apenas isso. José Francisco levava suas ideias revoltosas – ou podemos pensar a insatisfação e a busca insistente pelo poder - onde quer que fosse, pelo que parece. Aos 5 de janeiro de 1820, Antonio Francisco, então Fidalgo da Casa Real, em Macao, recebia uma carta de Antonio José de Lima Leitão, dizendo:

A honrada memória do seu tio seja o primeiro alvo das ações de Vossa Senhoria, depois siga-se a sua própria justificação; e no último lugar o pedir em nome do seu amigo a Sua Majestade, e ao Senhor Conde dos Arcos/ a quem assas tenho escrito/ a justiça a mais severa sobre todos os horrores, que lhe acumulam, assegurando que a persuasão de a alcançar o mantém alegre na sua prisão incomunicável, que ele espera lhe seja muito honrosa. Estes malévolos estúpidos, querendo denegrir as ações de seu tio com o infame nome de revolucionário, a fim de ampararem os seus crimes à sombra dos alheios, me envolveram também a mim por ter defendido este homem tão benemérito do Rei, e da Pátria, e honrado por toda esta colônia<sup>208</sup>.

Antonio José de Lima Leitão era português do Algarve. Já teria passado, por volta de 1814, por Moçambique, como físico-mor. Todavia, em meados de 1819, vai para Goa como Intendente Geral da Agricultura e físico-mor.<sup>209</sup> Deve ter encontrado José Francisco na África que “com suas virtudes raras ganhou a minha maior

---

<sup>206</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco, 1817** – estrutura e comportamentos sociais. Recife: Massangana, 1988, p. 224.

<sup>207</sup> *Idem*.

<sup>208</sup> IAHGP, Arquivo Orlando Cavalcanti, Fundo Visconde de Camaragibe, Cx. 223.

<sup>209</sup> SALGADO, Abílio José. **António José Lima Leitão (1787 – 1856)** Médico, Escritor e Maçon (Obra e posicionamento político) Acessado em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5026.pdf>, aos 3 de setembro de 2010.

amizade<sup>210</sup>”, diz Leitão. Provavelmente, trocaram ideias sobre suas insatisfações e ambições. O redator da carta está preso e pede a ajuda de Antonio Francisco para “que venham providências de Sua Majestade no primeiro navio.”<sup>211</sup>

No entanto, o objetivo maior da ida de Antonio Francisco à presença real, era as acusações de revolucionário que fazem a seu tio e junto, a Antonio José de Lima Leitão. Desta forma, entendemos que os Cavalcanti de Albuquerque estavam inseridos numa gama muito maior de ambições. Não se restringiam apenas a Pernambuco, mas, andavam buscando o poder também no outro lado do Atlântico. Era mais que apenas uma pontualidade pernambucana.

#### 1.4. Mudanças políticas, permanências Cavalcanti de Albuquerque.

Na década de 1830, José Thomás Nabuco de Araújo, n’ “O Velho de 1817”, fazia uma autocrítica sobre a Insurreição de 1817, e a colocara como um erro de juventude. Devem ter pensado, também, os Cavalcanti de Albuquerque, dessa forma<sup>212</sup>. Ficamos com a colocação de Carvalho sobre 1817, para reflexão:

1817 é fascinante. (...) É talvez a menos heróica de nossas “revoluções”, se é que podemos usar um termo assim tão carregado para um levante militar, apoiado por maçons e padres, do qual se aproveitaram os proprietários contrários ao governo sediado no Rio de Janeiro para cortarem os laços políticos de vez<sup>213</sup>.

A conjuntura política no Império Português ia mudando. Com a Revolução do Porto, em 24 de agosto de 1820, exigindo a promulgação de uma Constituição e a volta de D.João VI a Portugal, formaram-se nas províncias brasileiras, as Juntas Governativas Provisórias<sup>214</sup>. Desta forma, foram demitidos os governadores provinciais, então nomeados pelo Rei.

Alguns pernambucanos pretendiam a formação de uma junta de governo local. Mas, o governador Luís do Rego, desagradando a oposição local, controlou as Câmaras de Recife e Olinda, elegendo os 7 representantes de Pernambuco às Cortes. E assim, aos

---

<sup>210</sup> IAHGP, Arquivo Orlando Cavalcanti, Fundo Visconde de Camaragibe, Cx. 223.

<sup>211</sup> *Idem*.

<sup>212</sup> CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Cavalcantis e cavalgados**: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824. In: Revista Brasileira de História, v.18, nº 36, p. 341.

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 342.

<sup>214</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República**: Momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999, pp.42-43.

30 de agosto de 1821, Luiz do Rego formava a sua própria Junta de Governo. Colocando seu cargo à disposição, ninguém assumiu<sup>215</sup>.

Já em 29 de agosto, militares, milicianos, plantadores e ex-rebeldes de 1817, formaram a “Junta de Goiana”, uma outra junta provisória que ameaçava, em 1º de setembro, a tomada do Recife, se o governador não entregasse o cargo.

Luiz do Rego se corresponde com a “Junta de Goiana”, com promessas de paz e anistia, mas não deixa de comunicar-se com a Bahia – no pedido de reforços – e com os índios da Vila de Barreiros para ajudarem na defesa do Recife<sup>216</sup>.

Aos poucos, os membros da “Junta de Goiana” foram sendo vistos como rebeldes. No entanto, aqueles dias se abriram em favor deles. Em setembro, é feito o decreto estabelecendo regras para a formação de uma nova Junta de Governo, e desta, haveria a separação do cargo do governador das armas do governo civil. O general Luiz do Rego se enfraquecia, perdendo a administração civil<sup>217</sup>.

Em 5 de outubro de 1821, a “Junta de Goiana” e o General português chegavam a um acordo: O Recife ficava sob o governador; o restante, com a “Junta de Goiana”: mas só até a eleição de uma nova Junta. Na reunião onde foram tomadas tais decisões, o “procurador” do Recife era Gervásio Pires, um dos rebeldes de 1817. Em sua companhia, estava Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, filho do Coronel Suassuna. Não era a prisão do seu pai que o intimidaria pela busca do poder e das relações do mesmo. Havia voltado de Lisboa, como bacharel formado na Faculdade de Leis, com idade de 21 anos, em 1820, como consta do seu passaporte de 16 de junho do mesmo ano<sup>218</sup>.

A reunião ficara conhecida como “Convenção de Beberibe”, e logo depois dela, Luiz do Rego regressava a Portugal, sendo demitido, efetivamente, aos 17 de outubro de 1821. Só em 26 de outubro do mesmo ano, seria formada a primeira Junta de Governo de Pernambuco. Gervásio Pires, eleito, estaria à sua frente.

---

<sup>215</sup> CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Cavalcantis e cavalgados**: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824. Op.cit., p.335.

<sup>216</sup> *Ibidem*.

<sup>217</sup> *Ibidem*, p.337.

<sup>218</sup> LAPEH- AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.282, D.19159.

Marcus Carvalho entende que com o afastamento de Luiz do Rego, as disputas internas entre as elites aumentavam, levando-se a perceber duas tendências principais entre as elites locais<sup>219</sup>.

Uma tendência aproximava-se do projeto do Rio de Janeiro, defendendo a união das Províncias sob o Príncipe Regente: centralistas. “Congregava muita gente da antiga aristocracia açucareira, e viria a ser liderada pelo Morgado do Cabo, sucedido pelos irmãos Cavalcanti.<sup>220</sup>” Gervásio Pires estava ligado à outra tendência: federalista. Procuravam a autonomia provincial, pouco importando se a sede fosse no Rio de Janeiro ou Lisboa.

Os centralistas de Pernambuco estavam bem organizados. Faziam pressão para o Governo de Gervásio Pires aproximar-se das propostas vindas do Rio de Janeiro. Pires apresentava atitudes ambíguas, enviando votos de louvor a Pedro, diante do “fico” de 9 de janeiro de 1822, e escrevia para Portugal garantindo fidelidade às Cortes. Não se comprometia com ninguém. Todavia, acuado pelo grupo centralista, assina um documento jurando fidelidade a Pedro<sup>221</sup>.

A insatisfação era crescente contra o governo de Pernambuco. Aos 13 de agosto de 1822, Pires informava às Cortes a perda do controle da tropa. Logo depois, renunciou o cargo. Em 17 de setembro de 1822, forma-se nova Junta de Governo, e essa estaria ligada ao Rio de Janeiro: foi um golpe contra Gervásio Pires, possível pelo apoio militar<sup>222</sup>.

Constituiu-se, desta forma, uma Junta de Governo Provisória, liderada por Paula Gomes. No entanto, já decretada a Independência, era necessário um governo para essa situação. O presidente do Tribunal de Justiça, junto aos representantes de José Bonifácio, articulou um novo governo, pondo à frente um Albuquerque Maranhão: saía um liberal histórico e assumia um senhor de engenho: um golpe dentro do golpe, como lembrou Carvalho, de Socorro Ferraz<sup>223</sup>. Era instaurado o “Governo dos Matutos”, que ao lado de Affonso de Albuquerque Maranhão, trazia Francisco Paes Barreto, o

---

<sup>219</sup> CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824**. op.cit., p. 338.

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 339.

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 350.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 352.

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 354.

Morgado do Cabo e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. “Essa facção oligárquica receberia todo o apoio do governo central.”<sup>224</sup>”

Em 20 de outubro de 1823, Pedro I criava os Conselhos de Governo Provinciais em substituição às Juntas. Aos 12 de novembro, logo depois das instruções para essa reforma política, haveria o fechamento da Assembleia Constituinte, que frei Caneca denunciava como “o medonho nevoeiro que se levanta do sul, e que se vai desfechar em desastrosa tempestade”<sup>225</sup>.”

A chegada dos deputados provinciais, a Pernambuco, se daria no final de novembro de 1823. Vinha o fim do “Governo dos Matutos”, que se retirava para o Cabo. Mesmo com um golpe de Manoel de Carvalho Paes de Andrade para assumir um governo federalista, Pedro I nomeou José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, que seria escolhido Senador do Império: não assumiu o governo. Pedro recoloca o Morgado do Cabo no poder e bloqueia o porto do Recife. No entanto, o governo de Manoel de Carvalho não cedeu. Quando perceberam a chegada da guerra, decretaram a “Confederação do Equador”<sup>226</sup>.

Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, então com 29 anos, pedia para vir para Pernambuco, de Lisboa, acompanhado de um escravo em novembro de 1823<sup>227</sup>. Comandou homens contra a Confederação do Equador. No Engenho Suassuna, o general Lima e Silva estabeleceu o quartel da força imperial antes do ataque ao Recife<sup>228</sup>. Antonio Francisco deve ter voltado a Pernambuco com uma larga experiência em armas. A sua estadia servindo ao governo português em África, como militar, foi longa.

Os irmãos Cavalcanti de Albuquerque iam tomando seu espaço frente ao grupo que governaria Pernambuco até a retirada de D. Pedro I, em 1831. Durante todo o Primeiro Reinado, Luiz Francisco e Antonio Francisco defenderiam suas bases locais e interesses pessoais na Corte, mostrando bastante autonomia. Apresentavam uma face federalista no Rio de Janeiro. Em Pernambuco, eram centralistas. Puseram-se ao lado do

---

<sup>224</sup> Idem.

<sup>225</sup> **O Typhis pernambucano**. Quinta-feira, 25 de dezembro de 1823. in: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. São Paulo: 34, 2001, p. 303.

<sup>226</sup> CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Cavalcantis e cavalgados**. op.cit, p. 357.

<sup>227</sup> LAPEH-AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.288, D.19827.

<sup>228</sup> CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Cavalcantis e cavalgados**. op.cit, pp. 357 – 378.

Imperador – mesmo que ele não lhes fosse muito simpático – da Confederação do Equador à Praieira. Localmente, o domínio ficava entregue nas mãos de Francisco de Paula, o mais velho. Depois da revolta de 1824, tornou-se, como disse Carvalho, “uma espécie de vice-presidente permanente da Província<sup>229</sup>”, tendo assumido a presidência efetiva pelo menos sete vezes entre 1826 e 1844. Mais tarde, Antonio Francisco, conhecido como Hollanda, ficaria ao lado do Partido Liberal; Francisco e Pedro, do conservador. Assim, sendo qual fosse o ministério, os Cavalcanti de Albuquerque estariam no poder<sup>230</sup>. A solidificação do poderio Cavalcanti fora construída aos poucos, e receberia as já citadas críticas em 1831: “não queremos sim, que uma família prepondere e domine a nossa Província.<sup>231</sup>” As críticas seguiriam durante todos os outros anos, e pelos idos de 1848 os praieiros, nas ruas, cantaram a famosa quadrinha: “Quem viver em Pernambuco/ Deve estar desenganado/ Que ou há de ser Cavalcanti/ Ou há de ser cavalgado”.

---

<sup>229</sup>CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Cavalcantis e cavalgados*. op.cit., pp. 343–344.

<sup>230</sup>Idem.

<sup>231</sup>APEJE, *Diário de Pernambuco*, 9 de julho de 1831.

## **2- Meus manos do Coração: o Engenho Suassuna e a política dos irmãos Cavalcanti entre 1822 e 1834.**

*Meu mano e amigo do Coração,  
Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1833.  
Há dois dias que deixei a Cidade para recolher-me à  
minha casa na Praia Grande, tendo ali estado um mês  
por motivo da moléstia da minha mulher que  
atualmente já se acha de todo restabelecida. Tenho  
estado vacilante sobre minha ida a essa Província neste  
ano, mas ultimamente não sei se por política; ou se por  
estar já com uma família pesada, resolvi de não dar  
esse passo, e de não sair do Rio de Janeiro  
presentemente. (Carta de Hollanda Cavalcanti para  
Pedro Francisco)*

Aqueles que avistavam Santo Amaro Jaboatão, percebiam o brilho esverdeado surgindo pelos raios da luz solar refletidos nos longos canaviais, durante os anos iniciais do século XIX. No entanto, não era mérito de então. Desde muito que o caldo da cana se transformava em açúcar pelas mãos de angolas, congos, nagôs, moçambiques, cabras, crioulos e pardos naquela localidade. A doce brancura, trazida pelo amargor do trabalho escravo, ajudaria a dourar os brasões mais nobres das terras pernambucanas.

Os canaviais do Engenho Suassuna não eram diferentes. Em 1817, Guilherme Patrício Cavalcante Bezerra – inventariante dos bens de Dona Maria Rita de Albuquerque Mello – declarava, ao lado dos avaliadores, ter deixado a falecida “um engenho de fazer açúcar moente e corrente denominado Suassuna, sito na Freguesia de Santo Amaro Jaboatão, com quase uma légua de comprimento, e três quartos de largura<sup>232</sup>.” A capela velha, com algumas imagens devocionais, não apresentava valor, todavia, o engenho, dito em bom estado, com toda a maquinaria e construções, era avaliado em 32 contos de réis: continuava moendo enquanto as tramas pelo domínio do poder remoíam nas cabeças.

---

<sup>232</sup>IAHGP, Caixa 5, 669, 1817, Inventário de Dona Maria Rita de Albuquerque e Mello, senhora do Engenho Suassuna.

A busca pelo poder, nessa história, perpassa a amargura das perdas. Os cálculos para as ações revoltosas de 1817 não foram precisos: deixara prejuízos aos Cavalcanti de Albuquerque. Além da liberdade perdida pelo Coronel Suassuna, por seu irmão Luís e por Francisco de Paula nos cárceres da Bahia, ficavam privados da vida de José Francisco.

O Real Erário confiscara toda a safra do Engenho Suassuna (1 conto e 642 mil réis), além de animais e instrumentos para o fabrico do açúcar, dentre eles: três taxas de ferro, duas escumadeiras e dois alambiques. Os móveis, avaliados em 95 mil e 300 réis, foram todos tomados, assim como um terreno nos Afogados. Muito mais coisas foram retiradas das mãos de Suassuna e vendidas em leilão: parte da Ilha de Joana Bezerra, e até “um retrato da posse do Réu insurgente Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque que sendo ele da pessoa do Governador e Capitão General da Capitania de Moçambique José Francisco de Paula Cavalcanti irmão do Réu por sete mil réis<sup>233</sup>.”

Quem arrematou o retrato, oitenta livros velhos (4 mil e 200 réis), 19 vacas de leite, 42 ovelhas grandes e 5 pequenas (311 mil e 400 réis), a renda de três anos do Engenho Suassuna com fábricas de gado e escravos (2 contos e 400 mil réis) fora Guilherme Patrício Bezerra<sup>234</sup>. Não custa nada lembrar que era ele o marido de Dona Francisca Maria Joaquina Cavalcanti de Albuquerque, filha natural do Coronel Suassuna.

Guilherme Patrício Bezerra deve ter sido fruto de um daqueles rentáveis casamentos arranjados, comuns nos fins do século XVIII e início do XIX, no Brasil<sup>235</sup>. Unir um bom nome à quantia satisfatória de dinheiro não era mal para nenhum nobre da terra. Parece-nos ser um homem de bastantes posses. Não é só em 1817, diante dessa situação constrangedora pela qual passa o casal de Francisco de Paula, que ele se pronuncia. O Coronel Suassuna declarava, em testamento, que

devo ao meu terceiro testamenteiro Guilherme Patrício Cavalcante Bezerra a quantia de oitocentos e quarenta e seis mil duzentos e sessenta e seis réis de

---

<sup>233</sup> IAHGP, Caixa 5, 669, 1817, Inventário de Dona Maria Rita de Albuquerque e Mello, senhora do Engenho Suassuna, p. 44.

<sup>234</sup> Ibidem, p. 44 verso.

<sup>235</sup> Falam do assunto, dentre outros: SOUZA, George Cabral de. **Os filhos e os netos dos que andam na governança**: família e poder na Câmara Municipal do Recife Colonial. In: *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, nº 25-1, Recife: UFPE, 2007, pp. 31 – 60 e MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso**: ensaio de história regional. São Paulo: SENAC, 2001, p. 67.

ajustes de contas que tivemos de despesas de assistências a mim e a meus filhos por ele feitas, ficando eu já pago do valor do arrendamento das duas safras do Engenho Suassuna dos dois anos de mil oitocentos e vinte, e de mil oitocentos e vinte e um<sup>236</sup>.

Ainda havia a dívida do genro com Gonçalo José da Silva Lisboa – “proveniente de escravos que lhe tomou para meu engenho Suassuna<sup>237</sup>” – fazendo parte do amontoado de dívidas a pagar pelo inventário do Coronel Suassuna. Uma outra conta, já em execução, com José Joaquim Jorge Gonçalves, em nome de Guilherme Patrício, também era dos Cavalcanti de Albuquerque.

Parece-nos que as finanças do Coronel Suassuna não iam bem. Mas, era esse genro quem conseguia ir mantendo os bens nas mãos dos mesmos nomes. Até a maior parte das dívidas com o funeral do coronel (mais de 672 mil 130 réis) – que teve todas as pompas relativas a um homem dito nobre, na terra, com música, missas, muita cera - foram pagas pelas mãos de Guilherme Patrício, sob o nome de Francisco de Paula, o filho<sup>238</sup>.

É de estranhar que ainda em julho de 1829, não houvesse saído o perfilhamento de Dona Francisca. Este teria sido ditado, em testamento, como vontade do seu pai, na casa de Guilherme Patrício. Passando muito mal de saúde, ela escrevia a Hollanda, no mesmo ano: “Eu bem sei que as suas grandes ocupações não lhe hão de dar muito tempo para cuidar de mim, porém, em alguma hora, lembre-se de mim, e veja que eu só tenho por mim (abaixo de Deus), a vosmicê.<sup>239</sup>” Fica parecendo que Guilherme Patrício, esposo de Dona Francisca, saíra do seio da família sem deixar muito o que ajudar à sua esposa, precisando, a mesma, dos cuidados de Hollanda Cavalcanti. Resta-nos, então, a indagação: teria falecido, empobrecido, deixado o posto de esposo, ou o testamento do Coronel Suassuna era uma farsa? É ele quem oferece à irmã natural uma sesmaria,

---

<sup>236</sup> IAHGP – Caixa 023, TJR1, 1821 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: Senhor do Engenho Suassuna.

<sup>237</sup> Ibidem.

<sup>238</sup> IAHGP – Caixa 023, TJR1, 1821 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: Senhor do Engenho Suassuna, p. 72.

<sup>239</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Olinda, 14 de julho de 1829: carta de Francisca para Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

mandando-a “dar para as duas meninas solteiras ou para a que casar<sup>240</sup>”. Talvez nem o dote das filhas Dona Francisca tivesse, para dar-lhes um bom casamento.

No final do inventário de Dona Maria Rita de Albuquerque e Mello, o total dos bens ficava em 61 contos 212 mil 595 réis. Só de escravos - percebemos 85 – entrava 9 contos 976 mil réis. A meação contabilizava 30 contos 582 mil 749 réis. Dessa metade, o Coronel Suassuna perdera 954 mil 595 réis, além das safras rematadas, pelo confisco<sup>241</sup>. Guilherme Patrício recebera uma escrava no valor de 50.000 réis, com a devida devolução, pelas custas do inventário de 47.000 réis. Cada um dos filhos de Dona Maria Rita receberia 5 contos 97 mil 125 réis. Seriam pagos com partes do Engenho Suassuna e da Ilha de Joana Bezerra<sup>242</sup>.

Quando falecera, aos 30 de junho de 1821, o Coronel Suassuna deixava as já ditas dívidas com Guilherme Patrício e mais uma de 6 contos com seu filho homônimo. Todavia, só de dívidas legalizadas, funeral e custas do inventário e partilha, o número era de 17 contos 748 mil 964 réis, de um total de bens de 21 contos 995 mil 573 réis. Sobrava apenas 4 contos 165 mil 832 réis para dividir entre os filhos, que ficariam, cada um, com 833 mil 166 réis<sup>243</sup>: não era lá uma imensa fortuna.

Francisco de Paula ficara com a maior parte do Engenho Suassuna, já que muitas das despesas, com o mesmo engenho, dentre outras, foram por ele pagas. Seus irmãos dividiriam alguns outros bens e os 83 escravos que sobravam: dois pardos – Floriano e João de Deus – ficavam libertos, segundo o testamento<sup>244</sup>.

---

<sup>240</sup> Ibidem.

<sup>241</sup> Para fins de comparação de valores, no mesmo inventário, um touro velho era avaliado em oito mil réis, assim como Victorino, pardo, que representava 35 anos, carreiro, sadio valia 150.000 réis. IAHGP – Caixa 023, TJR1, 1821 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: Senhor do Engenho Suassuna.

<sup>242</sup> IAHGP – Caixa 023, TJR1, 1821 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: Senhor do Engenho Suassuna, pp 55 verso – 57 verso.

<sup>243</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>244</sup> Ibidem.

Avaliado em 32 contos de réis por volta de 1817, o Engenho Suassuna, era dito então, em bom estado. Todavia, quando de 1821, não é descrita a mesma situação. Por estar degradado, seu valor caía para 24 contos de réis<sup>245 246</sup>.

Nesse momento, o Engenho Suassuna revelava a condição financeira não muito próspera do casal dos Cavalcanti de Albuquerque. Declarou o inventariante o mesmo moer de água copeiro. Com casa de engenho, havia as peças pertencentes à moagem, “faltando-lhe uma carreta de ferro do eixo do meio por se quebrar e não admitir conserto e precisando de bolandeira nova por estar incapaz a que existe<sup>247</sup>”. Apresentava, ainda, casa de caldeira, onde havia um parol de cobre para melado, e outro para caldo, três taxas de cobre, uma caldeira velha, três taxas de ferro, uma pomba de cobre velha, uma repartideira e uma escumadeira: tudo de cobre, velhas, além de uma caldeira e duas taxas de ferro, pertencentes ao rendeiro Guilherme Patrício Bezerra, “que não podendo o engenho moer sem elas, as comprou ele inventariante<sup>248</sup>”.

A casa de purgar era descrita da seguinte forma: “com a parede da frente desaprumada, com sessenta furos e sessenta correntes. Trezentas formas de barro e uma balança de pás com seis pesos de ferro entre grandes e pequenos<sup>249</sup>”. A casa de destilar se fazia pegada à de purgar,

com três tanques de diversos tamanhos, de madeira, já velhos e arruinados, para guardar mel. Cinco tonéis com arcos de ferro muito arruinados, vinte e sete cubas de madeira com arcos de ferro, das quais oito estão incapazes e não admitem conserto. O cobre de dois alambiques com suas carapuças e duas serpentinas de estanho: tudo tão estragado e arruinado que não admitem conserto<sup>250</sup>.

---

<sup>245</sup> Para comparação dos valores: em 17 de maio de 1826, a Câmara dos Senhores Deputados votava o valor do ordenado do Presidente da Província, que seria de 6 contos e 400 mil réis. Salva a distância do tempo entre 1821 e 1826, mesmo assim, teríamos, aproximadamente, o valor de pouco mais de 4 vezes o ordenado desse cargo. **Annaes do Parlamento Brasileiro**, Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro ano da primeira legislatura. Sessão de 1826. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874, p.72.

<sup>246</sup> IAHGP – Caixa 023, TJR1, 1821 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: Senhor do Engenho Suassuna, pp. 29 e 94.

<sup>247</sup> IAHGP – Caixa 023, TJR1, 1821 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: Senhor do Engenho Suassuna, p. 22 verso.

<sup>248</sup> Ibidem.

<sup>249</sup> Ibidem.

<sup>250</sup> Ibidem.

A casa de fazer farinha, pegada ao engenho, com rodas, prensas e mais pertences: eram incapazes de conserto, “que por isso não trabalha<sup>251</sup>”. Havia, ainda, “uma casa de vivenda por acabar, e já precisando grandes consertos, principalmente de um oitão, que deve ser feito de novo<sup>252</sup>”. Também estavam arruinadas a casa de guardar bagaço e uma olaria com forno. A senzala, com trinta e três casinhas, precisava grandes consertos e cobertura nova. Os três cercados que haviam, estavam todos cheios de matos e arruinados, além de todos os valados do cercado do engenho e Mondego, sob a mesma situação.

O Engenho Suassuna ainda comportava uma casa térrea de tijolo, ao pé do engenho, uma estribaria unida ao engenho - precisando conserto -, uma casa de taipa – “com três sanzalas [sic] para lavrador no sítio chamado do Pico, também arruinada<sup>253</sup>”.

Uma das salas do engenho estava servindo de oratório, “por ter caído a Igreja<sup>254</sup>”. Desta forma,

uma imagem de Nossa Senhora da Assumpção com sua coroa de prata e seu nicho de madeira, uma dita do Senhor Crucificado sem resplendor, uma dita de Nossa Senhora da Conceição com sua coroa de prata e nicho, uma dita de São Francisco de Paula e seu nicho, seis ramalhetes de pás velhos, três sacras, uma estante, um par de galhetas de vidro com seu prato de estanho, um ritual, duas caixas de santos óleos: uma incapaz, uma pia de barro, uma cômoda, um púlpito, duas banquetas incapazes, quatro frontais, quatro casulas, uma toalha de altar velha; duas alvas velhas; quatro patenas; seis véus; uma pedra d’ara; um missal; dois cálices com patenas<sup>255</sup>

estava tudo dentro da casa<sup>256</sup>.

A descrição de um engenho velho e arruinado não é a mesma percebida pelo pastor Daniel Kidder, quando de seus dias em Pernambuco, por volta de 1842:

Muito antes de divisar a casa senhorial do proprietário, avistamos os canaviais exuberantes de Suaçuna [sic]. (...) A propriedade de Suaçuna [sic] era grande e magnificamente cultivada. Nela labutavam cem negros. Além de sua produção de arroz e mandioca, calculava-se que a safra de cana – então quase no ponto de corte – renderia cerca de nove mil arrobas de açúcar. As

---

<sup>251</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>252</sup> Ibidem.

<sup>253</sup> Ibidem, p.23.

<sup>254</sup> IAHGP – Caixa 023, TJR1, 1821 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: Senhor do Engenho Suassuna.

<sup>255</sup> Ibidem, p. 23 verso

<sup>256</sup> IAHGP – Caixa 023, TJR1, 1821 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: Senhor do Engenho Suassuna, pp. 22 verso – 23 verso.

construções agrupadas em torno da casa-grande davam ideia de uma pequena aldeia. Na ala direita do prédio principal viam-se a serraria, o engenho e a destilaria. O maquinário dessas instalações era todo acionado à força hidráulica. À esquerda estendiam-se as senzalas, oficinas de ferreiro, de carpinteiro e paióis...<sup>257</sup>

O Engenho Suassuna, então, na década de 1840, mostrava a imponência do seu proprietário. Por esse tempo, Francisco de Paula já havia sido Presidente da Província de Pernambuco, Ministro da Guerra, Deputado na Província e era Senador. A política era rentável. Não só pelos benefícios e possibilidades de favores, mas também, pelas gratificações que recebiam. Quando Ministro da Marinha, Hollanda pagou, em 21 de julho de 1844, oito mil setecentos e nove réis pelos Direitos da Recebedoria do Município do Rio de Janeiro de 5 % de 174 mil 195 réis: importância do seu ordenado e gratificação. Já aos 12 de julho, pagaria 30 mil réis pelos direitos de 5% da mesma recebedoria, sobre os 600 mil réis de ordenado e gratificação do cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha<sup>258</sup>.

Quando falecera, em 1875, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, sob o título de Visconde de Camaragibe, estava na posse de três engenhos<sup>259</sup>. Seu irmão, Francisco de Paula, Visconde de Suassuna, com grandeza, em 1880, possuía sete, além do palacete do Pombal<sup>260</sup>. Assim, percebemos que José Thomaz Nabuco de Araújo poderia até estar certo, em 1847, de que “enumerai os engenhos da província, e vos damos fiança de que um terço deles pertence aos Cavalcantis<sup>261</sup>.” E se levarmos em conta a inclusão do ramo Rego Barros, a afirmação é coerente. Todavia, as palavras “os engenhos, que a maior parte deles tem, foram havidos por heranças transmitidas por seus maiores”, ficam sob dúvida.

Evaldo Cabral de Mello tem razão em dizer que

---

<sup>257</sup> KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil**: Províncias do Norte. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 109.

<sup>258</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recibos da Recebedoria do Município do Rio de Janeiro – Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque – 21 de junho de 1844 e 12 de julho de 1844.

<sup>259</sup> IAHGP – Caixa 243, TJR, 1875 – Inventário de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Camaragibe.

<sup>260</sup> IAHGP – COR2, VO2V, na Biblioteca – 1880/1884. – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Suassuna.

<sup>261</sup> ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia**. Recife: Typographia União, 1847 (fac-simile), p. 4.

o século XVIII viu abaixarem-se boa parte das barreiras sociais erguidas anteriormente, inclusive no tocante aos matrimônios, graças ao que muitas famílias açucarocráticas se haviam aliado a famílias de negociantes do Recife. Tanto o visconde de Suassuna como seu irmão, o de Camaragibe, açucarocratas de Jaboatão, puderam dourar seus braços graças ao casamento com netas de mascates<sup>262</sup>.

O consórcio entre Francisco de Paula e sua prima D. Maria Joaquina Cavalcanti Salgado deve ter-lhe rendido um bom dote<sup>263</sup>. Todavia, não era esse apenas o motivo do enriquecimento: observamos a política, para os Cavalcanti de Albuquerque, como um fermento dos seus bens: as partes do Engenho Suassuna transformaram-se numa imensidão de terras.

## **2.1 Caminhos perseguidos e traçados: formações e política.**

No Brasil Império, disse José Murilo de Carvalho, “a educação é a marca distintiva da elite política<sup>264</sup>.” Mesmo que a grande maioria estivesse ligada ao estudo do direito e ao emprego público, havia os donos de terras, os militares, os sacerdotes também fazendo parte da política imperial. Os filhos do Coronel Suassuna teriam a educação atrelada às suas ocupações. Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti teriam laços atados às condutas militares. Luiz Francisco, Pedro Francisco e Manuel Francisco, formaram-se em Direito. O primeiro em Coimbra e os outros, na Alemanha, em Goettingen. Mas, é na carreira política que teriam o maior destaque.

### **2.1.1 Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti: políticos e militares. Luiz Francisco: funcionário público e político.**

Em setembro de 1822, ascendeu ao governo de Pernambuco a junta que ficara conhecida por “governo dos matutos”. A 12 de outubro, a junta festejara o aniversário do Regente, e aos 17 do mesmo mês, prestava juramento de adesão à causa do Brasil: ainda nem conheciam a aclamação, cinco dias antes, no Rio de Janeiro, de D. Pedro como Imperador Constitucional<sup>265</sup>. Nesse contexto, é curioso perceber o último

---

<sup>262</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **A ferida de Narciso** – Ensaio de História Regional. São Paulo: SENAC, 2001, p. 67.

<sup>263</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, p. 372.

<sup>264</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.79.

<sup>265</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência** – o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 115.

despacho do inventário do Coronel Suassuna sendo da data de 7 de setembro de 1822<sup>266</sup>. Enquanto alguns já cantavam os versos de Evaristo da Veiga, musicados por Pedro I, “ou deixar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil”, outros trabalhavam despachando documentos do anterior governo.

O “governo dos matutos”, segundo Cabral de Mello, era composto de senhores de engenho: três representantes da mata norte (Manuel Inácio Bezerra de Melo, João Nepomuceno Carneiro da Cunha e Francisco de Paula Gomes dos Santos) e três da mata sul (o presidente Afonso de Albuquerque Maranhão, Francisco Paes Barreto – Morgado do Cabo – e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque)<sup>267</sup>.

Desde então, o futuro Visconde de Suassuna – Francisco de Paula - não mais sairia dos meios do poder em Pernambuco, com exceção de alguns curtos períodos (Francisco de Paula fora substituído da Presidência da província em setembro de 1828 por dois desembargadores que se sucederiam no cargo até 1832<sup>268</sup>). O caminho traçado pela sua parentela ia chegando ao ápice, aos poucos. Segundo Marcus Carvalho, entre 1826 e 1844, Francisco de Paula assumiria a presidência da Província, efetivamente, pelo menos sete vezes, sem falar do cargo quase eterno de Vice-Presidente de Pernambuco<sup>269</sup>.

Nabuco escrevera que sob a presidência de Francisco de Paula “Pernambuco achou-se em mãos de um homem de princípios modernos e de têmpera antiga<sup>270</sup>.” Diria isso, talvez, pelo histórico da participação, com o coronel Suassuna, nas lutas de 1817, e pelo caráter de liberdade a qual a mesma tenha se travestido. Pode ser, pelo mesmo motivo, que Kidder tenha o descrito da seguinte forma:

O Senhor Cavalcanti, atual Barão de Suaçuna [sic], descende de antiga e poderosa família. Suas maneiras afáveis e seu caráter ilibado granjearam-lhe estima e posição de destaque entre seus conterrâneos. Não obstante, jamais

---

<sup>266</sup> IAHGP – Caixa 023, TJR1, 1821 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Senhor do Engenho Suassuna.

<sup>267</sup> MELLO, Evaldo Cabral de, **A outra independência** – o federalismo pernambucano de 1817 a 1824, op.cit, p. 113.

<sup>268</sup> CARVALHO, Marcus J.M de. **O encontro da “soldadesca desenfreada” com os “cidadãos de cor mais levianos” no Recife em 1831**. In: Clio, série história do Nordeste, Recife, v.1, nº 18, 1998, p. 111.

<sup>269</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>270</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, volume I, p. 62.

ter saído do Brasil, tinha ideias liberais com relação aos países estrangeiros, especialmente quanto ao governo e às instituições norte-americanas.<sup>271</sup>

No entanto, Nabuco não diria apenas aquilo. De forma elegantemente bajulatória, escreveu:

Somente à demagogia podia um homem desse quilate moral parecer dominado da ambição de fundar uma oligarquia de família, o último dos pensamentos que ele confessaria a si mesmo. É natural que a transmissão do ascendente político, durante quarenta anos, de Suassuna a Boa Vista e depois ao irmão daquele, Camaragibe, tenha parecido a formação de uma dinastia no seio de um partido, mas há razões mais profundas para explicar a coincidência. Cada um desses três homens tinha as qualidades que em concurso livre lhe haviam de merecer na ocasião a insígnia do comando<sup>272</sup>.

Nabuco não era mesmo inocente. Nas suas próprias palavras, diz:

Sem dúvida grandes abusos são inerentes a todo predomínio de família, mas a chamada família Cavalcanti compreendia grande parte da propriedade territorial da província e a sua influência diretora no partido Conservador era legítima e natural, dados os elementos da sociedade pernambucana naquela época.<sup>273</sup>

Mas, não é anormal todo esse palavreado. Joaquim Nabuco confessa, na própria obra, a amizade de Francisco de Paula com José Thomáz Nabuco de Araújo<sup>274</sup>. Tudo isso envolvia a memória do pai, tão aclamado nas páginas do filho.

Percebendo o ano de 1835, um dos quais Francisco de Paula assume as rédeas de Pernambuco, os registros da polícia civil sobre a segurança da província não é dos melhores. E nem as condições das celas que condicionavam os presos. Assaltos, desordens, arruaças, tudo isso havia sob os olhos de Francisco de Paula<sup>275</sup>. Nunes Machado, então chefe de polícia, dava-lhe notícias sobre as situações complicadas quanto aos acontecimentos violentos nas ruas. Chama atenção – além de alguns pedidos

---

<sup>271</sup> KIDDER, Daniel. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil** – Províncias do Norte. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 109.

<sup>272</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit, p. 62.

<sup>273</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit, p. 62.

<sup>274</sup> “Bastava, entretanto, essa divisão de sentimentos para Nabuco dificilmente poder fazer caminho em política. A sua amizade com Suassuna tornava-o suspeito aos partidários acérrimos da reação, aos chamados Corcundas, e quanto a acompanhar ele os Chimangos estava fora de questão.” NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, volume I, p. 64.

<sup>275</sup> APEJE – PC2 , p. 162.

de afastamento por problema de saúde<sup>276</sup> - Nunes Machado reclamar a Francisco de Paula por não ser atendido em suas súplicas<sup>277</sup>.

Todavia, Hollanda Cavalcanti, a 27 de novembro de 1824, dava notícias a Pedro Francisco, por carta, e dizia: “O Mano Francisco continua a governar a sua casa; e com que arte, e com que probidade. Quão feliz que nós somos. Este irmão merece um cantinho no nosso Oratório<sup>278</sup>.” Talvez por governar tão bem o que era de posse de sua família, esquecesse, em alguns momentos que lhe convinham, de segurar às rédeas os problemas que afligiam a província. Pode-se até pensar que Francisco de Paula estava mesmo era se importando com seus interesses, e que a expressão “governar a sua casa” seja relativa, sim, ao governo de Pernambuco.

Quanto a Hollanda Cavalcanti, pedia para vir para Pernambuco, de Lisboa, em novembro de 1823<sup>279</sup>. Desde 1816 estava em Moçambique, exercendo suas funções militares<sup>280</sup>, e até foi professor de matemática em Macau<sup>281</sup>. Em 1824, voltou para o Brasil. Lutando contra a “Confederação do Equador”, junto ao Morgado do Cabo, estava do lado do Imperador Pedro I. Por isso, Marcus Carvalho coloca que foram recompensados os Cavalcanti de Albuquerque com o apoio real nas eleições que aconteceram, mais tarde, à Câmara<sup>282</sup>.

A 1º de novembro, já do Rio de Janeiro, comunicaria ao irmão Pedro Francisco que havia estado seis meses em Pernambuco, “naquela malfadada Província”. Sendo vítima dos “exaltados”, um governo civil havia se instalado, até que “daqui forças reputáveis que (...) aniquilaram aquela gente”. Francisco e Luiz estavam “perseguidos pelos exaltados”. Mas, esperava “por ter notícias deles depois da chegada da esquadra

---

<sup>276</sup> APEJE – PC2, p. 348.

<sup>277</sup> APEJE – PC2, p. 191.

<sup>278</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1824: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>279</sup> AHU\_ACL\_CU\_015,Cx288, D.19827.

<sup>280</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. op.cit, p. 93.

<sup>281</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Forte de São Lourenço de Moçambique, 05 de janeiro de 1820: carta de Antônio José de Lima Leitão para Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>282</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade** – Rotinas e rupturas do escravismo – Recife, 1822 – 1850. Recife: UFPE, 2002, p. 49.

que foi à Pernambuco que tendo daqui saído há trinta dias ainda não há tempo de se saber do êxito dela<sup>283</sup>.” No entanto, por carta, aos 27 de novembro do mesmo ano, informava que “a nossa família escapou dos naufrágios em Pernambuco<sup>284</sup>.”

Entretanto, de Recife, aos 11 de maio de 1825, Luiz Francisco dava notícias aos “meus manos do C.”, como assim sempre abriria as suas missivas, informando que

tendo eu estado um ano Juiz de Fora do Aracaty, tive a fortuna de sair bem das circunstâncias mais intrincadas da revolução daquela Província do Ceará donde me retirei até a Parahyba, e aí esperei que acabassem as grandes desordens de Pernambuco, para onde me recolhi em outubro passado e em dezembro tomei posse do lugar de Desembargador da Relação desta cidade que estou servindo<sup>285</sup>.

Luiz Francisco, diferente dos outros dois irmãos mais velhos, seguiria uma carreira não militar, mas, jurídica. Ainda mais, uma carreira no emprego público. José Murilo de Carvalho aponta ser esse tipo de serviço procurado “como fonte estável de rendimentos<sup>286</sup>”. Luiz Francisco informava a Pedro Francisco que “este emprego me dá uma subsistência independente da minha família, e espero poder ser útil a vocês, quando se formarem. Aqui estou morando só, em uma casa na rua do Colégio, passo com saúde e até agora sem compromettimentos<sup>287</sup>.” Além do bom salário, este considerava a matéria de poder ajudar os irmãos de alguma forma. Claro, observando bem a missiva, a ajuda não era financeira, mas, de lhes conseguir, também, algum lugar na malha clientelar.

José Murilo de Carvalho ainda aponta ser o emprego público “a ocupação que mais favorecia uma orientação estatista e que melhor treinava para as tarefas de

---

<sup>283</sup>IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1824: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>284</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1824: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>285</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 11 de maio de 1825: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>286</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 57.

<sup>287</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 11 de maio de 1825: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

construção do Estado na fase inicial de acumulação de poder<sup>288</sup>.” E era certo, se bem avaliarmos a carreira de Luiz, que “o Estado era o principal empregador do tipo de gente que seria normalmente levada a postos políticos<sup>289</sup>.” O emprego público era tão importante, na visão deste irmão, que se preocupava, ainda em 1831, que Manuel Francisco “se conserve por hora sem emprego público; a nossa vez nos há de chegar sem fazer para isso muito empenho<sup>290</sup>.”

### 2.1.2 Juristas e políticos.

Aos 21 anos, em 16 de junho de 1820, Luiz Francisco fazia o caminho de muitos jovens da elite nascidos no Brasil: voltava de Portugal, depois de ter estudado as Leis<sup>291</sup>. Estudar em Portugal era “o mais ambicionado sonho da juventude colonial brasileira, mas de realização somente possível a uma minoria. Era o grande momento da vida do jovem, pois lá ele conseguia a carta de bacharel, credencial indispensável para almejar qualquer posição futura<sup>292</sup>.” Para José Murilo de Carvalho, “quase toda a elite possuía estudos superiores (...) era uma ilha de letrados num mar de analfabetos<sup>293</sup>.” Ainda informa ser a educação superior concentrada na formação jurídica, e até a Independência, na Universidade de Coimbra<sup>294</sup>, mesmo com todos os seus defeitos, da forma apontada por Bernardo Pereira de Vasconcelos:

.... pois é bem sabido que, quando o mestre dorme, os meninos brincam. Isto é justamente o que acontecia na Universidade de Coimbra no meu tempo; nenhuma emulação, nenhum estímulo se notava ali e por isso nenhum progresso nas letras<sup>295</sup>.

Com a Independência, seriam criadas as faculdades no Brasil.

---

<sup>288</sup> CARVALHO, José Murilo de **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Op.cit., p. 99.

<sup>289</sup> Idem, p. 99.

<sup>290</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 08 de julho de 1831: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>291</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx282, D.19159

<sup>292</sup> JANOTTI, Aldo. **O Marquês de Paraná**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1990, p. 18.

<sup>293</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.65.

<sup>294</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65.

<sup>295</sup> VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. **Discurso na Câmara dos Deputados, sessão de 7 de agosto de 1826**. in: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 43.

Deixando em testamento como responsável pela educação dos menores, Francisco de Paula<sup>296</sup>, o Coronel Suassuna queria dar aos filhos a mesma instrução tida pelos grandes da terra. O diploma de direito era uma das condições para aqueles que pretendiam chegar aos altos postos<sup>297</sup>. E assim o fez o irmão. Pedro Francisco concluíra, em Pernambuco, o curso de humanidades, seguindo para Portugal em 1821, com apenas 15 anos, para estudar dois anos na Universidade de Coimbra<sup>298</sup>.

Note-se que em dois anos Pedro Francisco estará na Alemanha, em Goettingen fazendo o curso jurídico. Neste período, o Brasil separa-se de Portugal, e se pensarmos em separação, podemos até levar a crer em um rompimento ideológico, inclusive, dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque com a nação portuguesa. Ainda mais se observarmos Hollanda Cavalcanti frequentando a loja maçônica Grande Oriente Brasileiro, donde chegou a ocupar o cargo de grão-mestre, de 1838 até 1850<sup>299</sup>. Para estar no seletivo grupo maçônico, além de ter meios econômicos suficientes para financiar algumas atividades das lojas, era necessário ser defensor da “causa do Brasil”<sup>300</sup>.

Não seria espantoso observarmos o escrito, por carta, de Hollanda a Pedro Francisco e Manuel Francisco, que também estava em Goettingen estudando as leis. Pedro Francisco já havia reclamado das dificuldades com a língua alemã, todavia, em 27 de novembro de 1824, Hollanda o respondeu: “Árduas são a maior parte dos sacrifícios que a sociedade exige de nós: e entretanto a tua Pátria precisa muito de pessoas que saibam o Alemão, e eu folgaria muito de te ver Alemão bem Alemão.”<sup>301</sup> Entretanto, já em 1º de novembro do mesmo ano, Hollanda diria: “continuem vocês a

---

<sup>296</sup> IAHGP – Caixa 023, TJR1, 1821 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Senhor do Engenho Suassuna.

<sup>297</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Op.cit, p. 125.

<sup>298</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. op.cit., p. 746.

<sup>299</sup> MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840)**. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 143 e 270 - 271.

<sup>300</sup> BARATA, Alexandre Mansur. **Sociabilidade maçônica e Independência do Brasil (1820 – 1822)**.in:JANCSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2005, pp. 684 e 687.

<sup>301</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1824: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

distinguir-se nos seus estudos que é o maior serviço que podem prestar a sua Pátria<sup>302</sup>.” Estas colocações vindas de um defensor da “causa do Brasil” não teria nada de anormal: expressam a vontade de um estudo “Alemão bem Alemão”, diferente do português, sem esquecer do serviço à pátria, nos postos ligados ao Estado, ao qual estariam fadados a servirem.

Esse rompimento com a tradição coimbrã nos leva a crer que não existia, apenas, no Brasil independente, uma elite unificada com os pensamentos jurídicos apreendidos na doutrina de Portugal. A homogeneidade ideológica, contida na elite política brasileira, a partir dos estudos em Coimbra, constatada por José Murilo de Carvalho<sup>303</sup>, nos levaria a repensar tal afirmativa a partir dos elementos que indicamos. Mesmo que em um número pequeno, havia outras alternativas de educação à Universidade de Coimbra, e Goettingen foi uma delas. Pensando assim, a homogeneidade seria abalada pelos grupos políticos não participantes da total formação coimbrã. Talvez, poderíamos expressar, então, que as manutenções ou desintegrações das alianças políticas estavam mais forçadas aos interesses pessoais e familiares do que a uma homogeneidade ideológica<sup>304</sup>.

Em 1826, iniciam as discussões sobre a abertura dos cursos jurídicos no Brasil. A elite muito se interessava em ver seus filhos, agora mais facilmente, formados nas leis, sem a necessidade da separação obrigatória pelo Atlântico. É em dezembro do mesmo ano que Luiz Francisco, então deputado geral, escreve a Pedro Francisco, do Rio de Janeiro:

Aí lhe remeto um projeto de lei, que passou na Câmara dos Deputados e vai ser discutido e aprovado no Senado: nele se estabelecem duas Escolas jurídicas sendo uma delas em Pernambuco. Você pelo seu diploma está habilitado para obter / com preferência a qualquer outra pessoa / uma das cadeiras de Política, que fazem parte dessas Escolas. Até eu que me vejo em muito boas circunstâncias estarei pronto a ser Lente do Curso Jurídico / se ele de fato se criar em Pernambuco / contanto que me continuem a pagar o

---

<sup>302</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1824: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Manuel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>303</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Op. Cit.

<sup>304</sup> Morel indica que “estamos de acordo de que esta Universidade [de Coimbra] foi o principal (mas não único) lugar de formação das elites letradas que assumiriam (e disputariam) o poder político no Brasil após a Independência, mas não se tratou de uma formação homogênea ou linear.” MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840)**. São Paulo: HUCITEC, 2010, p. 177.

ordenado e mais (...) que hoje venço como Desembargador da Relação de Pernambuco<sup>305</sup>.

Deveria ser muito vantajosa a posição de professor das escolas jurídicas. Além de lecionarem para os filhos da elite - os futuros possíveis governantes - ainda teriam bons vencimentos e seriam funcionários públicos. Era esse o grande interesse de Luiz Francisco em inserir o irmão no mundo da academia, e até ele mesmo. E num tempo onde os favores eram moeda de troca, era interessantíssima a posição de lente do curso jurídico<sup>306</sup>.

Um exemplo disso é a carta recebida por Pedro Francisco, quando já lente do curso jurídico de Pernambuco, em 1837, enviada por Miguel Calmon du Pin, o futuro Marquês de Abrantes:

Consta por aqui, que o Sr. José Ignacio Accioli, de uma boa família desta Província, se tem armado por lá um casamento; e que, para coagi-lo a isso, o ameaçam até com RR no seu último exame, visto ser ele Estudante do 5º ano nessa Academia de Olinda. E posto que eu não dê crédito a ameaças tão indignas, todavia sendo mui possível o emprego d'alguma violência em negócio tal, vou rogar-lhe encarecidamente, que proteja ao jovem Bahiano, de quem falo, e interponha todos os seus bons officios a fim de que ele não seja sacrificado, e roubado às esperanças que tem dado à sua família natural. É favor que espero do meu amigo<sup>307</sup>.

Não era apenas um favor a Abrantes, mas, a “uma boa família” da Bahia. A citada proteção deve ter rendido alguns bons pagamentos em alianças políticas e negociações.

O que ainda chama atenção é o estilo da escrita, na saudação final da missiva: “serei sempre seu, amigo certo.” A amizade passava pelos interesses e favores negociados em uma não reprovação e em proteção. Proteção essa que pode ser ainda, a dada a um recomendado de Silva Maya, por um dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque, talvez Hollanda, em 1831: “Muito agradeço a Vossa Excelência o cuidado que teve com

---

<sup>305</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1826: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>306</sup> Sobre as trocas e favores no Brasil Império, consultar: GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

<sup>307</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Bahia, 2 de abril de 1837: carta de Miguel Calmon du Pin para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

o meu recomendado, e espero que continuará a tê-lo debaixo da sua proteção<sup>308</sup>.” Nesse caso, a formalidade é muito mais expressa do que a contida na carta de Calmon du Pin.

Por volta de 8 de março de 1827, tanto Pedro Francisco quanto Manuel Francisco já estavam em Pernambuco. Hollanda lhes ordena irem encontrar-lhe: “venha para a Corte aonde deveremos ver o que mais lhe convier: é tudo quanto posso dizer de suas circunstâncias<sup>309</sup>.” É certo que foram para o Rio de Janeiro, como indica da carta enviada de Pernambuco por um dos irmãos, talvez Luiz Francisco, dizendo-lhes para voltarem ao “seio da família”, em “lugar distante da Corte”, quando “se pode lucrar alguma coisa<sup>310</sup>.” Segundo o remetente da missiva, era melhor os irmãos embarcarem no primeiro paquete, “pois tem estado na Corte perdendo o seu tempo e fazendo despesas de que provavelmente não serão indenizados”. Esperavam, assim, que o Ministro do Império despachasse seus requerimentos, “pois já se fizeram conhecer do Imperador e dos Ministros, por quem podem ser despachados<sup>311</sup>.”

Parece-nos que os requerimentos estariam ligados às vagas como lentes dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, criados em 1827 e iniciados em 1828<sup>312</sup>. Aos 6 de fevereiro de 1829, Hollanda escreveu aos irmãos informando: “já debes saber que tem sido despachados lentes para diferentes cadeiras dos cursos jurídicos<sup>313</sup>.” A colocação teria levado Hollanda Cavalcanti a indagar sobre os requerimentos de Pedro Francisco e Manuel, resultando em “uma entrevista com o Ministro do Império, que confirmando-me havê-los recebido do Pedro de Araújo disse-me que presumia (...) abandonado a pretensão e outras balburiadas palavras<sup>314</sup>.” Esse Pedro de Araújo deve ser o futuro Marquês de Olinda, que em alguns momentos, fará alianças políticas com

---

<sup>308</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – 14 de fevereiro de 1831: carta de Silva Maya para receptor não indicado.

<sup>309</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 8 de março de 1827: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>310</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Sítio do Pombal, 18 de fevereiro de 1828: carta sem indicação para Manuel e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>311</sup> *Ibidem*.

<sup>312</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de Sombras**. Op. Cit., p. 74.

<sup>313</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1829: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Manuel ou Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>314</sup> *Idem*.

os Cavalcanti de Albuquerque. Dessa forma, já percebemos a política dos favores sendo exercida.

A conversa de Hollanda Cavalcanti com o Ministro do Império surtira efeitos. Aos 9 de fevereiro de 1829, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque era nomeado lente da Academia de São Paulo. No entanto, não chegou a tomar posse, posto que fora removido para a cadeira de direito cível na Academia de Olinda, por decreto de 17 de dezembro de 1830. Quando o Curso Jurídico de Olinda tornou-se Faculdade de Direito do Recife, em 1854, Pedro Francisco foi nomeado diretor<sup>315</sup>.

Ainda em 1825, Hollanda será nomeado Lente de Física na Academia Militar da Corte e será promovido a tenente coronel, pela sua antiguidade<sup>316</sup>. Francisco de Paula, bem mais tarde, vai se reformar no posto de brigadeiro<sup>317</sup>. Luiz Francisco falecerá no ano de 1838, como desembargador. Pedro Francisco torna-se professor e diretor da Faculdade de Direito. Manuel Francisco será bacharel em direito. Todavia, se militares, bacharéis, funcionários públicos ou professores, o certo é que todos os filhos do Coronel Suassuna, vivos, terminaram traçando os caminhos da política. Ascenderiam aos Ministérios, Senado, Deputação Geral e Provincial, Conselho de Estado e Presidência da Província: tudo isso era fonte segura de rendimentos e poder.

## 2.2 Os caminhos da política.

Pelos anos de 1822 e 1823, Pedro I era visto como herói pela nação brasileira. Gozava de certa popularidade entre os homens e mulheres que viam nascer um novo horizonte. Trouxera a independência: fora aclamado Imperador e defensor perpétuo do Brasil. No entanto, nos dias de novembro de 1823, dissolvia a Assembleia Constituinte. Desde então, seriam penosos os dias políticos de Pedro no Brasil. Muitas revoltas se deram. Em 1824, Frei Caneca insuflava o movimento da Confederação do Equador<sup>318</sup>.

---

<sup>315</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. op.cit, pp. 746 – 747.

<sup>316</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1824/ 12 de fevereiro de 1825: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>317</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. op.cit. p. 369.

<sup>318</sup> CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 11.

É só aos 6 de maio de 1826 que se reuniria a Assembleia Geral. Iniciava os trabalhos sob tensão. Não seria de se esperar a inteira confiança num imperador que dois anos antes havia outorgado uma Constituição. Nesse tempo, ainda era visível o interesse de Pedro I em reatar a unidade com Portugal, o que não era aceito tanto pelos representantes políticos e até pela população, que não votava, mas agitava as ruas e trazia sérias dores de cabeça aos governantes<sup>319</sup>. O agravante disso tudo ainda era a morte de D. João VI, em março, gerando a crise sucessória no trono português e as brigas homéricas entre Pedro e Miguel que se desenrolariam até os dias de 1829, quando D. Maria da Glória voltaria para o Rio de Janeiro sob a proteção paterna<sup>320</sup>.

A primeira legislatura à Câmara dos Senhores Deputados se daria entre os anos de 1826 e 1829, ocupando Pernambuco 13 vagas, distribuídas entre Pedro de Araújo Lima, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Domingos Madaquias de Aguiar Pires Ferreira, Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque – que seria nomeado senador em junho de 1828, sendo substituído nas sessões de 1829 por Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque -, Bernardo José de Serpa Brandão, Caetano Maria Lopes Gama, Miguel José Reinau, Ignacio Pinto de Almeida e Castro, Thomaz Antonio Maciel Monteiro e Francisco José de Faria Barbosa<sup>321</sup>. Dentre estes, havia magistrados, padres e bacharéis.

José Thomaz Nabuco de Araújo já havia lembrado, defendendo os Cavalcanti de Albuquerque, em 1847, de que “na 1ª legislatura de 1826 cinco membros dessa família foram eleitos deputados<sup>322</sup>.” Dentre os cinco, estavam Luiz e Hollanda, desde 1826 chegando Francisco de Paula em 1829.

A atuação de Hollanda na Câmara era intensa. No dia 10 de maio de 1826 seria declarado membro da comissão de marinha e guerra, obtendo 46 votos. Ao seu lado

---

<sup>319</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O império em construção: primeiro reinado e regências**. São Paulo: Atual, 2000, pp. 49 – 50.

<sup>320</sup> CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. Op.cit., p. 19.

<sup>321</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**, Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro ano da primeira legislatura. Sessão de 1826. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874, s/p.

<sup>322</sup> ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio praieiro ou história da dominação da praia**. Recife: Typografia União, 1847 (fac-simile), p.4.

estariam Chagas (50 votos) e Cunha Mattos (48 votos)<sup>323</sup>. Mas, é aos 15 de maio do mesmo ano, que Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque faz a seguinte indicação: “que a comissão faça imprimir dentro de 48 horas as atas da Câmara, para serem espalhadas com prontidão, pelas Províncias e na Corte<sup>324</sup>.”

Antes mesmo de fazer a indicação, Hollanda já havia apresentado algumas das razões para tal.

Senhor Presidente, eu acho de suma importância que os nossos trabalhos sejam conhecidos com a maior brevidade possível, não só na Corte do Rio de Janeiro, mas também em todas as Províncias. Desgraçadamente anda a sua notícia mui demorada; e o que acontece é que um redator particular encarrega-se de apresentar ao público estes trabalhos, sem escrupulizar na sua exatidão quando de propósito não faça aparecer cousas mui diversas das que aqui se passam: o *Diário Fluminense* meteu-se ultimamente nesta tarefa: este periódico não deve merecer nenhuma confiança; ele tem feito mais mal ao Brasil do que nenhum papel incendiário, pois que tem posto em desconfiança a todos os brasileiros; eu sou o primeiro desconfiado; eu receio que esse periódico nos queira desacreditar, e por isso se mete a publicar os nossos trabalhos, para os dar com pouca exatidão, e talvez introduzir dolosamente cousas que aqui não se disserem: isto é certamente um grande mal, muita gente assina este *Diário*, e a maior parte dos que o leem, dão crédito ao que ele emite, como se fosse oficial<sup>325</sup>.

Hollanda queria que as atas – resumos - das discussões fossem publicadas pela própria Câmara, podendo assim, dar-se crédito ao que estava dito. Todavia, iniciava-se uma briga com Bernardo Pereira de Vasconcellos, o deputado mineiro que replicaria Hollanda na Câmara até quando não mais quisesse. Vasconcellos queria a impressão dos Diários, já que “as atas pouca noção poderão dar aos povos dos nossos trabalhos.” E ainda mais: “Apreste-se a impressão dos Diários. Se tivéssemos outro redator, eles andariam mais adiantados, porque os taquígrafos são prontos<sup>326</sup>.”

Vasconcellos escutou logo a resposta de Hollanda:

O ilustre deputado disse que os taquígrafos são prontos: não são tão prontos com isso: e demais tem-se-me mostrado algumas discussões copiadas pelos taquígrafos que fazem dizer aos senhores deputados cousas que é impossível

---

<sup>323</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**, Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro ano da primeira legislatura. Sessão em 10 de maio de 1826. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874, p. 37.

<sup>324</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**, Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro ano da primeira legislatura. Sessão em 15 de junho de 1826. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874, p. 35.

<sup>325</sup> *Ibidem*, p. 137 – 138.

<sup>326</sup> *Ibidem*, p. 138.

que eles as dissessem, cousas que não se podem entender (...) não são os taquígrafos que temos, bons, são maus<sup>327</sup>.

Ainda colocaria o deputado pernambucano algumas questões. O “Espectador” chegou a trazer, segundo ele, uma moção feita por Sampaio com o nome de Seixas e “sempre dá às comissões membros que lhes não pertencem”. Mas, isso era o de menos. Para Hollanda “o que decerto é mui perigoso é que as nossas opiniões apareçam torcidas a seu jeito, e o que acontece? Levam às Províncias ideias falsas dos deputados, e podem fazer-nos perder toda a confiança<sup>328</sup>.”

Vasconcellos ainda replicaria: “os taquígrafos são bons, torno a dizer, eu tenho também visto as suas notas.” Por conseguinte, Hollanda, mais uma vez, não ficara calado:

Eu também não quero que o redator meta cousas da sua casa, nem diga o que aqui se não disse, mas é que os taquígrafos não apresentam nada. Eu sei que há um muito bom, mas este não escreve todas as coisas; sei que há um sofrível, mas os outros são muito maus, e na realidade escrevem cousas que não sabem o que são: por consequência não tem lugar o argumento do Sr. Vasconcellos<sup>329</sup>.

Não era sem razão que Hollanda abria a discussão sobre os taquígrafos. É perceptível, nos Anais do Parlamento Brasileiro, as inúmeras vezes em que as falas desse deputado são suprimidas. A expressão “não foi ouvido” é abundante nas páginas do documento. Talvez fosse uma briga ou até questão política mesmo o não registrar os pronunciamentos do deputado pernambucano. Os reclames de Hollanda deveriam ser tantos que incomodavam: se não podiam calá-lo nas sessões presentes, o calavam nas páginas dos registros. O silêncio do não-escrito era uma forma de não publicarem as contraposições do filho do Coronel Suassuna.

As sessões de 1826 estavam marcadas para encerrarem-se aos 6 de setembro, com a fala do Imperador. Muitos poucos deputados estavam presentes quando da fala do trono. Na sessão de 1º de setembro de 1826, a comissão de poderes levava parecer nos seguintes termos: “A comissão de poderes viu o ofício do Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos, e é de parecer que não podendo algum sr. Deputado retirar-se sem licença

---

<sup>327</sup>Ibidem, p. 138.

<sup>328</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**, Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro ano da primeira legislatura. Sessão em 15 de junho de 1826. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874 ,p. 138.

<sup>329</sup> Ibidem, p. 138.

da câmara, que nesta conformidade se escreva ao sr. Deputado para que se recolha<sup>330</sup>.”

Hollanda não deixaria de dar uma palavra sobre Vasconcellos:

requeiro o adiamento deste parecer: quem sabe, se o ilustre deputado o Sr. Vasconcellos, quando se retirou, já teve em vista roubar-nos tempo com a discussão deste parecer? Ele lá foi para Minas, e nos havemos gastar tempo sem fruto algum?

Vai parecendo que a questão com Vasconcellos não era apenas de oposição política. Envolvia algo com os bríos de ambos os deputados em questão. A vaidade do mineiro e a rudeza vaidosa do pernambucano não conseguiam se aliar.

Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque ficaria conhecido pelas suas falas. Mas, uma delas se sobressai. Na fala do trono da abertura da assembleia geral, aos 3 de maio de 1828, Pedro I dava informações sobre tratados concluídos, “tendo a satisfação de comunicar-vos, que as relações de amizade, e boa inteligência com as potências da Europa continuam, e cada vez mais se estreitam<sup>331</sup>.” O projeto de voto de graças apresentava um parágrafo nos seguintes termos:

A câmara dos deputados nos encarregou também de significar a Vossa Majestade Imperial que ela terá a mais completa satisfação, se nos tratados, que Vossa Majestade Imperial se dignou anunciar-lhe concluídos, e ratificados, encontrar não só justos argumentos da sua necessidade, como também de que a lei, a dignidade e os interesses do Brasil foram devidamente consultados<sup>332</sup>.

Nas emendas oferecidas ao voto de graças, Hollanda apresentaria uma:

Em lugar das palavras – terá a mais completa satisfação, etc. – se diga – tem o maior pesar de que os tratados concluídos não tenham sido levados ao conhecimento da assembleia geral, antes de sua ratificação<sup>333</sup>.

Marcus Carvalho aponta que durante o primeiro reinado, os Cavalcanti apresentaram certa autonomia em relação à Coroa, e que a melhor indicação disso foi a

---

<sup>330</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**, Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro ano da primeira legislatura. Sessão em 1 de setembro de 1826. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874, s/p.

<sup>331</sup> **Falás do Trono**. São Paulo: Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1977, p. 107.

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>333</sup> *Ibidem*, p. 112.

ousadia de Hollanda em proferir as críticas acima ao Imperador: “nenhuma emenda fora tão atrevida até então<sup>334</sup>.”

O ano de 1829 traria mais uma eleição para a Assembleia Geral. Segundo Marcus Carvalho, a aliança liderada pelos Cavalcanti elegeu praticamente metade dos seus candidatos. Mas, o maior vencedor seria Araújo Lima, nesse momento, aliado dos Cavalcanti de Albuquerque e principal representante direto da Coroa: 474 votos. Hollanda chegaria aos 270; seu primo Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, 256; Sebastião do Rego Barros, 218. Junto com Francisco do Rego Barros, completavam a bancada Cavalcanti e aliados<sup>335</sup>. Na sessão de 1832, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque assumiria o lugar de Francisco Xavier Pereira de Britto, aumentando o número dos Cavalcanti na Corte<sup>336</sup>.

Marcus Carvalho ainda aponta, sobre as eleições de 1829, que o fato mais marcante fora a incapacidade da Coroa e dos Cavalcanti em conciliar, juntar e liderar as elites locais. “Pode-se dizer que praticamente metade dos eleitos fazia oposição aos Cavalcanti, em Pernambuco, a ao autoritarismo da Corte<sup>337</sup>.” Sairiam eleitos Ernesto Ferreira França (rebelde em 1817) com 294 votos; Francisco Carvalho Paes de Andrade – irmão do líder da Confederação do Equador -, com 246; Gervásio Pires – rebelde de 1817 e contrário à “causa do Rio de Janeiro” em 1822 -, 229; padre Venâncio Henriques de Rezende – rebelde em 1817 e simpatizante de 1824, 184 votos<sup>338</sup>.

Nos finais de 1829 e início dos anos de 1830, a situação da popularidade de Pedro I não era das melhores. Sua irregular vida privada, as brigas com a imprensa, má administração, centralização, e ainda mais o motivo apontado por Armitage “nunca ter ele sabido ser o homem do seu povo” aumentavam o descontentamento da população<sup>339</sup>.

---

<sup>334</sup> CARVALHO, Marcus J.M de. **O encontro da “soldadesca desenfreada” com os “cidadãos de cor mais levianos” no Recife em 1831**. In: *Clio, série história do Nordeste*, Recife, v.1, nº 18, 1998, p. 111.

<sup>335</sup> CARVALHO, Marcus J.M de. **“Aí vem o Capitão-Mor”**: as eleições de 1828 – 30 e a questão do poder local no Brasil imperial. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, nº13, s/d, p. 178.

<sup>336</sup> CAMPELLO, Netto. **História Parlamentar de Pernambuco**. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979, p. 55.

<sup>337</sup> CARVALHO, Marcus J.M de. **“Aí vem o Capitão-Mor”**, op.cit, p. 178.

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 178.

<sup>339</sup> ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1981, p. 213.

No início de 1831, o Imperador decidiu visitar a Província de Minas Gerais, onde o descontentamento ainda era maior do que no Rio de Janeiro. Queria reprimir o desenvolvimento do grito de federação e obter a reeleição do deputado Maia, que ele havia nomeado Ministro do Império<sup>340</sup>. Aos 14 de fevereiro de 1831, Maia enviava uma carta a Holanda<sup>341</sup>: “Até hoje tudo tem ido bem nesta Província. SS MM II estão de saúde; os povos tem-lhes dado todas as provas de amor, adesão e respeito; e muitas são as pessoas prudentes, que se tem pronunciado pela utilidade desta jornada<sup>342</sup>.” Não sabemos a intensão de Maia, mas não era verdade todo esse amor devotado a Pedro. Todavia, em alguns momentos, as autoridades lhes dirigiram discursos congratulatórios, mesmo sem nenhuma sinceridade. O resultado das eleições mostrou isso: Maia não se reelegeria<sup>343</sup>.

As finanças do Império do Brasil não iam bem. Aos 23 de fevereiro de 1831, o Marquês de Paranaguá enviava missiva a Holanda Cavalcanti. Estavam vencendo as letras dos Estados Unidos e França “importantes em mais de duzentos contos de réis”. Paranaguá percebia que “não posso ocorrer aquele pagamento com a pontualidade mister, sem grave sacrifício do Tesouro”. A solução seria se os fundos existentes no cofre da repartição a qual Holanda estava ligado passassem para o Tesouro “donde a todo o tempo se podem ir levantando, habilitadas as partes competentemente”. Recorria a Holanda para que o mesmo fizesse a trasladação indicada “quando não haja inconveniente, que deva previamente ser levado à consideração de S.M o Imperador<sup>344</sup>.” Não adiantava a investida de Paranaguá: o aviso não teve efeito<sup>345</sup>.

Foi por esse tempo que o Imperador havia chamado um ministério composto por Marquês de Paranaguá, na Marinha; Conde de Rio Pardo, na Guerra; Visconde de Alcântara, na Justiça; Maia, no Império; Francisco Carneiro de Campos, nos Negócios Estrangeiros e Holanda, na Fazenda. No entanto, aos 20 de março de 1831, D. Pedro

---

<sup>340</sup> Ibidem, p. 213.

<sup>341</sup> A carta não apresenta a quem é endereçada, todavia, tendemos a crer que seja para Holanda Cavalcanti.

<sup>342</sup> IAHG - Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – 14 de fevereiro de 1831: carta de Maya para receptor não indicado.

<sup>343</sup> ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Op.cit, pp. 214 – 215.

<sup>344</sup> IAHG - Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Paço, 23 de fevereiro de 1831: carta do Marquês de Paranaguá para Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>345</sup> Idem

demitia os Ministros do gabinete, com exceção de Carneiro de Campos e Hollanda. Para o lugar dos outros, convocou quatro indivíduos sem popularidade alguma: brasileiros natos – eram - mas incapazes de governar em meio a uma complicada crise<sup>346</sup>.

Na manhã de 6 de abril de 1831, o Imperador demitia o ministério, compondo um novo com seis fidalgos da aristocracia titular: Marquês de Paranaguá, Visconde de Alcântara, Marquês de Baependi, Conde de Lages, Marquês de Inhambupe e o Marquês de Aracati. Todos estes já haviam sido ministros e teriam adquirido considerável impopularidade<sup>347</sup>.

No mesmo dia, muita gente se reuniu no Campo de Santana cobrando a reintegração do ministério demitido. A multidão aumentava a cada momento, mas, às seis horas da tarde, três juízes de paz partiam para o Paço de São Cristóvão, com a intenção de requisitarem que fosse renomeado “o Ministério que tinha a confiança do povo.”<sup>348</sup>,

Pedro não demitira os ministros, no entanto, pelas duas horas da manhã do dia sete, sem pedir conselho a ninguém, sem dizer nada ao Ministério, escrevera a sua abdicação<sup>349</sup>. No mesmo dia, deputados e senadores se reuniam. Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque estaria na comissão nomeada para redigir uma proclamação, ao lado de Carneiro de Campos e Araújo Lima. Ainda nas primeiras sessões de 1831, convocavam Hollanda Cavalcanti de volta à Câmara: não havia retornado desde o seu período como Ministro de Pedro I<sup>350</sup>. Assumiria a administração brasileira uma regência trina provisória, que teria como nomes Vergueiro, Marquês de Caravelas e Lima e Silva.

Pelos idos de 28 de setembro de 1831, uns seis meses após a abdicação de D. Pedro, Charles-Édouard Pontois, ministro plenipotenciário da França no Rio de Janeiro, escrevia ao ministro das Relações Exteriores de seu país narrativa sobre uma

---

<sup>346</sup> ARMITAGE, João. **História do Brasil**, op.cit, p. 220.

<sup>347</sup> Ibidem, p. 222.

<sup>348</sup> Ibidem, p. 223.

<sup>349</sup> Ibidem, p. 224.

<sup>350</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Câmara dos Srs. Deputados. Segundo ano da segunda legislatura. Sessão em 1831. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874 , s/p.

conspiração em curso no Brasil: os conspiradores queriam a sessão do Brasil, separando as províncias do Norte das demais. Um dos líderes era

chefe político importante de Pernambuco, à frente de vasta e poderosa família de grandes senhores de terras e de escravos, que ocupava cargos na Câmara dos Deputados, no Senado e nas administrações locais de diversas províncias ao Norte do País<sup>351</sup>

Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque queria que a nova nação independente tivesse à frente uma princesa da dinastia Bragança, talvez D. Januária, filha de Pedro I, como propõe Morel<sup>352</sup>. Pontois concordava com o plano de Hollanda, que solicitava ao governo francês três ou quatro navios de guerra, quatro ou cinco mil soldados armados e duzentas mil libras esterlinas. Os separatistas ofereciam, em troca, a extensão das fronteiras da Guiana Francesa até o rio Amazonas – que estaria com livre navegação – “sem esquecer um generoso tratado de paz e amizade com a pátria das *Luzes*.<sup>353</sup>”

Morel lembra que diante destas propostas, Hollanda estaria infringindo os artigos 2, 103 e 145 da Constituição, que observavam a integridade territorial do Império, mesmo os limites geográficos não estando estabelecidos no texto constitucional. “É irônico lembrar que o mesmo Antônio Francisco Holanda Cavalcanti, em 1824, participara da repressão à Confederação do Equador em Pernambuco, sob o pretexto de que tal movimento pretendia a secessão do território nacional<sup>354</sup>.”

O governo de Luís Filipe negou a proposta. Entretanto, desse episódio, fica a proposição de que não existia um consenso entre as elites quanto à unidade nacional ainda na década de 1830. Assim, também se pode verificar que o separatismo não era um exclusivo dos chamados “exaltados” ou dos republicanos: deveria haver uma tendência separatista Caramuru<sup>355</sup>.

Para os momentos dos anos iniciais do Império do Brasil, Marcello Basile distingue três grupos políticos: liberais exaltados, liberais moderados e caramurus. Os

---

<sup>351</sup>MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840). São Paulo: HUCITEC, 2010, pp. 138 – 139.

<sup>352</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. 140.

<sup>354</sup> *Idem*.

<sup>355</sup> *Idem*.

moderados, que também ficariam conhecidos como “chimangos”, estavam organizados desde 1826, com políticos da nova geração, advindos, sobretudo, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Entre os seus líderes estavam Evaristo da Veiga, Diogo Feijó e Bernardo Pereira de Vasconcellos.<sup>356</sup> Os exaltados organizar-se-iam por volta de 1829: possuíam pouca representatividade nos quadros da elite política imperial. Na bancada exaltada, podemos encontrar Venâncio Henriques de Rezende, Antônio Ferreira França e Luiz Augusto May<sup>357</sup>. Os caramurus, organizados no início da Regência, eram contrários às reformas na Constituição de 1824, além de defenderem a monarquia constitucional centralizada, e em alguns casos, chegaram a possuir anseios restauradores. Dentre estes últimos, destacar-se-iam Hollanda Cavalcanti, Miguel Calmon, Araújo Lima, Montezuma, Lopes Gama e Martim Francisco de Andrada<sup>358</sup>.

Nos dias ligados aos 7 de abril de 1831, os exaltados teriam cumprido um papel. Todavia, passado o fervor, levariam a alcunha de agitadores. Eram os moderados quem estariam à frente desse novo tempo, segundo Basile. O futuro regente Diogo Feijó assumiria a pasta do Ministério da Justiça com o “caráter de uma verdadeira ditadura legal<sup>359</sup>.” A regência provisória tinha até chamado de volta os ministros demitidos por D. Pedro I: Hollanda negou-se a assumir a Fazenda<sup>360</sup>. Pode ser por isso que aos 8 de julho de 1831, Luiz Francisco escrevia a Pedro Francisco uma missiva que, para nós, chegou com muito poucas informações, dizendo: “renunciamos não só o Ministério mas todos os empregos<sup>361</sup>.”

Marcus Carvalho e Bruno Câmara, em artigo sobre a Insurreição Praieira, afirmam:

De certa forma, os Cavalcanti e seus aliados não agiam quase como um partido apenas na província. Também era assim no parlamento, onde se

---

<sup>356</sup> BASILE, Marcello. **O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840)**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial: Volume II (1831 – 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 59 e 63.

<sup>357</sup> Ibidem, pp. 60 e 63.

<sup>358</sup> Ibidem, pp. 61 e 63.

<sup>359</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. **“A experiência republicana”, 1831 – 1840**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Dispersão e unidade: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, volume 4**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p.27

<sup>360</sup> Idem, p. 23.

<sup>361</sup> IAHGP - Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 08 de julho de 1831: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

conduziam com bastante independência em relação às demais lideranças partidárias<sup>362</sup>.

Pensando em grupo político, poderíamos encontrar desde os dias de Pedro como Imperador, a independência de Hollanda diante da Câmara dos Deputados. Todavia, a informação trazida pelos historiadores supracitados é confirmada pelo próprio Luiz ainda no dia 8 de julho de 1831: “irmão e primos somos aqui deputados da oposição<sup>363</sup>.” E mais diria em 1832: “os exaltados aqui me [...] respeito e atenção<sup>364</sup>.”

Hollanda e Luiz sustentavam suas ideias oposicionistas na Câmara, e ainda contavam com seus primos, e neste caso, certo apoio de alguns exaltados. Se não funcionavam como partido, acionavam o poder como forte grupo, de interesses familiares e regionais. Por todo o período regencial, observamos os discursos “holandeses” voltados para as críticas aos grupos dirigentes. Talvez, por isso, só em 1832 voltara ao ministério das regências, seguido da demissão em um pouco mais de um mês ocupando uma pasta. Morel diz, sobre esse fato: “Sua demissão foi seguida de motim que assustou a população do Rio de Janeiro: seus partidários tentavam resolver a situação pela força<sup>365</sup>”: os caramurus iam sendo esfacelados pelas regências.

Aos 9 de outubro de 1833, vinha do Rio de Janeiro uma das cartas para “meu mano e amigo do coração.” Mais uma vez, as missivas não apontam para quem seja e de quem seja. Supomos a mesma ser de Hollanda, pelas informações que dá sobre a família: “tenho estado vacilante sobre a minha ida a essa Província neste ano, mas ultimamente não sei se por política, ou se por estar já com uma família pesada, resolvi de não dar esse passo e de não sair do Rio de Janeiro presentemente<sup>366</sup>.” Talvez o motivo fosse, até mesmo, a frágil saúde do deputado pernambucano, que diria aos 15 de fevereiro de 1846 para Pedro Francisco: “Com efeito, tenho tido uma erisipela com sua

---

<sup>362</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M. de. **A Insurreição Praieira.** Almanack Braziliense, nº8, novembro de 2008, p. 14. Acessado em: [http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08\\_Forum\\_01.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08_Forum_01.pdf), aos 24 de fevereiro de 2009.

<sup>363</sup> IAHGP - Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 08 de julho de 1831: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>364</sup> IAHGP - Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 04 de julho de 1832: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>365</sup> MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840). São Paulo: HUCITEC, 2010, p. 145.

<sup>366</sup> IAHGP - Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1833: carta sem remetente (talvez Hollanda) para “Meu Mano e Amº do C.”.

recaída, que me tem amofinado em febrinhas por espaço de mais de um mês e hoje mesmo ainda me não acho restabelecido, e até muito incomodado do estômago<sup>367</sup>.” Esse seria, também, o motivo de algumas faltas às sessões da Câmara.

Mesmo sendo oposicionista, Hollanda era um político dos mais respeitados. Ser-lhe-ia proposto de ir a uma missão diplomática a Portugal,

e depois de minha denegação a essa proposição fez-se-me outra para ser membro da comissão que tem de promover e regular o estabelecimento do Banco [...] ultimamente: nesta comissão talvez eu pudesse fazer algum serviço, mas como estou muito escaldado com trabalhos de comissões, e mesmo não me possa entender com muita gente julguei dever repudiar tudo e condenar-me inteiramente ao retiro em que estou, aonde assim mesmo não posso dispensar-me de entrar no exercício de juiz de paz de que naturalmente me desonerarei logo<sup>368</sup>.

Desde a primeira legislatura, em 1826, Hollanda assumia funções nas comissões da Câmara. Muitos dos documentos por ele propostos e mandados à votação não passavam, até pelo próprio orgulho da situação. O deputado Hollanda Cavalcanti também presava pelos seus brios, como dito na missiva – “mesmo não me possa entender com muita gente” -, e arrogância. Tudo isso deve ter levado o político a um sério desgosto quanto a esse tipo de trabalho. Mas nem por isso, ele deixava de pronto o cargo de juiz de paz, que conferia prestígio, poder policial e judicante nas localidades, segundo Marcus Carvalho<sup>369</sup>.

Ainda nesse mesmo ano, o deputado Paula d’Albuquerque, primo de Hollanda Cavalcanti, seguia como presidente para a Província de Pernambuco. Na carta em questão, o autor informa que “soube desse candidato [...] depois dele feito, bem que havia tempos que se falava em algum [...] e que o Ministro do Império (com quem nunca tive nem quero ter relações) fala disso ao Francisco do Rego<sup>370</sup>.” Continua aqui as provas da arrogância de Hollanda em confessar suas indiferenças ao Ministro do Império, que neste momento, era Aureliano de Sousa Coutinho, que apoiará as

<sup>367</sup> IAHGP - Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1846: carta de Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>368</sup> IAHGP - Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1833: carta sem remetente (talvez Hollanda) para “Meu Mano e Am<sup>o</sup> do C.”

<sup>369</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. **João Pataca e a sua “quadilha mais mansa” do Quilombo do Catucá**. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 460.

<sup>370</sup> IAHGP - Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1833: carta sem remetente (talvez Hollanda) para “Meu Mano e Am<sup>o</sup> do C.”

pretensões praieira nos dias de 1844. Francisco do Rego seria o nome a ocupar a presidência da província de Pernambuco em 1837, quando da regência de Araújo Lima, todavia, já era nome cogitado desde 1833.

O deputado Paula teria procurando, então Holanda, “duvidoso de aceitar, ou por delicadeza<sup>371</sup>”, mesmo depois de despachado:

e eu sentindo-lhe a muita vontade de ser experimentado para algum lugar mais importante, respondi-lhe, que conviria que ele fizesse o seu ensaio, mas que entendia ser necessário para o lugar que ele ia ocupar a confiança no Ministro do Império, e mesmo que julgava mais próprio ir ele [...] Ministério, ou nosso primo Sebastião, como poderia algum [...] nosso fazer bom serviço; e não de outra maneira. Poucas ocasiões tive mais de lhe falar sobre este objeto, ele definitivamente vai partir; e eu vivo tão perturbado, que não sei o juízo que deveria fazer dessa comissão, que aliás, teria a maior satisfação de poder concorrer para todo o seu bom êxito<sup>372</sup>.

Hollanda era um estrategista político. Ao que parece, líder da parentela Cavalcanti de Albuquerque na Câmara. Seria natural que seu primo, Paula, o procurasse para saber da opinião quanto ao pleito. O filho do Coronel Suassuna não parecia muito satisfeito com a decisão tomada sem seu aval. A aliança dos Cavalcanti precisava, pelo visto, de lugares no Ministério. Se Holanda já falava no nome de Sebastião do Rego Barros nesse momento, é ele quem assumia uma das pastas ministeriais de Araújo Lima, em 1837, sendo elogiado como “um dos brasileiros que muita honra tem de fazer ao seu país<sup>373</sup>.” São os interesses políticos de poder da família que entram em jogo. Pode até ser que o ministério do futuro Marquês de Olinda, com os nomes de Sebastião do Rego Barros e Maciel Monteiro, tenha a indicação de Holanda Cavalcanti.

Hollanda ainda diria não saber fazer juízo do estado da Corte e do Brasil: “vejo um grande desejo de paz, ou talvez, eu seja quem o tenha, mas vejo também as coisas tão complicadas, o nosso destino tão exposto a causalidades; que estremeço do futuro, bem que não o tenha hábito de o encarar melancólico<sup>374</sup>.” É perceptível ser, nesse momento, a situação política dos Cavalcanti de Albuquerque, na Corte, algo muito não

---

<sup>371</sup> Idem.

<sup>372</sup> Idem.

<sup>373</sup> IAHGP - Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1833: carta sem remetente (talvez Holanda) para “Meu Mano e Amº do C.”

<sup>374</sup> Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1833: carta sem remetente (talvez Holanda) para “Meu Mano e Amº do C.”.

próspero. Se Hollanda apresenta “as coisas tão complicadas”, deveriam ser, sim, problemáticas para um grupo que pensava em sempre estar com o poder nas mãos.

O filho do Coronel Suassuna ainda dava mais notícias da Corte:

Nestes dias, teve o Imperador um ataque de enfermidade que assustou e continua a assustar todos. Existe um grande número de pessoas descontentes e desconfiadas da marcha dos nossos negócios públicos, e mesmo tem já havido ultimamente ameaças de rompimento sob diversos protestos. Há também muita gente – de boa e de má fé – que presume ser vantajosa a volta de Pedro 1º, e o Governo, pelos passos anteriores, não pode deixar de ficar desairoso pelos sucessos de Portugal<sup>375</sup>.

Foi nesse mês de outubro de 1833 que Pedro II sofrera um forte ataque epiléptico, com apenas sete anos<sup>376</sup>. Os ânimos de um retorno de Pedro I só seriam acalmados com a sua morte no ano de 1834. Até lá, os restauradores ameaçariam a volta de Pedro sempre que precisassem<sup>377</sup>.

A carta termina falando da proximidade do Ato Adicional:

Aproxima-se também a reforma da Constituição, e nessa está incluída a da alteração na Regência. Como diabo se livrará o nosso país de tantos tropeços a estabilidade que reclamam seus negócios políticos? Seja porém o que for eu entendo que os movimentos da Capital serão os meios capazes de ameaçar dissolução; as Províncias, a meu ver, pouca influência poderão ter na direção geral dos negócios, e aquelas que a isso conspirarão para o seu próprio opróbrio, ou servirão melhor aos que na Corte tem ciúmes da prosperidade das mesmas Províncias<sup>378</sup>.

As primeiras discussões do Ato Adicional se darão na sessão de 14 de junho de 1834. E no mesmo dia, Hollanda já fazia requerimento, que entrava em discussão, sobre a competência dos representantes da nação para a reforma da constituição<sup>379</sup>. O senado deveria ou não entrar na discussão? Luiz Francisco

reconhecia que era um mal que não houvesse um poder revisor para ver se a câmara dos deputados estava dentro dos seus poderes, porém este poder de rever não se podia dar ao senado, porque ficava com um poder exorbitante, que a constituição não dava<sup>380</sup>.

---

<sup>375</sup> Idem.

<sup>376</sup> CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. op.cit, p. 24.

<sup>377</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>378</sup> Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1833: carta sem remetente (talvez Hollanda) para “Meu Mano e Amº do C.”.

<sup>379</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da terceira legislatura. Sessão em 1834. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de H. Pinto, 1879, p. 131.

<sup>380</sup> Ibidem., pp. 131 – 132.

Os senadores não discutiriam a questão. Para Pereira de Castro, a participação do Senado na aprovação do Ato Adicional era injustificável, “pois lhe faltavam os poderes constituintes de que só a Câmara dos Deputados fora investida<sup>381</sup>”.

Aos 16 de junho de 1834, Hollanda confirmava, na Câmara, aquilo que já deixara implícito na missiva enviada a um dos seus irmãos:

Diria que não tinha esperanças mui lisonjeiras do bom resultado destas reformas: talvez o resultado não fosse aquele que o Brasil deveria desejar, mas fosse como fosse, cumpria que cada um fizesse o seu dever embora fossem arrastados aos mares do abismo, a que seja levado o Brasil<sup>382</sup>.

Hollanda queria que todas as votações das reformas fossem nominais, e em 18 de junho diria: “para que os constituintes soubessem quem eram aqueles que cumpriam com seu dever, e aqueles que querem arvorar-se em constituintes sem o serem, e usurpar os poderes dos outros<sup>383</sup>.”

Aos 12 de agosto de 1834 era promulgado o Ato Adicional à Constituição. O Conselho de Estado era extinto, a Regência Una substituía a Trina – “regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para este fim a eleição de quatro em quatro anos<sup>384</sup>.” Eram criadas as Assembleias Legislativas nas províncias – “cada legislatura provincial durará só dois anos, podendo os membros de uma ser reeleitos para as seguintes<sup>385</sup>” -, donde seriam formadas por 36 membros as das províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo; 28 as do Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul; 20 todas as outras. Legislariam sobre diversos assuntos, dentre eles: divisão civil, judiciária e eclesiástica da província, “e mesmo sobre a mudança da sua capital para o lugar que mais convier.”; instrução pública; polícia e economia municipal; criação, supressão e nomeação para os empregos municipais e provinciais e estabelecimento dos seus ordenados; obras

---

<sup>381</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. “**A experiência republicana**”, 1831 – 1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Dispersão e unidade**: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, volume 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 51.

<sup>382</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da terceira legislatura. Sessão em 1834. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de H. Pinto, 1879, p. 141.

<sup>383</sup> Idem, p. 153.

<sup>384</sup> Ibidem, p.202.

<sup>385</sup> Ibidem, p. 200.

públicas, estradas e navegação no interior da província, e outros muitos objetos<sup>386</sup>. O Ato Adicional descentralizava a administração e dava mais autonomia às províncias.

Sob o mesmo decreto, estariam dadas as instruções para as eleições dos membros das Assembleias Legislativas, donde “far-se-á da mesma maneira que se fizer a dos deputados à assembleia geral legislativa e pelos mesmos eleitores.” Além de que “imediatamente depois de publicada esta reforma, proceder-se-á em cada uma das províncias a eleição dos membros das suas primeiras assembleias provinciais, as quais entrarão logo em exercício e durarão até o fim do ano de 1837<sup>387</sup>.”

No ano de 1835, viriam as eleições para a Regência Una. O Ato Adicional instruía para que os eleitores votassem por escrutínio secreto em dois cidadãos brasileiros, “dos quais um não será nascido na província a que pertencer os colégios e nenhum deles será cidadão naturalizado<sup>388</sup>.” O cidadão que obtivesse a maioria dos votos, era o regente. Entretanto, enquanto não tomasse posse, governaria o ministro do Império<sup>389</sup>, mas, a regência de então estaria à frente do governo até a posse do novo regente.

Mesmo com tudo isso, o Engenho Suassuna não parava de moer as canas trabalhadas pelos homens escravos. Em 1831, no “Diário de Pernambuco”, os Cavalcanti de Albuquerque eram criticados: “não queremos sim, que uma família prepondere e domine a nossa província<sup>390</sup>.” Continuavam calcando os espaços, superando perigos e provocando os adversários. Mesmo que estivessem como oposição na Corte, em Pernambuco, ainda constituíam uma força abundante. Francisco de Paula comandava os alicerces na província; Holanda e Luiz faziam o velho jogo no Rio de Janeiro junto aos seus primos. Em 1835, conseguiriam algumas cadeiras na Assembleia Provincial. Participariam dos momentos mais difíceis da Regência, e claro, em suas eleições. Com tudo isso, a fortuna crescia. No próximo capítulo, veremos os dias entre

---

<sup>386386</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro.** Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da terceira legislatura. Sessão em 1834. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de H. Pinto, 1879, pp. 200 – 201.

<sup>387</sup> *Ibidem*, p. 200.

<sup>388</sup> *Ibidem*, p. 202.

<sup>389</sup> *Ibidem*, p. 202.

<sup>390</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 9 de julho de 1831.

1835 e 1844, donde os Cavalcanti de Albuquerque provocariam a “feudalização” de Pernambuco em suas mãos.

### 3- Pernambuco enfeudado: os Cavalcanti de Albuquerque e a política Imperial (1835 – 1844)

*Era a oligarquia Rego Barros-Cavalcanti a iniciar um poderio dos mais absorventes e dominadores que o Brasil tem conhecido. O “gótico castelo” a que se refere o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, no seu 7 de Setembro, ia firmar-se com solidez na província, até que a Praieira viesse solapar-lhe os alicerces<sup>391</sup>. (Amaro Quintas, **O Sentido Social da Revolução Praieira**)*

Nas décadas de 1830 e 1840, Pernambuco fervilhava política. Faltando terra e trabalho para a “populaça”, sobravam donos de terras brigando pelo poder. Eleições constantes faziam da província uma perene tribuna. Dentre os anos de 1835 e 1844, tivemos pleitos para a Assembleia Legislativa, Assembleia Geral e Senado: um atrás do outro. Nos jornais, as insatisfações apareciam como forma de desabafo de grupos que eram afastados do poder. Mesmo que os cargos eletivos fossem tantos, poucos se beneficiavam, sem falar dos empregos públicos: cada um queria o seu e para os seus.

Bloch observou que “os poderosos (...) apenas podiam manter o seu prestígio e a sua fortuna, ou até garantir a sua segurança, angariando, por meio da persuasão ou da força, o apoio de inferiores obrigados a ajudarem-nos<sup>392</sup>”, na sociedade da época merovíngia. Por esse mesmo tempo, as relações de proteção e subordinação pessoais seriam características do estado social do feudalismo<sup>393</sup>. Pernambuco, no século XIX, salvas as suas proporções, não era muito diferente. Talvez refletisse as permanências.

---

<sup>391</sup> QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira**. In: **Amaro Quintas** – o historiador da liberdade. Recife: CEPE, 2011, p. 190.

<sup>392</sup> BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 162.

<sup>393</sup> *Ibidem*, p. 157

Não seria sem causa, que cantariam nas ruas da província os famosos versos: “Quem viver em Pernambuco/ Deve estar desenganado,/ Que ou há de ser Cavalcanti,/ Ou há de ser cavalgado.” A dependência política e a segurança de bons lugares no governo, eram aliados ao nome da família.

Família numerosa, cargos poucos, não dava para quem queria. E ainda tinha de colocar nos lugares todos os “protegidos”. Os melhores contratos, os melhores postos, os melhores benefícios, tudo quanto fosse de melhor, era dos Cavalcanti. E pensando em uma família com tantos ramos, além dos Rego Barros, as insatisfações dos “protegidos” eram inúmeras. Insatisfeitos, romperam.

É essa história complexa de alianças, rupturas e brigas, que colocaremos nesse capítulo. Pernambuco estava enfeudado nas mãos dos Cavalcanti de Albuquerque. Tanto o poder quanto as terras, eram deles. Quem quisesse que os bajulasse, ou se rebelasse. Desde a primeira legislatura da Assembleia Provincial de 1835, que eles estavam representados, sem falar da Câmara dos Senhores Deputados, na Corte. Com a subida de Araújo Lima, em 1837, à Regência, Francisco do Rego Barros tornava-se presidente da Província de Pernambuco. Seus primos, Hollanda Cavalcanti, Francisco de Paula, Pedro Francisco, corriam ao encontro do poder. Enquanto estiveram unidos, permaneceram quase intocáveis. Quando os brios falaram mais alto, não conseguiram que o castelo se mantivesse de pé. Em 1844, quando a Praia ia escondendo os “guabirus” em suas tocas, alguém se intitulando “O Miguel”, escrevia para Hollanda: “Vou com fundada esperança de que o mal que hoje sofre Pernambuco há de produzir o bem de reunir todos os membros da tua família, e por termo ao fracionamento que existia: com efeito, se o não fizerem, serão altamente imbecis, altamente criminosos<sup>394</sup>.” São esses anos do auge dos Cavalcanti, em Pernambuco, até sua breve retirada do poder, que observaremos nas seguintes linhas.

### **3.1 As eleições de 1835 e o governo Feijó: peças de um jogo bem armado.**

O Ato Adicional que modificava a Constituição do Império mandava que depois de publicada a reforma, deveria proceder-se à eleição dos membros das primeiras Assembleias Legislativas provinciais. Pernambuco não deixaria de escutar os reclames do documento. Por isso, já aos 02 de janeiro de 1835, o “Diário de Pernambuco”

---

<sup>394</sup>IAHGP - Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 13 de setembro de 1844: carta de “O Miguel” para Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

indicava os nomes e votações de certos candidatos, relativos ao Recife, Olinda, Igaracú, Pau d'Alho, Limoeiro, Santo Antônio, Sirinhaém e Cimbres. Dentre aqueles possuidores de votação entre 326 e 99 votos, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, irmão de Hollanda Cavalcanti, aparecia como segundo colocado, perdendo apenas para o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. O outro irmão, Francisco de Paula, entrava em terceiro. Luiz Cavalcanti e Manoel Francisco só davam a ver por aqueles “imediatos”, com votação entre 98 e 71 votos<sup>395</sup>. Quando aos 10 de janeiro apareciam notícias das urnas de Goiana, a situação não se modificava muito. Pedro Francisco e Francisco de Paula permaneciam nas mesmas posições (votações entre 374 e 118 votos). Manoel ainda apresentava-se entre os “imediatos” (117 até 88 votos)<sup>396</sup>: Luiz Cavalcanti não mais constava da lista.

Um dia antes de o periódico publicar os nomes dos deputados provinciais eleitos, já tinha gente reclamando das eleições nas páginas do jornal.

Dizem os curiosos, que a ultima apuração dos Deputados Provinciais, que acaba de efetuar a câmara desta capital é toda inexata, e outros ainda a mais se abalançam, dizendo, que houve conluio, e influência chimanga; mas eu que sou um pouco incrédulo apenas posso supor segundo as razões em que se fundamenta semelhante arguição, e que passo a expor, que os senhores camaristas foram pouco escrupulosos na mesma apuração<sup>397</sup>.

“O Imparcial”, como se intitulava o denunciante, ainda colocaria mais. A falta de sobrenomes escritos nas cédulas a candidatos que desagradassem os apuradores eram votos reservados. Se faltasse o “doutor” à frente de alguns nomes, ou até algum título, o voto também era separado.

A segunda razão que apresentam é de fazer calar: dizem que o Juiz de Direito Joaquim Nunes Machado que se vê incluído no número dos trinta e seis não havia aparecido apenas nos suplentes quando particulares fizeram a apuração dos votos a exceção de um ou dois colégios, e que os votos que reuniu nestes dois colégios que faltavam não podiam eleva-lo tão acima<sup>398</sup>.

Nesse momento, os moderados buscavam cada vez mais apoio onde podiam. Aproximavam-se as eleições para a Regência, também agregadas ao Ato Adicional. Era necessário focalizar e angariar esforços para a bem sucedida candidatura do padre de Itu. Devem ter feito de tudo para conseguir um bom número de representantes nas

---

<sup>395</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 02 de janeiro de 1835.

<sup>396</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 10 de janeiro de 1835.

<sup>397</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 25 de fevereiro de 1835.

<sup>398</sup> Idem.

Assembleias Provinciais que iam se instalando pelo Brasil. As colocações d' "O Imparcial" não eram sem fundamento.

É necessário lembrarmos, nesse momento, que estava entregue o governo de Pernambuco nas mãos de Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Desde 1831 que os perseguidos em 1824 voltavam ao poder. Não seria diferente com o líder da revolta e nem com o seu irmão, Francisco de Carvalho Paes de Andrade, que governara Pernambuco pelos finais de 1831: deveria contornar ameaças constantes dos Cavalcanti: Francisco de Paula era o seu vice imediato<sup>399</sup>. Mas, foi no governo de Manoel de Carvalho que Nunes Machado, então colocado em questão por "O Imparcial", tornou-se chefe de polícia na província, iniciando sua carreira política que culminaria com a liderança do partido praieiro<sup>400</sup>: deveria estar mesmo sob as benesses de Manoel de Carvalho.

Aos 24 de janeiro de 1835, Manoel de Carvalho Paes de Andrade publicava uma proclamação na primeira página do "Diário de Pernambuco":

Pernambucanos! Uma facção desorganizadora inimiga da tranquilidade pública acaba de aparecer nas ruas desta Cidade, capitaneada por Francisco Carneiro Machado Rios, que pretende depor o Governo da Província, e no seu frenético delírio ousou proclamar ao povo concitando-o a tomar parte em seus desatinos, tendo já coberto de consternação, e de luto as famílias dos cidadãos pacíficos<sup>401</sup>.

Eram os reclames contra as investidas dos irmãos Carneiro – Antônio Carneiro Machado Rios e Francisco Carneiro Machado Rios - que desde 1834 vinham dando dor de cabeça aos presidentes da província de Pernambuco<sup>402</sup>. Desta vez, Manoel de Carvalho passava de oprimido a opressor. Mais tarde, os irmãos juntar-se-iam aos praieiros<sup>403</sup>. Também apareciam, os dois, como deputados à Assembleia de 1835.

---

<sup>399</sup> CARVALHO, Marcus J.M. de. **Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848)**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial – volume II – (1831 – 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 144 e 149.

<sup>400</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M de. **A Insurreição Praieira**. Almanack Braziliense, nº8, novembro de 2008, p. 13. Acessado em: [http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08\\_Forum\\_01.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08_Forum_01.pdf), aos 24 de fevereiro de 2009.

<sup>401</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 24 de janeiro de 1835.

<sup>402</sup> Para saber mais sobre as Carneiradas: SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **As Carneiradas**. in: Clio – Revista do curso de mestrado em história, nº 03, 1980, pp. 91 – 103.

<sup>403</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M de. **A Insurreição Praieira**. Op.cit., p. 33.

Se sob influência dos chimangos, ou não, é que no dia 26 de fevereiro de 1835, o “Diário de Pernambuco” publicava a lista dos trinta e seis deputados eleitos com suas respectivas votações: 1. Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama – 531 votos; 2. Dr. Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque – 375; 3. Francisco de Paula Cavalcanti – 334; 4. Padre Francisco José Correia – 298; 5. Tiburtino Pinto de Almeida – 292; 6. Padre Luiz Carlos Coelho da Silva – 269; 7. Firmino Herculano de Mores Ancora – 254; 8. Padre Laurentino Antônio Moreira de Carvalho – 250; 9. Gervásio Pires Ferreira – 236; 10. Padre Virginio Rodrigues Campelo – 233; 11. Manoel Zeferino dos Santos – 226; 12. José Ramos de Oliveira – 220; 13. Padre Joaquim Rafael – 217; 14. Thomaz Antônio Maciel Monteiro – 214; 15. Antônio Carneiro Machado Rios – 207; 16. Joaquim Francisco de Mello Cavalcante – 207; 17. Leonardo Bizerra de Siqueira Cavalcante – 207; 18. Nicolau José Vaz Salgado – 204; 19. Dr. Urbano Sabino Pessoa de Mello – 200; 20. Francisco Honório Bizerra de Menezes – 199; 21. Dr. Francisco Joaquim das Chagas – 195; 22. Padre João Rodrigues de Araújo – 195; 23. Dr. Francisco de Paula Batista – 192; 24. Francisco de Carvalho Paes de Andrade – 189; 25. José Cavalcanti de Albuquerque – 188; 26. Padre Christóvão de Hollanda Cavalcante – 177; 27. Padre Joaquim José de Azevedo – 173; 28. Lourenço Bizerra Cavalcante – 170; 29. Dr. Joaquim Manoel Vieira de Mello – 160; 30. Luiz Rodrigues Sette – 153; 31. Francisco Carneiro Machado Rios – 150; 32. Dr. José Telles de Menezes – 149; 33. Dr. Joaquim Nunes Machado – 148; 34. Padre Antônio da Trindade Antunes Meira – 147; 35. Bento José da Costa – 147 e 36. Dr. Luiz Francisco de Paula Cavalcanti – 147.<sup>404</sup>

O padre Lopes Gama, o mais bem votado dos eleitos em 1835, não era amistoso com o antigo chefe da Confederação do Equador. Aquele que ficara conhecido como “padre carapuiceiro”, não foi simpático ao movimento de 1824. Como disse Amaro Quintas “mostrara-se-lhe adversário implacável e contundente.” E ainda se referia o padre à Confederação por “quixotal revolta republicana<sup>405</sup>.” Se por volta de 1844 ele recebeu favores dos Cavalcanti, foi o “padre carapuiceiro” um dos maiores críticos dessa família, referindo-se aos mesmos como “gótico castelo Rego Barros – Cavalcanti”, dando o maior apoio em seu jornal “Sete de Setembro” à Praia<sup>406</sup>.

---

<sup>404</sup> APEJE, *Diário de Pernambuco*, 26 de fevereiro de 1835.

<sup>405</sup> QUINTAS, Amaro. *O padre Lopes Gama: um analista político do século passado*. In: *Amaro Quintas – o historiador da liberdade*. Recife: CEPE, 2011, p. 418.

<sup>406</sup> *Ibidem*, pp. 384 – 385 e 390.

Na lista dos eleitos à Assembleia Provincial de 1835, temos o nome de três irmãos, filhos do Coronel Suassuna, com cadeiras ocupadas: Francisco, Pedro e Luiz: o ultimo ainda cumpria mandato de deputado à Assembleia Geral, junto com Hollanda Cavalcanti e os primos Sebastião do Rego Barros e Francisco do Rego Barros<sup>407</sup>. Nos tabuleiros dos jogos do poder, as peças se armavam. A lista apresentada aos 2 de janeiro, trazia como “imediate” Sebastião do Rego Barros. A do dia 10 do mesmo mês vinha com o nome de Francisco do Rego Barros e do seu irmão: nenhum dos dois sairia eleito. Nem eles e também Manoel Francisco, que aparecia nas duas listas, ficaria de fora, todavia, tomaria assento como suplente. Thomaz Antônio Maciel Monteiro sentaria à Assembleia Provincial, junto à bancada Cavalcanti. Gervásio Pires, o homem contra a “causa do Rio de Janeiro”, em 1822, desafeto dos Cavalcanti de Albuquerque, saia eleito, junto ao irmão do presidente da Província, Francisco de Carvalho Paes de Andrade.

“O Imparcial”, aos 25 de fevereiro, colocava no “Diário de Pernambuco” que os erros na votação poderiam ter sido por descuido dos camaristas. Todavia, dois dias depois, ele voltava com suas acusações:

O conluio, que acaba de aparecer na Câmara desta Capital a respeito da apuração dos votos, e que foi por mim atribuída a mero descuido, é pelo contrário por todos acusado como ato da própria câmara, e nascido da influência chimanga; todos me querem fazer persuadir, que muito de propósito, e por combinações secretas se arredaram dos 36 alguns candidatos, que escorados pelo artigo 21 da Lei da Reforma, poderiam enunciar-se contra a grandiosa quantia de arbitrariedades, que em silêncio sofre a nossa infeliz pátria; todos protestam finalmente de descortinarem o mesmo conluio por meio de certidões especiais, que vão mandar tirar em todos os Colégios. Confesso, Senhores redatores, que a ser camarista tremeria com uma tal arguição, e faria todo o esforço por emendar o erro, porque além da vergonha que deve recair sobre a Câmara, ela deve temer algum excesso da opinião pública, que em outro qualquer país seria capaz de arrojarse a algum desatino<sup>408</sup>.

Mais uma vez, o denunciante, sob pseudônimo, atacaria os chimangos. É que o artigo 21 da Lei da Reforma indicava: “os membros das assembleias provinciais serão invioláveis pelas opiniões que emitirem no exercício de suas funções<sup>409</sup>.” Excluir alguns da lista de eleitos, era calar a boca de denúncias contra a administração Paes de

---

<sup>407</sup> CAMPELLO, Netto. **História Parlamentar de Pernambuco**. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979, pp. 55 – 56.

<sup>408</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 27 de fevereiro de 1835.

<sup>409</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Câmara dos Senhores Deputados. Primeiro Anno da terceira legislatura. Sessão em 1834. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de H. Pinto, 1834, p. 202.

Andrade. Ainda mais: era estratégia de poder. É caso de supormos que o denunciante fale das candidaturas de Manoel Francisco e dos irmãos Rego Barros: apareciam como “imediatos” nas listas parciais e não na final, mesmo que Manoel fosse incluído, mais tarde, entre os suplentes a ocuparem cadeiras.

Enquanto isso, na Corte, ia se delineando a paisagem da eleição regencial. Não seria sem discórdias que os moderados chegariam ao nome de Diogo Antônio Feijó para a candidatura. Desde os dias da votação do Ato Adicional, se percebia a desagregação dos moderados. Evaristo, Vasconcellos, Honório Hermeto, Rodrigues Torres e outros entravam em conflito quanto aos novos rumos e, sobretudo, quanto à escolha do novo regente. Vasconcellos queria frear os avanços revolucionários, com fortalecimento da autoridade: era o primeiro a abandonar os moderados. Evaristo buscava inspiração nos anseios das populações urbanas, mesmo temendo os excessos demagógicos: preferia Feijó<sup>410</sup>.

Não aceitavam Feijó, Vasconcellos – que no íntimo, era candidato -, Holanda e Luiz, - os irmãos Cavalcanti - , Costa Carvalho, Rodrigues Torres, Honório Hermeto e o General Francisco de Lima e Silva. Mas, era junto a Feijó que estava maior parte dos moderados, sob a influência de Evaristo<sup>411</sup>.

Por outros grupos políticos, principalmente os com ligações em Pernambuco e nas províncias do Norte, apareciam as candidaturas de Manoel de Carvalho Paes de Andrade e Cipriano Barata. Todavia, Lima e Silva colocara para o Visconde de Valença que o candidato com maior possibilidade de êxito seria um dos irmãos Cavalcanti, de preferência Luiz. Honório Hermeto era da mesma opinião, e depois de Luiz, preferia Holanda. Na verdade, ele era contra Feijó<sup>412</sup>.

Honório fez as mais diversas tentativas para escolher um nome capaz de polarizar o maior número de políticos em oposição a Feijó. Tentou convencer Costa Carvalho para o pleito, e prometia o apoio de algumas influências do Norte: dentre elas,

---

<sup>410</sup>SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1988, p. 209.

<sup>411</sup>SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Op.cit., p. 211.

<sup>412</sup> Ibidem, pp. 212 – 213.

os Cavalcanti e Araújo Lima. Costa Carvalho não demonstrara muito interesse. No final das contas, o candidato fora Hollanda Cavalcanti<sup>413</sup>.

A eleição para a regência seria realizada aos 7 de abril de 1835. Mas, no dia 3 de abril, o “Diário de Pernambuco” trazia um texto publicado no “Pão d’ Açúcar”:

Quem conheceu o Homem de Itu, quando manejando as rédeas governativas, e que parecia levantado de rojo adiante do braço hercúleo e despótico, com o qual pertendia sustentar o Trono do Snr. D. Pedro 2º, como se para isso fora necessário outro gigante poderoso, que aquele que formam os Brasileiros por suas simpatias para com o Jovem Monarca, e interesses gerais pela felicidade comum: e quem conhece hoje o mesmo homem escrevendo o Justiceiro em S. Paulo !!! Em outro tempo convinha à moderação que o Ituano, se mostrasse monarquista forte mas hoje que as coisas estarão talvez melhor aparelhadas para os fins democráticos convém o mesmo Ituano redigindo o Justiceiro neste sentido. E se pois uma tal mudança não pode derivar desse princípio, queremos dizer, de acordo comum da Moderação, uma outra causa terá feito a metamorfose política no decantado *Homem de Itu*; e se bem julgarmos, ela só pode partir do desejo de alçar o Mando Supremo durante o período quatrienal, ou mais ainda<sup>414</sup>.

O periódico pernambucano trazia críticas ao padre ituano pelos dias que passou no Ministério da Justiça, nos idos de 1831. Como ministro, e com todas as prerrogativas legais, Feijó teria assumido o ministério com caráter de uma verdadeira ditadura<sup>415</sup>. No entanto, era em princípios de novembro de 1834, que Diogo Antônio fundava o jornal “o Justiceiro”, com os temas ligados à magistratura, abolição do celibato, afirmação da monarquia como uma necessidade do Brasil: uma monarquia sem aristocracia e sem títulos<sup>416</sup>. As críticas no “Diário de Pernambuco” advinham dessas problemáticas indicadas por Feijó e nas suas mudanças de atitudes. As investidas não cessariam aí. Ainda diria:

Não pareça absurdo este raciocínio, ele milita nos bem fundados juízos de que aquele ituano deve estar persuadido, e vem a ser: que contando ele com os sufrágios de seus diletos da moderação, e não sendo suficiente o número de votos deste partido a conseguir a maioria para a eleição do novo Regente, importava lisonjear a crença democrática, a fim de que os homens deste sistema nele de sufragassem, para de tal modo reunindo estes e aqueles votos, pudesse conseguir o alto lugar de Regente do Brasil. Mas, apesar da mudança repentina do nosso homem, cremos que tem perdido o trabalho: os golpes da sua prepotência ainda vertem sangue<sup>417</sup> (...)

---

<sup>413</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. “**A experiência republicana**”, 1831 – 1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Dispersão e unidade**: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, volume 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 54.

<sup>414</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 3 de abril de 1835.

<sup>415</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. “**A experiência republicana**”, 1831 – 1840. Op. Cit., p. 27.

<sup>416</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Op.cit, p. 206.

<sup>417</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 3 de abril de 1835.

Vemos, então, uma investida da oposição ao padre de Itu, sobre a divisão dos moderados, nesse momento: talvez não conseguisse todos os votos que necessitasse dentro da sua vertente política, por isso buscava uma nova situação de apoio para si, nas páginas do seu jornal. Estavam bem otimistas, os opositores, que o plano do racha entre o grupo daria certo para o lado “holandês”. Continuava:

Eleitores! Nem esse do Itu, e nem outros como ele: elegei para Regente a um homem já conhecido por seus merecimentos cívicos, e que tenha já dado provas de seus bons serviços. Nós vos podíamos indicar um cidadão honrado, que havendo ocupado o mais elevado cargo de uma das repartições do Estado, a ultima importante, e aonde muitos outros se tem locupletado, este o desempenhou tão dignamente, e de tal modo, que seus mesmos adversários não se atrevem toca-lo nesta parte, e apenas quando muito, o acometem como Orador na Tribuna por debelar os maus funcionários públicos, a quem dirige a mais crua guerra; com os que lhe tecem novas coroas cívicas. Mas nós não o indicamos pelo seu nome: seu mesmo merecimento o apresentará a vossos olhos. Não nos assemelhamos aos homens da moderação, que recebendo a lei de um ordinário Tartufo, segue a olhos fechados quando lhe ordena o fofa charlatão Sancho Pança: não, outros sentimentos se nutrem em nós<sup>418</sup>.

E seguia nas críticas a Feijó:

Eleitores! Fugi de eleger um padre, que além de não ser coerente em suas opiniões, ele abre as portas a licença religiosa, e em tempos de agitações políticas: tal é o HOMEM! E não seria vergonhoso para vós irdes buscar entre a grande Família Brasileira um padre, assim votado ao aberramento de seus princípios religiosos; e um padre que longe de possuir os sentimentos de humanidade tão preconizados na Moral Evangélica, folga de ver derramar sangue, e sangue irmão. Não, Cidadãos Eleitores! Não nos cubrais de vergonha aos olhos nas Nações cultas<sup>419</sup>!

Era tão visível a importância do “Diário de Pernambuco” com as eleições, e até com as críticas a serem publicadas, que só no dia 10 de abril, quando já havia passado o pleito, é que trouxe ao público a correspondência de alguém que se dizia José Cazuza, criticando Antônio Peregrino Maciel Monteiro por defender que a oposição estava ligada à popularidade das Reformas. Segundo as colocações do redator, Hollanda Cavalcanti, chefe da oposição na terceira legislatura, não era reformista, sendo desde as sessões de 1831, 1832, 1833, oposto às Reformas, “dizendo que era ótima a Constituição, que só lhe faltava a ser fielmente observada<sup>420</sup>.” Araújo Lima seguia na mesma direção de oposição às reformas. José Cazuza afirmava que eram Araújo Lima e Hollanda “a nata, a flor dos deputados do Brasil<sup>421</sup>.” E vinha a crítica maior:

---

<sup>418</sup> Idem.

<sup>419</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 3 de abril de 1835.

<sup>420</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 10 de abril de 1835.

<sup>421</sup> Idem.

Se o Brasil queria a Reforma, se sua população simpatiza com os reformistas, para que se anda dando tratos à opinião pública para apresentar ao Snr. Hollanda Cavalcanti, e mesmo o Snr. Araújo Lima como candidatos para Regente? Um Regente Anti-Reformista apresentado pela minoria reformista, e popular !!!!! Bem se diria em 1833, que olhando-se para a Deputação de Pernambuco para a 3ª Legislatura, não se podia bem julgar, e avaliar a opinião da Província acerca da Reforma, e é por isso que aqueles dois Snrs. assim se pronunciaram, é por isso que se tem a coragem de os apresentar ao Brasil como Candidatos para Regente. Abençoados eles sejam ou desprezaram essa popularidade tão cortejada pelo A. Peregrino M. Monteiro; ou conheceram que era outro o caminho para ganha-la, isto é, ser anti-reformista é ser popular<sup>422</sup>.

Aos 9 de abril de 1835, o “Diário de Pernambuco” trazia as primeiras indicações das votações para Regente. No colégio eleitoral do Recife, os três primeiros nomes seriam Hollanda Cavalcanti, Feijó e Araújo Lima. Manoel de Carvalho Paes de Andrade aparecia em oitavo. O décimo segundo era Gervásio Pires; o décimo terceiro, Francisco de Paula. Em Olinda, os quatro primeiros nomes seriam Hollanda Cavalcanti, Martim Francisco Ribeiro d’Andrada, Pedro de Araújo Lima e Diogo Antônio Feijó<sup>423</sup>. Dois dias depois, o mesmo Diário publicava a votação de Pau d’Alho, donde os quatro primeiros eram Diogo Antônio Feijó, Hollanda Cavalcanti, Araújo Lima e Manoel de Carvalho Paes de Andrade<sup>424</sup>.

Por todo o Império do Brasil iam saindo as prévias eleitorais. Talvez, por isso, como uma forma de contornar as perdas, em 06 de junho de 1835, Luiz Cavalcanti apresentava à Câmara dos Deputados um projeto de maioria do Imperador Pedro II, nos seguintes termos: “A Assembleia Geral Legislativa decreta: Artigo único. O imperador e o príncipe imperial são maiores na idade de quatorze anos<sup>425</sup>.” Mas, aos 19 de junho, o projeto não era admitido à discussão<sup>426</sup>.

Foi aos 5 de outubro de 1835, com a reunião das duas Câmaras, que iniciou a apuração dos votos para a regência. A mesma duraria até o dia 9 de outubro, com o anúncio do nome do Regente.

Diogo Antônio Feijó venceria nas províncias do Rio Grande do Sul (Feijó, 136 votos; Araújo Lima, 51; Hollanda, 49); São Paulo (Feijó, 268; Costa Carvalho, 236;

---

<sup>422</sup> Idem.

<sup>423</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 09 de abril de 1835.

<sup>424</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 11 de abril de 1835.

<sup>425</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Câmara dos Senhores Deputados. Segundo Anno da terceira legislatura. Sessão em 1835. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887, p. 156.

<sup>426</sup> *Ibidem*, p. 182.

Hollanda, 190); Minas Gerais (Feijó, 976; Bernardo Pereira de Vasconcellos, 533; Hollanda, 95); Goiás (Feijó, 129; Lima e Silva, 42; Costa Carvalho, 21; Alvares de Oliveira, 17; Visconde de Congonhas, 15; Hollanda, 5); Mato Grosso (Feijó, 34; Hollanda – 9º lugar, 3); Espírito Santo (Feijó, 32; Hollanda, 29); Rio Grande do Norte (Feijó, 66; Brito Guerra, 40; Hollanda, 27); Ceará (Feijó, 212; Hollanda, 125) e Maranhão (Feijó, 92; Hollanda 0)<sup>427</sup>.

Hollanda Cavalcanti conseguiria maior votação nas províncias de Santa Catarina (Hollanda, 58; Feijó 49); Rio de Janeiro (Hollanda, 277; Feijó, 257); Alagoas (Hollanda, 161; Araújo Lima, 101; Feijó, 97); Sergipe (Hollanda, 288; Feijó – 9º lugar-, 15); Pernambuco (Hollanda, 354; Feijó, 179) e Paraíba (Hollanda, 155; Araújo Lima, 97; Barata, 39; Feijó, 32)<sup>428</sup>.

Na Bahia (Costa Carvalho, 436; Hollanda, 435; Feijó, 229); Piauí (Lima e Silva, 137; Barão de Parnaíba, 40; Paes de Andrade, 23; Feijó, 17; Hollanda, 0) e Pará (Feijó – 5º colocado – 8 votos; Hollanda, 0), nem Hollanda ou Feijó seriam os primeiros das listas<sup>429</sup>.

Em Pernambuco, Hollanda perderia para Feijó em Pau d'Alho (Feijó, 30; Hollanda, 13); Garanhuns (Araújo Lima, 23; Feijó – 4º colocado – 10; Hollanda – 6º - 9) e Flores (Paes de Andrade, 19; Feijó, 17; Hollanda, 8). Venceria Hollanda em Goiana (Hollanda, 41; Araújo Lima, 17; Feijó, 17); Santo Antão (Hollanda, 40; Feijó – 6º - 4 votos); Olinda (Hollanda, 15; Feijó – 4º - 7 votos); Sirinhaém (Hollanda, 26; Feijó – 5º - 12 votos); Recife (Hollanda, 80; Feijó, 43); Cabo (Hollanda, 54; Feijó – 11º - 2 votos); Limoeiro (Hollanda, 22; Feijó, 15); Vila de Cima (Hollanda, 10; Feijó – 5º - 1 voto) e Igarçu (Hollanda, 16; Feijó – 7º - 1 voto). Em Cabrobró (Paes de Andrade, 8; Alencar, 6; Hollanda, 2; Feijó – 5º - 2 votos) e Tacaratú (Hollanda, 18; Feijó, 18), eles empatariam<sup>430</sup>.

---

<sup>427</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro.** Câmara dos Senhores Deputados. Segundo Anno da terceira legislatura. Sessão em 1835. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887, pp. 356 – 367.

<sup>428</sup> Idem.

<sup>429</sup> Idem.

<sup>430</sup> Ibidem, p. 365.

Foram seis mil eleitores votando, cada um com direito a dois votos<sup>431</sup>: um candidato não seria nascido na província, todavia, nenhum deles seria cidadão naturalizado<sup>432</sup>. Os resultados revelam uma polarização da opinião, nesse momento, donde não havia, praticamente, organização partidária, se admitirmos que não muitos eleitores votaram tanto em Feijó como em Hollanda Cavalcanti<sup>433</sup>. O resultado do dia 9 de outubro de 1835 trouxe Diogo Antônio Feijó com 2.826 votos. Logo atrás, vinha Hollanda Cavalcanti, com 2.251 votos<sup>434</sup>.

Pereira de Castro aponta uma repartição geográfica da votação dos dois candidatos. Feijó teria vencido no interior, particularmente em Minas Gerais<sup>435</sup>. Foi essa província que decidiu o resultado final favorável a Feijó<sup>436</sup>. Hollanda Cavalcanti venceu em Santa Catarina, Rio de Janeiro e ao longo da fachada atlântica, da Bahia à Paraíba. Se pensar na divisão de São Paulo, a vitória do padre era assegurada pelo interior: na capital, no Vale do Paraíba, em Santos, em Iguape, em Paranaguá, Feijó perdeu. Pelo litoral, a exceção foram os “feudos eclesiásticos” do Ceará, Rio Grande do Norte e Espírito Santo<sup>437</sup>.

A pequena diferença de 575 votos na contabilidade geral levados por padre Feijó mostrava a grande divisão política pela qual passava o Império, naquele momento. Prenunciava as dificuldades pelas quais passaria o novo regente, “já que não seria de esperar súbita e milagrosa harmonização dos interesses e tendências em choque<sup>438</sup>”, como observou Octávio Tarquínio de Sousa.

Ainda quando os jornais iam indicando os resultados e a vitória do padre de Itu tornava-se mais real, alguns adversários lembraram, também, a existência da princesa D. Januária: um golpe adiantando-lhe a maioria era uma boa manobra contra

<sup>431</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. “**A experiência republicana**”, 1831 – 1840. Op. Cit., p. 54.

<sup>432</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Câmara dos Senhores Deputados. Primeiro Anno da terceira legislatura. Sessão em 1834. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de H. Pinto, 1879, p.202.

<sup>433</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. “**A experiência republicana**”, 1831 – 1840. Op. Cit., p. 55.

<sup>434</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Câmara dos Senhores Deputados. Segundo Anno da terceira legislatura. Sessão em 1835. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887, p. 368.

<sup>435</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. “**A experiência republicana**”, 1831 – 1840. Op. Cit., p.58.

<sup>436</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1988, p. 217.

<sup>437</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. “**A experiência republicana**”, 1831 – 1840. Op. Cit., p. 58.

<sup>438</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Op.cit., p. 218.

Feijó<sup>439</sup>. Vasconcellos, D. Romualdo e Calmon teriam conversado sobre a possibilidade. Seria uma séria conspiração dos “holandeses”, com maioria na Câmara dos Deputados, que levaria a princesa à Regência. A ideia vinha da incerteza quanto à posse de Feijó. No entanto, aos 12 de outubro de 1835, mesmo que debilitado, o padre paulista tomava posse do cargo. O ato consumado afastava o plano da Regência de D. Januária<sup>440</sup>.

Enquanto isso, em Pernambuco, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque já estava nomeado presidente da província desde 15 de abril de 1835, mas só assumia o governo a 1º de junho, permanecendo no mesmo posto até 1º de fevereiro de 1837<sup>441</sup>. Os praieiros, em 1847, viriam acusá-lo de estar ligado ao episódio dos irmãos Carneiro, donde tal sedição teria sido promovida pela família Cavalcanti para, através da derrubada de Manoel de Carvalho, conseguirem influência em Pernambuco. Daí é que vem toda a defesa do pai de Joaquim Nabuco a favor dos Cavalcanti:

A influência da família Cavalcanti não é um fato de 1835, mas de tempos remotos: essa influência não é obra do poder, ou da revolução, mas procede da natureza das coisas; é a influência que sempre teve e há de ter uma família numerosa, antiga, rica, e cujos membros sempre figuraram nas posições sociais mais vantajosas...<sup>442</sup>

Nesse momento, se observarmos bem, Pernambuco estava sendo enfeudado no “gótico castelo Rego Barros - Cavalcanti<sup>443</sup>”. A província estava nas mãos de Francisco de Paula. Na Assembleia local, estavam eleitos além do próprio Francisco de Paula, Pedro, Manoel e Luiz. No Rio de Janeiro Hollanda Cavalcanti, Sebastião e Francisco do Rego Barros comungavam os interesses.

O governo Feijó não ia bem. Desde o início já contava com uma oposição forte. Hollanda, Vasconcellos, Honório Hermeto estavam distantes do padre de Itu. Era-lhe difícil até escolher um ministério, já que não fazia questão de esquecer as antipatias e

---

<sup>439</sup> Idem.

<sup>440</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. “**A experiência republicana**”, 1831 – 1840. Op. Cit., pp. 58 – 59.

<sup>441</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 370.

<sup>442</sup> ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio praieiro ou história da dominação da praia**. Recife: Typographia União, 1847, p. 4.

<sup>443</sup> QUINTAS, Amaro. **O padre Lopes Gama: um analista político do século passado**. In: **Amaro Quintas – o historiador da liberdade**. Recife: CEPE, 2011, p. 390.

perdoar agravos<sup>444</sup>. Ninguém queria ser ministro. Nem Araújo Lima, que chamado, concordou e, depois, recusou<sup>445</sup>.

Um dos problemas do regente era o pessimismo. Pessimismo exacerbado pela doença grave, que já o impossibilitara de assumir a Regência em dia anteriormente marcado<sup>446</sup>. Tudo parecia, a ele, uma calamidade. Nabuco apontou que Hollanda teria dito, em 1843, ter sido oposto aos atos de Feijó, e não a Feijó. Colocou-se contra os sentimentos do paulista, por não trazer esperança em nada, e pintar tudo em cores negras<sup>447</sup>.

Vasconcellos começava a articular a liderança do que ficaria conhecido como “Regresso”, e ia desgastando o então governo. Atritos com a Igreja de Roma, restrições à liberdade de imprensa, anulações das eleições na Paraíba e Sergipe, por suspeita de fraude, deixavam-no mais vulnerável, além das revoltas que abalavam o Império<sup>448</sup>. Aos 7 de julho de 1837, “O Eco da Religião e do Império”, periódico pernambucano, expressava insatisfação dos oposicionistas com o estado do Brasil naquele momento:

Ora, se a Nação brasileira dorme, se ela se abandonou cansada às intrigas, e ao domínio de um partido, que a devora, que a ilude, que a desmoraliza, cumpre que ela acorde, e que acorde ao estrondo do Eco da Religião e do Império: é preciso, que a Nação brasileira se ponha de pé e conheça distintamente que *já não pode haver boa fé nos seus bigodeadores*, nem ter em valia as coisas, que eles prometem em nome da liberdade, da Pátria, e da regeneração. Os benefícios da regeneração tem sido promessas, e a locupletação de alguns intriguistas, de alguns traidores. A Nação tem visto, depois da regeneração nominal de 7 de abril, multiplicarem-se os erros, requintar-se a perversidade, o descrédito do Brasil, a instabilidade em todos os negócios, comprometimentos, e até mesmo ridicularias<sup>449</sup>.

Aos 7 de setembro de 1837, voltava o “Eco da Religião e do Império” a atacar o governo Feijó, dessa vez, com a cópia de um artigo do “Sete d’Abril”, sob o título “Justiça dos Feijoistas”.

Não cessam os inimigos da Pátria de atribuir os males do Brasil ao partido da Oposição. Se o Governo pelos seus atos tem atraído o anátema dos Brasileiros sensatos; se perde todos os dias a confiança nacional; se o Brasil

---

<sup>444</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Op.cit, p. 221.

<sup>445</sup> Ibidem, p. 222.

<sup>446</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Op.cit, p. 228.

<sup>447</sup> NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 57.

<sup>448</sup> BASILE, Marcello. **O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840)**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial: Volume II (1831 – 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 85.

<sup>449</sup> APEJE, **O Echo da Religião e do Império**, 7 de julho de 1837.

se acha ameaçado de uma Bancarrota; se a guerra civil se prolonga espantosamente ao Sul e ao Norte: tudo isto, dizem os *feijoiistas*, tudo isto se deve à Oposição!!<sup>450</sup>

Mas, o “Sete d’Abril”, em 30 de julho de 1837, não cessava as críticas, e muito menos “O Eco da Religião e do Império” pararia de citá-lo. Aos 23 de setembro de 1837, aparecia um poema satírico, bilíngue (latim-português), trazendo toda sorte de problemas ligados ao padre Feijó, sob o nome “Ode saphico-macarronica”:

Dos Moraves o chefe, o Patarata,  
 Que os padres quer casar, casado há muito,  
 N’este dia grimpou, lampeiro e ufano, / ao cimo do poleiro.  
 (...) / Pinta as feições do monstro, as tetas pinta  
 Com que quer ditador empavesar-se,  
 Convertendo em seu prol e em nosso dano  
 De abril o dia sete! (...)  
 Na lei das leis tem Pedro os seus direitos.  
 Ah! Vem, oh Pedro! Vem Brasílica Esperança!  
 Traz-nos a paz e a glória e o nome e o brio  
 Que o asneirão banira. (...)  
 O dia duodécimo de outubro!  
 Da morte e do diabo horrível parto,  
 Que a cólera celeste quis mandar-nos  
 A punir nossos crimes:  
 De todos sejas sempre amaldiçoado!  
 Vai-te, não voltes! Vai-te c’os diabos!  
 Eu te esconjuro: esconde-te no inferno!  
*Satana, vade retro.*<sup>451</sup>

A figura de Feijó como o diabo de 12 de outubro de 1835, dia em que assumira a regência una, fazia contrastes com a figura do padre que era contra o celibato. Desde muito as relações do ituano com a Igreja Católica não era das melhores. Mesmo assim, a 9 de outubro de 1835, recebia a nomeação de bispo de Mariana, a qual não aceitaria<sup>452</sup>. Por 1836, na Câmara, os conflitos com a Santa Sé seria o assunto mais querido à exploração pela oposição<sup>453</sup>. E Feijó pouco se importava com a Câmara. Desprezava as suas sugestões, afastando cada vez mais o seu apoio<sup>454</sup>.

Hollanda Cavalcanti não ficava longe de criticar o governo. Seria ele um dos maiores incômodos aos ministérios do padre de Itu. Aos 8 de julho de 1837, quando estava muito abalada a administração Feijó, o deputado pernambucano diria: “como se pode resistir às seduções em um governo, como o nosso, cheio de seduções? Como se

<sup>450</sup> Idem.

<sup>451</sup> APEJE, *O Echo da Religião e do Império*, 23 de setembro de 1837.

<sup>452</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Op.cit, p.234.

<sup>453</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Op.cit, p. 236.

<sup>454</sup> Ibidem, p. 238.

pode resistir ao patronato, ao afilhado deste, ao arbítrio de ofender aquele outro que faz negações ao governo?<sup>455</sup>” Ainda mais falaria em 8 de agosto:

Senhores, um pequeno grupo tem mostrado seus princípios nesta casa. Temos mostrado que não nos importamos com os homens, importamo-nos com as cousas, e desgraçadamente temos sido sempre na oposição. Não se diga que eu hostilizo aos meus amigos que estão no poder; hostilizo aos princípios; advirto aos meus amigos da posição em que se acham<sup>456</sup>.

Cascudo disse que, nesse momento, Hollanda perdera um pouco do predomínio político, “mas conservava o prestígio de sua sugestiva combatividade borbulhante<sup>457</sup>.” Seus discursos eram aplaudidos. Suas críticas, ferozes: “era tão diplomata quanto o gigante Golias<sup>458</sup>.” Ainda em 8 de agosto de 1837, diria o deputado pernambucano:

A oposição deve merecer todas as simpatias populares, assim como merecem as do governo os senhores que votam com o governo. A oposição não pode disputar aos senhores que votam com o governo de partilhar, repartir os empregos públicos... Que lhes faça muito bom proveito. (*Apoiados, risadas*). Arranje o Sr. Ministro os seus afilhados (está acostumado a ouvir isto), na certeza de que se nomear homens indignos, hão de ser pedras que atira ao ar para lhe cair na cara. Seu interesse será de nomear homens de bem; o ministério que não procura homens de bem é inimigo de si mesmo<sup>459</sup>.

Como indicam os grifos dos taquígrafos, Hollanda arrancava risadas dos outros deputados. A postura firme e bronca atacava diretamente os adversários. Seu irmão Luiz, também eleito para essa legislatura, atuando firmemente nos primeiros anos, ia decrescendo. Nos dias finais de 1837, revelam os “Anais do Parlamento Brasileiro”, ele não teria ido à Câmara. O motivo das faltas pode ter sido alguma doença grave, posto que aos 23 de março de 1838, “O Eco da Religião e do Império”, em destaque, noticiava:

O Desembargador Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Deputado Provincial e Geral, faleceu no dia 13 do corrente! Ótimo pai de família, cidadão de todo estimado por suas qualidades cívicas, Magistrado de uma reputação ilibada, orador atilado, e sensato.... A Pátria perdeu nele para sempre um filho de grandes esperanças, e o partido da Legalidade um dos seus mais decididos propugnadores!!! Voou à morada dos Justos, donde era

---

<sup>455</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro.** Câmara dos Senhores Deputados. Quarto Anno da terceira legislatura. Sessão de 1837. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887, p.63.

<sup>456</sup> *Ibidem*, p. 274.

<sup>457</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870).** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 163.

<sup>458</sup> *Ibidem*, p. 144.

<sup>459</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro.** Câmara dos Senhores Deputados. Quarto Anno da terceira legislatura. Sessão de 1837. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887, p.275.

digno. Pernambuco!! Guarda o depósito de suas cinzas, que serão sempre abençoadas na recordação dos seus serviços<sup>460</sup>.

Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro Marquês de Paraná, considerara Luiz o mais capaz dos irmãos Cavalcanti<sup>461</sup>. Mas, enquanto a estrela de Luiz se punha no amanhecer de novos dias próximos para a Regência, ia aparecendo nova estrela em brilho dentre os irmãos Cavalcanti: Pedro Francisco, que teria grande destaque já na década de 1840: peça importante nos jogos do poder.

Em fevereiro de 1837, morria Bento Barroso Pereira, um dos ocupantes das cadeiras de Pernambuco no Senado Imperial. Como a máquina senatorial do Brasil Império era movida pelos falecimentos, abria-se, naturalmente, uma vaga para esta província. Marcadas as eleições para julho, Araújo Lima se candidatara: “Ele nunca deixara de ser considerado um chefe pernambucano. Não tinha o prestígio local dos Cavalcantis<sup>462</sup>.” No entanto, esses mesmos Cavalcanti apresentavam dois candidatos: Holanda e seu irmão, Francisco de Paula.

Esperava-se muito de Holanda nesta eleição. Para Cascudo, ele estava ligado ao “maior poderio eleitoral e econômico que Pernambuco possuiu numa só família.”, e era “uma das maiores forças dispersivas e simpáticas que tivemos desde 1797 até 1863<sup>463</sup>.” Mas, Feijó, em seu orgulho e prepotência, não esquecia fácil todas as críticas ao governo, e muito menos de ter sido seu adversário na eleição regencial: não lhe seria tão simpático. Estava nas mãos do Regente a escolha do Senador lançado à lista tríplice, que vinha com a seguinte colocação: Holanda Cavalcanti, o mais votado, com 292 votos; em seguida, Francisco de Paula, 206 votos; e por último, Pedro de Araújo Lima, 186 votos<sup>464</sup>. Aos 5 de setembro de 1837, a carta imperial indicava o futuro Marquês de Olinda Senador do Império.

No início de setembro de 1837, Feijó já pensava na demissão da Regência. Cogitou diversos nomes dentre os seus partidários para ser nomeado Ministro do Império, que pelo Ato Adicional, era-lhe sucessor. Limpo de Abreu, Costa Carvalho,

---

<sup>460</sup> APEJE, **O Echo da Religião e do Império**, 23 de março de 1838.

<sup>461</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M de. **A Insurreição Praieira**. Op.cit., p. 12.

<sup>462</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 165.

<sup>463</sup> Ibidem, pp. 142 – 143.

<sup>464</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. Op.cit., p. 166.

Aureliano Coutinho, Alves Branco: todos negaram. Paula Sousa, também procurado e dando a mesma resposta que os outros, pensou e sugeriu o nome de Araújo Lima, que nunca havia tido atitudes extremadas contra Feijó<sup>465</sup>. Quando o futuro Marquês de Olinda procurou o padre paulista para agradecer-lhe a escolha ao Senado, conversaram longamente. No dia 18 de setembro, Feijó nomeava-o Ministro do Império. No dia seguinte, o padre Diogo deixava a Regência nas mãos do pernambucano<sup>466</sup>. Iniciavam-se novos dias no Império do Brasil, especialmente em Pernambuco. A subida de Araújo Lima à Regência era uma vitória da maioria parlamentar. Afastava Hollanda, naquele momento, do poder regencial<sup>467</sup>, todavia, fundava uma máquina que integrava seus primos: alianças com muitos benefícios não faltariam aos Rego Barros, e em certos momentos, aos Cavalcanti de Albuquerque.

### 3.2 A Regência Interina de Araújo Lima e o “gótico castelo Rego Barros – Cavalcanti”.

O ministério nomeado por Araújo Lima aos 19 de setembro de 1837 era chefiado por Vasconcellos, que acumulava as pastas da Justiça e Império. Calmon ficava com a Fazenda e a Rodrigues Torres, cabia a Marinha. Pernambuco estava representado por duas pastas: Maciel Monteiro assumia os Negócios Estrangeiros e Sebastião do Rego Barros, a Guerra<sup>468</sup>.

Vasconcellos havia se separado daqueles homens de ideias mais liberais, e teria professado uma “fé” conservadora. Mesmo que ninguém consiga provar a autenticidade das palavras do mineiro<sup>469</sup>, era ele o fundador do Regresso de 1837. Nabuco cita o discurso de Vasconcellos:

Fui liberal, dirá ele, e então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandono a causa que defendo, no dia de

<sup>465</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Op.cit, p. 235.

<sup>466</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. op.cit, pp. 168 – 170.

<sup>467</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. **“A experiência republicana”, 1831 – 1840**. Op. Cit., p. 70.

<sup>468</sup> Idem.

<sup>469</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Introdução**. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Bernardo Pereira de Vasconcellos**. São Paulo: Editora 34, 1999, p.9.

seus perigos, da sua franqueza; deixo-a no dia, em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete<sup>470</sup>.

Era, então, o Regresso, segundo Basile, o núcleo do futuro Partido Conservador, vinculando, em suas origens, uma aliança entre grandes produtores de açúcar do Rio de Janeiro e do Nordeste, comerciantes de grosso trato, burocratas da Corte e magistrados. Formava-se por parte dos ex-moderados, pela maioria dos antigos caramurus, e uma nova geração de políticos que não integrava o Parlamento quando da discussão das reformas e começavam, então, suas carreiras políticas, apoiando a revisão das mudanças<sup>471</sup>. Defendiam a monarquia constitucional centralizada. Não se opunham às reformas, mas pensavam que o Brasil ainda não estava preparado para elas<sup>472</sup>.

Do outro lado, estava o grupo do Progresso. Basile ainda afirma, concordando com José Murilo de Carvalho, que era formada, sua base social, por profissionais liberais de extração urbana e por grandes proprietários rurais de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Integrava grande parte dos moderados que apoiavam as reformas, os exaltados e uns caramurus. Buscavam a autonomia provincial, a prevalência do Legislativo sobre o Executivo, além da ausência ou restrição do Poder Moderador<sup>473</sup>.

Devemos perceber, então, que já no nascimento dos partidos políticos no Brasil, havia Cavalcanti de Albuquerque nos dois lados, o que beneficiava o jogo político nas buscas pelo poder. Hollanda estaria aliado ao grupo do Progresso. Os seus irmãos, fariam coro com os regressistas. Tanto Marcus Carvalho e Bruno Câmara<sup>474</sup> quanto Amaro Quintas<sup>475</sup> perceberam essa estratégia. Carvalho ainda indica que desde o primeiro reinado Hollanda aliava-se com a oposição parlamentar, todavia, suas relações também eram tensas com os outros fundadores do Partido Liberal.

Ele não era um liberal doutrinário. A bem da verdade, em Pernambuco, foi sempre um áulico. Como era militar de formação, chegou a comandar tropas contra a Confederação do Equador. Na província, defendia o centralismo monárquico. Já no parlamento, defendia a federação todas as vezes que

---

<sup>470</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 65.

<sup>471</sup> BASILE, Marcello. **O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840)**. Op.cit., pp. 91 – 92.

<sup>472</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>473</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>474</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M de. **A Insurreição Praieira**. Op.cit., p. 14.

<sup>475</sup> QUINTAS, Amaro. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. In: **Amaro Quintas – O historiador da liberdade**. Recife: CEPE, 2011, p. 293.

algun ministro ameaçava interferir nas prerrogativas das oligarquias locais. Holanda nunca esquecia de proteger os interesses e arranjos políticos do seu clã em Pernambuco<sup>476</sup>.

Talvez pela questão de estar entre os liberais e viver em tensão com os mesmos, além de transitar entre os conservadores, é que Hollanda tão bem tenha percebido que “nada há mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder<sup>477</sup>.”

Como Hollanda não reunira forças ao lado do Regresso, a forma que Araújo Lima encontrara de afastá-lo, diretamente, do poder pernambucano, foi retirando Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, seu irmão, da Presidência da Província. No entanto, era necessário, para o governo de Pernambuco, um nome que não gerasse tantas tensões e divisões locais. A solução encontrada era Francisco do Rego Barros, irmão do ministro Sebastião do Rego Barros, e primo de Hollanda Cavalcanti. Assumia, com 35 anos de idade, aos 26 de novembro de 1837. Com essa forte coalizão entre primos e irmãos, até 1842, não havia muita diferença entre conservadores e liberais, em Pernambuco<sup>478</sup>. Bem lembrou Pereira de Castro que “os Cavalcanti e os Rego Barros resolviam sua oposição em conchavos familiares<sup>479</sup>.” Assim, a hegemonia política deste grupo dar-se-ia entre os anos de 1837 e 1844. Quem quisesse qualquer cargo político em Pernambuco, teria de ser um aliado dos Cavalcanti/Rego Barros.

É nesse período que Pernambuco torna-se um feudo dos Cavalcanti. Não seria em vão que cantariam, nas ruas, a famosa quadrinha do Dr. Jerônimo Vilela Tavares: “Quem viver em Pernambuco/ Deve estar desenganado,/ Que ou há de ser Cavalcanti,/ Ou há de ser cavalgado<sup>480</sup>.” Citando, também, estes mesmos versos, além das inúmeras críticas de Lopes Gama aos Cavalcanti, Amaro Quintas coloca que desde 19 de setembro de 1837, com o gabinete chefiado por Vasconcellos, “em Pernambuco,

---

<sup>476</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M de. **A Insurreição Praieira**. Op.cit., p. 14.

<sup>477</sup> O partido conservador também ficara conhecido como “saquarema”. Aos liberais, deu-se o apelido de “luzias”. Sérgio Buarque de Holanda percebeu que “efetivamente quase nada os distinguiu, salvo os rótulos, que tinham apenas o valor de bandeiras de combate.” HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 182.

<sup>478</sup> CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “**Praieiros**”, “**Guabirus**” e “**Populaça**”: as eleições gerais de 1844 no Recife. Recife: UFPE, dissertação de mestrado, 2001, pp. 38 – 39.

<sup>479</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. “**A experiência republicana**”, 1831 – 1840. Op. Cit., p. 74.

<sup>480</sup> QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira**. In: **Amaro Quintas** – o historiador da liberdade. Recife: CEPE, 2011, p. 205.

começava o domínio da família Cavalcanti, representada pela ascensão de Francisco do Rego Barros, o barão da Boa Vista<sup>481</sup>.” E ainda mais disse:

Era a oligarquia Rego Barros-Cavalcanti a iniciar um poderio dos mais absorventes e dominadores que o Brasil tem conhecido. O “gótico castelo” a que se refere o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, no seu *7 de Setembro*, ia firmar-se com solidez na província, até que a Praieira viesse solapar-lhe os alicerces<sup>482</sup>.

É importante observarmos os estudos de Quintas para esse momento. Por mais que ele tenha dito ser por 1837 o início do poderio dos Cavalcanti, percebemos dentro do nosso trabalho, que já nos inícios do século XIX, os Cavalcanti estavam ocupando postos na política Imperial. O que poderíamos afirmar, é que acontecia, então, o auge, o enfeudamento da política pernambucana, donde os “cavalgados” deveriam pedir por clemência, favores aos Cavalcanti. Não seria o início, mas, o coroamento de um longo caminho de trajetórias que se uniam, nesse momento, pelo poder. Apenas pelo interesse do poder. A “população” ficava fora dessas estratégias: só entrava aliciada por algum benefício, quando era necessário. Senhores abastados tomavam para si cargos públicos e abusavam das suas posições. Em alguns momentos, até acontecendo, mesmo, o que Quintas afirmou:

O drama da Província ia, de fato, ser o antonismo entre Cavalcantis e cavalgados. Entre opressores e oprimidos. Entre possuidores de terras, fazendo e desfazendo nos negócios políticos e econômicos e deserdados dos bens de fortuna, desprovidos de recursos e situados numa completa situação de inferioridade<sup>483</sup>.

Mas, como sabemos, os marginais podem se travestir tanto de cúmplices quanto de vítimas, e nesse caso, os praieiros utilizar-se-iam muito bem desse trunfo, e angariariam para seu lado, muitos dos “cavalgados”, mesmo que fosse apenas para dar-lhes um belo discurso de esperança.

Com a nomeação de Francisco do Rego Barros para a presidência da Província de Pernambuco, “O Eco da Religião e do Império” criava boas expectativas para a nova administração. Já no dia 3 de novembro de 1837 colocava: “Interessantes são as notícias da Corte, já quanto às nomeações, já quanto à capacidade dos nomeados. O Sr. Francisco do Rego Barros para Presidente da nossa Província, preenche a expectativa

---

<sup>481</sup> Ibidem, p. 190.

<sup>482</sup> Ibidem, p. 190.

<sup>483</sup> Ibidem, p. 205.

pública<sup>484</sup>.” Um tanto curioso é perceber ser o redator desse periódico o filho do Padre Roma, Luiz Inácio Ribeiro Roma. No referido jornal, defendia o Regresso, todavia, mais tarde, viria a imprimir em sua tipografia, o “Diário Novo”, principal órgão da imprensa praieira<sup>485</sup>.

Mas, não seria apenas isso que diria “O Eco da Religião e do Império”. Aos 8 de dezembro de 1837, o filho do padre Roma escrevia:

Se acaso são bastantemente importantes os objetos, que no giro da Administração tem a desenvolver o Exm. Sr. Francisco do Rego Barros; se ele tem de alinhar questões espinhosas, que poderiam comprometer a paz pública: nós confiamos em sua ilustração, em sua energia, que conseguirá navegar com segurança e conduzir a salvamento a Nau Provincial, que lhe foi confiada em reconhecimento de seus talentos, ao Porto da fraternização Brasileira<sup>486</sup>.

Quem ler, mais tarde, o periódico impresso na mesma tipografia de Luiz Inácio Ribeiro Roma, achará estranhas as críticas ao mesmo presidente da província, elogiado largamente, então. Críticas ferrenhas daqueles que também buscavam espaços dentro do poder.

No dia 15 de dezembro de 1837, “O Eco da Religião e do Império” ainda traria novo apoio a Francisco do Rego Barros, nas seguintes palavras:

Exm.! V. Exc. Não só como Brasileiro, como um Delegado do Governo Imperial, como um dos guardas da Constituição, está comprometido a manter a Legalidade em Pernambuco, mas até também como um Cavalcante não deve fraquejar jamais na empresa de sustentar o Trono. Os dados estão lançados; o jogo revolucionário só progredirá ao Norte do Brasil, por uma renúncia incompreensível e aviltadora de todos os Monarquistas de quem V. Exc. é hoje o chefe político: só por uma divergência não vista ainda entre a Família Cavalcante. (...) V. Exc. sabe muito bem, que o ódio dos princípios não é menor que o despeito pessoal: salve Pernambuco, anime os Monarquistas, nobilize ainda mais sua Família, salve-a, fortifique sua administração, seja inexorável contra a praga anarquista. Embora a oposição brame; se ela não for dos sediciosos reconhecerá a necessidade de ser ativo; se o for, é melhor ouvi-la do que senti-la. Se ela detrai o prestígio de Família, é porque não tem Família, é porque se compõe de facciosos, verdadeiros filhos das ervas, ou que se não querem dar a conhecer<sup>487</sup>.

As críticas aos Cavalcanti nos periódicos apareciam já nos dias de 1831. O “Diário de Pernambuco” publicou: “Não queremos sim, que uma família prepondere e

---

<sup>484</sup> APEJE, *O Echo da Religião e do Império*, 3 de novembro de 1837.

<sup>485</sup> CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”: as eleições gerais de 1844 no Recife. Recife: UFPE, dissertação de mestrado, 2001, p. 42.

<sup>486</sup> APEJE, *O Echo da Religião e do Império*, 8 de dezembro de 1837.

<sup>487</sup> APEJE, *O Echo da Religião e do Império*, 15 de dezembro de 1837.

domine a nossa Província, ou outra qualquer do Brasil<sup>488</sup>.” Por esse tempo, as alianças entre Cavalcanti/Rego Barros já estavam também sendo criticadas. Por isso, o redator do “Eco da Religião e do Império” se punha em defesa do Presidente da Província de Pernambuco e da sua família, em palavras de extrema bajulação.

Ao falar no “jogo revolucionário” que poderia progredir ao Norte do Brasil, o articulista lembrava, então, dos problemas que estavam acontecendo na Bahia. A luta rebelde conhecida por Sabinada, tomou o poder na cidade do Salvador durante quatro meses, entre 1837 e 1838, sob o líder Francisco Sabino Álvares<sup>489</sup>. Como “não deveria fraquejar na empresa de sustentar o Trono<sup>490</sup>”, os pernambucanos do “Eco da Religião e do Império” confiavam nas providências de Francisco do Rego Barros, para que a onda rebelde não tomasse Pernambuco.

Todos os pernambucanos sensatos verdadeiros amigos do Imperador, da liberdade legal, da união Brasileira, estão satisfeitos com as providências do seu Presidente; descansam sob sua atividade e vigilância, assim como estão prontos a coadjuvar sua Exc. em todos os detalhes para assegurar a tranquilidade da Província. Sua Exc. não deixe esfriar o entusiasmo, salve esta Província, e isto bastará talvez para restabelecer a ordem na Bahia, e fazer com que se risque a grande ata da separação, como já se fez em 1824<sup>491</sup>.

E Francisco do Rego Barros parece que atendia às expectativas. No dia 30 de março de 1838, já contida a Sabinada, “O Eco da Religião e do Império” publicava:

Foi a distinta Brigada de Pernambuco quem abriu as portas da Bahia ao exército da Legalidade, foi ela quem primeiro rompeu os entrincheiramentos rebeldes, quem na varanda repeliu seus reiterados ataques, quem primeiro os foi desalojando de suas posições até acantoná-los no forte de S. Pedro seu último baluarte; foram os Pernambucanos quem aí mesmo cortou nos inimigos sem piedade<sup>492</sup>!

Entretanto, ao lado das extensas colocações sobre a revolta na Bahia, outro assunto era recorrente na imprensa: as eleições regenciais. Araújo Lima, até então, estava como Regente Interino. Na Câmara dos Senhores Deputados, seria bastante discutida a questão eleitoral. Ainda aos 22 de setembro de 1837, Rezende colocava que

---

<sup>488</sup> APEJE, *Diário de Pernambuco*, 9 de julho de 1831.

<sup>489</sup> ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Rebeldes e rebeldias na Bahia do século XIX*. in: *Clio – Revista de Pesquisa História*. Nº 20, 2002, pp. 109 – 110.

<sup>490</sup> APEJE, *O Eco da Religião e do Império*, 15 de dezembro de 1837.

<sup>491</sup> APEJE, *O Eco da Religião e do Império*, 22 de dezembro de 1837.

<sup>492</sup> APEJE, *O Eco da Religião e do Império*, 30 de março de 1838.

“se consulte a nação<sup>493</sup>” sobre a sua vontade: deveria se fazer logo a eleição, ou o interino cumpriria todo o mandato faltante do padre Feijó, até 7 de abril de 1839? Em 27 de setembro de 1837, Vasconcellos, então ministro da justiça, disse que “a eleição do regente há de ser feita sem demora<sup>494</sup>.” Ficava marcada, então, para o dia 22 de abril de 1838.

### 3.3 A maior partida de um grande jogo: a eleição de um novo regente<sup>495</sup>.

O “Eco da Religião e do Império”, aos 24 de novembro de 1837, trazia uma publicação na parte “variedades”, sob o título “O galope de um brasileiro”. Com certo humor, o redator descrevia o dia a dia de um brasileiro, que tinha, por obrigação, votar em tantas eleições quantas houvesse<sup>496</sup>. É bem verdade, que no Brasil Império, as eleições eram uma constante. E tão constantes também eram as fraudes.

Lá vão os homens de galope, com suas cédulas lacradas, que para saber-se que são falsas, basta a certeza de que muitos não conhecem os indivíduos cujos nomes escreveram: mas enfim a Lei fez o caso de *consciência*, e da consciência só Deus é juiz, e o Diabo Meirinho. Voltam para casa os Pais da Pátria, não tão esfregados, não tão estonteados da discussão sobre os elegíveis, dos apoiados, dos foras, e dos artigos das instruções, & c. & c.; como no 1º dia, porque a pechincha Provincial não é tão pingue como a geral, não requer nem tanto zelo, nem tanta *consciência*<sup>497</sup>.

Mas, o redator não findava assim. Ainda diria: “A maior partida do grande jogo, a eleição de um novo regente? A Providência tendo permitido que tivéssemos só duas, travessuras fizeram com que possa haver uma dúzia<sup>498</sup>.” E era, mesmo, um grande jogo. Araújo Lima e o bem montado grupo do Regresso tinham total interesse de manter-se no poder. E ainda mais: o jogo estava quase ganho. A maioria parlamentar era de apoio regressista. Hollanda Cavalcanti se valeria de uns restos de votos e até da propaganda das eleições anteriores, como adversário de Araújo Lima. Em Pernambuco, fazia pouco tempo que fora candidato a uma vaga senatorial.

Aos 5 de maio de 1837, havia falecido o senador José Joaquim de Carvalho. Desta forma, abria-se uma vaga no Senado, para Pernambuco. As eleições se deram em

---

<sup>493</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro.** Câmara dos Srs. Deputados. Quarto anno da terceira legislatura. Sessão em 1837. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filho, 1887, p. 559.

<sup>494</sup> *Ibidem*, p. 581.

<sup>495</sup> APEJE, **O Echo da Religião e do Império**, 24 de novembro de 1837.

<sup>496</sup> APEJE, **O Echo da Religião e do Império**, 24 de novembro de 1837.

<sup>497</sup> *Idem*.

<sup>498</sup> *Idem*.

janeiro de 1838. A listra tríplice que ia às mãos de Araújo Lima constava dos nomes de Antônio Joaquim de Mello (273 votos), Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (240 votos) e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (208 votos)<sup>499</sup>. O futuro Marquês de Olinda não deveria ter interesses em elevar ao Senado o mais votado dos três. Antônio Joaquim de Mello era um antigo revolucionário pernambucano de ideias liberais. Havia combatido nas fileiras revoltosas de 1817 e 1824<sup>500</sup>. Sobravam os dois irmãos Cavalcanti de Albuquerque. Hollanda Cavalcanti foi escolhido aos 7 de fevereiro de 1838, mas só tomava posse aos 28 de abril.

No dia 5 de janeiro de 1838, “O Eco da Religião e do Império” trazia, do “Sete d’Abril”, 21 nomes de possíveis candidatos à Regência. Aparecia Feijó, Calmon, Vasconcellos, Francisco de Paula Cavalcanti, Pedro de Araújo Lima e Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti, dentre tantos outros. Mas, era a D. Pedro II que davam ênfase como “um candidato do nosso gosto e feição<sup>501</sup>.”

Iam já se desenhando as pinturas das telas eleitorais. Os quadros, já quase prontos, mostravam cores fortes. Em fevereiro de 1838, “O Eco da Religião e do Império” trazia um extrato do periódico “O Correio do Imperador”. O criticava por ainda fazer alusões a uma eleição regencial, se o melhor para o Brasil era a subida de Pedro II ao trono. Todavia, “O Correio do Imperador” publicava:

Ora que a primeira parte da profecia já se cumpriu, é fora de toda a dúvida, porque com efeito a Monarquia Constitucional ficou firme, estável, e segura, e por consequência incluindo o sistema da Realeza do Senhor D. Pedro 2º, com a nomeação do Exmo. Pedro de Araújo Lima, no qual todos os Brasileiros reconhecem um Monarquista Constitucional verdadeiro e sincero, um Canonista sábio e profundo, um homem religioso sem fanatismo, católico sem ser hipócrita, ortodoxo sem ser ultramontano; um sábio enfim, que é literato sem orgulho, Filósofo sem seita, Governante sem nepotismo, Regente sem soberba. (...) Em consequência é o Exmo. Senhor Pedro de Araújo Lima quem deve reunir todas as simpatias e votos de todos os Eleitores de todas as crenças e seitas, que tiverem alguma sinceridade para quererem mostrar sua boa fé neste negócio, visto que outro melhor do que ele decerto não se há de encontrar<sup>502</sup>.

---

<sup>499</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos** (1834 – 1850) – Volume X. Recife: Arquivo Público Estadual, 1966, pp. 105 – 106.

<sup>500</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. op.cit. pp. 103 – 120.

<sup>501</sup> APEJE, **O Echo da Religião e do Império**, 5 de janeiro de 1838.

<sup>502</sup> APEJE, **O Echo da Religião e do Império**, 2 de fevereiro de 1838.

Não seria de estranhar tanto apoio a Araújo Lima. Era ele quem estava no poder. Entretanto, não vinha de poucos o interesse em pleitear a vaga de Regente Único do Império. Era isso que mostrava o “Diário de Pernambuco”:

A questão em ordem do dia e que hoje ocupa a Prensa Brasileira, é a eleição do Regente fixada para 22 de abril próximo. Não é possível agora dizer qual seja o Candidato que reúna maior número de votos; nos julgamos entretanto poder afirmar que a arena se há livre aos dois competidores, o Regente Interino Pedro de Araújo Lima, e o Senador Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, que outrora tão vivamente disputou a vitória a Feijó. Mr. Pedro de Araújo teria reunido sem dúvida uma grande maioria, se o partido, que na última eleição elevou o ex Regente, não se tivesse declarado em favor de Mr. Hollanda Cavalcanti, e não trabalhasse com ardor em sua eleição<sup>503</sup>.

Hollanda Cavalcanti entrava na arena com poucas chances. Até mesmo em Pernambuco. Lembrou bem Joaquim Nabuco, que nesse momento eleitoral,

a divisão da família Cavalcanti era um acidente puramente local e passageiro. A maioria dos votos Cavalcantis é dada de preferência a Araújo Lima. A posição de Hollanda Cavalcanti como chefe liberal no Império criava uma situação especial para os seus parentes e amigos de Pernambuco, mas não apagava a linha de demarcação entre os dois partidos da província<sup>504</sup>.

O que vamos percebendo é que a aliança existente se faz entre o ramo Rego Barros e Araújo Lima. O futuro Marquês de Olinda sustentava os Rego Barros, em Pernambuco, e eles se resolviam com seus primos Cavalcanti de Albuquerque quando necessário fosse. Não parece que houve uma aliança contínua entre esses ramos familiares. As estratégias políticas de união apareciam quando eram necessárias, quando o jogo estava deixando de ser controlado por alguma mão Rego Barros – Cavalcanti. Enquanto Araújo Lima mantivesse a aliança com os Rego Barros, Hollanda usufruía de certa estabilidade. Assim como quando Hollanda esteve no poder, os Rego Barros usufruíram das benesses. É com esse jogo que Francisco do Rego Barros manter-se-á por longos sete anos na presidência da Província de Pernambuco. Mesmo sem o apoio dos primos, Hollanda Cavalcanti ainda sairia vitorioso nas urnas pernambucanas.

No dia 29 de março de 1838, o “Diário de Pernambuco” trazia um texto que viria a ser publicado, no outro dia, de forma idêntica em “O Eco da Religião e do

---

<sup>503</sup> APEJE, **Diário de Pernambuco**, 3 de abril de 1838.

<sup>504</sup> NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. Op.cit., p. 64.

Império”. Era uma correspondência que se pedia publicação. Assinava o redator como “Um Amigo do Senhor Hollando Cavalcante<sup>505</sup>”:

Senhor Redator, tendo o ilustre Deputado Geral, hoje Senador do Império Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcante de Albuquerque, merecido a honra na eleição de Regente do Império de ser o imediato na votação, acontece, que querem alguns seus desafetos arredá-lo da lembrança dos Eleitores, na que deve ter lugar no dia 22 do próximo mês de abril, tem matreiramente espalhado que ele há renunciado tal honra, e não deseja ser votado. E como isso seja um calunioso invento, julgo dever como Amigo do referido Senhor Hollanda, declarar, que honrando-se ele muito com o voto nacional, não podia renunciar aquilo, para que não tem poder, e antes será mais um título, que perpetuará o seu reconhecimento, visto que em nada tendo desmerecido do conceito que lhe foi patenteado pelos Eleitores cada vez mais jus adquire a esse voto de confiança pelas garantias, que em sua vida pública apresenta de não equívoca decisão para sustentar e promover a integridade e prosperidade do Império<sup>506</sup>.

Era a lembrança das eleições de 1835, e as próximas, do Senado, que ainda estavam na cabeça dos eleitores à qual apelava Hollanda. Talvez até mesmo alguns dos Rego Barros tenham dito que o primo não estaria mais interessado na eleição, já que preferiam Araújo Lima, naquele momento, na Regência. Era melhor não trocar o certo, por um bastante duvidoso. No meio dessa história, pode até mesmo, a carta do “amigo” ser um blefe, num jogo tão complicado, valia apelar para tudo. E continuava o “amigo” a escrever a carta:

Seus talentos e sua coragem em defender as liberdades Pátrias, e sustentar os Direitos Majestáticos são conhecidos, sua honradez e sua integridade em administrar os dinheiros e as cousas Nacionais foram provadas, e finalmente é sabido sua imparcialidade e seu caráter franco, decisivo, e incorruptível. Atenda o Eleitor nas qualidades eminentes que deve reunir-se no Regente do Império, e decida, se o referido Cidadão deve continuar a merecer sua confiança, ou se a deve prestar a um outro, mas não seja iludida a sua boa fé com dizer-se que o Senhor Hollanda há renunciado um voto de confiança Nacional, não, ele persiste no mesmo Posto de propugnador das nossas Instituições e das Prerrogativas e Direitos do JOVEM MONARCA, e não desistirá de aceitar qualquer Posto ou Comissão por mais árdua, que seja, que a Nação lhe haja de conferir<sup>507</sup>.

Mas, era apenas a guerra que começava nos periódicos. Muitos escreveriam sob pseudônimos, defendendo o seu candidato. Ninguém colocava o nome no escrito. Elogiava e combatia quem queria, sem mostrar a identidade. No dia 20 de abril, já nas

---

<sup>505</sup> O texto vem com esses erros gráficos: “Hollando” e “Cavalcante” que preferimos, então, deixá-los.

<sup>506</sup> LAPEH/APEJE, *Diário de Pernambuco / O Echo da Religião e do Império*, 29 de março de 1838 / 30 de março de 1838.

<sup>507</sup> LAPEH/APEJE, *Diário de Pernambuco / O Echo da Religião e do Império*, 29 de março de 1838 / 30 de março de 1838.

vésperas da eleição, “um Pernambucano” enviava correspondência a ser publicada no “Eco da Religião e do Império”. Dessa vez, não eram elogios a Hollanda o que se via.

Um amigo me fez favor de algumas gazetas do Sul, entre elas lendo – A Phenis – nº 12, deparei com a carta do Eleitor Roceiro de S. Paulo dirigida ao Exmo. Regente Interino o Senhor Araújo Lima, na qual lhe diz com franqueza, que vai retirar-lhe o seu voto no dia 22 deste mês, entre outras ninharias, porque lhe parece ao tal Roceiro Eleitor, que o Exmo. Senhor Araújo Lima tem restaurado a Corte velha, coisa esta que tem enchido de tristeza a todos os *Roceiros* Paulistas, que querem “Monarquia – sim – mas digna do Brasil!” Senhor Redator, temos à batalha a Monarquia Americana da defunta Aurora!! – O Roceiro Eleitor acrescenta com todo o gás catônico, que vai dar o seu voto ao Senhor Hollanda Cavalcanti, &c. Ora, Senhor Redator, e já estará o Senhor H. Cavalcanti naturalizado cidadão passivo no sistema da Monarquia digna do Brasil ou Monarquia Americana? O que é que ouvimos, meu Amigo, o que vemos nestes tempos de eleições!? Que! Os roceiros simpatizando com o Senhor H. Cavalcanti, não obstante pertencer este a uma família, que se arreja de nobreza? Com o Senhor H. Cavalcanti, que se não convier (como cremos) com a lacta ideia da Monarquia digna do Brasil ou Americana, pode ainda mesmo formando uma corte nova não admitir nela os da roça; pode caçar os beija-mãos, como que o roceiro, e não obstante pregar-lhes um bom pontapé nos seus princípios políticos? Que grande mamação se vai armando<sup>508</sup>!

Por esse tempo, Pedro era uma sombra no Paço Imperial. Gastava maior parte do tempo nos estudos. Aos nove anos de idade, em 1834, já lia, escrevia e traduzia o francês. Iniciava a leitura e tradução do inglês. Lia música e tocava piano. Divertia-se apenas por duas horas. Mas, era um menino<sup>509</sup>. Não era uma criança feliz. A timidez misturada à gordura e à carência afetiva estaria ligada a ele pelo resto da vida<sup>510</sup>. Se “um Pernambucano” coloca as críticas do “roceiro” à Araújo Lima, e dentre elas, a que “tem restaurado a Corte velha”, era pela postura do Regente ante o menino que assumiria, mais tarde, o trono. Araújo Lima havia retomado o beija-mão, ainda em 1838, o que causara grande escândalo. Segundo José Murilo de Carvalho, o beija-mão era uma velha e abominável prática portuguesa, já abandonada em outras Cortes europeias<sup>511</sup>.

Araújo Lima sempre esteve ao lado do Imperador. Era um daqueles bajuladores do Paço Imperial. Havia consolidado o seu poder ainda nos dias do primeiro reinado<sup>512</sup>. Fora ministro de Pedro I, e dele adquirira confiança. Nunca deixara de ser um homem

<sup>508</sup> APEJE, **O Eco da Religião e do Império**, 20 de abril de 1838.

<sup>509</sup> LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II** – Ascensão (1825 – 1870). Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1977, pp. 46 – 47.

<sup>510</sup> CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 26 – 33.

<sup>511</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>512</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M de. **A Insurreição Praieira**. Op.cit., pp. 14 -15.

importante em Pernambuco<sup>513</sup>, mas, não tinha o prestígio dos Cavalcanti na Província: por isso das suas alianças com Rego Barros. Unia-se diretamente com os Rego Barros e não mexia com os primos deles, Cavalcanti de Albuquerque. Cada qual adquirira seu campo de atuação. Quando precisavam, juntavam-se.

O futuro Marquês de Olinda – recebia o título de Marquês em 1854, depois do título de Visconde de Olinda, em 1841<sup>514</sup> - fora tudo o que poderia ser no Brasil Império, obviamente, menos Imperador. Todavia, seu poder era tanto, que chegou até a ser chamado “vice-rei”<sup>515</sup>. Machado de Assis o vira atuar no Senado, na década de 1860, e lembrara nos idos de 1890, que “a autoridade deste sabe-se que era grande<sup>516</sup>” e ainda traçava algumas características do Marquês:

Fiquemos na surdez de Olinda, que competia com Beethoven nesta qualidade, menos musical que política. Não seria tão surdo. Quando tinha que responder a alguém, ia sentar-se ao pé do orador, e escutava atento, cara de mármore, sem dar um aparte, sem fazer um gesto, sem tomar uma nota. E a resposta vinha logo; tão depressa o adversário acabava, como ele principiava, e, ao que me ficou, lúcido e completo<sup>517</sup>.

Mas era, em 1866, que José de Alencar, nas “Cartas de Erasmo” ao Marquês de Olinda, fazia a ele severas críticas:

Sois vós, Marquês, um monumento da pátria; múmia da história brasileira, que, em obediência aos antigos ritos, ainda espera, patente à admiração dos coevos, a marmórea pirâmide. E ordene Deus conceder-lhe compridos anos e vigor bastante para reparar neste mundo os males que há causado<sup>518</sup>.

A longevidade de Araújo Lima o fazia caminhar por todas as grandes estradas políticas do Império do Brasil. Sempre ao lado do Imperador.

Ainda durante a Regência, junto ao de Aureliano Coutinho, o outro salão mais afamado foi o do Regente Araújo Lima. Era mais austero e formalista que a casa do futuro Visconde de Sepetiba. Em residência de Aureliano, pela primeira vez, se servira sorvetes no Brasil<sup>519</sup>. Muita gente ia aos salões para dançar, outros, para lançar-se nas vagas da política. Não era apenas a disputa por concorrência festiva, mas, de adeptos à

<sup>513</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. op.cit, p. 142.

<sup>514</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. op.cit., p. 740.

<sup>515</sup> CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. Op.cit, p. 47.

<sup>516</sup> MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **O velho Senado**. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 41.

<sup>517</sup> Ibidem, pp. 41 – 42.

<sup>518</sup> ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 243.

<sup>519</sup> LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II – Ascensão (1825 – 1870)**. Op.cit, p. 63.

forma de fazer política. Os mais jovens acorriam a Aureliano, para estarem junto ao Paço, nas salas concorrentes ao lado do Imperador. Sepetiba gozava de certa intimidade com o menino Pedro. Em Araújo Lima, os homens de carreira reuniam-se, nem tanto para festejar, mas, para colocar as pedras no tabuleiro eleitoral e conquistar cada vez mais espaços no poder. Muitas conversas devem ter acontecido nos salões da casa do futuro Marquês de Olinda sobre as eleições que se aproximavam.

“O Eco da Religião e do Império” não se colocava quanto ao melhor candidato à Regência. Na verdade, apoiava mesmo a subida de Pedro II ao trono, para que se resolvessem os males do Brasil. As duas cartas as quais citamos, são as únicas que aparecem nas folhas do periódico semanal, que saía apenas nas sextas-feiras. E sobre as correspondências que se pediam publicação, os jornais da época deixavam claro não ter nenhuma interferência em suas ideias.

Mas, o “Diário de Pernambuco”, do “Da Novidade”, ainda no dia 3 de abril de 1838, trazia algumas colocações quanto às eleições que ocorreriam no dia 22 próximo. Alguém que não se identificara, responde ao número 525 do “Sete de Abril”, que levava ao público texto intitulado “Eleição do Regente”. O “Sete de Abril” enumerava 11 quesitos os quais se exigiria no candidato à Regência do Império, encontrando todas essas condições no então Regente Interino. Eram tais os quesitos:

1º Nascimento no Brasil, 2º Ilustração, 3º Conhecimento da índole e do sistema representativo, 4º Firmeza de caráter, 5º Independência, 6º Experiência dos negócios públicos, 7º Aferro às instituições do país, 8º O não ter tomado parte ativa em nenhum partido, 9º Nascimento, 10º Consideração, 11º Nem progressista, nem regressista<sup>520</sup>.

O “Diário de Pernambuco” publicava tal redação por “roga-se-nos as seguintes publicações”. Mais uma vez, um periódico não indicava seu apoio a algum candidato à Regência. A cópia do “Da Novidade” indicava por candidato Hollanda Cavalcanti, que para ele, preenchia todos aqueles quesitos cobrados pelo “Sete de Abril”:

1º O Sr. Hollanda Cavalcanti teve nascimento na Província de Pernambuco. 2º Quem negará ilustração ao Snr. Hollanda, quer em ciências naturais, quer na ciência administrativa? 3º Que outro ministro tem mostrado mais conhecimento da índole do sistema representativo? Que outro ministro com mais desamor largou o poder, por só querer governar com as Câmaras? 4º Quanto à firmeza de caráter: só dizemos que o nosso candidato é o Sr. Hollanda Cavalcanti. 5º A independência nas grandes fortunas, é uma boa qualidade; e o que será nas pequenas? Será necessário demonstrar que o nosso Candidato é independente? 6º Será o Sr. Hollanda experimentado nos negócios públicos? 7º Quanto ao aferro às instituições do País, ainda soam em

---

<sup>520</sup> LAPEH, **Diário de Pernambuco**, 3 de abril de 1838.

todos os ouvidos as palavras do ilustre deputado dirigidas à administração transata – Tenham confiança nas instituições do país: delas, e somente delas pretendam os remédios aos males públicos. 8º Quando o nosso Candidato teve parte ativa em algum partido? 9º É a todos patente o nascimento do Sr. Hollanda. 10º Será necessário o cargo de Regente para atrair considerações ao nosso Candidato? 11º É o Sr. Hollanda progressista?.. É regressista?..<sup>521</sup>

Hollanda não poderia esperar palavras de apoio à sua pessoa do “Sete de Abril”. Quando, ainda, na Câmara dos Deputados, discutia-se a liberdade de imprensa, aos 8 de agosto de 1837, ele disse: “pequeno jornal *Sete de Abril* que nunca teve as minhas simpatias.”<sup>522</sup> E ainda diria:

Enfim, eu não posso ter confiança alguma no *Sete de Abril*, todavia respondam-me – pequeno serviço faz o *Sete de Abril* presentemente? – Falemos com sinceridade, senhores, onde é que se vê alguma cousa, algum interesse pela causa política?... Não digo que nos outros jornais também não venha... É também verdade que no *Sete de Abril* se contém muitas cousas contra a vida privada, muitas cousas imorais; mas o que é que há de dar o sal, o sainete para ser lido o *Sete de Abril*? ...<sup>523</sup>

Se o “Sete de Abril” não simpatizava com Hollanda, e nem Hollanda com ele, “Da Novidade” tinha “muito prazer em achar no nosso Candidato as condições exigidas acima, e acrescentaremos; que exijam-se mais condições, e nós as mostraremos na pessoa do Sr. Hollanda Cavalcanti<sup>524</sup>.”

Era o “Diário de Pernambuco”, que no dia 18 de abril de 1838, dava parecer sobre as eleições que estavam em vésperas de acontecer. A imparcialidade dos periódicos reflete a disputa de dois chefes da província concorrendo por um mesmo cargo. Não era fácil para os pernambucanos escolherem um dos dois.

Três campeadores se tem apresentado na arena eleitoral para disputar o triunfo da regência, o P. B. no 7 de Abril para o Exm. Sr. Araújo Lima, a Novidade por si mesmo para o Exm. Sr. H. Cavalcante e o Mudestus que já se calou talvez por alguma transação, para um encoberto (que decerto não era o Rei Sebastião). São pois como é sabido dois só os Candidatos que reúnem a atenção pública os Snrs. A. Lima, e H. Cavalcante o Senhor Antônio Carlos apareceu no Oceano, mas parece que já a tempo de não poder tomar porto. Ora, agora sobre a preferência dos dois ilustres Candidatos exigiram o nosso parecer? Para que?.. Inútil e muito inútil é na verdade uma explicação nossa na discussão de importante negócio que talvez esteja hoje mesmo já decidido, e quando não esteja, julgamos muito mais prudente deixar a sorte fazer a preferência; por que em boa fé sentimo-nos animados dos mais vivos desejos de sustentar a escolha de ambos os Cidadãos em quem reconhecemos igualmente mérito e capacidade; estamos persuadidos que os eleitores do

<sup>521</sup> LAPEH, **Diário de Pernambuco**, 3 de abril de 1838.

<sup>522</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Câmara dos Srs. Deputados. Quarto anno da terceira legislatura. Sessão em 1837. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filho, 1887, p. 273.

<sup>523</sup> Idem.

<sup>524</sup> LAPEH, **Diário de Pernambuco**, 3 de abril de 1838.

Brasil não concordarão nem por capricho nem por leveza, mui públicos tem sido os caracteres de ambos os Candidatos, e pronunciar com imparcialidade um juízo nesta questão é não ter imparcialidade. Não se nos antolha tanto um erro de escolha, como depois um ressentimento de ter perdido! Se assim for, aí bate-nos à porta uma nova e terrível oposição, neste caso qualquer boa escolha, seja qual for o vencedor, os inconvenientes ressurgirão, e mais da parte dos que escolhem e eagem, do que do eleito. Nada teremos adiantado, porque a maior dificuldade no Brasil não é o escolher, é o saber obedecer<sup>525</sup>.

As eleições já estavam marcadas para o dia 22 de abril, e os periódicos continuavam a se abster da indicação de um candidato. Para “O Eco da Religião e do Império”, indicar um nome era imprudência. “Pois então não queremos comprometer o nosso candidato, nem advogaremos o triunfo de nenhum dos que estão indigitados<sup>526</sup>.” Já vimos, também, que o “Diário de Pernambuco” colocava Araújo Lima e Hollanda com mesmos méritos e capacidades. Ia se complicando cada vez mais o jogo das urnas na Província de Pernambuco. Rego Barros e Cavalcanti de Albuquerque estavam separados, nesse momento.

Ainda aos 18 de abril, aparecia a publicação de “Tullius a seu amigo Atticus – Carta I”. Era a cópia de um texto publicado no “Sete de Abril”, que atacava, mais uma vez, a candidatura de Hollanda. Tullius dava notícias a Atticus de como estava a política, dizia:

Nem eu considero a Hollanda Cavalcanti na esteira de Araújo Lima para ser seu antagonista. Entre Hollanda e Feijó, votaria no primeiro; mas, entre Hollanda e Araújo Lima, preferiria o segundo<sup>527</sup>.

Apresentava todos os motivos os quais, era o melhor candidato, para ele, Araújo Lima.

É inegável que Araújo Lima é muito superior a Hollanda na circunspecção. Este sempre se fez notar pela singularidade de suas opiniões, pela exaltação de suas ideias e impaciência do seu gênio, do que tem dado provas mais que bastantes na Câmara Temporária; enquanto que aquele tem sempre apresentado em sua carreira política uma prudência sensata. Fiel amigo da instituições livres que regem o Brasil, devoto sincero do Trono Constitucional, Araújo Lima jamais deixará de querer o Brasil Império: outro tanto não me atrevo a dizer do seu competidor, conquanto nele reconheça sentimentos apreciáveis<sup>528</sup>.

E, depois de colocar ainda mais outros tantos motivos, já escritos anteriormente nas publicações do mesmo periódico, diz que Hollanda poderia, ainda, seguir o mesmo

---

<sup>525</sup> LAPEH, *Diário de Pernambuco*, 18 de abril de 1838.

<sup>526</sup> APEJE, *O Echo da Religião e do Império*. 20 de abril de 1838.

<sup>527</sup> LAPEH, *Diário de Pernambuco*, 18 de abril de 1838.

<sup>528</sup> Idem.

tipo de governo o qual seguira Feijó, já que, nesse momento, era o então candidato da oposição, podendo assim, perder tudo o que o então governo de Araújo Lima conseguira ganhar, se viesse a ser eleito<sup>529</sup>.

Mas, a guerra nos periódicos não terminava aí. O “Diário de Pernambuco” seguia publicando os dois lados das discussões, e insistia em não dizer qual era a sua preferência entre aqueles candidatos mais cotados à Regência. No dia 19 de abril, vinha a resposta de alguém que assinava apenas G.F, à publicação do dia anterior, referida ao “Sete de Abril”, na parte “Comunicado”. Colocava que o “Sete de Abril” advogava em causa própria, já que quem o redigia era Vasconcellos, deitando sobre Araújo Lima a sua sorte. G.F defendia Holanda com todos aqueles predicados já utilizados pelos outros articulistas, e acrescentava:

Enfim, o meu Candidato, fiel aos seus princípios, é o homem da Monarquia, assim como o mimoso do Povo, porque tem sido sempre, e será Constitucional. A independência de caráter, a firmeza com que tem sabido sustentar os seus princípios, é o grande obstáculo que os seus desafeiçoados nunca superarão<sup>530</sup>.

Mas, também atacava Araújo Lima, o qual, diria o articulista, se notava nele “uma certa timidez, um certo acanhamento e frouxidão<sup>531</sup>”. Ao passo que Holanda era defensor enérgico das suas ideias, e “Amigo sincero das nossas instituições, ele é hoje, o mesmo que foi no princípio de sua vida pública<sup>532</sup>.” Depois disso, o “Diário de Pernambuco” não traria mais nenhuma discussão quanto ao melhor candidato, redigidas pelos correspondentes, ou trazidas de outros periódicos.

Mesmo que as eleições estivessem marcadas para o dia 22 de abril, no dia 23, o “Diário de Pernambuco” se colocava, mais uma vez, sobre as eleições para Regente do Império, sem falar em preferências.

Tocastes o dia 22 de abril, mas é hoje o em que tendes de decidir os destinos da nossa Pátria por um ato que vai terminar o mandato que recebestes de vossos concidadãos. Eis aí um vasto campo aberto para que sejais cobertos de glória. Vós ides eleger um Regente, que governe durante a menoridade do Augusto Órfão...<sup>533</sup>

---

<sup>529</sup> Idem.

<sup>530</sup> LAPEH, **Diário de Pernambuco**, 19 de abril de 1838.

<sup>531</sup> Idem.

<sup>532</sup> Idem.

<sup>533</sup> LAPEH, **Diário de Pernambuco**, 23 de abril de 1838.

Com essas palavras, parece, então, que em Pernambuco, as eleições regenciais não se deram no dia 22, como havia sido previamente marcado. Mas, escolheriam o Regente do Império no dia 23. O mesmo “Diário de Pernambuco”, advertia:

Enfim, Senhores Eleitores, vós como mandatários de vossos concidadãos sois religiosamente obrigados a cumprir a missão elegendo um Regente que melhore os interesses da Pátria, a reputação do Império, que sustente a constituição, que governe sem partidos, que seja resoluto sem ser precipitado, que ame a glória sem ter ambição<sup>534</sup>.

Mas, quem levaria o Brasil nos braços, enquanto o menino Pedro dormitava em “berço esplendido”? Só no dia 6 de outubro de 1838 é que saberiam a resposta não tão surpreendente.

Na sessão do dia 22 de setembro de 1838, um dos assuntos seria a apuração dos votos. Levantada a questão, o deputado pernambucano, outrora revolucionário em 1817, o padre Venâncio Henriques de Rezende, faz o seu pronunciamento: “não convém que a regência do Brasil não esteja por dois anos nas mãos daquele indivíduo que não tenha os votos do povo<sup>535</sup>.”

Os “Anais do Parlamento Brasileiro” para o ano de 1838, não são tão detalhistas quanto os de 1835, para as apurações dos votos à Regência. Todavia, era no dia 4 de outubro de 1838, que se dava a abertura das atas dos colégios eleitorais, por Província. As primeiras atas abertas são do Rio de Janeiro, sendo mais votados Araújo Lima com 434 votos e Holanda, com 171. Em seguida, as atas de Minas Gerais apontavam Araújo Lima com 743 votos e Holanda com 383. Em São Paulo, Araújo Lima ficava com 346 votos e Holanda com 255. Em Goiás, Araújo Lima seguia na frente com 151 votos, e Holanda não aparece na lista, tendo sido o imediato ao então Regente Interino, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, com 131 votos. No Mato Grosso, se dava a mesma problemática: Araújo Lima conseguia 47 votos contra 30 de Costa Carvalho. Em Santa Catarina, acontecia uma inversão: Holanda partia com 78 votos; Araújo Lima, com 67. O Espírito Santo confirmava a tendência maior: 59 votos para Araújo Lima e para Holanda, 25. Assim fechava-se a sessão do dia 4: a vitória de Araújo Lima não era mais apenas uma conjectura, entretanto, aproximava-se da certeza<sup>536</sup>.

---

<sup>534</sup> Idem.

<sup>535</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro.** Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da quarta legislatura. Sessão de 1838. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filho, 1887, p.540.

<sup>536</sup> Ibidem, p.609.

O dia seguinte apenas trazia mais certeza ao pleito de Araújo Lima. Na Bahia, o então Regente Interino ficava com 651 votos e Costa Carvalho tomava 295 preferências. Sergipe dava 306 votos para Araújo Lima; seguindo, vinha Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, com 162 votos. Alagoas preferia, também, o candidato forte do Regresso, com seus 376 votos; para Holanda, apenas 213. Pernambuco dava a maioria dos seus votos a Holanda (285) e deixava Araújo Lima em segundo (183)<sup>537</sup>, fazendo-nos pensar ainda mais, que a aliança firmada, nesse momento, entre os Cavalcanti – Rego Barros era quebrada. Os votos que Araújo Lima recebera, devem ter contido o apoio dos Rego Barros. Holanda conseguia a maioria dos votos pernambucanos tendo três irmãos como deputados provinciais (Pedro Francisco, Manuel Francisco e Francisco de Paula), além de um deles – Francisco de Paula - ser o vice-presidente de Pernambuco. Isso não quer dizer que tenha sido fácil arrancar 285 votos, quando uma forte coalizão se dividia.

Ainda no dia 5 de outubro, as atas da Paraíba apontavam Araújo Lima com 150 votos e Holanda trazendo 135. O Rio Grande do Norte também preferia o então Regente Interino (72 votos) dando ao segundo lugar, Francisco de Lima e Silva, 65 votos. O Ceará trazia Araújo Lima com 192 votos e Lima e Silva portando 186. O Maranhão mostrava Araújo Lima possuindo 109 votos, contra 52 de Antônio Pedro da Costa Ferreira. O Piauí seguia a mesma tendência de preferir Araújo Lima (123 votos) e trazer no segundo colocado um nome diferente do de Holanda: Barão de Parnaíba, 67 votos. O Pará colocava Araújo Lima em segundo (104 votos) e preferia o Arcebispo da Bahia (144 votos). São Pedro do Rio Grande do Sul apontava Araújo Lima como preferido (116 votos) e colocava em imediato Antero José Ferreira de Brito (22 votos). Como faltara apurar os votos de Rio das Velhas e Januária, ambos colégios de Minas Gerais, por terem realizado as eleições no dia 23, fizeram, então, também a leitura das atas no mesmo dia, ficando Araújo Lima com 31 votos, contra 19 de Vasconcellos<sup>538</sup>.

No dia 6 de outubro, o Império do Brasil confirmava Pedro de Araújo Lima, Regente do Império durante a Maioridade de Pedro II, por 4 anos, com a maioria de 4.308 votos. O seguiria em preferência Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, com 1.981 votos: poucos pra quem teve 2.251 na eleição

---

<sup>537</sup> Ibidem, p. 610.

<sup>538</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro.** Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da quarta legislatura. Sessão de 1838. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filho, 1887, p.610.

anterior. Os outros candidatos não atingiram a casa dos 1.000 votos, tendo o terceiro, Antônio Carlos, 597<sup>539</sup>. No outro dia, o futuro Marquês de Olinda já fazia o juramento.

Em Pernambuco, continuava tudo igual. Francisco do Rego Barros permanecia na Presidência da Província. Só que aos 6 de dezembro de 1838, vinha a falecer o Senador por Pernambuco José Inácio Borges. Vagava, assim, uma cadeira no Senado. Em junho do ano seguinte, dava-se a eleição. Saíram eleitos Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (519 votos), Tomás Antônio Maciel Monteiro (384 votos) e, mais uma vez, Antônio Joaquim de Mello (370 votos). Aos 29 de setembro de 1839, Araújo Lima fazia Francisco de Paula senador, donde o mesmo só tomaria assento aos 11 de abril de 1840<sup>540</sup>. Com isso, a força dos Cavalcanti de Albuquerque aumentava. Agora, além de Hollanda, havia também Francisco de Paula defendendo os interesses da família no Senado.

Ainda em 1839, o deputado Montezuma apresentava proposta de antecipação da maioria de Pedro<sup>541</sup>. Pela Constituição Imperial, o menino Imperador só tornar-se-ia maior aos 18 anos de idade, por 1843<sup>542</sup>. O governo Araújo Lima não ia bem. Sofria ardorosas críticas. Nem as Forças militares estavam bem: haviam sofrido um golpe no Rio Pardo, no Rio Grande do Sul<sup>543</sup>. Todavia, não interessava aos conservadores entregarem o poder, mesmo com a crise de autoridade pela qual passava o governo<sup>544</sup>.

Em 1840, os liberais iam tomando forma para adiantarem a maioria de Pedro II. De acordo com Lyra, tal tarefa não era difícil, posto que havia uma opinião suficientemente trabalhada dentre os homens do Império. Até alguns governistas concordavam com o fim do regime eletivo das Regências. Percebiam que a Regência estava desgastada. A solução seria, então, antecipar a maioria do menino<sup>545</sup>. As revoltas iam acontecendo pelo Brasil e o governo regencial não conseguira por lhes fim.

---

<sup>539</sup> Idem.

<sup>540</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos** (1834 – 1850) – Volume X. Recife: Arquivo Público Estadual, 1966, p. 169.

<sup>541</sup> CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. Op.cit., p. 37.

<sup>542</sup> LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II**, op.cit., p. 67.

<sup>543</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. “**A experiência republicana**”, 1831 – 1840. Op. Cit., p. 75.

<sup>544</sup> BASILE, Marcello. **O laboratório da nação: a era regencial** (1831 – 1840). Op.cit., p. 94

<sup>545</sup> LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II**, op.cit., pp. 67 – 68.

Continuava a anarquia em alguns pontos do Império<sup>546</sup>. Segundo Basile, “a mística e o prestígio que revestiam a monarquia, personificada na figura do Imperador, eram essenciais para restabelecer a ordem que o Regresso tanto pregara<sup>547</sup>.” O menino precisava ser coroado.

Aos 15 de abril de 1840, então iniciava os trabalhos o “Clube da Maioridade”. De caráter secreto, tinha por finalidade conseguir que se declarasse, o quanto antes, a maioridade do Imperador<sup>548</sup>. Na primeira sessão, foram nomeados para a presidência Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, para vice-presidência Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, 1º secretário José Martiniano de Alencar, e 2º secretário o padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar. Hollanda propunha, então, duas ideias: “A 1ª que cada um dos membros do clube procure, pelos meios que puder, saber da vontade do Imperador a este respeito; 2ª que procure cada um aliciar algum, ou alguns membros do corpo legislativo para votarem pela medida”<sup>549</sup>. Já na segunda sessão, no dia 22, Andrada Machado e Hollanda colocavam que alguns passos haviam sido dados quanto ao saber da vontade do Imperador, no entanto, “nada de positivo puderam colher; mas alguns dados tinham para pensar, que o Imperador estava desejoso da ideia da maioridade”<sup>550</sup>.

No entanto, é necessário observar que Pedro II era um rapaz de pouco mais de 14 anos de idade. Suas preocupações eram muito mais voltadas para os estudos. Era alheio às competições políticas que aconteciam entorno da sua pessoa. Não deveria ter bem formada uma opinião quanto à antecipação da sua maioridade<sup>551</sup>.

Na quarta sessão do Clube, aos 4 de maio, Andrada Machado expunha que ele e seu irmão, Martim Francisco, haviam procurado uma pessoa do Paço, e a mesma lhes disse que “tendo tocado nessa ideia [de maioridade] ao Imperador, este respondera que queria e que desejava que fosse logo, e muito estimava que partisse isso dos Srs.

---

<sup>546</sup> BASILE, Marcello. **O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840)**. Op.cit., p. 95.

<sup>547</sup> Idem.

<sup>548</sup> **Proposta da criação do Clube da Maioridade e Estatutos para a Sociedade Promotora da Maioridade**. In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioridade**. Brasília: Senado Federal, 1978, pp. 173 – 177.

<sup>549</sup> **Trabalhos do Clube da Maioridade - Atas das Sessões**. In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioridade**. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 178.

<sup>550</sup> **Trabalhos do Clube da Maioridade - Atas das Sessões**. In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioridade**. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 179.

<sup>551</sup> LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II**, op.cit., p. 69.

Andradas e seu partido<sup>552</sup>.” Na sessão seguinte, do dia 7 de maio, Pinto Coelho declarava ter dito o Tutor que “S.M.I desejava que se adiantasse a medida da maioria<sup>553</sup>.” Parece que a maioria era muito mais um desejo dos Andradas e das pessoas do Paço, além dos insatisfeitos com a política pessoal de Araújo Lima, como era o caso de Hollanda, que do próprio Imperador.

Na sétima sessão, no dia 12 de maio, discutiram os projetos a serem apresentados. Um propunha a maioria, e o outro, o conselho de estado, denominado “Conselho Privado da Coroa”, composto por 10 membros, sendo um indivíduo por província. O empenho de Hollanda era tanto na causa, que fora ele o escolhido para apresentar os projetos<sup>554</sup>: os defendia no dia seguinte. Dissera ele, no Senado:

Sr. Presidente, há muito que um pensamento, que denominarei majestoso, se apodera de mim, sempre que aplico a minha atenção ao desempenho dos meus deveres, como legislador. (...) Este objeto, eu presumo, já é conhecido do Senado... é a declaração da maioria do Senhor D. Pedro Segundo<sup>555</sup>.

Os “Anais do Senado” expressam que houve “sensação” nos ouvintes. Talvez alguns já esperassem a maioria para breve, como teria sido colocado no projeto de resposta à Fala do Trono, ainda aos 7 de maio de 1840<sup>556</sup>, mas, não tão breve. Hollanda seguia a sua fala: “Contemplo a ansiedade, que por todo o Brasil se manifesta por ver o monarca em maioria, até as saudades do governo do fundador do Império<sup>557</sup>.”

É importante perceber que Hollanda defendia aquele projeto da maioria com as assinaturas dos membros do “Clube da Maioria”, incluindo a do seu irmão Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que então, fazia coro com os conservadores<sup>558</sup>. Na verdade, o que vai parecendo, é que os irmãos Cavalcanti de Albuquerque não estavam se alinhando com a política de Araújo Lima. As insatisfações pessoais também entravam no jogo, além de que, a situação ainda era cômoda para os

---

<sup>552</sup> **Trabalhos do Clube da Maioria - Atas das Sessões.** In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioria.** Op.cit., p. 180.

<sup>553</sup> *Ibidem*, p. 181.

<sup>554</sup> *Ibidem*, p. 182.

<sup>555</sup> **Justificação do projeto da maioria** – Senado – Sessão de 13 de maio de 1840. In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioria.** Op.cit., p.184.

<sup>556</sup> **Resposta à fala do trono.** In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioria.** Op.cit., p.184.

<sup>557</sup> **Justificação do projeto da maioria** – Senado – Sessão de 13 de maio de 1840. In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioria.** Op.cit., p.185.

<sup>558</sup> **Projeto declarando o Imperador maior.** In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioria.** Op.cit., p.186.

dois: estavam fincados no Senado vitalício, e tinham o primo por presidente da Província de Pernambuco. Mesmo que Francisco do Rego Barros pareça estar do lado de Araújo Lima, e um tanto afastado dos Cavalcanti de Albuquerque, nesse momento, quando os primos precisavam da sua ajuda, ele estava por perto. Para não perderem o poder, resolviam tudo em família, e seguiam mandando.

O projeto não passava no Senado, mas a diferença de 18 a 16 indicava que a maioria podia ser aceita a qualquer momento<sup>559</sup>. A Câmara e o Senado iam tentando resolver o problema, enquanto Araújo Lima buscava ganhar tempo: procurou o Imperador e propôs a maioria para 2 de dezembro, quando Pedro II completaria os 15 anos. Kidder dissera: “Diziam que Lima, em desespero de causa, agarrava-se com todas as suas forças ao poder que lentamente lhe escapava das mãos<sup>560</sup>.”

No dia 22 de julho, senadores e deputados progressistas, apoiados por batalhões da Guarda Nacional, pelo comandante das armas Francisco de Paula Vasconcellos e pelos estudantes da Academia Militar, enviaram deputação mista ao Imperador – tendo à frente Antônio Carlos e Hollanda – para suplicar-lhe a entrada, logo, no exercício das suas atribuições<sup>561</sup>.

A comissão parlamentar que fora em procura de Pedro II, o encontrara alheio aos acontecimentos que iam se dando. Depois de Antônio Carlos ter lido a mensagem, Araújo Lima perguntara ao Imperador se queria ser declarado maior imediatamente. Surpreso, o menino voltara seu olhar para o Marquês de Itanhaém e frei Pedro de Santa Mariana: seus Tutor e Preceptor, respectivamente. Aconselharam o menino a dizer sim. Deve ter respondido sob um olhar tímido, o Monarca<sup>562</sup>. No dia seguinte, 23 de julho de 1840, Araújo Lima dava despedida à Regência: era proclamada, solenemente, a maioria do Imperador.

Caía Pedro de Araújo Lima e subia o novo ministério aos 24 de julho de 1840. Na pasta do Império, ficava Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado; na Fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada; nos Estrangeiros, Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho; na Justiça, Antônio Paulino Limpo de Abreu; na Marinha, Antônio Francisco

---

<sup>559</sup> BASILE, Marcello. **O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840)**. Op.cit., p. 95.

<sup>560</sup> KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil – Províncias do Norte**. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 272.

<sup>561</sup> BASILE, Marcello. **O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840)**. Op.cit., p. 96.

<sup>562</sup> LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II**, op.cit., p.70.

de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque e na Guerra, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque<sup>563</sup>. Mesmo que Hollanda não se agradasse muito, pessoalmente, de Aureliano, ele era peça chave no ministério para terem acesso facilitado junto ao Monarca: a influência de Aureliano junto a Pedro II era inegável<sup>564</sup>.

Com os dois irmãos Cavalcanti de Albuquerque no ministério, em Pernambuco, tudo permanecia como dantes. Nada se modificava. Francisco do Rego Barros seguia na Presidência da Província, mesmo que fosse gente de Araújo Lima: resolvera seus problemas em família. Devemos perceber, também, nesse momento, que o deputado pernambucano Nunes Machado, posicionara-se contra a maioria. Aos 12 de agosto de 1841, reafirmava, na Câmara, seu posicionamento: “Mas desejo que saiba o País, que saiba o Monarca: opus-me com os meus companheiros, com muitos dos Srs. Deputados que se acham presentes à Maioridade, e esforços fiz para que se não desse um semelhante passo<sup>565</sup>.” Com tal ideia, conseqüentemente, era adverso à ideia dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque. Todavia, a colocação pode ser reflexo das boas relações de Nunes Machado com Rego Barros, que mesmo sendo primo de Hollanda e Francisco de Paula, era apadrinhado de Araújo Lima. Havia, então, uma cisão momentânea da aliança Rego Barros – Cavalcanti. Mas, era coisa de primos, e até mesmo no seio da família se compunham. Além do que, os interesses eram os mesmos: permanecerem no poder, com a maior força possível. Estrategicamente, Hollanda seguia ao lado dos liberais, enquanto seus irmãos permaneciam entre os conservadores.

### **3.4 Entre Guabirus e Praieiros: os dias finais da hegemonia Cavalcanti de Albuquerque em Pernambuco.**

Quando Araújo Lima fora posto na Regência nos dias de 1837, e colocara o Barão da Boa Vista (Francisco do Rego Barros) na Presidência da Província de Pernambuco, um grupo de bacharéis, afinados com as ideias da moderação, se colocavam ao lado de Rego Barros. Dentre eles, destacavam-se Nunes Machado, Peixoto de Brito, Vilella, Antônio Afonso e Urbano Sabino. Era através dessa afinidade legalista, que os futuros líderes do Partido da Praia obteriam espaço político na Província e na Assembleia Geral.

---

<sup>563</sup> KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil** – Províncias do Norte. Op.cit., p. 275.

<sup>564</sup> LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II**, op.cit., p. 97.

<sup>565</sup> **Perfis Parlamentares 3 – Nunes Machado**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, p. 73.

Entre 1835 e 1842, Pernambuco ficava nas mãos dos primos Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e o Barão da Boa Vista. Tanto Francisco de Paula quanto seu irmão, Pedro Francisco, monopolizavam as chefias partidárias na Província. Juntos com os outros aparentados, organizavam o Partido Conservador e integravam nele, esses jovens bacharéis. Os ajustes políticos vitoriosos, só eram possíveis pela estratégica presença de Hollanda entre os liberais, além da sua liderança entre a maior parte dos proprietários pernambucanos. Era essa aliança entre conservadores e liberais que se misturavam, entre Cavalcanti de Albuquerque e Rego Barros que concretizava os planos de ascensão dos ditos bacharéis<sup>566</sup>. Qualquer que fosse o cargo pretendido deveria passar pelas mãos da numerosa família. Pernambuco estava enfeudado nos castelos Cavalcanti de Albuquerque – Rego Barros. O poder local, então, era partilhado entre liberais e conservadores, em conchavos, muitas vezes, familiares. Fora através desses arranjos que Nunes Machado e Peixoto de Brito se elegeram a Assembleia Geral, pela primeira vez, em 1838<sup>567</sup>. Nas sessões de 1839 e 1841, Urbano Sabino Pessoa de Mello também assumia uma cadeira na Assembleia, substituindo Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque<sup>568</sup>.

Segundo Marcus Carvalho e Bruno Câmara, aos poucos, o Barão da Boa Vista fora adquirindo prestígio próprio, devido à sua habilidade política. A correspondência entre Lopes Neto, líder praieiro e Boa Vista, mostrava que, pouco a pouco, o Barão se distanciava dos seus primos Cavalcanti de Albuquerque. Não rompia, todavia, buscava seu próprio espaço político<sup>569</sup>. No entanto, pelos idos de 1842, a política conciliatória de Boa Vista não ia bem. Uma cisão ocorria por certos grupos serem afastados dos contratos oferecidos pelo Departamento de Obras Públicas. Mas não era só isso. Os postos de delegados de polícia, inclusive, também eram reservados aos mais próximos da família Cavalcanti<sup>570</sup>. Tais parentes não se comportavam bem. Abusavam das vantagens e comprometiam o governo de Boa Vista. Crimes de homicídios, roubos de cativos, contrabando de escravos, derrames de moedas falsas ficavam impunes à

---

<sup>566</sup> MARSON, Izabel de Andrade. **O Império do Progresso – A Revolução Praieira**. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 191 – 195.

<sup>567</sup> *Ibidem*, p. 192.

<sup>568</sup> CAMPELLO, Netto. **História Parlamentar de Pernambuco**. *Op.cit.*, p. 56.

<sup>569</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M de. **A Insurreição Praieira**. *Op.cit.*, p. 15.

<sup>570</sup> *Ibidem*, p. 16.

parentela<sup>571</sup>. Ainda lembrou Marcus Carvalho, que “a distribuição de favores e benesses, contudo, não é ilimitada. Alguém sempre fica excluído. Todos queriam se beneficiar dos favores do governo, que, obviamente, era incapaz de satisfazer a todas as demandas<sup>572</sup>.”

Era, também, em 1842, que se chamavam as eleições gerais. A máquina eleitoral ainda contava com os arranjos de Hollanda e Rego Barros. Deixavam de lado Peixoto de Brito, Nunes Machado e Urbano Sabino. Ao fazerem a divisão dos cargos na Província, os primos excluíram os mais novos bacharéis. Segundo Marson, a represália de Boa Vista advinha de desentendimentos pessoais. Boicotando os nomes de Nunes, Peixoto e Sabino, revidava a propaganda que os mesmos haviam feito na Corte, para a queda de Francisco do Rego Barros – barão da Boa Vista - da Presidência de Pernambuco<sup>573</sup>. A legislatura eleita em 1842 teria, então, pela primeira vez, na Assembleia Geral, o assento de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o irmão mais novo de Hollanda. Além de que, assentavam também o próprio Barão da Boa Vista, seu irmão Sebastião do Rego Barros e Antônio Peregrino Maciel Monteiro. Urbano Sabino Pessoa de Mello ainda conseguiria uma vaga. Todavia, Nunes Machado ocuparia uma cadeira, apenas, até 24 de abril de 1843, quando Pedro Francisco reassumia a vaga<sup>574</sup>. O futuro Visconde de Camaragibe gozava de muita influência dentre os conservadores da Província e da Corte<sup>575</sup>. Ia ganhando prestígio e ofuscando seus primos: preocupação para Boa Vista<sup>576</sup>.

A partir de 1842, a luta dos dissidentes voltava-se contra o Barão da Boa Vista. A imprensa seria fundamental. A oposição fincava seus raios com o “Diário Novo”. O “Diário de Pernambuco” sustentava o governo do Barão<sup>577</sup>. Boa Vista e os seus eram

---

<sup>571</sup> QUINTAS, Amaro. **O Nordeste, 1825 – 1850**. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Dispersão e unidade: História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo II, O Brasil Monárquico, volume 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 263.

<sup>572</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. **Movimentos Sociais: Pernambuco (1831 – 1848)**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial: Volume II (1831 – 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 161.

<sup>573</sup> MARSON, Izabel de Andrade. **O Império do Progresso – A Revolução Praieira**. Op.cit., p. 205.

<sup>574</sup> CAMPELLO, Netto. **História Parlamentar de Pernambuco**. Op.cit., pp. 57 – 58.

<sup>575</sup> QUINTAS, Amaro. **O Nordeste, 1825 – 1850**. Op. Cit., p. 261.

<sup>576</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. **Movimentos Sociais: Pernambuco (1831 – 1848)**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial: Volume II (1831 – 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 163.

<sup>577</sup> MARSON, Izabel de Andrade. **O Império do Progresso – A Revolução Praieira**. Op.cit., p.205.

vistos como o passado, o reacionarismo, mesmo fazendo todas as mudanças em benefício da Província, como estradas, pontes, e o teatro. A oposição era jovem, o progresso<sup>578</sup>. Mas não eram apenas esses jornais. Aos 16 de dezembro de 1842, “O Artilheiro”, jornal defensor do governo, criticava o então nascente Partido Nacional de Pernambuco, mais conhecido como Partido da Praia, que teria mais um defensor, o periódico “O Guarda Nacional.” :

Eis aí um novo jovem; um jovem filho da praia e pai da Pátria! Um jovem amamentado pela adua Pernambucana; é mais um patusco! Seja ele bem vindo: parabéns, ó praia da oposição, onde tanta coisa boa aparece inclusive o G.N !!! Vem, meu patusco, vem por este mundo nos eixos; vem desenferrujar a política (...) reivindicar as esparrelas da Urna, somar os descontentes do atual Governo, demitir o Presidente, por no olho da rua os estrangeiros, vingar-lhe os *caídos*, zelar os cofres públicos ... (alerta !!!!!), instaurar a liberdade de imprensa, aguardar a liberdade de ..... enfim meu camarada vem ser o *escoliate* do diário novo...<sup>579</sup>

Com bastante cinismo, “o Artilheiro” resumia, basicamente, o programa do que ia sendo o Partido da Praia: os reclames por terem sido afastados dos cargos, os ataques a administração do Barão da Boa Vista, e a insatisfação pelos contratos entregues aos estrangeiros, dentre eles, o engenheiro francês Vauthier, que era “chefe da repartição de obras públicas, com atribuições e jurisdição sobre, e com outros empregados, empregados Brasileiros (que degradação, e miséria!)<sup>580</sup>”, disse o “Diário Novo”. Todavia, Mário Márcio de Almeida Santos colocava:

os chefes da Praia, latifundiários e escravocratas – à semelhança de seus opositores baronistas – limitavam-se a contestar o governo em seus seguimentos políticos, a combater o comércio a retalho, os técnicos e operários estrangeiros. Mais nada<sup>581</sup>.

Brigavam, mesmo, era por parcelas de poder.

O periódico “O Artilheiro”, aos 2 de janeiro de 1843, criticava a então divisão que acontecia na Província de Pernambuco, entre as pessoas do Barão da Boa Vista e aqueles que um dia, estiveram do seu lado. Neste caso, o alvo da artilharia, era Urbano Sabino:

Mas cumpre que o Respeitável Público saiba, que durante a primeira administração do Exm. Barão da Boa Vista certo Deputado Provincial era um dos seus mais calorosos apologistas e defensores a ponto de dizer com

<sup>578</sup> Ibidem, p. 209.

<sup>579</sup> APEJE, **O Artilheiro**. 16 de dezembro de 1842.

<sup>580</sup> APEJE, **Diário Novo**, 02 de outubro de 1843.

<sup>581</sup> SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **Origem do Partido Praieiro**. In: Clio – Revista do Curso de Mestrado em História. Recife, Nº 9, 1987, p. 102.

*sincera Urbanidade*, que tudo o considerava ótimo Presidente, que não queria, que não desejava outro. Mui pouco tempo mediou da segunda posse do Exm. Barão na Presidência à abertura d'Assembleia Provincial; e o mesmo Deputado muda inteiramente de linguagem, e *desurbanissimamente* desenvolve um ódio implacável contra aquele mesmo, que talvez não houvesse seis meses era o seu Alcides, a flor dos Presidentes, &c &c.! Não havia talvez 4 meses, que o Exm. Barão era chegado da Corte, e novamente empossado na administração da Província, e já tinha praticado tais atos, que merecessem tamanha indignação desse Deputado queixoso, ou queixudo, e que é como geralmente se sabe, o principal campeão do Diário da praia?<sup>582</sup>

O Partido da Praia que reunia Nunes Machado, Lopes Neto, Urbano Sabino e Félix Peixoto, levava este apelido dos conservadores, como disse Quintas, por o “Diário novo” estar instalado à Rua da Praia.<sup>583</sup> Tal rua situava-se em frente ao Rio Capibaribe, donde em suas praias, jogavam-se os dejetos das casas: o apelido era uma ofensa<sup>584</sup>. Marcus Carvalho, porém, também trazendo essa versão para o apelido, traz outra informação de caráter altamente relevante: como Nunes Machado assumira seu mandato na Assembleia Geral, em 1838, seu grupo articulava-se com os liberais da Corte. Todavia, com os dias da Maioridade, o mesmo tomaria partido contra as investidas de Hollanda. No entanto, os praieiros tomariam um rumo político ao lado dos palacianos, aliando-se a Aureliano. O grupo atrelado ao futuro Marquês de Sepetiba costumava-se reunir em Praia Grande, na casa do Mordomo Imperial, Paulo Barbosa da Silva. Assim, ligados a esse fato, os conservadores de Pernambuco estariam ofendendo o grupo dos “praieiros” os chamando de cortesãos ou corcundas, já que os mesmo se pretendiam liberais constitucionais<sup>585</sup>.

Aureliano Coutinho era homem do Paço. O Imperador a ele recorria nos primeiros anos de reinado. Além de chefiar a facção áulica, sempre ocupara, desde a maioridade, ministérios, sendo o gabinete liberal ou conservador<sup>586</sup>. O prestígio dos praieiros crescia no parlamento ao passo que Aureliano buscava aumentar ainda mais sua influência sobre Pedro II<sup>587</sup>. Mas, não era de se esperar outra coisa com a aliança

---

<sup>582</sup> APEJE, **O Artilheiro**, 02 de janeiro de 1843.

<sup>583</sup> QUINTAS, Amaro. **O Nordeste, 1825 – 1850**. Op. Cit., p. 267.

<sup>584</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M de. **A Insurreição Praieira**. Op.cit., p. 16.

<sup>585</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. **Movimentos Sociais: Pernambuco (1831 – 1848)**. Op.cit., pp. 164 – 165.

<sup>586</sup> CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. Op.cit., p. 45.

<sup>587</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. **Movimentos Sociais: Pernambuco (1831 – 1848)**. Op.cit., p. 165.

entre Aureliano e a Praia, senão, o interesse do primeiro em enfraquecer os Cavalcanti, tanto em Pernambuco, quanto no Parlamento<sup>588</sup>.

Os praieiros não deixariam, também, de dar seu apelido aos Cavalcanti – Rego Barros. O “Diário Novo” consagraria o apelido dos seus adversários: “guabirus”. Marcus Carvalho e Bruno Câmara colocam que

o guabiru é um rato cinza, que se empertiga todo quando ameaçado. É conhecido como ladrão de lixo e de comida. Como não é preto nem branco, é cinza, o apelido indicava que os adversários dos praieiros eram empertigados, por se considerarem muito nobres e importantes, mas não passavam de ladrões e nem sequer eram brancos<sup>589</sup>.

Mas quem gostava mesmo de chamá-los “guabirus”, era o padre Lopes Gama. Quintas coloca que no nº 43, de 6 de fevereiro de 1846, de “O Sete de Setembro”, o padre teria dito:

Meus guabirus, quem vos conhecer que vos compre: vós quer vos denominais partido da ordem, quer vos crismeis com outro nome, quer sejais guabirus, quer vos convertais em morcegos, nunca mudareis de natureza, e sereis sempre o partido da família Cavalcanti, a tal influência legítima tão falada, e tão geralmente execrada<sup>590</sup>.

Fora o mesmo padre Lopes Gama que utilizara largamente a expressão “gótico castelo Rego Barros – Cavalcanti”<sup>591</sup>, para resumir a sua oposição à família que dominava os cargos públicos em Pernambuco. Até ele mesmo já havia sido beneficiado pelas mãos cavalcantistas. O periódico “A Carranca”, em 1846, não deixaria passar em branco esse fato, e em meio a um soneto, colocava que “já foi cavalcantista o papamel!”<sup>592</sup>. O “padre carapuiceiro” que não perdoava ninguém, respondia também, com poesia, aos 23 de janeiro de 1846, no seu “Sete de Setembro”: “Amigos guabirus, façamos pazes,/ Basta de tanto insulto, e remoela:/ Afora uns furtozinhos (bagatela!)/

---

<sup>588</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M de. **A Insurreição Praieira**. Op.cit., p. 16.

<sup>589</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>590</sup> **O Sete de Setembro**, 6 de fevereiro de 1846. *Apud* QUINTAS, Amaro. **O padre Lopes Gama**: um analista político do século passado. In: **Amaro Quintas** – o historiador da liberdade. Recife: CEPE, 2011, p. 401.

<sup>591</sup> QUINTAS, Amaro. **O padre Lopes Gama**: um analista político do século passado. In: **Amaro Quintas** – o historiador da liberdade. Recife: CEPE, 2011, p. 390.

<sup>592</sup> **A Carranca**, 18 de abril de 1846. *Apud* QUINTAS, Amaro. **O padre Lopes Gama**: um analista político do século passado. In: **Amaro Quintas** – o historiador da liberdade. Recife: CEPE, 2011, pp. 383 – 384.

Vocês, aqui pra nós, são bons rapazes<sup>593</sup>.” Os “furtozinhos” de escravos era uma das preferências de Lopes Gama, em suas críticas aos Cavalcanti.

Mesmo que os praieiros atacassem os “guabirus”, sempre preservavam a lei e a ordem. As bases eleitorais que estavam por agrupar aos seus lados eram os proprietários, zelosos dos seus bens, e insatisfeitos por estarem fora dos cargos do governo<sup>594</sup>. A Praia não se afastava da linha legalista. Mário Márcio de Almeida Santos observou que “o objetivo que visavam era destruir o exclusivismo dos Cavalcanti, mas quebrar esse exclusivismo dentro da ordem<sup>595</sup>.” Possuindo as bases proprietárias, a etapa seguinte era vencer as eleições. Tendo o poder em suas mãos, desmontariam a máquina do Barão da Boa Vista. Entre os anos de 1844 e 1848, o grande objetivo dos praieiros era sempre ter bons resultados nas urnas<sup>596</sup>. Para conseguirem o feito nas eleições primárias, se portariam como representantes dos anseios populares<sup>597</sup>. Em tempo de crise econômica, poucos empregos públicos, asseverado ódio aos lusitanos, os praieiros teriam excelente combustível para arrebanhar, ao seu lado, os menos favorecidos, mesmo que tudo não passasse de falácia. “Os líderes das facções políticas irão explorar a insatisfação da massa e procurar guiá-las em seu benefício<sup>598</sup>”, da forma dita por Amaro Quintas. Todavia, desviavam as aspirações das massas para reivindicações sem possibilidade de ameaças ao seu poderio: a lusofobia e a nacionalização do comércio a retalho<sup>599</sup>, que não atacariam seus grandes benefícios próprios. No final, sendo sob o julgo dos Cavalcanti ou dos praieiros, os “cavalgados” estariam fora da linha do jogo. O importante era o poder.

Em 1843, aconteciam as eleições para a Assembleia Provincial. Os praieiros ainda jogavam nos seus periódicos as críticas à chapa de Boa Vista, às eleições gerais do ano anterior. Na parte “comunicado” do “Diário Novo”, “O Caheté” colocava: “O Sr. Barão de Boa Vista merece acres censuras, e acusações por ter-se envolvido, e tomar a

---

<sup>593</sup> **O Sete de Setembro**, 23 de janeiro de 1846. *Apud* QUINTAS, Amaro. **O padre Lopes Gama**: um analista político do século passado. In: **Amaro Quintas** – o historiador da liberdade. Recife: CEPE, 2011, p. 385.

<sup>594</sup> MARSON, Izabel de Andrade. **O Império do Progresso** – A Revolução Praieira. Op.cit., p.227.

<sup>595</sup> SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **Origem do Partido Praieiro**. op.cit., p. 86.

<sup>596</sup> MARSON, Izabel de Andrade. **O Império do Progresso** – A Revolução Praieira. Op.cit., p.227.

<sup>597</sup> SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **Origem do Partido Praieiro**. op.cit., p. 87.

<sup>598</sup> QUINTAS, Amaro. **O Nordeste, 1825 – 1850**. Op. Cit., pp. 266 - 267.

<sup>599</sup> SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **Origem do Partido Praieiro**. op.cit., p. 105.

si todo o negócio das eleições de Pernambuco a ponto de demitir qualquer empregado, de quem ele suspeite não votar pela sua chapa<sup>600</sup>.” Disso todos sabiam, era só preciso ficar relembando. Pelo que parece, também deveriam ficar remoendo nas páginas do “Diário Novo”, as críticas às contratações de estrangeiros. Uma correspondência de “O Democrata”, dizia:

Concluo pois, que o Sr. Barão em sua presidência à respeito da Nacionalidade, e provincialismo (discreto, bem entendido, louvável, indispensável, e proveitosíssimo) tem gravemente ofendido aos seus patrícios; que deve fazer grande penitência, e mudar de vida para alcançar o perdão de tão enormes pecados; e que com toda a justiça a sua administração torna-se célebre por seu oprobrioso *estrangeirismo*<sup>601</sup>.

Mas eram muitas as insatisfações dos afastados pelo Barão da Boa Vista do poder. Quanto mais se aproximavam as eleições – que teria a reunião dos eleitores aos 28 de agosto de 1843 – mais as críticas vinham. Um “comunicado” aparecia aos 20 de julho de 1843, no “Diário Novo”, também sob a assinatura de “O Democrata”, denunciando o estado das eleições no Brasil, com atos de violência e perseguições. Colocava que, na Província, a luta estava travada entre a oposição e o governo provincial. Dizia ainda mais:

De antemão e com bastante antecedência, afim de não causar suspeitas, inventaram-se destacamentos fortes do corpo de G.N destacados para todos os pontos da província, debaixo do sedutor pretexto de velar na tranquilidade e segurança pública e individual, não obstante haverem continuado os roubos e assassinatos; as autoridades policiais e criminais, com os poderes discricionários de que hoje dispõe, trabalham descarada e ilegitimamente nas eleições, antepondo em todo caso, e primeiro que tudo o nome do governo, a cuja ordem devem obedecer; ameaças de demissões, transações nas nomeações, consta terem sido feitas, e tudo faz crer que as eleições para 1844 serão o resultado das ordens do governo, e não a expressão do voto livre da província<sup>602</sup>.

A luta travada era certa. Quem descreve bem, criticando, a forma como estavam se dando as eleições na Província de Pernambuco, é um “Comunicado” que é publicado no “Diário Novo”, aos 11 de setembro de 1843.

Dias antes da eleição os eleitores, salva as exceções, se dirigem em procissão à casa da residência do governo ou de algum agente seu, e aí submissamente recebem a chapa, em que prestam a sua assinatura; depois do que ufanamente retiram-se como se tivessem acabado de praticar um ato de nobreza e honraria. Essa mesma gente, como que arregimentada, é conduzida para o colégio e ali às ordens de um diretor, movem-se na proporção do aceno, que

---

<sup>600</sup> APEJE, **Diário Novo**, 1º de julho de 1843.

<sup>601</sup> APEJE, **Diário Novo**, 3 de julho de 1843.

<sup>602</sup> APEJE, **Diário Novo**, 20 de julho de 1843.

nele divisa: ora o que pode se esperar de representantes escolhidos por semelhante maneira? O que se pode esperar de um eleitor que assim se porta? Respondam os fatos. Quando se exige no eleitor certo desenvolvimento e para colocá-lo em posição tal, que não possa ser subornado pelo poder, o cidadão que não tem uma vida independente, que não apresenta um rendimento, com que possa subsistir honestamente, um cidadão tal não deve ser eleitor: mas o que vemos atualmente? Vemos eleitores escolhidos pela tropa ou polícia; vemos homens tão dependentes do governo ou de certos potentados que não dão um passo sem autorização!<sup>603</sup>

Com todas as incertezas, com todas as tramoias e violências, saia o resultado da eleição Provincial aos 30 de setembro. Mostrava, ainda, a força do Barão da Boa Vista e dos seus primos: ocupantes dos primeiros lugares da lista. Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque viria com a maior votação (670 votos); em seguida, estava seu irmão, então Barão de Suassuna e Senador – Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (601). Sebastião do Rego Barros, irmão do Barão da Boa Vista, seguia em terceiro (559). Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o futuro Barão de Muribeca, conseguia vir em sétimo lugar (464). Lopes Gama teve 325 votos, ficando em trigésimo lugar da lista. O seguiram Urbano Sabino - trigésimo quinto, com 313 votos - , e Nunes Machado, trigésimo oitavo, e 303 votos<sup>604</sup>. Dessa forma, como era 36 o número de deputados à Assembleia, Nunes Machado não assumia vaga.

Aos 18 de outubro de 1843, o “Diário Novo” publicava denúncias quanto às eleições. Segundo o periódico,

por meio de falsificação das autênticas, excluir da deputação provincial 2 dos membros mais proeminentes da oposição, os Srs. Mello e Urbano, para colocar em seu lugar 2 dos mais devotos amigos do Sr. Barão, o oficial de sua secretaria Oliveira, e o Dr. Custódio<sup>605</sup>

Foram as notícias que possuíam todas as aparências de realidade, ainda segundo o jornal. E diziam: “Faça o Sr. Barão o que lhe ditar o seu capricho, certo de que, verificando-se nossas suspeitas, se há de analisar e desmascarar todo esse procedimento<sup>606</sup>.”

Ainda no dia 27 de outubro, o “Diário Novo” colocava suspeitas sobre o resultado das eleições. Para o escritor do “Comunicado”, o que se queria era roubar os votos a dois cidadãos, para não serem incluídos entre os 36 deputados provinciais.

---

<sup>603</sup> APEJE, *Diário Novo*, 11 de setembro de 1843.

<sup>604</sup> APEJE, *Diário Novo*, 30 de setembro de 1843.

<sup>605</sup> APEJE, *Diário Novo*, 18 de outubro de 1843.

<sup>606</sup> APEJE, *Diário Novo*, 18 de outubro de 1843.

Quando é mister vencer, quando julgam conveniente suplantar seu adversário saltam por cima de tudo quanto é justo e honesto, cometem as maiores indignidades, praticam as ações mais torpes, e só olham para o fim, que é necessário a todo custo conseguir, embora a honra e a probidade desapareçam diante dos meios que se empregam<sup>607</sup>.

E continuavam denunciando o empenho em que teve o governo provincial para serem excluídos os candidatos da oposição, “alguns dos quais mereceram mui particular recomendação<sup>608</sup>.” Pelo “Diário Novo”, havia, também, grande empenho do “Diário Velho” - como era chamado o “Diário de Pernambuco”, pelas suas ligações com o governo - na exclusão dos dois candidatos da lista dos que assumiriam cadeiras na província.

Ora tendo o *Diário v.* tomado a tarefa de ir dando o resultado da eleição de cada um colégio à proporção, que fosse chegando a seu conhecimento; e indo ele para isto buscar as informações que por cartas eram dadas ao governo, aos seus amigos e interessados, e mesmo as que lhe forneceram algumas autênticas que viu, ou cópias fiéis delas, é claro que seu mapa devia-se aproximar-se muito da exatidão, e quando algum erro contivesse, não seria ele tão grande que, pudesse influir no número dos eleitos, e apenas na ordem em que deviam de estar: assim tem sempre sucedido, e nunca apareceu um tão escandaloso erro, como o em que voluntariamente caiu o *Diário Velho*. Demais havendo todo interesse em se excluir da deputação provincial aos Srs. Dr. Urbano e Antônio Joaquim de Mello, o que não é mais lícito duvidar, o autor, ou autores do mapa do *Diário v.* teria todo cuidado para bem se informarem do número de votos por eles obtidos; e do que obtiveram os candidatos do governo que ficavam logo abaixo, afim de verem se aqueles desciam e estes subiam, e não tendo depois de tanto tempo aparecido observação alguma é bem visto que nada havia que pudesse alterar a eleição conforme havia o Diário publicado<sup>609</sup>.

Ainda vinham mais denúncias. Segundo o “Diário Novo”, erros de até trinta e tantos votos para outros candidatos do governo apareciam, em Igarapé, como era o caso de Antônio José de Oliveira, que de suplente, passou ao número dos 36 que comporiam a Assembleia Provincial. E “Um prejudicado”, o redator de tal “Comunicado”, ainda se queixaria que a falsificação da autêntica fora feita, e a mesma, apurada<sup>610</sup>. Mas, pelo visto, Urbano e Mello ficavam, mesmo, sem as vagas, que anteriormente apareceram na lista dos eleitos.

Mesmo com tudo isso, os praieiros se fortaleciam, e o modo mais simples de vencê-los, era ainda a força e a repressão, além das falsificações. Ter uma maioria na Assembleia Provincial também era muito importante. Numa aliança que outrora estava

---

<sup>607</sup> APEJE, *Diário Novo*, 27 de outubro de 1843.

<sup>608</sup> Idem.

<sup>609</sup> APEJE, *Diário Novo*, 27 de outubro de 1843.

<sup>610</sup> APEJE, *Diário Novo*, 27 de outubro de 1843.

concentrada entre Rego Barros e Cavalcanti de Albuquerque, agora, cada um ficava lutando pela sua nau, num mar de desesperos e guerras. No outro ano aconteceriam as eleições para Assembleia Geral. O desespero seria ainda maior para os seguidores do Barão da Boa Vista.

Aos 2 de fevereiro de 1844, fundava-se então o “quinqüênio liberal”. Almeida Torres organizava um ministério que trazia falsas esperanças à oposição pernambucana. Em Pernambuco, tentava fazer apenas uma conciliação entre interesses: deixava no poder os homens ligados a Hollanda – que fazia parte do ministério -, incluindo o Barão da Boa Vista, ao mesmo tempo que alocava os praieiros<sup>611</sup>. Não seria fácil, para o Partido da Praia conseguir, nesse momento, o governo de Pernambuco. O presidente Marcelino de Brito, que chegava em junho de 1844, findando os sete anos de governo de Rego Barros, era, segundo Marcus Carvalho e Bruno Câmara, menos influenciável pelo Partido Praieiro ou pelo grupo de Aureliano Coutinho, dentro do Partido Liberal. Além de que, nesses momentos de crise, aparecia a figura de Araújo Lima, trabalhando contra as pretensões dos praieiros<sup>612</sup>. O novo presidente não mudaria muita coisa: trocava o chefe de polícia, chamando um praieiro – Antônio Afonso Ferreira -, mas, a oficialidade e a polícia ainda estavam ligadas às amarras do Barão da Boa Vista. No entanto, tudo isso deve ter sido reflexo da presença “holandesa” no gabinete. Marson coloca que até mesmo o grupo do Paço concordava que a participação praieira fosse discreta em Pernambuco. O Partido Praieiro estaria de mãos atadas<sup>613</sup>. Pelos menos, por enquanto.

Era ainda em 1844 que os trabalhos eleitorais estariam divididos em três etapas, pela Província de Pernambuco. Para Manoel Nunes Cavalcanti Junior, a primeira delas era a eleição de juízes de paz das freguesias donde foram criados novos distritos: aconteceria em agosto. A segunda era a eleição primária, sendo escolhidos os eleitores para a formação do Colégio Eleitoral. Também se davam as votações para os novos ocupantes dos cargos de juiz de paz e vereadores: aconteceria em setembro. A última etapa ocorreria em outubro e seria a eleição secundária, na qual o Colégio Eleitoral

---

<sup>611</sup> MARSON, Izabel de Andrade. **O Império do Progresso** – A Revolução Praieira. Op.cit., p. 235.

<sup>612</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M de. **A Insurreição Praieira**. Op.cit., p. 18.

<sup>613</sup> MARSON, Izabel de Andrade. **O Império do Progresso** – A Revolução Praieira. Op.cit., p. 237.

escolheria os deputados a ocuparem as cadeiras destinadas a Pernambuco na Assembleia Geral<sup>614</sup>.

Já nas eleições para Juiz de Paz, a confusão seria grande entre praieiros e “guabirus”, posto que o cargo possuía papel de grande relevância nas próximas eleições. Presidia a mesa eleitoral e dirigia os trabalhos no dia da eleição, o Juiz de Paz, num momento onde a mesa tinha a função de dar a última palavra quando assombravam as dúvidas sobre a identidade de alguns votantes. Todavia, não era apenas isso. O Juiz de Paz ocupava a presidência da junta de qualificação que redigia a lista dos votantes: era um papel sem igual na luta pelos votos<sup>615</sup>.

Muitos tumultos aconteciam nas ruas do Recife durante o mês de setembro. As provocações continuavam nos periódicos. Nenhum dos dois partidos aliviava as numerosas queixas. “O Guararapes” colocava que para o indivíduo ser votante, era necessário ser simpatizante da Praia. Tal fato era causa das freguesias de São José e Santo Antônio, no Recife<sup>616</sup>. Mas, as eleições dar-se-iam apenas no dia 7 de setembro. Mesmo com tantas tramoias e lutas de rua, no Recife, os resultados foram contrastantes. A nova Câmara Municipal estaria formada por uma grande maioria de vereadores ligados a Boa Vista. Mas, os praieiros conseguiriam maioria dos Juízes de Paz<sup>617</sup>.

As eleições primárias ficavam marcadas para o dia 22 de setembro. A Praia estava em boa situação no Recife, por ter como aliados os Juízes de Paz das principais freguesias da cidade. Os “baronistas” não estavam bem: se encontravam em desvantagem frente aos praieiros<sup>618</sup>.

Ainda aos 13 de setembro de 1844, alguém que assinava “O Miguel” enviava uma carta, do Recife, para Hollanda, que estava na Corte. O início da missiva já é bem curioso: “Quando entrava neste porto, no dia 11 deste, saía o Pacote Inglês Swift, que por aí levou notícias do estado deplorável desta Província<sup>619</sup>.” Revelava nada menos, do que a situação eleitoreira das ruas do Recife. Muita briga e discussão. O autor da carta

---

<sup>614</sup> CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”: as eleições gerais de 1844 no Recife. Recife: UFPE, dissertação de mestrado, 2001, p. 76.

<sup>615</sup> Ibidem, p. 80.

<sup>616</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>617</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>618</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>619</sup> IAHP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 13 de setembro de 1844: carta de “O Miguel” para Hollanda.

percebe Pernambuco, naquele momento, “retrogrado para o tempo do Pedroso e dos Carneiros, e Barata.”: nada mais compreensível para alguém, que no decorrer da missiva, mostra-se bastante amigo dos Cavalcanti de Albuquerque, em citar o nome desses revolucionários que brigaram em Pernambuco e causaram “desordem”.

“O Miguel” era esperado pelos irmãos de Hollanda. Havia falado com eles, que foram logo vê-lo de sua chegada. Mas, sobretudo, tinha conversado largamente com o Suassuna:

todos eles receiam a desordem que está iminente, e que desenvolverá atrozmente se a Polícia e a Força Pública continuarem a favorecer os caprichos e rancores de Nunes, que é louco, de Mendes (...), de Urbano, que quer morrer deixando nome estrondoso<sup>620</sup>.

Essa era a situação dos Cavalcanti de Albuquerque: desesperadora. Com as eleições indicadas em favor dos praieiros, para eles, tudo estava havendo por desordem. Nunes, Mendes e Urbano estavam na vantagem. As ruas estavam repletas de arruaceiros. Homens brigavam palmo a palmo por votos a serem conquistados.

O escritor da carta ainda teria feito o que podia nos dois dias que estava no Recife. Tentou reunir e conciliar os ânimos. Explicou procedimentos do governo, defendeu o mesmo de calúnias, “só não me foi possível defendê-lo do mal que tem feito, para dirigir as eleições, em adaptar medidas más, e até desonestas<sup>621</sup>.” Isso aponta que tanto do lado praieiro como dos “baronistas”, as disputas eram as mais sujas possíveis, e ainda mais com a desvantagem em que se encontravam os parentes do Barão da Boa Vista.

O que vamos percebendo, neste ano ainda mais, é que a suposta aliança entre os Rego Barros – Cavalcanti de Albuquerque estava mais frouxa do que nunca. Era essa distância entre os membros da família que os ia deixando fora do poder. Enquanto estiveram unidos, foram uma máquina forte e sem adversários. Foi apenas dar-se o “racha” que tudo ia desandado, mesmo percebendo que essa aliança não fosse algo perene. Todavia, nesse momento crítico, era ela necessária. Bem observou “O Miguel” tal situação:

Vou com fundada esperança de que o mal que hoje sofre Pernambuco há de produzir o bem de reunir todos os membros da tua família, e por termo ao

---

<sup>620</sup> Idem.

<sup>621</sup> IAHG – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 13 de setembro de 1844: carta de “O Miguel” para Hollanda.

fracionamento que existia: com efeito, se o não fizerem, serão altamente imbecis, altamente criminosos<sup>622</sup>.

O que nos vai parecendo é que o grupo Cavalcanti de Albuquerque estava, mesmo, separado do ramo Rego Barros. Sendo Hollanda quem sustentara, na Corte, Francisco do Rego Barros na Província, as coisas não estavam muito boas para o lado do Barão: se afastando dos primos, a coalisão não era tão forte. Araújo Lima estava fora do ministério. Rego Barros estava desamparado, e nem mais o governo tinha nas mãos.

Aos sete de outubro de 1844, chegava para tomar posse da Província de Pernambuco, Tomás Xavier Garcia de Almeida, que seria alvo das mesmas expectativas dos dois partidos. Para as eleições do dia 22 de outubro, os conservadores levavam Boa Vista, Sebastião do Rego Barros e Antônio Peregrino Maciel Monteiro. Mesmo com todas as fraudes e violência, as quais era contra “O Miguel”, os praieiros recebiam os melhores resultados<sup>623</sup>.

No final, subiam 13 deputados à Corte. Urbano Sabino Pessoa de Mello e Joaquim Nunes Machado foram segundo e terceiro, da lista, respectivamente. Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque saía em décimo, enquanto o Barão da Boa Vista, em décimo segundo. O resultado final fora a consolidação do poder do Partido da Praia em Pernambuco, formando uma bancada forte, que segundo Cavalcanti Júnior, teria condições de barganhar com o ministério de 2 de fevereiro um novo presidente que pudesse estar do seu lado<sup>624</sup>. Mas, era apenas em 1845, com a queda de Hollanda Cavalcanti do ministério, que os praieiros conseguiriam a subida de Chichorro da Gama para Pernambuco: um liberal anti-Cavalcanti<sup>625</sup>. Para Nabuco, “é a presidência de Chichorro (1845 – 1848) que assinala o pleno domínio da Praia<sup>626</sup>.”

Assim, quando as forças Cavalcanti de Albuquerque – Rego Barros não se uniram, a Praia jogara suas fortes ondas contra as sólidas estruturas do gótico castelo, carcomendo as suas bases. Quando tiveram de dividir os apoios, perderam: os

---

<sup>622</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 13 de setembro de 1844: carta de “O Miguel” para Hollanda.

<sup>623</sup> MARSON, Izabel de Andrade. **O Império do Progresso** – A Revolução Praieira. Op.cit., p.246.

<sup>624</sup> CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”: as eleições gerais de 1844 no Recife. op.cit, p. 118.

<sup>625</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M de. **A Insurreição Praieira**. Op.cit., p. 18.

<sup>626</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit, p. 95.

“guabirus” eram encerrados em suas tocas. Mas, como todo bicho esperto, ficava alerta. Em 1848, unir-se-iam mais uma vez. Voltavam ao poder.

## Considerações Finais

O resultado das eleições gerais, em Pernambuco, nos dias de 1844, mostrava a força com que o Partido da Praia ia assumindo as rédeas da Província. Dentre os treze nomes que deveriam assumir cadeiras na Corte, estavam os de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, e o do seu primo, o Barão da Boa Vista<sup>627</sup>: os nomes “guabirus” perdidos dentre os candidatos praieiros. Esses dois deputados conservadores, reconhecidos, não tomariam assento. Assim, entre 1844 e 1848, os Cavalcanti combateriam os praieiros apenas pelos chefes do Senado<sup>628</sup>.

Quando, em 1845, Chichorro da Gama assumia a Presidência de Pernambuco, já encontrava Pedro Francisco com um papel principal dentre os conservadores da Província. Os anos de importância do Barão da Boa Vista haviam sido suplantados pelos novos tempos que se abriam ao filho mais moço do Coronel Suassuna<sup>629</sup>. Se não assumira a vaga na Corte, ficava em terras pernambucanas, na Assembleia Provincial, e ainda pelos idos de 1846, era o primeiro vice-presidente de Pernambuco.

Hollanda escrevia ao seu “Mano e Amigo do Coração”, do Rio de Janeiro, aos 9 de março de 1846. Pedro Francisco sempre havia sido, até então, situação governista. Talvez não soubesse ainda permear pelas turvas águas da oposição. Todavia, seu mano sabia bem, e lhe dizia que o mesmo não havia nascido para estar

detrás de uma porta de uma grande casa, em um grande engenho; e para que abandonou uma cadeira na Representação Nacional? Deus permita que os seus reorganizadores não venham um dia convencê-lo de que há muito estou eu convencido: uns e outros não representam senão a luta dos proletários

---

<sup>627</sup> CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”: as eleições gerais de 1844 no Recife. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 2001, p. 118.

<sup>628</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 94.

<sup>629</sup> *Ibidem*, p. 94.

contra a propriedade. (...) Olhemos para as coisas desapaixonadamente, façamos algum sacrifício de nossos cômodos; e só assim poderemos opor barreira às pretensões dos expostos de qualquer denominação<sup>630</sup>.

Nesse trecho da carta, é possível perceber que Pedro Francisco era talhado, desde cedo, pelos irmãos, para ser político, e assumir cargos os mais altos. Já na década de 1820, Luiz Francisco enviava-lhe as missivas informando tudo sobre a política no Brasil e as possibilidades de alcance aos cargos públicos. Talvez, Manoel Francisco não tivesse o mesmo talento que os irmãos, e as investidas nele tenham sido menores, e por isso, o resultado da sua carreira política não tenha ido tão longe.

Ainda nessa missiva, percebemos que Holanda não fazia distinção de grupos, mas, de interesses. Se conservador ou liberal, o problema dele era mesmo as suas questões pessoais, já que poderia opor barreiras às pretensões de opositos de qualquer denominação, e o mais interessante, desapaixonadamente. Ainda mais: Holanda, sendo um liberal na Corte, dava instruções para os procederes do seu irmão conservador, em Pernambuco.

Hollanda não cessava de instruir Pedro Francisco. Aos 26 de março, escrevia mais uma vez. Parece que o irmão mais novo não estava muito satisfeito com a política em Pernambuco – e não era para menos – e deixava de ir à Assembleia Provincial. Holanda informava que os Praieiros estavam muito aflitos, e “não acho bom que você deixe de aparecer na Assembleia Provincial, vá quando quiser, fale quando quiser, e não se faça amuado como Gervásio e Joaquim Manoel<sup>631</sup>.” A situação de oposição era incômoda para o senhor do Engenho Camaragibe.

Para Joaquim Nabuco, Holanda era

uma das figuras mais originais de nossa história política, dessas que se gravam na lembrança do povo, que se revê nelas, porque a sua originalidade não é outra coisa senão a espontaneidade dos instintos e impulsos populares. Dele ficou apenas a tradição de sua rigorosa probidade, de sua franqueza rude, da sua naturalidade excêntrica. (...) Não era um homem de poderosas faculdades, nem de ilustração, mas de uma penetração aguda e grande lucidez

---

<sup>630</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 9 de março de 1846: carta de Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>631</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 26 de março de 1846: carta de Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

de juízo, enérgico e inteiriço, leal e sincero, honrado e patriota, tudo isso em grau pouco comum<sup>632</sup>.

O que impressiona nele, era a capacidade dos discursos diretos e inflexíveis para com os seus adversários políticos, - calados tantas vezes pelos taquígrafos do Parlamento Brasileiro - contrastando com as palavras das cartas ao irmão Pedro Francisco, em caráter melancólico e até depressivo, em certo momento, falando sempre em doenças. Na missiva de 9 de março de 1846, depois de discorrer largamente sobre a política, dizia:

Há quatro dias tive um ataque no tubo intestinal, que me causou as mais violentas dores por espaço de cinco horas, e que (...) remeteram depois de copiosas sangrias; deixando-me muito abatido, e continuando um sofrimento de mais de três meses no que é vítima a minha saúde<sup>633</sup>.

No dia 26 de março de 1846, mais uma vez vinha queixas ao irmão Pedro Francisco. Queixas melancólicas, como alguém que não quer deixar o poder, mas, tem de o fazer por algum motivo superior às suas vontades.

Eu estou deliberado a levar minhas humildes súplicas a Sua Majestade logo que aqui chegue, para me dispensar de pertencer ao Ministério: e a razão é muito simples. Ou meus colegas Ministros me traem, ou minha família não consente que eu seja Ministro em qualquer das hipóteses, eu não posso ser útil ao Imperador no Emprego de Ministro de Estado, portanto tenho de retirar-me. Ainda há outra razão: não desejo morrer já, e deixar meus filhos às esmolas<sup>634</sup>.

Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque foi um daqueles irmãos que completou o projeto dos Cavalcanti de Pernambuco, que vinha desde a Colônia: alcançar espaços dentro do poder. Foi Deputado na Corte, passou 25 anos encastelado no Senado (1838 – 1863), 13 anos no Conselho de Estado (1850 – 1863), além de ter sido Ministro da Fazenda ( 1830 – 1831, 1832, 1846 – 1847, 1862 – 1863) – e ter assumido outras pastas - e Presidente da Caixa Econômica e Monte de Socorro (1861)<sup>635</sup>. Em 1840, Hollanda recebeu do Imperador o título de gentil homem da imperial câmara, e por carta de 13 de julho de 1855, o de Visconde de Albuquerque,

---

<sup>632</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp. 94 – 95.

<sup>633</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 9 de março de 1846: carta de Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>634</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 26 de março de 1846: carta de Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>635</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar** – Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842 – 1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, pp. 120 e 129.

com honras de grandeza. Possuía ainda o hábito da Ordem de Cristo e a dignitária do Cruzeiro. Foi ele que em 1852 apresentou no Senado um projeto para que a Capital do Império fosse transferida para o interior do Brasil, no Rio São Francisco<sup>636</sup>.

Desde o Primeiro Reinado, Hollanda Cavalcanti tinha a postura voltada para a oposição. Neste momento, ainda, ia consolidando o seu respeito dentre os políticos brasileiros, mesmo se mostrando uma figura de caráter independente de partido. A afronta ao Imperador Pedro I nas respostas às Falas do Trono, serviram de ataque. Mas, em 1837, na Câmara dos Deputados, o pernambucano colocava que

foi ministro de estado em tempo do Sr. Pedro I, e no tempo da regência trina. Foi chamado pelo primeiro, a quem tributa a maior gratidão, quer como brasileiro, quer como indivíduo, sem que tivesse inteligências particulares com esse monarca, que lhe disse que o queria encarregar da pasta da fazenda. (...) O Sr. D. Pedro I nunca o forçou, mesmo em despachos mais triviais; verdade é que a algumas proposições o imperador duvidava anuir, mas por fim sempre anuiu a todas<sup>637</sup>.

Era esse homem que fazia oposição ao Imperador no Primeiro Reinado, e depois de deposto, o defendia, algumas vezes - “O Sr. D. Pedro foi enxovalhado e atassalhado; a imprensa atribuía-lhe quantos crimes houvessem, não julgava os ministros culpados; mas ele orador foi conhecer realmente que o Sr. D. Pedro era o homem de que o Brasil precisava ...<sup>638</sup>” - que iria guiar Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque nas buscas pelos espaços no poder. Foi Hollanda Cavalcanti, na verdade, um estrategista político, que moldara o irmão ao sabor dos interesses familiares.

Ainda em 1846 haveria eleições para o Senado, por Pernambuco. Duas eram as vagas a serem ocupadas. A chapa do Presidente de Pernambuco incluía o seu próprio nome – Antônio Pinto Chichorro da Gama – e Ernesto Ferreira França. Curiosa é a postura de Chichorro quanto ao vice-presidente Pedro Francisco, enviando-lhe carta aos 30 de março de 1846:

Tendo de se proceder a eleição de dois Senadores por esta Província, e não podendo deixar de muito e muito me empenhar para que na lista sêxtupla seja incluído o Conselheiro Ernesto Ferreira França, vou, por meio desta, rogar a V.S., que empregue toda sua influência, afim de que o mesmo Conselheiro, consiga a maioria dos sufrágios no Colégio, a que V. S. pertence. Por tão assinalado obséquio a mim, e serviço importante ao país, serei sumamente

---

<sup>636</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, pp. 95 – 96.

<sup>637</sup> **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Câmara dos Senhores Deputados. Quarto Anno da terceira legislatura. Sessão de 1837. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887, p. 457.

<sup>638</sup> Idem.

grato a V. S.; e pela confiança que tenho em V. S., conto desde já, que o resultado dessa eleição corresponderá aos meus desejos<sup>639</sup>.

Talvez a missiva fosse uma forma de acuar os Cavalcanti de Albuquerque, uma ameaça frente aos eventos políticos desfavoráveis a eles que iam se armando quanto às pretensões da Praia.

Aos 28 de abril de 1846, Hollanda colocava que ainda não estava demitido e nem tinha pedido demissão, contrariando as informações dadas em escrito anterior. Todavia, ainda reinava a discórdia, e não sabia quem sairia vencedor, pelo que parece, nos problemas quanto aos Ministérios<sup>640</sup>. Mas era aos 24 de junho de 1846, que enviava carta dando indicações a Pedro Francisco, e ainda mais, esclarecendo problemas no Império. Para Hollanda,

as Províncias não se governam senão pela ação da Corte; a de Pernambuco abandonou a Câmara dos Deputados; e eu não posso ter força para impor minha vontade em objetos que dependem do concurso de tantas outras. (...) mas é necessário que os que esperam de mim tomem o meu exemplo. Não posso presumir que a Província de Pernambuco se dilacere quando aí vejo tanta gente respeitável e interessada na paz pública: e o recurso a assassinatos é tão fácil aí, como aqui. Seará escreveu-me e achei boa a carta dele; qualquer que seja a [...] de Chichorro, não o posso presumir capaz de crimes tão horríveis; e nem temê-lo quando disso for capaz<sup>641</sup>.

Parece que Hollanda se queixa de estar só, defendendo os interesses de Pernambuco, ou de sua família, como assim podem confundir-se, na Corte. Pode ser que ainda estivessem separados, cada um na sua guarda, esperando algum momento para unirem-se mais uma vez. Era esse mesmo Hollanda Cavalcanti que acreditava, segundo Joaquim Nabuco, que Chichorro se mostraria moderado e conciliador, presidindo Pernambuco, e até conteria seus aliados na província<sup>642</sup>. Talvez essa esperança no então Presidente, fosse o que o fizera acreditar incapaz de “crimes tão horríveis”.

Seguia ainda, a missiva, falando das eleições para senadores:

---

<sup>639</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 30 de março de 1846: carta de Antônio Pinto Chichorro da Gama para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>640</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 28 de abril de 1846: carta de Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>641</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 24 de junho de 1846: carta de Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>642</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 95.

As notícias da eleição de Senadores, aqui chegadas, são contraditórias: mas eu creio que o Ernesto sempre virá contemplado: não tenha receio de ser o Chichorro: e Deus permita que elas possam estar nulas para o que não há que desconfiar do Ministro do Império, nem do Senado<sup>643</sup>.

Foram escolhidos tanto Chichorro como Ernesto Ferreira França para assentarem-se no Senado. O problema é que foram confirmadas as pretensões de Hollanda – “elas possam estar nulas” – e por duas vezes. Para Nabuco, o interesse principal dessa luta não estava na tribuna, mas, nos corredores do Senado, no uso que faziam do nome de Pedro II para conseguirem o reconhecimento dos dois candidatos. E seguia:

Se o Imperador se envolveu pessoalmente – de que o envolveram, não há dúvida alguma – fê-lo com um ou outro íntimo, talvez pensando mais no abalo que ia causar em Pernambuco a votação do Senado do que em sua própria prerrogativa. Pela anulação votaram, entre outros, Vasconcelos, Honório, Olinda, José Clemente, Tôrres, Caxias, Monte Alegre, Holanda, Paula Albuquerque, Araújo Viana, Nabuco de Araújo; e contra, Aureliano, Alves Branco, Macaé, Alencar, Vergueiro e Lopes Gama<sup>644</sup>.

Nesse momento, era importante a união de Hollanda com Araújo Lima na votação contra Chichorro. Mesmo que os dois tivessem seus campos de atuação em separado, sabiam que podiam um ser útil ao outro. Não foi sem interesses que Olinda elevava o Visconde de Albuquerque ao Senado, em 1838. Sabia bem que o mesmo era uma faca de dois gumes, mas, reconhecia que na orquestra política do Império, Hollanda tocava violino e viola com a mesma desenvoltura.

Mas continuava queixoso, Hollanda, ao seu irmão, ainda em 24 de junho de 1846. Dessa vez, o alvo era o próprio primo, Sebastião do Rego Barros.

Senhor Pedro, nós temos muitos pecados, e talvez seja eu o maior pecador: mas o que faz aí Sebastião do Rego, estará em Pernambuco porque não pode estar sem Monteiro? Será ele o homem da Província? Não terá meios de estar na Corte? Terá medo de encarar aqui seus adversários? Terá ele nesse nome o seu maior amigo em todas as épocas da vida? Eu não posso escrever sobre esta matéria<sup>645</sup>.

E vai se percebendo, cada vez mais, a solidão de Hollanda Cavalcanti em tentar resolver os problemas da família. Sebastião do Rego Barros, irmão do Barão da Boa

---

<sup>643</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 24 de junho de 1846: carta de Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>644</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. op. Cit. p. 98.

<sup>645</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 24 de junho de 1846: carta de Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

Vista, não ia à Corte para ajudar seu primo contra os praieiros. Talvez por isso, sem a ajuda dos Rego Barros, Hollanda Cavalcanti tenha ocorrido ao lado de Araújo Lima, nesse momento. Mas, ele continuava a missiva. Os problemas com o Ministério continuavam.

Sim, os Ministros da Justiça e da Guerra não deixam de ter suas relações com Praieiros; e eu o sabia antes de os ter por companheiros: mas eu não tenho compromisso algum nem com tais praieiros; nem com os meus colegas, senão o da cooperação para o serviço do Imperador. Confio no Ministro da Justiça, e mesmo no da Guerra, não obstante a loquacidade deste. Senhor Pedro eu não tenho poder de fazer homens à minha imagem e semelhança: mas também não tenho motivo de desesperar da salvação pública<sup>646</sup>.

O que Hollanda esperava, realmente, era uma posição mais favorável para os seus. Assim também o buscava Araújo Lima, que havia sido deposto da Regência até pelo próprio grupo em que estava inserido Hollanda. Mas, a problemática agora, era o governo de Pernambuco. Deixá-lo nas mãos dos praieiros era uma vitória adversária para os dois lados. Era necessário, nesse momento, juntarem-se, e ainda mais, quando Hollanda seguia em solidão, sem conseguir “fazer homens à minha imagem e semelhança”.

Em 1848, o gabinete liberal pedia demissão. O Imperador D. Pedro II faria, então, uma mudança de partidos, chamando de volta os conservadores. Agora, com 23 anos de idade, Pedro II ia segurando o poder em suas mãos. Já havia se distanciado da influência do Mordomo do Paço Paulo Barbosa, mandado para a Europa, ainda em 1846, e também de Aureliano Coutinho, afastado do Paço<sup>647</sup>. Como lembrou Nabuco, “os conservadores sempre tinham esperança no dia seguinte, pela convicção de ser o seu partido um dos baluartes do trono e de não poder haver entre ele e a Coroa desinteligência que durasse<sup>648</sup>.” E foi assim que o gabinete de 29 de setembro de 1848 trazia como presidente do Conselho o então Visconde de Olinda Pedro de Araújo Lima, “exatamente o chefe mais graduado dos guabirus<sup>649</sup>.” E com isso, os guabirus iam saindo das suas tocas, empurrando as ondas da Praia para bem longe.

Mesmo que Joaquim Nabuco tenha dito que “a Praia era a maioria, era quase o povo pernambucano todo”, ele mesmo confessou a incapacidade política desse partido e afirmou: “Apesar do talento de alguns dos seus chefes, nunca se viu um partido tão

---

<sup>646</sup> Idem.

<sup>647</sup> CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. Op. Cit, p. 47.

<sup>648</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op. Cit. p. 107.

<sup>649</sup> Idem.

inexperiente<sup>650</sup>.” E sobre os Cavalcanti, colocou que o seu exclusivismo de domínio é o que teria o enfraquecido – “o exclusivismo da pequena aristocracia Cavalcanti era detestado em Pernambuco<sup>651</sup>” - mas “os homens que saíram dessa escola política eram os mais aptos para dirigir uma sociedade bem composta<sup>652</sup>.” Ainda para Nabuco, o predomínio do partido Conservador em Pernambuco iria até 1864<sup>653</sup>.

Não é de estranhar a forma que Joaquim Nabuco, na biografia escrita, por ele de José Thomaz Nabuco de Araújo, seu pai, “Um Estadista do Império” - se dirige aos Cavalcanti de Albuquerque. Mesmo que em alguns momentos os leve em passagens muito sutis de críticas, a família é quase sempre elogiada. Todavia, percebendo as missivas recebidas por Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, algumas chamam atenção, e dentre elas, as de Nabuco de Araújo. E ainda mais, como o mesmo se reporta ao futuro Visconde de Camaragibe: “Amigo e Compadre”. Em 1853, Nabuco de Araújo escrevia:

Meu amigo e compadre – Rio 22 de fevereiro de 1853 – Dou a V.S os parabéns por que é o 1º Vice Presidente da Província, desejo de toda a nossa gente, glória para o meu Ministério. Meus cumprimentos à excelentíssima comadre aos excelentíssimos seus manos<sup>654</sup>.

A amizade era familiar, e parece que a intimidade também. Joaquim Nabuco defendia os amigos do seu pai. Nada mais natural. As cartas trocadas entre Camaragibe e José Thomaz, falando sobre política, foram muitas. Talvez Joaquim Nabuco se achasse no dever de preservar a memória do compadre do seu pai e dos irmãos dele.

Mas, a amizade que era devotada por Pedro Francisco não era apenas a José Thomaz: o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira também lhe era muito caro. Pelo ano de 1872, pelo menos, eles se corresponderam. Ao 1º de abril desse ano, o Visconde de Camaragibe escrevia a João Alfredo, sobre a visita do Imperador a Pernambuco:

Já ai deve estar o Imperador que por aqui passou de carreira, e apenas demorou-se em terra 4 a 5 horas. Saltou aqui de paletol, ou sobrecasaca e bonel. Ele não podia vir à terra de outro modo por tão pouco tempo, e caiu o

---

<sup>650</sup> Ibidem, pp. 114 – 115.

<sup>651</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>652</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>653</sup> Ibidem, 118.

<sup>654</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1853: carta de Nabuco para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

mar agitado, como estava. Mas muita gente tem levado a mal este proceder. Parece que queriam o Imperador de farda, dando beija mão. Aqui está o Rego chegado ontem do Piauí, e muito contrariado com a demissão da presidência de Santa Catarina...<sup>655</sup>

O Visconde de Camaragibe ainda voltaria a escrevê-lo aos 28 de fevereiro do mesmo ano. Seus sobrinhos Pedro e Manuel viajavam para a Europa, por indicação médica para o primeiro. Camaragibe teve vontade de ir, no entanto, “os meus negócios particulares chamam a minha atenção por aqui, e eu confesso, que me intimido quando penso no nosso futuro.” Sobre sua situação política, dizia ao Dr. João Alfredo:

Para mim a viagem seria útil, não só para a saúde, como para me distrair da política mesquinha, em que me vejo envolvido. Se os meus negócios particulares me permitissem, eu teria saído. Já não me entendo com esta gente, ou antes, eu os entendo bem. O Senhor Aguiar, que na ocasião da eleição geral era o primeiro a apoiar-me na recusa do Fenelon; que declarava estar pronto a entrar na cruzada contra o cearismo, que invadia esta terra, hoje é quem escreve ao Sá, para que não falte à eleição para dar o seu voto a Fenelon; e anima-se a dizer a um eleitor da cidade, que a recusa de Fenelon é um capricho do Camaragibe. Este último fato não está para mim ainda devidamente averiguado, mas hei de procurar chegar a seu completo conhecimento<sup>656</sup>.

Desde 1854 que Pedro Francisco era Diretor da Faculdade de Direito do Recife. Só deixaria o cargo aos 20 de novembro de 1875, sendo jubilado. Além disso, aos 25 de maio de 1869, deixava a presidência da Assembleia Geral para tomar assento no Senado. Em 1855, recebia o título de Barão de Camaragibe, e em 1860, foi elevado a Visconde com honras de grandeza<sup>657</sup>. Ainda aos 30 de dezembro de 1854, Camaragibe escrevia – pelo que percebemos, já que a missiva não está assinada e, pelo que parece, também não está completa - para algum “compadre e amigo”, talvez até mesmo José Thomaz, falando do título de Barão. Parece-nos que o manuscrito chegado até nós é um rascunho da missiva que pode ter partido, ou não, para o seu destino.

Principio agradecendo-lhe de coração a prova de consideração, que o governo quis dar-me nomeando-me Barão com grandeza. Sabe que nunca ambicionei um título, e que me há de custar a acostumar-me a assinar outro nome diverso daquele que tenho há 48 anos; e que para isto tinha prevenido a

---

<sup>655</sup> APEJE – Coleção Pedro Francisco de Paula Cavalcanti d’Albuquerque – n° 4 – Carta para Dr. João Alfredo, sobre a chegada do Imperador e da decepção do povo por não vê-lo fardado. Informa ainda que o Rego havia chegado do Piauí contrariado com a demissão da presidência de Santa Catarina – Camaragibe, 1 de abril de 1872.

<sup>656</sup> APEJE – Coleção Pedro Francisco de Paula Cavalcanti d’Albuquerque – n° 6 – Carta para Dr. João Alfredo, sobre a viagem dos sobrinhos (Pedro e Manuel Arthur) para a Europa por motivo de doença e razões pelas quais não os acompanhou. Informa ainda sobre a situação política em que se vê envolvido. Camaragibe, 28 de setembro de 1872.

<sup>657</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 747.

alguns amigos nossos, sabendo que o governo queria dar-me uma demonstração de sua estima, para que me dessem qualquer outra coisa que não fosse um título, mas não posso deixar de reconhecer a distinção com que fui tratado, e de agradecer a S.M.I a graça com que me quis honrar<sup>658</sup>.

Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque foi o típico caso daqueles jovens de famílias abastadas que se tornou bacharel em direito, assumiu cargos públicos, entrou para a política e deu certo. O que parece mesmo é que ele foi talhado pelos irmãos para esse determinado ofício: ser político. Era ele as maiores esperanças dos três irmãos mais velhos. Luiz e Hollanda o incentivaram o quanto puderam. Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque não passou de deputado provincial. Não seria injusto chamá-lo de menos brioso, no seio dessa família. Mesmo assim, conseguiria ter o título de Barão de Muribeca.

Ainda por 1856, Hollanda enviava uma carta a Pedro Francisco. As indicativas são várias de que o Senador já não era o mesmo ativo de antes em dar conselhos ao irmão. Talvez, agora, já respeitasse a maturidade do então Barão de Camaragibe para as coisas políticas.

Pelo padre Campos recebi carta sua neste ano, e tendo o mesmo padre asseverado que teria por aqui o nosso irmão Manoel, quis esperar a vinda deste, para ver se lhe poderia escrever com mais interesse: o Manoel não veio (e talvez nunca teve tal intenção) e é necessário que eu não perca o hábito de lhe escrever. O padre é quem me dá notícias de você e também da nossa gente daí; e eu igualmente lhe digo aquilo que posso, e talvez mais do que cumpriria dizer. Persuadindo-me de cumprir com os deveres que me estão impostos, na posição em que me colocaram, vivo também muito atento à minhas afeições domésticas: a companhia de meus filhos é a sociedade que mais apeteço; e graças a Deus, vivemos com saúde e sem enfados. O Luiz conta ir neste ano buscar aí a sua consorte: Henrique conta fazer a sua formatura: Manoel está pronto para estudos maiores, e Antônio vai sofrivelmente habilitando-se nos preparatórios. Minhas filhas parece que contam fazer a companhia e a vontade de seu Pai. Aqui tem você o que tenho a dizer: pois de política refiro-me ao que digo no Senado; e de Pernambuco sabe você melhor do que eu: e até me ponho a gaguejar quando alguém me questiona o que vai por aí<sup>659</sup>.

Hollanda vai deixando Pedro Francisco à vontade. Mesmo que estivesse no Senado, ativo em alguns ministérios depois dessa data, Hollanda Cavalcanti, então, ia dando mais atenção à sua família. Quando das cartas anteriores, o que aparecia eram poucas linhas falando da saúde debilitada, tanto sua quanto da esposa, mas, agora, ele falava de todos os filhos. E quanto às poucas linhas sobre o irmão Manoel, pode ser

<sup>658</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Camaragibe, 30 de dezembro de 1854: carta não assinada para “compadre e amigo”.

<sup>659</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 20 de julho de 1856: carta de Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

uma pista: talvez ele fosse mesmo afastado dos irmãos, e assim, não estivesse tão ligado ao mundo político ao qual eles viviam mergulhados. Mas, é apenas uma conjectura. Todavia, devemos perceber na figura de Manoel Francisco aquele que fazia número, que tomava vagas dos adversários na Assembleia Provincial: ele também era uma peça importante no jogo.

Quanto a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o filho mais velho do Coronel Suassuna, que estivera ao lado do pai nos dias de 1817, buscando sempre ascensão no poder, recebia a título de Barão de Suassuna em 1841, elevando-o depois a Visconde de Suassuna. Já por volta de 1849, abandonava a sua vida pública<sup>660</sup>. Assim, manter-se-á afastado da vida política, deixando sua cadeira de Senador vazia, para encastelar-se em seu engenho “até onde não chegava a agitação das gerações novas com as quais ele não comunicava nenhum sentimento<sup>661</sup>”, da forma dita por Nabuco. Pereira da Costa coloca que o seu afastamento era tamanho, ao ponto que nos problemas de 1848 e 1849, em Pernambuco, o seu prestígio já não era o mesmo, “a ponto de escapar-lhe das mãos o bastão de chefe do partido conservador<sup>662</sup>”. No entanto, Nabuco lembra que

É natural que a transmissão do ascendente político, durante quarenta anos, de Suassuna a Boa Vista e depois ao irmão daquele, Camaragibe, tenha parecido a formação de uma dinastia no seio de um partido, mas há razões mais profundas para explicar a coincidência. Cada um desses três homens tinha as qualidades que em concurso livre lhe haviam de merecer na ocasião a insígnia do comando<sup>663</sup>.

Enquanto o Visconde de Suassuna se internava no Palacete do Pombal e no Engenho Suassuna, seu irmão Pedro Francisco crescia dentro do Partido Conservador, chegando a ser líder do mesmo. Pedro Francisco e o Visconde de Suassuna ainda conseguiram ser contemporâneos no Senado, todavia, o mais novo já não encontraria Hollanda por lá. Num Senado vitalício, desde 1839 até 1875, teríamos sempre dois filhos do Coronel Suassuna com suas cadeiras marcadas. E pensando no longevo Visconde de Suassuna, deixava ocupada uma vaga entre 1839 e 1880<sup>664</sup>.

---

<sup>660</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 370.

<sup>661</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op. Cit, p. 62.

<sup>662</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Op. Cit p. 371.

<sup>663</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op. Cit, p. 62.

<sup>664</sup> TAUNAY, Alfredo de E. **O Senado do Império**. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 160.

Quando o pastor Daniel Kidder esteve em Pernambuco, conheceu o Visconde de Suassuna. Disse ele que “a principesca residência desse cavalheiro ficava nas imediações da Boa Vista<sup>665</sup>.” Falava, então, do Palacete do Pombal, o imponente casarão que até os dias hodiernos ainda ostenta a sua beleza na Rua Visconde de Suassuna, no Recife. Mas, da chegada de Kidder, o ex-presidente da Província estava em seu Engenho Suassuna: viajara até lá.

Muito antes de divisar a casa senhorial do proprietário, avistamos os canaviais exuberantes de Suassuna. Chegando à sede, situada ao fim de uma estrada cheia de curvas e, às vezes, quase intransitável, fomos recebidos com a gentileza característica dos fazendeiros<sup>666</sup>.

Além da gentileza, o pastor colocara que o mesmo possuía “maneiras afáveis<sup>667</sup>”. E ainda mais: “Esse passeio foi duplamente interessante e agradável não só pela presença do Senhor Cavalcanti como ainda pelo encanto do cenário por que passávamos<sup>668</sup>.” Pereira da Costa também colocara que era “dotado de nobres e generosos sentimentos, honrado e magnânimo<sup>669</sup>”. Mas, não é essa a imagem que perpetuou na memória popular dos pernambucanos.

Pode ser que o Visconde de Suassuna fosse uma daquelas pessoas bastante introspectivas. Das cartas guardadas pro Pedro Francisco, existentes no IAHGP, não encontramos alguma assinada por Francisco de Paula. Talvez, por não ter mesmo redigido, ou por estarem perdidas. Todavia, quando observamos os conteúdos das missivas, vai ficando claro que quem cuidava e cobrava o futuro dos irmãos mais novos, Manoel e Pedro, eram Antônio Francisco (Hollanda) e Luiz Francisco. Até mesmo um projeto político para Pedro Francisco parece ter sido formado por esses dois.

Se introspectivo ou sombrio, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque virou lenda. Pode até ter sido pela boca de algum inimigo, como apontou Gilberto Freyre: “invenção de inimigo que tenha se tornado lenda e, como lenda, chegado até

---

<sup>665</sup> KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil** – Províncias do Norte. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 107.

<sup>666</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>667</sup> *Idem*.

<sup>668</sup> *Idem*.

<sup>669</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 371.

nós<sup>670</sup>.” Freyre conheceu bem a casa-grande do sítio do Pombal. Dela ainda ganhou o sino da capela e um banco. Mas, o que nos importa, agora, é a narrativa da lenda:

Mas o que desejo lembrar a propósito do casarão do Pombal é que no ano já remoto em que o conheci tinha fama de mal-assombrado. Dizia-se que pelos corredores da casa e pelos restos de jardim outrora opulento e, segundo os inimigos do visconde, de terras fecundadas não só com suor como também com sangue de negro, costumava vagar um fantasma de velho alto e muito branco: a alma do próprio visconde a pedir perdão a escravos que maltratara. Também a pedir missas. Missas para sua pobre alma de rico arrependido dos pecados contra os negros. Chegava a visagem a fazer sinal com os dedos para indicar com precisão matemática aos vivos o número de missas que desejava fossem mandadas dizer por sua alma pela pessoa a quem aparecesse: três, quatro, às vezes cinco missas. Para cinco missas abria a mão direita em leque: velha mão muito branca, branquíssima mesmo, não só de fidalgo velho como de fantasma quase britânico na sua discrição<sup>671</sup>.

Freyre ainda diz que depois que desapareceram os restos do jardim, já que o palacete fora transformado em fábrica, o fantasma passou a aparecer em casas das imediações. Segundo o mesmo autor, seria tradição afirmar que o próprio Visconde de Suassuna justificava, ele mesmo, os escravos da casa do Pombal. “Os mortos eram, contra a lei, enterrados no próprio jardim, para fecundarem as terras de onde, na verdade, rebentavam as mais belas rosas do Recife<sup>672</sup>.” O Visconde gostava dos pastoris, e oferecia as rosas cultivadas às pastoras. Talvez a intenção malvada do inimigo propugnador da lenda estivesse em Suassuna ter enterrado algum escravo no jardim – escravo de estimação – e alguém já tivesse dado em conta que todo o jardim era um cemitério de escravos. O que ficou na memória foi a figura de um velho malvado, que gostava de surrar a escravaria<sup>673</sup>.

O Visconde de Suassuna faleceu às duas horas da madrugada do dia 28 de janeiro de 1880, com oitenta e sete anos<sup>674</sup>. Antes dessa data, a Viscondessa de Suassuna, prima e esposa do Visconde, D. Maria Joaquina Cavalcanti Salgado, havia falecido. Já andava, então, o inventário dos seus bens, com o inventariante e testamenteiro Antônio Pinheiro de Palma à sua frente. Os problemas entre os herdeiros de D. Maria Joaquina e os do Visconde de Suassuna serão constantes. O Barão de

---

<sup>670</sup> FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho**. Algumas notas históricas e outras tantas folclóricas em torno do sobrenatural no passado recifense. São Paulo: Global, 2008, p. 116.

<sup>671</sup> *Ibidem*, p. 115.

<sup>672</sup> *Ibidem*, p. 115.

<sup>673</sup> *Ibidem*, p. 116.

<sup>674</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 371.

Muribeca (inventariante do Visconde de Suassuna) – Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque – terá de sempre responder às investidas de Antônio Pinheiro de Palma. Uma delas seria quanto ao Palacete do Pombal, que Palma queria

mandar que seja alugado o Palacete do Pombal e o respectivo sítio, visto constar que existe quem o pretende alugar, e disso só pode resultar benefício para o casal. O suplicante requer outrossim que essa medida seja extensiva a todo e qualquer bem do casal<sup>675</sup>.

Mas vinha de pronto a resposta dada pelo Barão de Muribeca:

o Palacete do Pombal está ocupado pelos móveis descritos, e por grande número de escravos, muitos dos quais se acham doentes. É o único prédio que não está alugado e por esse motivo. Ao testamenteiro, como tal, pouco deve importar que os prédios produzam ou não; entretanto, o inventariante afirma ter receio de ser contestado, que tem feito quanto pode para que os bens sejam devidamente aproveitados<sup>676</sup>.

Mas, para Palma, a permanência do grande número de móveis existente no Palacete do Pombal não era impedimento para que o mesmo fosse alugado. E ainda mais que quase a totalidade destes estava em mal estado, podendo ter por fim a retirada e a venda deles. E ainda vinha mais:

Assim também a permanência dos escravos nesse palacete pode e deve ser dispensada, alugando-se os escravos que estiverem de saúde, o que será lucrativo para o casal e retirando-se os doentes (...) Vossa Excelência mandará alugar não só o palacete como também os escravos em muito superior a 20, tanto muito quanto consta que um dos herdeiros, com prejuízo dos outros se acha morando em dito palacete percebendo aluguel a algum desses escravos<sup>677</sup>.

No final das contas, o Barão de Muribeca não alugou o Palacete do Pombal. Deixou-lhe com um administrador. A briga pelo aluguel do imóvel parece refletir, talvez, uma crise financeira dentre os ramos familiares. Pode ser que o Visconde de Suassuna não tenha morrido deixando uma enorme fortuna, já que até as dívidas eram um tanto extensas. Uma delas havia sido feita com a fábrica e fundição de bronze, de Antônio Ignácio Heitor, para serviços do Engenho Suassuna. Havia comprado uma serpentina nova, contratado o serviço feito no alambique, além de um cano de cobre novo, solda, e o pagamento pelas despesas da viagem. A dívida total era de 330 mil e 600 réis, todavia, já estavam pagos 50 mil réis, ficando 280 mil e 600 réis por dívida. Aos 25 de maio de 1880, o Barão de Muribeca pagava 7 contos de réis pela dívida de

---

<sup>675</sup> IAHGP – COR2, VO2V, na Biblioteca – 1880 – 1884 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Suassuna.

<sup>676</sup> Idem.

<sup>677</sup> Idem.

fornecimento de medicamentos ao Visconde de Suassuna, obrigando os credores a não mais perseguirem na execução, já que era dada plena e geral quitação, naquele momento. Devia, ainda, a Dona Anna Marcella da Silveira 1 conto 391 mil réis e juros da letra de 1 conto de réis, proveniente todo esse débito de carne verde que era fornecida ao Engenho Suassuna pelo filho da mesma suplicante José Fernandes Monteiro, do qual morrendo sem descendentes, fora sua universal herdeira. A dívida era de 1875 e ainda não havia sido paga. Devia a João José Ferreira de Aguiar, advogado do inventário da Viscondessa, o honorário de 4 contos de réis: dívida de 1878. Ainda havia de pagar por ajustes em canoas e tantas outras coisas. Pode ser por isso, que o inventário do Visconde de Suassuna só tenha o despacho de conclusão em 1924<sup>678</sup>.

Mesmo com tudo isso, o Barão de Muribeca declarava grande número de bens deixado pelo casal do seu irmão, o Visconde de Suassuna. Além do número considerável de móveis, descritos, quase todos, por velhos, conseguimos contabilizar 175 escravos, além de 21 que estavam fugidos. Só no Engenho São João, labutavam 115. Ao todo, percebemos sete ou oito engenhos, posto que o chamado pelo Barão de Muribeca Engenho Gurgueia, em São Lourenço da Mata, é citado pelos avaliadores como uma propriedade “sem obra alguma”. Seriam, então, os engenhos:

- Uma parte de 26 contos 902 mil 871 réis, no Engenho Suassuna, na comarca de Jabotão avaliado o mesmo engenho em 37 contos 97 mil 119 réis.
- O engenho Fortaleza, na comarca da Escada.
- O engenho Camorim, em São Lourenço da Mata, em mal estado.
- O Engenho Santa Rita, no mesmo lugar de São Lourenço da Mata.
- O Engenho Maciape, São Lourenço da Mata, com todas as obras velhas e arruinadas.
- O Engenho Pitangueira, São Lourenço da Mata.
- Diversas partes no Engenho Gurgueia (Propriedade Gurgueia), São Lourenço da Mata: sem obra alguma.
- Engenho Rodisio, não declarado pelo Barão de Muribeca, aparece apenas nas avaliações. Parece ser, também, em São Lourenço da Mata<sup>679</sup>.

---

<sup>678</sup> IAHGP – COR2, VO2V, na Biblioteca – 1880 – 1884 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Suassuna.

<sup>679</sup> Idem.

Ainda foram descritos outros bens de raiz, como o palacete do Pombal; um palacete no Pátio de São Pedro; as casas números nove, onze e treze na campina do Pombal; um terreno na estrada do Pombal com cem palmos de frente, e cinquenta e oito de fundo, contendo as casas números seis, oito, dez, doze e quatorze; um terreno contíguo com trezentos e cinquenta e cinco palmos de frente e cento e vinte de fundo; duas casas na estrada do Pombal números vinte e quatro e vinte e seis; um terreno com duzentos e quarenta palmos de frente, com uma casa de taipa, número dois; o sítio número trinta e dois, no lugar Olho de Boi; um terreno na estrada do Pombal com cem palmos de frente e oitenta e cinco de fundo; a Ilha de São João nas proximidades de Afogados; uma parte de 2 contos 102 mil 876 réis, na Ilha de Joana Bezerra, avaliada a mesma Ilha em 7 contos e 200 mil réis, além de alguns outros bens, como o Sítio denominado Piranga, com uma olaria, em Afogados, dividido em duas partes pela estrada dos Remédios e o domínio direto de uns terrenos da rua do Motocolombo e Gerimu, em Afogados, que estavam aforados<sup>680</sup>. O Barão de Muribeca ainda colocava como bens do casal do Visconde de Suassuna cinquenta ações na Companhia do Beberibe e duas fazendas de gado, na denominada “vaca morta”, na Comarca do Rio do Peixe, na Paraíba, e outra denominada “São Pedro”, na Comarca de Ingazeira<sup>681</sup>.

O Visconde de Suassuna, quando do inventário do Coronel Suassuna, seu pai, não saía com pouco mais que uma parte do engenho Suassuna por herança. Pode ser que o consórcio com a prima D. Maria Joaquina Cavalcanti Salgado, em 1813, tenha lhe rendido um bom dote, com o qual conseguia ir juntando cabedais, até tornar-se um rico agricultor, mas, o que parece mesmo, é que o grande fermento dessa massa de bens, era a política. Pereira da Costa transcreveu o artigo necrológico, publicado no “Diário de Pernambuco”, quando da morte do Visconde. Esse texto nos dá alguns indícios dos períodos de fortuna e suposta ruína, desse senhor de engenho e político.

De feito, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que foi opulento e faustoso; e embora se tenha ressentido sua fortuna do quase abandono em que ele manteve suas propriedades urbanas e agrícolas na segunda fase de sua vida, ainda assim deixa ele grande cópia de bens, que em pouco foram desfalcados pelas deixas que em testamento fez sua finada consorte<sup>682</sup>.

---

<sup>680</sup> IAHGP – COR2, VO2V, na Biblioteca – 1880 – 1884 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Suassuna.

<sup>681</sup> *Ibidem*.

<sup>682</sup> **Diário de Pernambuco**, sem indicação de data. *Apud* COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 372.

Pensando, assim, a primeira fase da vida do Visconde de Suassuna foi aquela onde ele esteve ligado diretamente à política, assumindo a presidência de Pernambuco, cadeiras na Assembleia Provincial e Geral, além do período de atividades no Senado, até os idos da década de 1840. É por esse tempo que sua fortuna entra em ascensão e que consegue angariar a maioria dos seus bens. A segunda fase, descrita no trecho acima, de abandono das suas propriedades, é a mesma do abandono da cadeira no Senado e afastamento da vida política. Dessa forma, vamos entendendo que a política era o grande fermento dos bens do casal do Visconde de Suassuna, assim também, o dos seus irmãos.

Era aos 25 de maio de 1869 que Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Camaragibe, deixava a presidência da Assembleia Geral para ocupar assento no Senado. Era um homem do alto dos 63 anos, com todo o respeito adquirido entre os conservadores. Diferentemente do seu irmão Visconde de Suassuna, os dias não seriam tão longos como senador. Viria a falecer no dia 2 de dezembro de 1875, no Engenho Camaragibe. O que vai parecendo é que o Visconde de Camaragibe passava mais tempo em Pernambuco do que no Senado, quando próximo dos últimos dias de vida. As cartas que citamos acima, trocadas entre ele e João Alfredo, apontam como endereço o Engenho Camaragibe. Todavia, poderia ter se afastado dos problemas do Senado, mas não da política, e muito menos dos negócios. O seu inventário revela algumas aplicações que fazia em ações de companhias importantes em Pernambuco:

- 100 Ações do Banco do Brasil no valor de 200.000 réis cada uma.
- 40 ações da Companhia Pernambucana de 200.000 réis cada uma.
- 58 ações da Companhia de Beberibe valor 50.000 réis cada uma.
- 120 apólices da dívida pública de conto de réis cada uma.
- 2 apólices de 600.000 réis.
- 2 apólices de 400.000 réis.
- 40 ações da Companhia de seguros Phennix Pernambucana. Capital realizado: 8 contos de réis<sup>683</sup>.

Além das ações, percebemos um número considerável de armazéns de sua posse:

---

<sup>683</sup> IAHGP, VRS1 – 1876 – 01V – Inventário de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Camaragibe.

- Um armazém no cais de Capibaribe.
- Metade dos armazéns do Cais do Ramos, números 2, 6, 8, 10 e 12 e dois nos fundos daqueles com frente para um corredor.
- Metade dos armazéns número 2 da Travessa do Carioca, e dois armazéns números 15, 17, 19, 21, 23, 25, e 27 da Rua de Pedro Affonso<sup>684</sup>.

Como dívida, deixava apenas os ordenados a serem pagos aos administradores e empregados dos engenhos (2 contos 158 mil 740 réis), a conta do funeral (2 contos 625 mil réis) e a dívida com Antônio da Rocha Lins (26 mil 240 réis). Todavia, as dívidas ativas eram muitas, inclusive uma de 15 contos de réis com o Barão de Tracunhaém, e outra com o Barão das Mercês de 3 contos e 900 mil réis, além de mais outras<sup>685</sup>.

Deixava tudo isso - e também, mais de 160 escravos; o Engenho Camaragibe (moente e corrente); o Engenho Timby (moente e corrente), com a propriedade Coronel dos Bodes e uma parte do Engenho Brum (de fogo morto) no valor de sete contos 885 mil 936 réis – para um dos filhos do Visconde de Albuquerque Manoel Arthur de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque e um sobrinho de sua esposa (Anna Thereza Correia de Araújo) Pedro Francisco Correia d'Araújo. Ainda ficavam mais alguns bens. O Visconde de Camaragibe falecia com uma considerável fortuna e um considerável respeito político. Assim como o Visconde de Suassuna, Camaragibe deve ter atingido esse ápice econômico com os dias imersos na política. No entanto, permaneceu nos seus caminhos, colhendo dela todos os benefícios que lhe eram possíveis.

Para conseguirem realizar o projeto de estar na maior parte dos espaços do poder, abraçando com todos os tentáculos as malhas que iam do juizado de paz ao senado – projeto antigo da família, calcado desde os dias do Brasil colônia de Portugal – que chega ao auge nos dias do século XIX – os Cavalcanti de Albuquerque, em certos momentos, fizeram algumas alianças com os seus aparentados. O que nos parece é que as mesmas possuíam a característica de não serem perenes: faziam-se, desfaziam-se e refaziam-se ao sabor dos interesses. Percebemos três grupos distintos trabalhando paralelamente, que se unem nos períodos de necessidade, atuando por Pernambuco, nos dias do Império do Brasil. Não era necessário que os três grupos estivessem na mesma

---

<sup>684</sup> IAHGP, VRS1 – 1876 – 01V – Inventário de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Camaragibe.

<sup>685</sup> *Ibidem*.

aliança, ao mesmo tempo, como é o caso dos dias da Regência de Araújo Lima, donde é perceptível a aproximação de Francisco do Rego Barros, do Regente, e um certo afastamento do grupo “holandês”, mesmo que Araújo Lima tenha elevado ao Senado os dois irmãos Cavalcanti de Albuquerque no período da sua Regência, refletindo a extrema complexidade dessas alianças. O certo é que tanto os Rego Barros como Araújo Lima, além dos Cavalcanti de Albuquerque possuíam ambições próprias. Quando o ego era ferido, ou ameaçado, os elos se rompiam, ou talvez, pelo menos, se afrouxavam. Eram grupos paralelos que buscavam cada vez mais poder, e tantas vezes, se esbarravam nos limites uns dos outros. Se no início do Império do Brasil, os primos Cavalcanti e Rego Barros eram um grupo coeso, e tinham a proximidade do experiente Araújo Lima, aos poucos se distanciavam pelos interesses próprios. Quanto mais espaço Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) ganhava na política pernambucana, mais Rego Barros ia se afastando, pelo comprometimento da extensão do seu poderio. Araújo Lima, que não atacava os Cavalcanti e nem os Cavalcanti a ele, mesmo quando os interesses eram prejudicados, percebia nos dias de 1848, que os adversários, naquele momento, dele e do grupo “holandês” eram comuns: uniam-se. Nos dias do reinado de Pedro II, tanto os irmãos Cavalcanti de Albuquerque quanto Araújo Lima e os Rego Barros continuavam no poder. E com o mesmo jogo de sempre. O Partido da Praia já havia se esfacelado. O interesse, agora, quando todos iam se assentando no Senado, eram os benefícios: quanto mais, melhor. Enquanto todas essas tramas iam sendo tecidas nos corredores da Corte, em Pernambuco, o Barão de Muribeca (Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque) continuava perseguindo os espaços do poder. Era peça importantíssima no jogo. Ia mantendo sua cadeira na Assembleia Provincial de Pernambuco.

## Fontes

### **APEJE– Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano**

-Coleção Pedro Francisco de Paula Cavalcanti d’Albuquerque;

-Diário Novo;

-Diário de Pernambuco;

O Artilheiro;

O Echo da Religião e do Império;

Livro Polícia Civil 2.

### **IAHGP– Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**

-Arquivo Orlando Cavalcanti, Fundo Visconde de Camaragibe, Cx. 223;

-Caixa 5, 669, 1817 – Inventário de Dona Maria Rita de Albuquerque e Mello, senhora do Engenho Suassuna;

-Caixa 023, TJR1, 1821 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: Senhor do Engenho Suassuna;

-Caixa 243, TJR, 1875 – Inventário de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Camaragibe;

-COR2, VO2V, na Biblioteca – 1880/1884 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Suassuna;

### **LAPEH– Laboratório De Pesquisa E Ensino De História da UFPE.**

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 224, D.1512;

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.115, D.8835;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.138, D.10279;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.135, D.10124;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.147, D.10718;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.147, D.10723;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.231, D.15623;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 232, D.15647;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.234, D.15829;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.237, D.15945;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 233, D.15750;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.240, D.16149;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.253, D.16995;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.253, D. 17000;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.253, D.17002;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.256, D.17149;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.269, D.17906;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.253, D. 16995;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.282, D.19159;  
AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.288, D.19827;

Diário de Pernambuco;

Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos** – Devassa de 1801 em Pernambuco. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, vol. CX.

### **Câmara dos Deputados**

SITE: [http://imagem.camara.gov.br/pesquisa\\_diario\\_basica.asp](http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp)

Diversos volumes dos Anais do Parlamento Brasileiro.

## Referências Bibliográficas

ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799 – 1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioridade**. Brasília: Senado Federal, 1978.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **Rebeldes e rebeldias na Bahia do século XIX**. in: *Clio – Revista de Pesquisa História*. Nº 20, 2002.

ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia**. Recife: Typografia União, 1847.

ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1981.

BARATA, Alexandre Mansur. **Sociabilidade maçônica e Independência do Brasil (1820 – 1822)**. in: JANCSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2005.

BASILE, Marcello. **O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840)**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial: Volume II (1831 – 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra** na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. In: *Almanack brasiliense*, nº 02, novembro de 2005. Acessado em [http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02\\_forum\\_2.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_2.pdf), aos 21 de janeiro de 2011.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 2001.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. **A Insurreição Praieira**. *Almanack Brasiliense*, nº8, novembro de 2008, p. 13. Acessado em: [http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08\\_Forum\\_01.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08_Forum_01.pdf), aos 24 de fevereiro de 2009.

CAMPELLO, Netto. **História Parlamentar de Pernambuco**. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de (org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **A guerra do Moraes – A luta dos senhores de engenho na Praieira**. Recife: UFPE, dissertação de mestrado, 1986.

CARVALHO, Marcus J.M de. **“Aí vem o Capitão-Mor”**: as eleições de 1828 – 30 e a questão do poder local no Brasil imperial. In: Tempo, Rio de Janeiro, nº13, s/d.

CARVALHO, Marcus J.M. de. **Cavalcantis e cavalgados**: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824. In: Revista Brasileira de História, v. 18, nº36, 1998.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **João Pataca e a sua “quadrilha mais mansa” do Quilombo do Catucá**. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade – Rotinas e rupturas do escravismo – Recife, 1822 – 1850**. Recife: UFPE, 2002.

CARVALHO, Marcus J.M. de. **Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848)**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial – volume II – (1831 – 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, Marcus J.M de. **O encontro da “soldadesca desenfreada” com os “cidadãos de cor mais levianos” no Recife em 1831**. In: Clio, série história do Nordeste, Recife, v.1, nº 18, 1998.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Governo do Rio Grande do Norte**. Coleção Mossoroense, 1989.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CASTRO, Paulo Pereira de. **“A experiência republicana”, 1831 – 1840**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Dispersão e unidade: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, volume 4**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: Momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: Governo de Pernambuco/ FUNDARPE, 1987.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982.

CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. **“Praieiros”, “Guabirus” e “População”**: as eleições gerais de 1844 no Recife. Recife: UFPE, dissertação de mestrado, 2001.

**Falas do Trono**. São Paulo: Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1977.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento** – fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. **Nobiliarquia Pernambucana**. Mossoró: Sem editora, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho**. Algumas notas históricas e outras tantas folclóricas em torno do sobrenatural no passado recifense. São Paulo: Global, 2008.

HESPANHA, António Manuel. **A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime**. Revista Tempo, n° 21, volume 11. Niterói, julho de 2006.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Antigo Regime nos Trópicos?** Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na trama das redes – Política e negócios no império português, séculos XVI– XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

JABOATÃO, Frei Antônio de S. Maria. **Catalogo Genealogico das principaes famílias que procederam de Albuquerque, e Cavalcantes em Pernambuco, e Caramurus na Bahia**. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, tomo LII, parte I, Rio de Janeiro, 1889.

JANOTTI, Aldo. **O Marquês de Paraná**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1990.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil**: Províncias do Norte. Brasília: Senado Federal, 2008.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Massangana, 2002.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Recife: Massangana, 1988.

LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte 1701 – 1822**, Natal: Ed. do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/ Conselho Federal de Cultura/Ministério da Educação e Cultura, 1980.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II – Ascensão (1825 – 1870)**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1977.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O império em construção: primeiro reinado e regências**. São Paulo: Atual, 2000.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **O velho Senado**. Brasília: Senado Federal, 2004.

MARSON, Izabel de Andrade. **Movimento praieiro – Imprensa, ideologia e poder político**. São Paulo: Moderna, 1980.

MARSON, Izabel de Andrade. **O império do progresso – A revolução Praieira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Pernambuco: Typ. de F.C. de Lemos e Silva, 1853.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar – Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842 – 1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda. **Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX**. in: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs). **Conquistadores e negociantes: história das elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso: ensaio de história regional**. São Paulo: SENAC, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência – o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. São Paulo: 34, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social**. in: Almanack brasiliense, n° 02, novembro de 2005. Acessado em [http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02\\_forum\\_1.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_forum_1.pdf), aos 21 de janeiro de 2011.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840)**. São Paulo: Hucitec, 2010.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NEVES, Guilherme Pereira das. **A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?**. In: Revista Portuguesa de História, Coimbra, tomo 22, 1999, pp. 439 – 481. Aqui nos utilizamos da versão disponível em: [http://www.historia.uff.br/artigos/neves\\_suposta.pdf](http://www.historia.uff.br/artigos/neves_suposta.pdf) . Acessado aos 29 de maio de 2010.

**Perfis Parlamentares 3 – Nunes Machado**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

QUINTAS, Amaro. **O Nordeste, 1825 – 1850**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Dispersão e unidade: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, volume 4**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

QUINTAS, Amaro. **O padre Lopes Gama: um analista político do século passado**. In: **Amaro Quintas – o historiador da liberdade**. Recife: CEPE, 2011.

QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira**. Recife: Massangana, 1982.

RODRIGUES, José Honório. **Explicação: A inconfidência de 1801**. In: Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos – Devassa de 1801 em Pernambuco. Vol. CX**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955.

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **As Carneiradas**. In: Clio – Revista do curso de mestrado em história, nº 03, 1980, pp. 91 – 103.

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **Origem do Partido Praieiro**. In: Clio – Revista do Curso de Mestrado em História. Recife, Nº 9, 1987.

SILVA, Leonardo Dantas. **Duarte Coelho, o fundador de Pernambuco**. In: ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier; MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**. Recife: Massangana, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Bahia, a corte da América**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: UNESP, 2005.

SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1988.

SOUZA, George Cabral de. **Os filhos e os netos dos que andam na governança: família e poder na Câmara Municipal do Recife Colonial**. In: Clio: Revista de Pesquisa Histórica, nº 25-1, Recife: UFPE, 2007, pp. 31 – 60.

TAUNAY, Affonso de E. **O Senado do Império**. Brasília: Senado Federal, 1978.

## Anexo I

### **A lista dos documentos presentes no pedido de Foro de Fidalgo Cavaleiro de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 224, D.15122)**

- uma petição despachada pelo Vedor Geral da gente de guerra da capitania de Pernambuco.
- uma certidão do competente escrivão da mesma vedoria, que supre a fé de ofícios;
- patente régia do posto que então exercia o suplicante;
- uma carta de ofício;
- satisfação do Excelentíssimo Governador capitão general que foi de Pernambuco Dom Tomas José de Mello;
- uma atestação do governador e capitão general que foi de Pernambuco José Cesar de Menezes;
- duas certidões passadas pelo escrivão da Receita e despesa da Real Fazenda;
- um instrumento em pública forma com o teor de um papel de Foro;
- autos de justificação do Coronel Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque
- autos de papéis de serviços do Mestre de Campo Luis Xavier Bernardo (pai do suplicante)
- certidão passada pelo sargento mor Miguel Alves Lima;
- duas fés de ofício;
- duas certidões: uma passada por Bernardo Pereira de Vasconcellos e outra por Antônio José Correa;
- folha corrida;
- um ofício do governador Luis Diogo Lobo da Silva a Simão Alves de Vasconcellos, e mais doze ditos do mesmo governador ao Mestre de Campo Luis Xavier Bernardo;
- uma portaria do governador Henrique Luis Pereira Freire, e outra do mesmo;
- duas certidões dos governadores Duarte Sudré Pereira e Marcos de Noronha, outra dita do capitão mor e governador do Ceará João Feive Barretto de Menezes;
- uma portaria do governador Henrique Luis Pereira Freire, com uma certidão e uma ordem do mesmo;
- uma certidão do Coronel Lucas Nunes;
- uma certidão do Desembargador Manuel da Fonseca Brandam e outra do bacharel Teotônio Fernandes Temudo; assim como outras do reverendo José Moreira de Souza, de Bernardo Pereira de Vasconcellos, e do reverendo vigário Jerônimo de Brito Bizerra;
- duas certidões passadas pelo reverendo Gonsalo José de Carvalho e duas mais pelo reverendo Bartolomeu de Brito;
- três escrituras de doações de serviços;
- folha corrida de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque. (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 224, D.15122)

## Anexo II

RESUMO DOS OITO ITENS DA JUSTIFICAÇÃO DE FRANCISCO XAVIER CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. (LAPEH – AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 224, D.15122.)

1. que o justificante era coronel de Milícias do Regimento que guarnecia a Cidade de Olinda,

sendo notáveis os [serviços] praticados quando infestada a Costa de Franceses, que se julgava virem atacar a pátria, marchou ao rebate com o seu regimento, onde esteve guarnecendo o posto que lhe foi destinado, e defendendo-o, sustentando a custa de sua fazenda todo o seu regimento por muitos dias, enquanto estiveram sobre armas<sup>1</sup>.

2. legítimo filho do Mestre de Campo Engenheiro Luis Xavier Bernardo, natural de Lisboa, que depois de ter servido na Europa em todos os postos – desde soldado até Capitão de Engenharia – passou com essa patente a servir em Pernambuco, até chegar a ocupar o posto de Mestre de Campo Engenheiro, e de sua mulher Dona Francisca de Albuquerque.

3. a mãe do justificante era legítima filha do coronel das ordenações da Capitania de Pernambuco Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque, e da sua mulher Dona Florência de Castro Rocha, “pessoas muito ilustres e das principais famílias destas Capitânicas<sup>1</sup>”

4. Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque, avô do justificante, foi filho legítimo de Jerônimo Fragoso de Albuquerque e de sua mulher Dona Izabel Cavalcanti de Albuquerque, “e que ocupou os cargos da Respublica e Milicia desta Capitania, por ser uma das principais pessoas dela.<sup>1</sup>”

5. Jerônimo Fragoso de Albuquerque, segundo avô do justificante, foi legítimo filho de Álvaro Fragoso de Albuquerque capitão mor de Serinhaém, um dos cabos da guerra contra a Holanda “aquele que levantou os povos da referida Freguesia para sacudir o jugo holandês, e entregar esta Capitania ao domínio português.<sup>1</sup>”

6. a segunda avó de Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque foi filha legítima de Antonio Cavalcanti de Albuquerque – Fidalgo Cavaleiro da Real Casa de Sua Majestade. Foi cabo na guerra contra os holandeses.

7. por ter gozado o terceiro avô do justificante daquele foro, o tiveram seus filhos homens, assim como João Cavalcanti de Albuquerque e outros.

Perdendo-a o suplicante por descender por linha feminina, tendo contudo conservado o mesmo esplendor e nobreza de seus progenitores ilustres, sendo como ainda hoje é coronel de Milícias da Cidade de Olinda, um dos mais ricos homens desta capitania, senhor dos sobreditos três engenhos [Suassuna, Pantorra e Muguahipe] e de muitas outras terras, e propriedades, como é notório<sup>1</sup>.

8. o justificante casou com Dona Felipa Cavalcanti de Albuquerque – sua parenta – descendente dos mesmo progenitores de Francisco Xavier, e de outros cabos que lutaram na guerra contra a Holanda. Assim, com esse casamento, “longe de degenerar o esplendor de sua nobreza, ganhou muito para transmitir e continuar em seus filhos, como o tem gozado e goza”



### Anexo III

